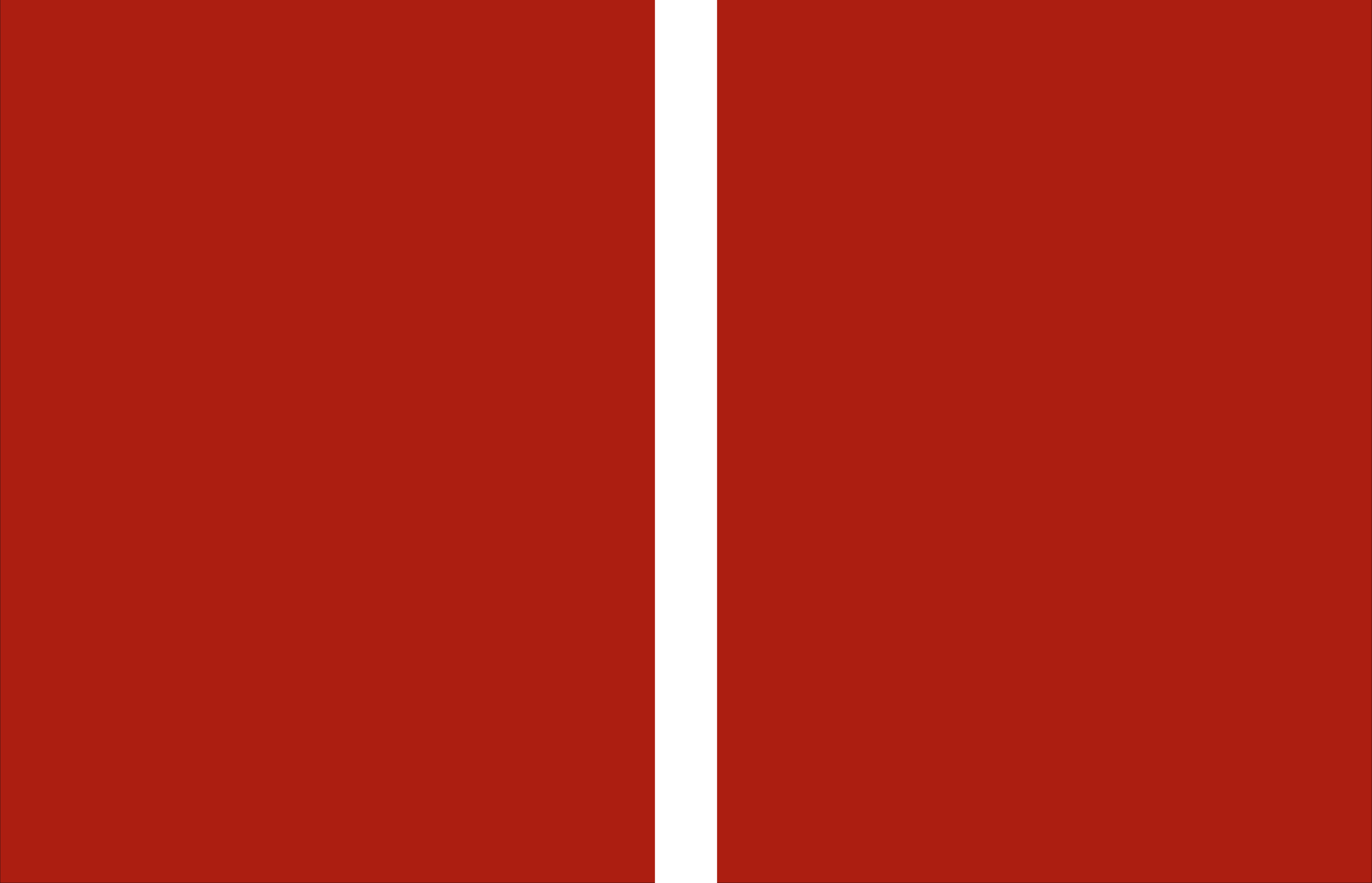


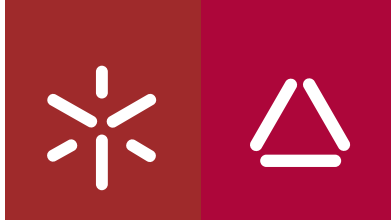


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Helena Maria Silva Carvalho

**Desigualdades Sociais e Grupos
Sociais Vulneráveis. Sociedade, Políticas
e Estratégias de sobrevivência em
Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto**





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Helena Maria Silva Carvalho

**Desigualdades Sociais e Grupos
Sociais Vulneráveis. Sociedade, Políticas
e Estratégias de sobrevivência em
Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto**

Tese de Doutoramento em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Manuel Carlos Silva
e da
Professora Doutora Rita Ribeiro

outubro de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

“Já que vamos, é bom saber aonde”
(Antero de Quental, *À História*, 1864)

O trabalho aqui apresentado não seria possível sem o contributo desinteressado de todas as pessoas que participaram nesta investigação, assim como das instituições e respetivas equipas técnicas. Foi um trabalho árduo, longo, que exigiu muitas horas de trabalho não só a quem conduziu a investigação, mas a todos e a todas, aqueles e aquelas, que ajudaram e participaram na investigação empírica. Portanto a todos sem exceção, muito obrigada.

Ao professor Doutor Manuel Carlos Silva, quem desde o início deste desafio prontamente demonstrou disponibilidade e interesse pela temática apresentada, assim como à professora Doutora Rita Ribeiro que agradavelmente aceitou a co-orientação desta tese de doutoramento, tendo ambos exigido rigor científico que permitiu a sua construção, um reconhecimento enormíssimo. Ficarei eternamente grata pela dedicação, empenho e atenção sobretudo pelas minhas condições enquanto trabalhadora-estudante.

Ao professor Doutor José Manuel Machado pelo apoio ao tratamento de dados em SPSS, e ao colega Manuel Maria Afonso pelas explicações e incansáveis, sem os quais não teria conseguido.

À minha família, obviamente, que sempre acreditaram e me impulsionaram a não desistir quando já faltava tão pouco e me questionava se deveria dar continuidade a um trabalho desta envergadura tendo tão pouca disponibilidade para me dedicar, pelo menos quanto gostaria.

À Graça Correia, colega e amiga assistente social desde o mestrado, que foi provavelmente a pessoa que mais vezes me disse que eu era capaz e que deveria seguir em frente com os objetivos a que me tinha proposto.

A ambas as minhas entidades patronais que dentro do possível permitiram que ajustasse as necessidades de ambas as partes para a aplicação dos inquéritos e entrevistas e para as reuniões necessárias.

E a todos aqueles e aquelas, que mesmo sem saber me fizeram avançar, me encorajaram e me permitiram voar quanto este voo foi possível.

Deixo aqui o meu agradecimento.

.... Obrigada!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

DESIGUALDADES SOCIAIS E GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS - SOCIEDADE, POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA EM CABECEIRAS DE BASTO E CELORICO DE BASTO

A presente investigação tem como finalidade aprofundar o conhecimento sociológico acerca das desigualdades sociais em grupos sociais vulneráveis em Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. Pretende-se compreender as relações complexas que se estabelecem entre a pobreza, a exclusão social, as políticas sociais do Estado-Providência e as estratégias dos indivíduos e famílias. Para o enquadramento desta reflexão, considerou-se pertinente o contributo teórico da sociologia clássica, sob as perspetivas durkheimiana, weberiana e marxista, e de Pierre Bourdieu.

No que diz respeito à abordagem metodológica, optou-se pela investigação quantitativa e qualitativa. Num primeiro momento, foi aplicado um inquérito por questionário, procedendo-se ao tratamento e análise de dados através do software SPSS. Posteriormente, foram selecionadas algumas pessoas com vista à obtenção de informação mais aprofundada através da recolha biográfica a beneficiários/clientes dos diferentes tipos de apoios/respostas sociais. Por fim, como forma de complementar as informações obtidas, realizaram-se entrevistas semi-diretivas a técnicos de acompanhamento. Após a realização das mesmas, procedeu-se à análise de conteúdo de todas as entrevistas realizadas.

Para melhor podermos enquadrar esta investigação, foi feita uma contextualização geográfica de ambos os concelhos, assim como a descrição pormenorizada das Instituições e das respostas sociais disponíveis. Após esta fase, foi feita a análise e interpretação dos dados recolhidos, permitindo-nos perceber que os indivíduos de grupos sociais vulneráveis têm vindo a melhorar as suas condições de vida ao longo dos anos, tanto pelo que é permitido pelas políticas em vigor, assim como pelas próprias mudanças ao longo das gerações. No entanto, isso acontece sem alterações de longo alcance. Deste modo, é fulcral o acompanhamento das equipas de intervenção social para a capacitação dos grupos que enfrentam situações de pobreza e exclusão social, contribuindo assim para a diminuição das desigualdades e emancipação dos indivíduos e famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Apoios sociais; Desigualdades sociais; Exclusão Social; Pobreza; Respostas Sociais.

Abstract

SOCIAL INEQUALITIES AND VULNERABLE SOCIAL GROUPS – SOCIETY, POLICIES AND SURVIVAL STRATEGIES IN CABECEIRAS DE BASTO AND CELORICO DE BASTO

The current investigation has its aim to deepen the sociological knowledge on the inequalities in vulnerable social groups in Cabeceiras de Basto and Celorico de Basto. The intention is to understand the complex relationships established among poverty, social exclusion, social policies of the Welfare State and strategies of the individuals and families. In order to give background to this analysis, it was considered the importance of the theoretical contribute of the classical sociology, under the Durkheimian, Weberian, and Marxist perspectives, and also Pierre Bourdieu's.

In what concerns the methodological approach, it was chosen the quantitative and qualitative investigation. First, it was applied a questionnaire survey, whose data was processed and analyzed through the SPSS software. Afterwards, some people were selected in order to obtain more detailed information through biographical gathering to beneficiaries/clients of the different kind of social support/responses. Finally, as a way to supplement the obtained information, some semi-guided interviews were performed to support experts. After these interviews, all content was analyzed.

For better supporting this investigation, it was done a geographical contextualization on both councils, as well as a detailed description of the Institutions and social responses available. After this stage, it was done the analysis and interpretation of the collected data, which allowed to understand that the individuals from vulnerable social groups have been improving their conditions of life throughout the years, both allowed by the prevailing policies, as well as the changes over the generations. However, in a wide-range, that remains the same. Consequently, it is crucial to monitor the social intervention teams for the enablement of the groups that face poverty and social exclusion situations, thus helping the reduction of the inequalities and empowerment of the individuals and families.

KEYWORDS: Poverty; Social Exclusion; Social Inequalities; Social Responses; Social Support.

Índice

| | |
|--|------|
| Agradecimentos | III |
| Resumo | V |
| Abstract | VI |
| Índice | VII |
| Lista de abreviaturas e siglas | IX |
| Índice de tabelas | X |
| Índice de gráficos | XII |
| Índice de ilustrações | XIII |
| Introdução | 1 |
| Justificação do tema e objetivos propostos | 4 |
| I - Fundamentação teórica e metodológica | 8 |
| 1. Exclusão social e espaço social à luz da sociologia clássica | 8 |
| 2. Pobreza, desigualdades e exclusão social | 13 |
| 3. Estado-Providência | 21 |
| 3.1 . A ideia de justiça social e génese e tipos do Estado-Providência | 21 |
| 3.2. O modelo de Estado-providência em países da Europa do Sul | 29 |
| 3.3. O caso português | 33 |
| 3.3.1. Estado-Providência: da I República ao Estado-novo | 35 |
| 3.3.2. Estado-Providência pós-Revolução de 25 de abril de 1974 | 39 |
| 4. Formas de exclusão social no (des)emprego | 43 |
| 5. Políticas públicas em Portugal | 49 |
| 5. 1. O subsistema da segurança social - ação social | 52 |
| 5. 2. As respostas sociais | 60 |
| 6. Questões e metodologias da investigação | 63 |
| 6.1 . Questões e metodologias da investigação utilizadas | 63 |
| 6.2 . Procedimentos de recolha de dados | 69 |
| II - Investigação empírica | 74 |
| 7. Políticas sociais de combate à pobreza e/ou exclusão social: estudo de caso | 74 |
| 7.1. Caracterização das IPSS participantes - concelho de Cabeceiras de Basto | 79 |
| 7.2. Caracterização das IPSS participantes - concelho de Celorico de Basto | 85 |
| 8. Análise e comentário dos dados empíricos | 93 |
| 8.1 . Caracterização da amostra do inquérito por questionário | 93 |

| | |
|---|-----|
| 8.2. Caracterização da amostra das entrevistas semi-diretivas | 99 |
| 8.3. Percorso laboral | 105 |
| 8.4. Situação face ao desemprego | 115 |
| 8.6. Cidadania e participação social | 143 |
| 9. Análise dos dados empíricos – os técnicos de intervenção social | 146 |
| 9.1. Caracterização da amostra das entrevistas aos técnicos | 147 |
| 9.2. Técnicos, beneficiários e sociedade: expectativas vs. realidade | 150 |
| 9.3. Políticas sociais: a visão dos técnicos | 154 |
| 9.4. A intervenção social | 156 |
| 9.5. O que se espera dos beneficiários/clientes? | 160 |
| 10. Discussão conclusiva da investigação | 164 |
| Considerações finais | 173 |
| Referências bibliográficas | 177 |
| Anexos | 186 |
| Anexo I – Inquérito por questionário | 186 |
| Anexo II – Guião entrevista semi-estruturada aos beneficiários/clientes | 193 |
| Anexo III – Guião entrevista Semi-estruturada aos técnicos | 197 |
| Anexo IV – Frequências – Inquéritos por questionário | 200 |
| Anexo V – Mapa categorias – recolha biográfica/ent. semi-diretivas beneficiários/clientes | 262 |
| Anexo VI – Mapa categorias – entrevistas semi-diretivas técnicos | 284 |

Lista de abreviaturas e siglas

| | |
|--------|---|
| ADI | Apoio Domiciliário Integrado |
| ADIB | Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto |
| AS | Ação Social |
| CAAP | Centros de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial |
| CAO | Centro de Atividades Ocupacionais |
| CATL | Centro de Atividades dos Tempos Livres |
| CI | Contrato de Inserção |
| CDISS | Centro Distrital do Instituto da Segurança Social |
| CVP | Cruz Vermelha Portuguesa |
| ERPI | Estrutura Residencial para Pessoas Idosas |
| IEFP | Instituto de Emprego e Formação Profissional |
| IPSS | IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social |
| NUT | Nomenclatura de Unidade Territorial |
| PCAAC | Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados |
| POAPMC | Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas |
| RMG | RMG – Rendimento Mínimo Garantido |
| RSI | RSI – Rendimento Social de Inserção |
| SAAS | Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social |
| SAD | Serviço de Apoio Domiciliário |
| SCM | Santa Casa da Misericórdia |
| SIDA | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida |
| UAI | Unidade de Apoio Integrado |
| VIH | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| EPFCB | Escola Profissional de Fertil em Celorico de Basto |

Índice de tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1. Os modelos de <i>welfare</i> de Esping-Andersen | 24 |
| Tabela 2. Taxa de desemprego (%) da população ativa com idade entre os 15 e os 74 anos de idade por sexo | 42 |
| Tabela 3. Desemprego Registrado por Concelho segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego | 77 |
| Tabela 4. População residente segundo o nível de escolaridade e taxa de analfabetismo – Cabeceiras de Basto | 77 |
| Tabela 5. População residente segundo o nível de escolaridade e taxa de analfabetismo – Celorico de Basto | 78 |
| Tabela 6. Respostas Sociais para: Infância e Juventude | 80 |
| Tabela 7. Respostas Sociais para: População Adulta | 82 |
| Tabela 8. Respostas Sociais para: Família e Comunidade I | 83 |
| Tabela 9. Respostas Sociais para: Família e Comunidade II | 84 |
| Tabela 10. Respostas Sociais para: Infância e Juventude | 86 |
| Tabela 11. Respostas Sociais para “População Adulta” | 88 |
| Tabela 12. Respostas Sociais para: Família e Comunidade I | 89 |
| Tabela 13. Respostas Sociais para: Família e Comunidade II | 91 |
| Tabela 14. Distribuição dos participantes por Estado Civil | 96 |
| Tabela 15. Estado Civil * Situação face ao (des)emprego ou reforma | 96 |
| Tabela 16. Nível de Escolaridade por Nível Etário | 97 |
| Tabela 17. Nível de Escolaridade por Nível Etário | 101 |
| Tabela 18. Situação Face ao Emprego | 106 |
| Tabela 19. Tipologia de Contrato e Ordenado (participantes e cônjuge (C)) | 107 |
| Tabela 20. Significado do Trabalho | 108 |
| Tabela 21. Anos de Experiência Profissional | 111 |
| Tabela 22. Experiência Profissional dos progenitores | 113 |
| Tabela 23. Situação de Desemprego | 115 |
| Tabela 24. Motivos que levaram ao Desemprego | 116 |
| Tabela 25. Motivos para a procura de apoios sociais | 119 |
| Tabela 26. Apoios sociais a que recorreram | 120 |
| Tabela 27. Estratégias utilizadas em situação de desemprego | 121 |
| Tabela 28. Situação face a incapacidade permanente para o trabalho | 122 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 29. Tempo de permanência nas medidas RMG/RSI | 123 |
| Tabela 30. Vezes que teve de recorrer novamente a apoios sociais após abandonar | 124 |
| Tabela 31. Valor da Pensão | 125 |
| Tabela 32. Valor da Pensão do Cônjuge | 127 |
| Tabela 33. Pensionistas que recorreram a apoios sociais | 128 |
| Tabela 34. Meio de Suporte dos Gastos com os serviços utilizados | 129 |
| Tabela 35. Os tipos de apoios sociais a que recorreram | 130 |
| Tabela 36. Na sua família já alguém beneficiou ou beneficia de apoios sociais | 135 |
| Tabela 37. De que forma vê os apoios sociais disponíveis | 140 |
| Tabela 38. De que forma a comunidade vê os apoios | 141 |
| Tabela 39. Descrição do perfil das técnicas entrevistadas | 148 |

Índice de gráficos

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Situação face ao (des)emprego ou reforma por sexo | 94 |
| Gráfico 2 – Situação face ao (des)emprego ou reforma por idades..... | 95 |
| Gráfico 3 – Situação face ao (des)emprego ou reforma por Nível de Ensino | 99 |
| Gráfico 4 - Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %) por Composição do agregado doméstico privado, sem crianças dependentes. | 127 |
| Gráfico 5 - Taxa de risco de pobreza: antes transferências sociais (%) | 131 |
| Gráfico 6 - Taxa de risco de pobreza: após transferências sociais (%) | 132 |
| Gráfico 7 – O recurso a apoios sociais de elementos da família alargada por nível etário | 136 |
| Gráfico 8 – O recurso a apoios sociais de elementos da família alargada comparativamente ao Estado Civil..... | 137 |
| Gráfico 9 – O recurso a apoios sociais de elementos da família alargada por nível de ensino | 138 |

Índice de ilustrações

| | |
|--|----|
| Ilustração 1 – Mapa de Cabeceiras de Basto | 75 |
| Ilustração 2 – Mapa de Celorico de Basto | 76 |

Introdução

O fenómeno da pobreza, desigualdades e exclusão social tem sido arena de intenso debate no campo da sociologia. Ao longo dos anos as formas de estar na sociedade têm-se alterado, e com isso também as necessidades sociais, o que tem desencadeado múltiplas respostas por parte do Estado, das instituições sociais e dos próprios indivíduos e famílias. Como tentativa de minorar essas situações de pobreza e exclusão social, têm sido implementados mecanismos de apoio e monitorização, não sendo, no entanto, atenuado significativamente os índices de pobreza e desigualdade em Portugal, que em muitos casos se repercutem de geração para geração. Se a sociedade atual, com os recursos de que dispõe, deveria garantir os princípios da máxima inclusão social e da igualdade de oportunidades a todos os indivíduos, isso nem sempre acontece na medida do desejável, surgindo novos casos de pobreza e exclusão social, sobretudo entre as designadas classes intermédias, ou seja, entre indivíduos e famílias que, por alguma razão, deixaram de poder assegurar as condições mínimas de vida. Nesse seguimento, propomo-nos realizar esta investigação com o título: “Desigualdades Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis - Sociedade, Políticas e Estratégias de sobrevivência em Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto”. Pretende-se, dessa forma, encontrar respostas para questões que se levantam diariamente, quer seja pessoal, quer seja profissionalmente.

As situações de desigualdade, de pobreza e/ou exclusão social deveriam preocupar toda a população em geral e não apenas aqueles/as que se revêm nessa condição, aqueles/as que lidam com essa problemática no âmbito da sua atividade profissional e os nossos representantes políticos. Ao longo do desenvolvimento da atividade profissional, enquanto técnica de atendimento e acompanhamento social e enquanto diretora técnica numa instituição de cariz social que tem como missão prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana, tem sido possível verificar que esta problemática não afeta apenas os indivíduos que procuram um serviço ou uma resposta social, mas também intervenientes diretos e indiretos da comunidade em geral, desde familiares próximos, a pessoas amigas, vizinhos e representantes locais, como presidentes de junta de freguesia, párocos, técnicos e não técnicos. Para se trabalhar com uma família ou com um indivíduo no sentido da sua inclusão social, é necessário ir mais além; contudo vão-

se encontrando múltiplas dificuldades nesse caminho, obstáculos que, infelizmente, surgem mais do que uma vez no mesmo caso, mais do que uma vez em famílias diferentes. Portanto, o que será que leva a esta situação? E porque será tão difícil que muitos daqueles que nos procuram tendem a recusar o apoio proposto? Será que é devido ao tipo de apoio? Ou pela forma como apoio esse é disponibilizado? Será que de facto a própria exclusão social completa em si a dura realidade das formas estruturais de desqualificação?

Pessoal e profissionalmente, tenta-se fazer da melhor forma aquilo que nos é possível, com os recursos disponíveis e de acordo com a aceitação da pessoa que ali se encontra. Contudo, é demasiado comum depararmo-nos com situações de desigualdade, exclusão e fragilidade social, que não decorrem apenas de uma situação de pobreza. Ao assistir a situações em que uma criança se encontra triste, um pai chora por não conseguir fazer mais pelos seus filhos, um idoso está desolado por se encontrar só e ser colocado, muitas vezes contra sua vontade, numa estrutura residencial para pessoas idosas, quando uma família diz que não consegue fazer face às dificuldades financeiras em que se encontra, faltando para si e para os seus o que de mais básico se pode imaginar, colocamo-nos muitas questões e forçamo-nos a gerir a revolta sobre uma sociedade que se diz moderna e, sobretudo, inclusiva.

Obviamente, assiste-se a algumas situações em que por mais que se dê a cana para que possam pescar, apenas querem o peixe, já pescado. Mas se assim é, é preciso olhar para toda uma história de vida, não só do indivíduo, mas de todo o seu agregado familiar e, com frequência de gerações passadas. Tendo a capacidade de não julgar, de relativizar, de aceitar as pequenas (grandes) vitórias do dia-a-dia, mas olhando sempre além daquilo que é apresentado. É nesse sentido que consideramos de toda a pertinência ouvir diferentes beneficiários/clientes, assim como técnicos que diariamente lidam com situações diversas, umas mais difíceis do que outras. Esse trabalho será realizado através de inquéritos por questionário, da recolha biográfica através de entrevistas semi-diretivas a uma amostra de beneficiários/clientes, e através de entrevistas semi-diretivas aos técnicos.

É com o objetivo de construir uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais igualitária que se pretende contribuir para o conhecimento de interesse sociológico. Fazemo-lo, em concreto, estudando os fenómenos da pobreza e da exclusão social, assim como a operacionalização das políticas sociais de combate a ambos, em dois concelhos do Norte de Portugal - Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto.

A tese que se apresenta está dividida em seis capítulos: o enquadramento teórico da problemática apresentada com uma reflexão acerca da exclusão social e do espaço social, à luz da sociologia clássica, e sobre as questões da pobreza, desigualdades e exclusão social; uma reflexão sobre a evolução do Estado-Providência que nos parece fulcral para as áreas aqui a investigar a partir do qual os apoios acontecem e sobre o qual tem havido diversas e constantes alterações ao longo dos anos levantando dúvidas sobre a sua própria sobrevivência; a apresentação e reflexão acerca de formas de exclusão social no (des)emprego, uma vez que a situação de pobreza e exclusão social está intimamente ligada à forma como o indivíduo se encontra (ou não) no mercado de trabalho; as questões e metodologias da investigação utilizadas; a investigação empírica onde serão apresentados e discutidos os resultados da investigação e, por fim, as conclusões interpretativas da investigação realizada. Nestas conclusões, pretendemos que seja possível perceber o cerne dos resultados obtidos pela investigação realizada e se será possível responder às questões a que nos propusemos inicialmente conforme descrito na justificação do tema e objetivos propostos.

Justificação do tema e objetivos propostos

A principal razão pela qual enveredamos por um estudo acerca das desigualdades sociais e estratégias de sobrevivência dos cidadãos é por entender que o que está em causa é a falta de igualdade de oportunidades a todos os indivíduos. “Vivemos hoje num mundo assustador e perigoso” (Giddens, 1996: 7), num mundo em que muitos cidadãos/ãs não têm satisfeitas as necessidades básicas e, simultaneamente, num mundo em que se criaram necessidades que compelem a um ciclo imparável de produção e consumo, sendo que o objetivo do sistema económico capitalista é o de conseguir um lucro contínuo do investimento (Marx, 1979). O trabalho é a base da economia, nomeadamente da capitalista, assistindo-se a uma interdependência generalizada à escala internacional, a que se deu o nome de globalização: um sistema global que está para além do espaço-tempo dos indivíduos e comunidades. “Os laços económicos, sociais e políticos que atravessam as fronteiras entre os países condicionam de forma decisiva o destino daqueles que vivem nelas” (Giddens, 2002: 87).

Como nos refere Bruto da Costa (1998), a falta de recursos impede o acesso igualitário e pleno ao exercício da cidadania. O autor refere-nos que o indivíduo pobre, pelo facto de o ser, fica severamente condicionado no estabelecimento de relações sociais. A escassez de recursos, continuada ou conjuntural, acarreta o não acesso a determinado tipo de bens, como o alojamento, os cuidados de saúde, a educação, o acesso ao emprego, entre outros. No entanto, nem todos os pobres são iguais, “nem todos participam da exclusão e nem todos os excluídos revelam sistematicamente uma grande pobreza.” (Clavel, 2004: 137).

Por um lado, enquanto técnica de atendimento e acompanhamento social, deparo-me com diversos agregados familiares que procuram ajuda, sendo diversas as razões que os motivam. Maioritariamente procuram ajuda a nível económico, sendo a principal razão para isso os baixos rendimentos que possuem, refletindo-se na falta de cuidados adequados à promoção do seu bem-estar, no cumprimento de necessidades básicas como a aquisição ou troca de equipamentos domésticos, a criação de boas condições habitacionais, a promoção de igualdade de oportunidades às crianças e jovens como o acesso a atividades extracurriculares ou o acesso a campos de férias para o período de férias escolares, a aquisição de material escolar e o acesso ao ensino superior, entre outros exemplos.

Outra das razões é porque padecem de vários problemas de saúde e, como tal, possuem elevadas despesas na aquisição de medicação e/ou tratamentos médicos, assim como em transportes para deslocações a consultas. É de referir que ambos os concelhos que são objeto da presente pesquisa possuem uma parca rede de transportes públicos, sentindo as pessoas muitas vezes a necessidade de se deslocarem em viaturas próprias, de táxi ou nos meios de transporte das corporações dos bombeiros e das Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa de ambos os concelhos. A título de exemplo, há freguesias que apenas dispõem de horário de autocarro em tempo escolar, com apenas dois horários, o da manhã e o de final da tarde.

Outra situação que frequentemente desencadeia procura de ajuda ou encaminhamento para os serviços de apoio social são problemas como o consumo excessivo de álcool, situações de violência doméstica, problemas de saúde mental, situações de despejo da habitação, entre outros exemplos. Estas são condições que ao longo de uma vida deterioram as relações, seja familiares, de amizade ou de vizinhança, apenas se conseguindo manter a relação com os serviços de apoio, ou sendo esse o único recurso de que dispõem. Tendo como objetivo a promoção do empoderamento de todos os indivíduos e todas as famílias que nos procuram, são trabalhados os aspetos indicados pelos próprios e diagnosticados pelos técnicos. No entanto, os constrangimentos encontrados para atingir tal objetivo são muitos.

É possível realizar apoios eventuais, para situações pontuais, mas em muitos dos casos estes apoios são insuficientes e meramente paliativos. Enquanto técnicos, ficamos com a sensação de que as pessoas que atendemos se vêem obrigadas a sobreviver e não a viver. Mesmo cumprindo com os critérios para poder usufruir dos apoios, as propostas nem sempre são aprovadas. Além disso, são processos demorados. A título de exemplo, o pedido de apoio para aquisição de uma cadeira de rodas para uma pessoa com deficiência pode demorar até dois anos, desde a marcação de consulta para o pedido de prescrição médica, até que o pedido dê entrada nos serviços da segurança social e seja concluído.

Por outro lado, ao desenvolver funções como diretora técnica de uma IPSS, as dificuldades continuam. As instituições usufruem de apoios do Estado, com comparticipação por parte da Segurança Social conforme os acordos estabelecidos, que são complementados por comparticipação familiar, sendo o cálculo efetuado de acordo com normas estipuladas pela Segurança Social. No entanto, isto não é assim tão linear. As instituições deparam-se com muitas dificuldades, não havendo diferenciação de

apoio de acordo com a área geográfica em que se encontrem. Por exemplo, no serviço de cantina social, que tem como objetivo responder a situações de carência económica, esperar-se-ia que os beneficiários se deslocassem às instituições para usufruírem das refeições. Contudo, no meio rural isso não é possível, ou é quase impossível, uma vez que são territórios de povoamento disperso, não dispondo a maioria dos beneficiários de meios nem recursos para se deslocarem às instituições. Como forma de apoiar as famílias, as refeições são transportadas até à habitação dos beneficiários, sendo a participação da Segurança Social nestes casos a mesma que para as instituições que as entregam e/ou servem as refeições nas suas instalações.

Situações concretas como as descritas anteriormente, a preocupação com a falta de oportunidades a todas as faixas etárias e a persistência de situações de pobreza e exclusão social, levaram ao questionamento: até que ponto há justiça social para os beneficiários/clientes que procuram os serviços disponíveis? O que estará a falhar ao longo dos vários anos? O que pode e deve ser alterado nas políticas sociais e na ação do próprio Estado e das diversas Instituições? Como explica Faleiros (2004), para que seja possível a luta por justiça social, é necessário que haja a visibilidade da injustiça, assim como a denúncia de relações injustas.

Nesse sentido, esta investigação apresenta como objetivos gerais: i) perceber de que forma se mantém o ciclo de pobreza e os seus efeitos; ii) estudar a evolução ao longo dos anos dos agregados familiares por forma a identificar as razões que levam (ou não) a que determinado indivíduo ou família seja vítima da reprodução da situação de pobreza e qual a sua duração registada; iii) contribuir para a definição e delimitação de grupos ou categorias sociais mais afetadas pela situação de pobreza, em situação ora de emprego, ora de desemprego ou reforma; iv) perceber quais os mecanismos/fatores que contribuem para compreender e explicar a situação dos referidos grupos; v) perceber que estratégias de sobrevivência têm sido adotadas; vi) analisar quais as propostas políticas desenhadas para enfrentar tais situações.

Neste quadro, com esta investigação pretende-se ainda delinear alguns objetivos específicos como: a) identificar fatores e tendências de desigualdades sociais; b) identificar o papel dos técnicos e das instituições sociais no combate à pobreza e na implementação dos princípios de justiça social; c) perceber quais os caminhos que os indivíduos, se (re)inseridos após apoios e contratualizações sociais, seguem e se haverá efeitos positivos para aqueles que os rodeiam; d) perceber até que ponto os técnicos que

se encontram no terreno dispõem de recursos e de capacidade de escolha quanto aos dispositivos de ação de promoção da inclusão social.

I - Fundamentação teórica e metodológica

Neste capítulo, pretendemos realizar o enquadramento teórico das temáticas que nos propomos a investigar. Primeiramente, e à luz da sociologia clássica, abordamos a definição dos conceitos de pobreza, desigualdades e exclusão social, tema em torno do qual toda a investigação se centrará, refletindo também acerca do papel do Estado-providência e, em particular, o caso português. Partimos depois para uma reflexão sobre o trabalho, o (des)emprego e a relação direta destes com a exclusão e a inclusão social, refletindo acerca das políticas públicas em Portugal que têm estado na base dos diversos apoios e respostas sociais que aqui são objeto de estudo. Num segundo momento, serão apresentadas as questões e metodologias de investigação, assim como os procedimentos de recolha de dados, concretamente os inquéritos por questionário, a recolha biográfica aos beneficiários/clientes e as entrevistas semi-diretivas aos técnicos de acompanhamento de ambos os concelhos que aqui são analisados.

1. Exclusão social e espaço social à luz da sociologia clássica

Para Durkheim (1998), considerado um dos pais da sociologia (Xiberras, 1993), a sociologia é uma ciência que deverá estudar factos sociais (que o autor considera como coisas, de forma a haver possibilidade de análise e explicação), no quadro de uma determinada comunidade ou sociedade, ou seja, os factos sociais explicam-se a partir da consciência coletiva que orienta, condiciona e até determina os comportamentos e as representações individuais.

Na perspetiva durkheimiana, as representações coletivas são exteriores e constrangentes face às consciências individuais. As representações coletivas englobam normas morais traduzidas em dois tipos de sanções: umas de carácter repressivo, referentes à solidariedade mecânica, em resultado de processos de semelhança entre os membros de determinada comunidade; e outras referentes à solidariedade orgânica, de carácter repositivo, associadas à divisão social do trabalho, fruto da diferenciação, da especialização laboral e interdependência procedente da divisão das tarefas e das profissões. O autor descreve o conjunto destas tarefas num quadro de uma interdependência orgânica das instituições, dos grupos sociais, da comunidade, em que cada indivíduo, exercendo o seu papel e/ou a sua função, contribui para o funcionamento coeso e harmónico da sociedade. A sociedade deverá, portanto,

satisfazer as necessidades e desejos dos grupos através da realização das funções sociais para, dessa forma, obter os equilíbrios e consensos necessários (Durkheim, 1998).

Weber (1972), por seu lado, vê a sociologia como a ciência que tem como objetivo compreender de forma interpretativa a ação social. Para Weber (1972), a ação social orienta-se pelo comportamento de outros, sejam indivíduos da convivência quotidiana, sejam desconhecidos, como fruto da atividade recíproca. Weber (1972) dá-nos o exemplo da transação referente ao dinheiro que é utilizado como forma de troca na expectativa que outros façam o mesmo. Ora, nem todas as ações poderão ser entendidas como ação social, dependendo da intenção aplicada. A ação externa, se tida como expectativa de determinado comportamento de objetos materiais, não será ação social. Por sua vez, a ação interna será ação social apenas se orientada pela ação dos outros, logo, a ação social será assim entendida dependendo da forma como os indivíduos empregam a sua ação.

A ação humana requer uma relação que Weber (1972) descreve como sendo uma relação social se o comportamento for recíproco por parte dos indivíduos envolvidos quanto à intenção. Em suma, a ação social e, em particular, a relação social podem ser orientadas pelos indivíduos participantes, envolvidos na mesma, tomando diversos rumos. “Uma relação social denomina-se de poder quando as ações se orientam com o propósito de impor a própria vontade” (Weber, 1972: 23), independentemente da vontade e resistência de um ou mais indivíduos. O meio de luta aqui abordado refere-se à luta pacífica que poderá ser entendida como concorrência, quando tiver como intenção obter para si o que for desejado também por outras pessoas. É uma luta moderada, uma vez que o autor nos diz que essa luta respeitará uma determinada ordem e obedecerá a uma seleção social com meios normais e consequências sociais particulares e resultantes dos próprios meios.

Na ótica de Xiberras (1993), enquanto para Durkheim (1991) a relação do laço social é horizontal, devido à diferenciação interdependente de todos os atores sociais, para Weber (1972) a relação será vertical porque assenta numa relação de poder que submete os indivíduos à autoridade hierárquica, em regra mais ou menos aceite por todos, isto é, numa distribuição desigual do poder. Esta relação poderá decorrer de uma forma diversificada de tratamento dos serviços e dos meios de subsistência dentro de uma associação económica ou por necessidades de orientação autonomizada devido à situação do mercado para os serviços profissionais; poderá justificar-se pela necessidade

de especializar serviços; ou significar a rentabilização económica “autocéfala ou heterocéfala dos serviços profissionais” (Weber, 1972: 92) daqueles que o prestam.

Segundo Weber (1972), distinguem-se três grandes tipos de classes: classe proprietária, classe aquisidora e classe social. A classe proprietária, em regra, é aquela em que as diferenças de propriedade determinam a situação de classe, umas mais privilegiadas que outras. O mesmo pode acontecer com a classe aquisidora, assim designada por se orientar com base no mercado. As classes aquisidoras são positivamente privilegiadas se estiverem em condições de adquirir bens e capitais (integradas por empresários, comerciantes) ou negativamente privilegiadas se não tiverem capacidade de adquirir certos bens e serviços, determinando dessa forma a situação de classe (integradas pelos trabalhadores). Por fim, a classe social é o consequente poder de aquisição de bens e serviços, ou seja, a totalidade das situações das classes referidas, entre as quais a mudança pessoal na sucessão de gerações é possível e costuma ocorrer. Ou seja, é o conjunto desses diferentes recursos e o volume ou peso relativo de cada um deles (riqueza, prestígio e poder) que define a classe de cada indivíduo e, conseqüentemente, estabelece os parâmetros onde se desenrolam as trajetórias de vida e oportunidades de cada um (ou, se preferirmos, de cada família/grupo doméstico). No fundo, a classe social corresponde à estrutura de relações sociais onde cada um se insere e que tende a perpetuar. Portanto, assume-se sob a forma de barreiras que vão além da esfera económica e transcendem o nível da racionalidade e da consciência; a sua objetividade estende-se para lá da mera riqueza económica, ou da sua ausência.

O capitalismo é inerentemente um sistema de classes sociais, sendo as relações entre as classes caracterizadas pelo conflito. Porém, estas relações são extremamente desequilibradas. O relacionamento entre estas classes assenta na exploração, na medida em que os trabalhadores têm pouco ou nenhum controlo sobre o seu trabalho e os patrões têm a possibilidade de gerar lucro, apropriando-se do produto do esforço dos trabalhadores. Marx (1976) constata haver uma relação desigual entre os detentores dos meios de produção e os produtores em diversos modos de produção, sustentando que o conflito de classes em torno dos recursos económicos se iria acentuar com a passagem do tempo. Na modernidade contemporânea, Marx tem em conta a relação entre os capitalistas e os trabalhadores desde a formação do novo regime burguês. Esse novo regime distinguiu-se por simplificar a oposição constante de classes que viviam oprimidas, tal como, no regime escravagista, a oposição entre os senhores e os escravos,

e, no regime feudal, a oposição entre nobres e servos. Na ótica marxista as classes são diferenciadas pelo lugar histórico que ocupam em relação aos meios de produção. Por burguesia entendia Marx a classe dos capitalistas modernos, dos novos proprietários dos meios de produção social. Os proprietários do capital e os trabalhadores dependem uns dos outros, os capitalistas porque necessitam da mão-de-obra e os trabalhadores porque necessitam de salário para sobreviver; contudo, esta é uma relação de interdependência extremamente desequilibrada (Marx, 1976), porque os recursos de ambas as classes no quadro das relações de produção são desiguais, permitindo a sistemática exploração dos segundos pelos primeiros.

Bourdieu (1993) explica a relação hierárquica através da estrutura do espaço social que se manifesta, nos mais diversos contextos, sob a forma de oposições espaciais: o espaço habitado, ou a propriedade, resultará do espaço social. Numa sociedade hierarquizada, não há lugar a espaços não hierarquizados e, como tal, exprime hierarquias e distâncias sociais, mesmo que daí resulte um efeito naturalizado da realidade social que os atores sociais assumem, em regra, como tal.

Considerados como indivíduos biológicos e como corpos, Bourdieu (1993) descreve os seres humanos apresentando-os como seres situados num determinado lugar e a ocupar um determinado espaço. Esse lugar pode ser definido como um espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado. Logo, se tem um lugar, existe. O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que o indivíduo ocupa no espaço físico, sendo concomitantemente, portador de relações sociais.

Os indivíduos, como agentes sociais, são constituídos com e pela relação com um espaço social e as coisas, na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades; estão situados num lugar do espaço social que se pode caracterizar pela posição relativa que estabelecem com os outros lugares e agentes e pela distância que os separa uns dos outros (Bourdieu, 1993).

Como o espaço físico é definido pelos limites de ambas as partes, o espaço social, que se encontra inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais, é definido pela distinção mútua das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais (*idem*).

O poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona manifesta-se no espaço físico adquirido sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes sociais e a estrutura espacial da distribuição dos bens e/ou

serviços privados ou públicos, refletindo-se, portanto, o espaço social sob o espaço físico. A posição de um agente social no espaço social exprime-se no lugar do espaço físico ocupado, o que pode acontecer pelo lugar que ocupa temporariamente, mas sobretudo pelo lugar que ocupa permanentemente em relação ao lugar ocupado por outros agentes sociais. Esta situação verifica-se também, de acordo com o autor, no espaço através de propriedades que possuam determinados atores sociais, cujo poder tende a impedir qualquer alteração da situação, pelo que as transformações sociais são extremamente difíceis e custosas. Assim, aqueles que não possuem capital acabam por ser mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, de bens socialmente mais raros, ficando condenados a participar de um espaço social que é dividido por pessoas ou bens indesejáveis e menos raros. Portanto, a falta de capital intensifica a experiência da finitude, de fim de linha (Bourdieu, 1993).

Não se conhece apenas esta forma de determinação das classes, uma vez que para Weber (1972) é possível haver a alteração de classe social, sendo possível subir ou descer socialmente. São aquelas em que o estatuto em que se encontram, positiva ou negativamente, é um modo de estar, seja pelo modo de vida, pelo modo formal de educação (aprendizagem empírica ou racional) ou pelo prestígio, derivado da ascendência familiar ou da profissão desempenhada. Esta forma de divisão contribui para incluir uns e excluir outros, sendo que as formas inclusivas serão automaticamente exclusivas de outras classes, uma vez que contribuem não só para a diferenciação económica entre os indivíduos como para a diferenciação de estatuto social.

Tanto a classe económica como o estatuto social dos indivíduos influencia ainda a forma como vivem a política porque, mesmo que o indivíduo não integre um determinado partido, será sujeito às decisões tomadas, devido à desigual atribuição e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária. Os partidos são relações associativas baseadas no recrutamento, que se entende livre, com a finalidade de proporcionar o poder aos dirigentes dos mesmos; ou ainda, associações orientadas, de forma predominante e consciente, por interesses de estatuto ou de classe. Em qualquer dos casos, em princípio, a participação é voluntária e, assim sendo, significa que as atividades políticas estão nas mãos de líderes, de quadros do partido e de todos os participantes passivos e ativos, diga-se, pelo menos em tempos de eleições com o seu exercício de voto (Weber, 1972).

2. Pobreza, desigualdades e exclusão social

A forma como se definem e usam determinados conceitos depende significativamente da ciência que os analisa. A sociologia, sendo uma ciência que tem como objeto de estudo explicar o fenómeno social, investiga separadamente, na ótica durkheimiana, a “causa eficiente que o produz e a função que ele desempenha” (Durkheim, 1998: 112). Por outro lado, segundo a perspectiva weberiana, ela visa compreender de forma interpretativa a ação social e os seus efeitos (Weber, 1972), descreve as formas como se estabelecem relações entre grupos sociais e indivíduos e quais os instrumentos e recursos disponíveis a cada grupo ou indivíduo.

Ao longo dos anos as necessidades e os modos de vida têm mudado. Tal como outras no passado, do ponto de vista social, também as sociedades se conhecem desiguais de determinado modo, estão estruturadas em sistemas de classes e, do ponto de vista político, estão organizadas com bases formalmente democráticas (Fernandes, 2010). Isto é, considerando confrontos e compromissos de interesses de classes sociais, comportando mutações societais em termos quantitativos e qualitativos, têm sido consagrados direitos que visam a realização e o bem-estar dos seres humanos. Consequentemente, emergiram formulações diversas tais como as teorias contratualistas de Rousseau, que, segundo Silva (2009), embora tenham representado um grande avanço em relações às teorias e ideologias teocráticas e despóticas, são ainda limitadas e não têm em conta as desigualdades de classe por nascimento e existenciais. Todavia, segundo Marx (1976) e Weber (1972), assiste-se à existência de classes mais ou menos privilegiadas e, ao mesmo tempo, desenvolvem-se as democracias no quadro do poder político-partidário (Fernandes, 2010).

A pobreza, pelo menos em termos absolutos e económicos, é a forma mais extrema da desigualdade social e é a manifestação máxima e visível da extensão do fosso entre classes/grupos sociais (Silva, 2008: 137), constituindo a forma mais visível da exclusão social. De difícil definição, sabe-se que a pobreza deve ser avaliada conforme a época e o lugar em correlação com padrões médios de vida, que variam de sociedade para sociedade (Almeida, Capucha e Costa *et. al*, 1994; Costa, 1998, 2012; Paugam, 2003; Silva, 2009). A situação de pobreza implica a ausência e privação de recursos materiais, assim como a privação de liberdades e de direitos fundamentais à condição dos cidadãos/ãs (Sen, 2003, Silva, 2009; Costa, 2012). No entanto, ao resolver o problema de privação não significa que se tenha resolvido o da pobreza, na medida em que, ao resolver determinada privação, pode não ficar resolvida a falta de recursos

(Perista e Baptista, 2010). Enquanto a privação pode ser material e de resolução momentânea ou conjuntural, a pobreza constitui um problema multidimensional e estrutural nas sociedades. A falta de recursos socioeconómicos, causada por constrangimentos endógenos e exógenos, é considerada um critério-chave por Leeds (1971), na medida em que se trata de recursos necessários para a subsistência de cada indivíduo. Como consequência, pelo facto de a pessoa necessitar de apoios sociais ou outros, encontrar-se-á, de alguma forma, numa situação de desigualdade social face outros indivíduos e, conseqüentemente, de exclusão social.

Assim, as desigualdades são um aspeto estruturante e transversal de todas as sociedades. São múltiplas e complexas, estão sempre em processo de mudança, extinguindo-se ou esbatendo-se umas e surgindo ou acentuando-se outras, transformando-se em termos de intensidade, escala e significado social. As desigualdades sociais interligam-se entre si, de diferentes modos, assim como se interligam com muitos outros fenómenos sociais, não nos sendo, por isso, totalmente estranhas (A. F. Costa, 2012). Elas são o resultado de uma distribuição desigual de recursos e poder, o que influencia cada indivíduo enquanto ator social, e têm, na maioria dos casos, origem na desigualdade de oportunidades que cada indivíduo possui em correlação direta às desigualdades de recursos (A. F. Costa, 2012; Costa, 2012; Silva, 2009, 2015; Weber, 1972).

De acordo com Silva (2015), a desigualdade social pressupõe a apropriação ou usurpação privada de bens, de recursos e recompensas, ao mesmo tempo que implica que haja concorrência e luta. A sociedade vê-se confrontada “com determinadas classes/grupos ou atores sociais que ao longo da história, se têm apropriado e, eventualmente, monopolizado bens e recursos e excluído outros atores que são por eles expropriados e dominados” (2015: 30). Acerca das origens das desigualdades sociais são apontadas diversas causas histórico-sociais, desde as teorias da apropriação privada do sobretrabalho, da própria propriedade, passando pelas teorias da divisão do trabalho, até às teorias da coerção ou violência, até às explicações de tipo valorativo-normativo (Silva, 2015).

Historicamente, segundo Silva (2015), as desigualdades sociais e exclusões sociais que estavam intrínsecas às sociedades pré ou não-modernas, eram assumidas como produtos da ordem natural das coisas ou até mesmo como algo provindo da simples vontade dos deuses e/ou da transcendente ordem divina. Tanto nas Leis de Manu hindus constantes dos Livros dos Vedas, como na maior parte dos textos bíblicos

hebraicos e nos escritos islâmicos do profeta Maomé, há a alusão às funções sacralizadoras das desigualdades de castas, desigualdades de classe e desigualdades de género. Nos impérios egípcio e assírio e no contexto oriental, verificou-se que a atribuição de determinadas profissões e a própria escravidão existente em função da estratificação social usava de justificações mítico-religiosas e filosóficas em conformidade com o pensamento oriental.

Também na antiguidade clássica filósofos como Aristóteles (1997) e Platão (2001) *in* Silva (2015) legitimaram, ainda que cada um a seu modo, a diferenciação social entre grupos, nomeadamente patrícios e plebeus, mestres e escravos, cidadãos e bárbaros. No entanto, estas premissas não foram sempre tidas como naturais e pensadores iluministas como Rousseau viriam a colocá-las em causa. Para Rousseau (2012), as leis sociais são como um jugo que cada um deseja impor aos outros, não querendo submeter-se a essas mesmas leis. O homem nasce livre em direitos, contudo em toda a parte está aprisionado. A ordem social é um direito sagrado que servirá de base a todos os outros. Assim, há um mútuo acordo em que o dever e o interesse obrigam de igual modo às duas partes contraentes a ajudarem-se de forma mútua. É estabelecido um contrato social em que o povo realiza o contrato para que possa viver em sociedade. Para o efeito, delega noutras instâncias essas prerrogativas de forma a que a sua vida e os seus bens sejam salvaguardados. O que o homem perde pelo contrato social é a sua liberdade natural e o direito ilimitado a tudo aquilo que lhe é necessário e ganha, por sua vez, a liberdade civil e a propriedade daquilo que possui. O homem pela igualdade natural seria desigual em força e génio. O sistema social atribui-lhe igualdade por direito e convenção, uma igualdade moral e legítima. O que, todavia, nem sempre se verifica.

Medir a exclusão social depende da definição, assim como da situação de cada país ou sociedade. Contudo, no que se refere às desigualdades de rendimentos, ao nível dos países da OCDE, as desigualdades das famílias aumentaram em quase todos eles. Em Portugal concretamente, os rendimentos são distribuídos de forma bastante desigual (Pinto, 2016). Uma parte das categorias sociais vulneráveis à situação de pobreza procede de debilidades estruturais da formação social, outra parte decorre de transformações e recomposições do processo de modernização percorrido. Em Portugal, a combinação entre pobreza tradicional e novas formas de pobreza conduz à conclusão de que o país é fortemente condicionado pelos processos de mudança social a uma escala global fortemente interdependente, ao mesmo tempo que há uma pobreza que

persiste ao longo do tempo intimamente ligada a propriedades sociais que há muito estruturam o país (Pinto, 2016).

A instabilidade característica do modo de produção capitalista afeta várias áreas da sociedade, sendo o trabalho uma das mais afetadas. Passa-se então, com a modernidade, dos acontecimentos prováveis, para acontecimentos em constante mudança, de imprevisibilidade, sendo necessário para colmatar essa instabilidade uma grande flexibilidade que afeta as relações pessoais e profissionais dos indivíduos (Carvalho, Scheffer e Silva, 2012). A este tipo de desigualdades acrescentam-se outras como as diferentes condições de acesso aos cuidados de saúde, à habitação, à educação e atividades extracurriculares, à propriedade e ao crédito (Pinto, 2016).

Fazendo um *zoom* microssociológico, podemos dizer que as desiguais condições sociais de partida serão determinantes no futuro de uma criança, um dia adulto e um dia idoso, pois se os progenitores se encontram em dificuldades económicas dificilmente poderão proporcionar aos seus filhos as mesmas oportunidades que outras famílias com recursos. As desigualdades sociais desde a primeira infância são determinantes no bem-estar de todo e qualquer indivíduo. O acesso à escola, a atividades extracurriculares e a formação não está acessível a todos de igual forma, condicionando a preparação daquele que um dia será adulto, não obtendo as mesmas oportunidades de emprego (A. F. Costa, 2012).

De acordo com Rawls (1993), as desigualdades sociais apenas deveriam ser praticadas se, em algum momento, uma distribuição desigual de algum valor social, ou até mesmo de todos os valores sociais, resultasse no benefício de todos os indivíduos de uma determinada sociedade, o que não se constata, gerando momentos de luta por parte das classes, e conseqüentes exigências de cidadania e justiça social. Hoje, este mal-estar social está muito associado às crescentes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, sobretudo a empregos estáveis; à frustração decorrente do progressivo desgaste das garantias quase automáticas de *status* que estão associados ao diploma; e ao receio dos custos pessoais elevados que os agregados familiares, sobretudo os progenitores mas que poderão ter conseqüências em todo o agregado, poderão acarretar com a não obtenção de uma qualificação superior, apesar do investimento (A.F. Costa, 2012). “Aliás, crescimento económico, aprofundamento das desigualdades e desemprego são três realidades que podem coexistir num mesmo espaço e num mesmo tempo.” (Rodrigues, 2010: 195)

Como observa Silva (2009), o conceito de desigualdades sociais deve prevalecer analiticamente sobre o de exclusão social, na medida que é mais abrangente e claro em relação à exclusão social. Quanto à forma de estar e de viver a exclusão social dependerá de caso para caso (Xiberras, 1993), assim como a forma de medir as desigualdades sociais dependerá de contexto para contexto (A. F. Costa, 2012). Pobreza, desigualdades sociais e exclusão social são três conceitos que se correlacionam, contudo não são sinónimos. Há formas de exclusão social que não implicam pobreza nem desigualdades sociais, “assim como podem existir situações de altos níveis de desigualdade sem pobreza” (Perista e Baptista, 2010: 2). São exemplo os grupos afetados por dependências ou por patologias mentais, cujo principal problema com que se debatem é a estigmatização por parte da sociedade e as ações que praticam, e não necessariamente a falta de recursos económicos e a consequente situação de pobreza. A exclusão social é muito mais abrangente e pode significar o afastamento das redes de relações sociais e pode constituir uma exclusão sistémica e inultrapassável à dimensão do indivíduo (Costa, 1998, 2012). Contudo, e contrariamente à ideia durkheimiana de que pode haver pobres socialmente integrados, importa referir, no seguimento de Silva (2008), que toda a pobreza deve ser perspectivada como uma das formas e dimensões extremas e flagrantes de exclusão social e de desigualdade social.

Definir exclusão social é entrar num intenso debate tanto para académicos como para o campo das políticas sociais. É um conceito polissémico, ambíguo e impreciso, que se traduz numa abrangência aplicativa imensa a diversas categorias populacionais (Xiberras, 2003; Capucha, 2005; Silva, 2009; Costa, 2012;). A exclusão social começou a ser debatida na tradição sociológica francesa e veio a estender-se pela restante Europa, enquanto o conceito de pobreza começou por ter relevância no Reino Unido. Para Durkheim (1991), a exclusão social é entendida como a perda do laço sócio-moral face à consciência coletiva, uma desestruturação numa sociedade desprovida de valores e referências morais para alguns, originada pela anomia social que, como já referido anteriormente, pode acontecer tanto pela excessiva e forçada divisão social do trabalho, como pelo facto de as trocas económicas prevalecerem sobre as trocas morais. Para Weber (*cit in* Silva, 2009, 2015), a exclusão social assenta em três eixos: o económico (a classe), o social (o estatuto) e o político (o partido). Será resultante de formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercado e de relações fechadas próprias de certos círculos que tendem a usurpar, restringir e até mesmo monopolizar o

acesso a determinados recursos, e ainda, da desigual atribuição e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária.

Não dependendo em exclusivo, a verdade é que a situação de privação de recursos poderá significar a exclusão de determinado bem ou serviço, como a posse de qualificações escolares. Consequentemente, a criança, um dia adulto em idade de trabalho, terá limitações na procura do trabalho que venha a executar. Podendo correr o risco, conforme refere Capucha (1998), de nos encontrarmos perante uma tradição culturalista de pobreza, em que se assiste ao cultivar de formas de vida por parte das famílias como sendo as que conhecem e vivem de geração em geração como pobres (Barros e Santos, 1997, Silva, 2009). Como refere Sen (2003), quanto mais abrangente for o alcance da educação e de cuidados de saúde, mais provável será que mesmo aqueles considerados potencialmente pobres e excluídos conheçam melhores oportunidades de ultrapassar esse estado. Tal pode obviar consequências negativas tanto em termos sociais, como económicos e políticos, já que a falta de mobilidade social implica que muitos talentos não estejam a ser aproveitados, o que diminui o potencial crescimento económico, além de reduzir o bem-estar e a coesão social.

Como refere Bourdieu (1993), não há como garantir o acesso dos filhos das famílias mais pobres em termos económicos e culturais aos vários graus do sistema escolar, e sobretudo aos mais elevados, sem alterar o valor económico e simbólico dos diplomas. Aqui, os alunos e os estudantes de famílias pobres acabam por ter todas as probabilidades de conseguir, no final do seu percurso escolar, muitas vezes paga com grandes sacrifícios por parte dos pais ou encarregados de educação, nada mais do que um diploma muito desvalorizado. Por outro lado, se fracassarem estarão mais uma vez destinados a uma exclusão sem dúvida ainda mais estigmatizante do que no passado, isto porque aparentemente tiveram possibilidades de uma ascensão social que outros não tiveram e fracassaram. Assim, a escola é vista cada vez mais, tanto pelas famílias como pelos próprios alunos, “como um engodo e fonte de uma imensa decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela” (Bourdieu, 1993: 483).

No quadro de produção do modo capitalista criam-se necessidades na população de forma a que uma sociedade não possa deixar de consumir nem de produzir e o capitalista consiga um lucro contínuo que provém do investimento, extraindo a parte da mais-valia produzida pelo trabalhador (Marx, 1979). Contudo, há diferenças neste processo de inclusão pelo trabalho, dependendo do nível de especialização (Stoer e

Magalhães, 2005). Esta é uma forma de exclusão, aliás já apontada por Weber (1972), ao definir que a exclusão social assenta em três eixos: o económico, que se refere à classe; o social, que se refere ao estatuto; e o político, que se interliga com o conceito de partido. Concretamente no primeiro eixo, o indivíduo, ao não ser incluído no meio profissional, irá ser desprovido da moeda de troca. Assim, se, por um lado, há aqueles que promovem e organizam uma unidade de trabalho como forma de acumularem riqueza, por outro, há aqueles que são mobilizados para esse processo e acabam por ser quem mais arca com consequências negativas, ou seja, as classes trabalhadoras (Stoer e Magalhães, 2005).

As sociedades contemporâneas são descritas por Beck (1992) como sociedades de risco. O surgimento e crescimento de novos riscos sociais, políticos e económicos têm desencadeado processos de nova pobreza (Paugam, 2003; Costa, 2012), uma vez que “tendem a escapar às instituições que os geriam e protegiam na sociedade industrial” (Beck, 1992: 5). E, numa sociedade onde o modelo dominante continua a ser o *Homo Oeconomicus*, a pessoa que não participe ativamente no mercado de trabalho será percecionada como excluída. Obviamente a situação de exclusão não se refere apenas ao desemprego ou emprego precário; contudo, o desemprego e sobretudo o desemprego de longa duração é uma das bases diretas para a situação de pobreza, uma vez que significará a incapacidade de participação dos indivíduos no mercado de consumo e sucessivas ruturas dos laços sociais (Xiberras, 1993), culminando em perdas ao nível da identidade social (Perista e Baptista, 2010), uma vez que a exclusão não se manifesta apenas no campo económico, mas também em atitudes e processos de desqualificação social. Muitas vezes são adotadas estratégias por parte de indivíduos para manterem de fora estranhos, “impedindo-os do acesso a recursos de valor” (Giddens, 2001: 306).

Numa análise conceptual verifica-se que tanto a inclusão como a exclusão social são dois termos inseparáveis, concebidos como expressões da realidade social (Stoer e Magalhães, 2005). A inclusão social deve fundar-se num paradigma de ética e justiça social, procurando ultrapassar desigualdades sociais e redistribuindo a riqueza. Poder-se-á falar de inclusão social quando os indivíduos iniciam processos que lhes permitam aceder aos direitos de cidadania e à participação social na sua plenitude, e sempre que as instituições ofereçam essa população verdadeiras oportunidades de iniciar esses processos, através da disponibilização de meios e de apoio para a posterior inserção social (Capucha, 1998).

À medida que o pobre é reconhecido como tal, passa a ter mais oportunidades de assistência. É uma medida de inclusão que suscita dúvidas, uma vez que, ao se ser assistido, o pobre é reconhecido como possuindo incapacidade para prover às suas necessidades, pelo menos num determinado momento da sua vida (Castel, 1998), encontrando-se perante uma perda de cidadania e dignificação humana (Silva, 2008). Além disso, este processo pode acontecer a diferentes níveis, podendo o indivíduo estar incluído em determinados níveis e excluído a outros (Perista e Baptista, 2010).

3. Estado-Providência

O Estado-Providência é equacionado como resultado do funcionamento do sistema político na capacidade própria de tornar compatível o conflito e a integração, e equacionado na capacidade de tornar os conflitos de oposição radical em conflitos de regulação da própria sociedade (Mozzicafredo, 1997). É defendido por Holmwood (2000) como a garantia da liberdade individual e da promoção do bem-estar de cada indivíduo. Não possui como objetivo principal a “redistribuição do rendimento por si mesma, mas sim o de garantir segurança e proteção” (Esping-Andersen, 2009: 70), tornando-se uma almofada institucional fundamental tanto de salvaguarda das situações sociais mais vulneráveis, como um mecanismo de promoção da igualdade de oportunidades (Carmo, 2014). Assim, nos pontos que se seguem irá-se refletir sobre a sua génese e a sua importância no âmbito das políticas públicas que têm decorrido e que estão na base do tipo de apoios que aqui são objeto de estudo.

3.1 . A ideia de justiça social e génese e tipos do Estado-Providência

Rawls (1993) refere com pertinência que a justiça é a virtude primordial das instituições sociais, uma vez que a justiça regula a forma como as instituições sociais mais importantes distribuem os direitos e os deveres fundamentais e determinam a divisão dos benefícios da cooperação em sociedade a cada ser-humano. Por sua vez, Rosas (2003) realça que a justiça social não resulta de ações individuais, de ações que visam a atribuição de prémios de acordo com o mérito individual ou qualquer outro critério definido, mas diz respeito ao que depende de cada um na própria estrutura social no seu conjunto, a cada comunidade. Contudo isto não é assim tão simples, pois a sociedade é simultaneamente marcada por identidades diversas e confrontos de interesses, pelo que se torna imperativa a estratégia de cooperação comum que torne possível uma vida melhor para todos, em vez de deixar-se arrastar exclusivamente pelo “egoísmo” e estratégias individuais.

Os projetos dos indivíduos devem poder articular-se em conjunto com os projetos dos demais, de modo que as respetivas atividades sejam mutuamente compatíveis e possam ter seguimento, sem que sejam ultrapassadas as legítimas expectativas de cada um (Rawls, 1993). Como forma de resposta às desigualdades e exclusão social, houve a criação de novas formas de regulação funcional e de coordenação das relações entre as estruturas sociais e os indivíduos. Os mecanismos

criados visam assegurar o equilíbrio social entre o processo de mercantilização da sociedade e as expectativas de maior equidade e justiça social. Um pouco por toda a Europa, a sociedade passou a ser considerada como um sistema social quando articulado com instituições e grupos sociais, tanto na produção como na distribuição de bens e serviços (Mozzicafredo, 1997).

Para Holmwood (2000), falar da evolução de direitos sociais é dar continuidade aos direitos civis e políticos de cada indivíduo enquanto ser-humano, ao mesmo tempo que envolve as alterações dos principais mercados, uma vez que a atual teoria social e política crítica é cética quanto ao futuro do Estado-Providência diante dos mercados globais.

É na Alemanha sob Bismark que são dados os primeiros passos para a ideia de um Estado-providência com a *Lei dos Pobres*, em 1870, a *Lei para seguros de acidentes de trabalho*, em 1882, a *Lei sobre Seguro Médico*, em 1883, e a *Lei sobre o Seguro de Velhice e Incapacidade*, em 1889. Estas medidas legislativas foram seguidas, ainda que com algumas variantes, em países nórdicos como a Dinamarca, a Suécia, a Finlândia e a Noruega (Silva, 2015). Neste modelo, cada indivíduo tem o dever de contribuir para o bem-comum e o direito de aceder, quer individual quer socialmente, ao bem-estar económico e social (Capucha, 2005).

A emergência e a consolidação do Estado Social favoreceram a redução das desigualdades sociais, ao restringir a vulnerabilidade social a diversos riscos e ao promover a igualdade de oportunidades; é, portanto, o resultado de um compromisso histórico entre as classes trabalhadoras e os detentores do capital (Pinto, 2016). Converteu-se num regulador importante ao nível económico-social, apesar das diferentes configurações que assumiu, fomentando e estabilizando a atividade económica e as relações sociais (Esping-Andersen, 1990). Para o efeito, o autor considera uma tipologia que distingue três modelos ou regimes de Estado-Providência: o modelo Continental ou Corporativo, o modelo Anglo-saxónico/Liberal e o modelo Escandinavo/Social-democrata.

O modelo Continental/Corporativo assenta em mecanismos bismarckianos de seguros públicos obrigatórios, ligados a regimes profissionais dos beneficiários e é hoje caracterizado por uma proteção frequentemente dualista. Abrange regimes de proteção segundo o estatuto profissional e proteção elevada para os funcionários públicos. É um modelo que foi implementado em países como França, Alemanha e Luxemburgo. Apresenta riscos sociais associados à discriminação das mulheres, encargos sociais

elevados com a mão-de-obra, excesso de peso das despesas com pensões e dificuldades em dar resposta a níveis elevados de desemprego. Este modelo tem como estratégia em cenários de crise a indução da saída precoce do mercado de trabalho, custo elevado de mão-de-obra, aumento da produtividade e prestações sociais de desemprego e de reforma antecipada elevadas (Adão e Silva, 2002).

O modelo Anglo-saxónico/Liberal (Reino Unido e Irlanda), de matriz beverigiana, evoluiu para um sistema caracterizado por um conjunto de prestações sociais sujeitas à condição dos recursos e à importância do sector privado nas pensões e das despesas privadas com a saúde. Pode ser gerador de riscos sociais associados a armadilhas de pobreza, aumento da desigualdade social e da pobreza de trabalhadores pouco qualificados com baixos salários. Em altura de crise este modelo conduz à desregulação do mercado de trabalho, flexibilidade salarial, redução do valor dos salários mais baixos, desgaste do valor das prestações e redução de programas sociais (*idem*).

O modelo Escandinavo/Social-democrata, visto como o mais vantajoso em termos de consubstanciação de cidadania social (Noruega, Dinamarca, Finlândia e Suécia), é caracterizado por um esquema de proteção social de acesso universal, prestações igualitárias e serviços de apoio para todos os segmentos sociais. Os riscos sociais estão associados à dificuldade de financiamento, manutenção de níveis elevados de qualidade do serviço público e limites do emprego no sector público. Como estratégia em tempos de crise, o modelo escandinavo expande os serviços sociais através da criação de emprego público e da participação feminina no mercado de trabalho em *part-time*. Cria o desenvolvimento de medidas ativas de inserção no mercado de trabalho (*idem*).

Tabela 1. Os modelos de *welfare* de Esping-Andersen

| Modelo de <i>welfare</i> | Dimensões típicas | Países | Riscos sociais associados | Estratégias de respostas aos cenários de crise |
|--|--|---|--|---|
| Continental ou Corporativo | Regimes de proteção Segundo o estatuto profissional Proteção social dos funcionários públicos elevada | Áustria Bélgica França Alemanha Holanda Luxemburgo | Discriminatório das mulheres Encargos sociais com a mão-de-obra elevados Excesso de peso nas despesas com pensões Dificuldade em responder a níveis elevados de desemprego | Indução da saída precoce do Mercado de trabalho Aumento da produtividade Prestações sociais de desemprego e de reforma antecipada elevadas |
| Anglo-saxónico ou Liberal | Prestações sujeitas a condição de recursos Importância do sector privado nas pensões Importância das despesas privadas com saúde | Reino Unido Irlanda | Armadilhas de pobreza Aumento da desigualdade social e da pobreza Trabalhadores pouco qualificados e baixos salários | Desregulação do Mercado de trabalho Flexibilidade salarial, redução do valor dos salários mais baixos Erosão do valor das prestações Redução de programas sociais |
| Escandinavo ou Social democrático | Acesso universal Prestações igualitárias Serviços de apoio às famílias desmercadorizados | Dinamarca Finlândia Suécia | Dificuldades de financiamento Dificuldades de manutenção de níveis elevados de qualidade do serviço público Limites do emprego no sector público Erosão do ideal solidarístico subjacente | Expansão dos serviços sociais, com criação de emprego público Expansão da participação feminina no Mercado de trabalho Expansão do trabalho em <i>part-time</i> Desenvolvimento de medidas ativas no Mercado de trabalho |

Fontes: Esping-Andersen (1990:69-78), Esping-Andersen (1996: 10-20), Rhodes (1997b: 61-62), adaptado de Adão e Silva (2002:27).

Para o desenvolvimento de qualquer Estado-Providência, Esping-Andersen (2009) apresenta três lições que considera fundamentais: a família e a revolução no papel das mulheres; as crianças e a igualdade de oportunidades; e o envelhecimento e equidade. A primeira lição refere-se às alterações introduzidas com a entrada das mulheres no mercado laboral e, conseqüentemente, a alteração das famílias tradicionais.

Considerando que o papel das mulheres foi um bom augúrio ao desenvolvimento económico, a sua entrada no mercado de trabalho exigiu medidas para resolver certos problemas sociais. Nas famílias tradicionais, a mulher ficava em casa a tomar conta dos filhos, da família, trabalhando fora apenas se por necessidade. Com a entrada no mercado de trabalho, passa a haver a necessidade de se criarem respostas adequadas para prestar os cuidados necessários às crianças, sob pena de as mulheres terem de abandonar o mercado de trabalho. Esta situação obrigou a avanços no sentido de as mulheres poderem cumprir o sonho da maternidade, conciliando esse sonho com a vida laboral.

A família surge como um dos pilares da sociedade, considerada uma das principais fontes de proteção, juntamente com o mercado e as prestações sociais dos poderes públicos, não tendo estas últimas o mesmo peso que as anteriores para a maioria das pessoas. Estes três pilares da proteção social exercem efeitos uns sobre os outros. Ou seja, se o mercado entra em crise, há a aproximação da família e dos poderes públicos; se houve alterações no papel da mulher na sociedade e, conseqüentemente, das famílias, o Estado passou a dar outra prioridade aos serviços que visam o bem-estar das famílias, como os cuidados às crianças e aos idosos. Ora, a família mantém-se como um pilar fundamental da sociedade, pelo que o autor considera que o desafio consiste em colocar em prática políticas que a sustentem, como a criação de creches com a cobertura territorial adequada. A solução dos avós é cada vez mais inviável, uma vez que estes também têm tendência a ainda se encontrarem a trabalhar (Esping-Andersen, 2009).

A carreira não é necessariamente incompatível com a maternidade e, se a pobreza é extremamente problemática para o desenvolvimento das crianças, o emprego das mães terá, espera-se, como consequência a redução das situações de pobreza nessa faixa etária. A fecundidade por parte das mães acontecerá mais nos casos em que as mães têm contratos de trabalho estáveis do que com aquelas que possuem contratos de trabalho a prazo. No entanto, tem vindo a ser fundamental no desenvolvimento económico e das sociedades este novo papel da mulher. O facto de o agregado familiar conseguir determinadas condições de vida para todos os elementos com as receitas provenientes do emprego da mulher não só fará diminuir a pobreza e, conseqüentemente, a necessidade de apoio social, como melhorará as receitas fiscais do Estado (*idem*).

Há ainda a necessidade de que as políticas públicas em matéria de licenças parentais, de cuidados de infância e a idosos dependentes sejam revistas nuns países e

alicerçadas noutros. Seja através da criação de condições para que as mães possam conciliar a maternidade com o mercado laboral, seja a criação ou alargamento de respostas sociais adequadas tanto aos cuidados a prestar às crianças como aos idosos, sobretudo dependentes, a verdade é que nos países em que estas condições existem, o nível de pobreza das famílias é mais reduzido. No caso do modelo escandinavo, considerado pelo autor como um modelo mais justo, pode verificar-se que com o aumento das receitas ao longo dos anos, há uma maior entrada de receitas fiscais para o Estado, há mais estímulos às crianças, há apoios para as famílias visando manter a pessoa idosa no seu meio natural de vida com a qualidade e segurança de que necessite (*idem*).

Relativamente à segunda lição, o autor salienta que o desenvolvimento das crianças não depende unicamente de medidas implementadas pelo Estado. As origens sociais marcam-nos profundamente antes do Estado-Providência intervir. Há duas razões essenciais para assegurar uma igualdade mínima de competências e de capital humano. A primeira é demográfica, pois, estando perante uma taxa de fecundidade cada vez mais baixa, as coortes de jovens serão cada vez menores, havendo futuramente dificuldades em sustentar as despesas do Estado-Providência com a população idosa. A segunda está no rápido aumento das necessidades de qualificação da economia do conhecimento. Ou seja, se muitos concordam que hoje as qualificações são mais decisivas do que nunca, a identificação das mais importantes é muito controversa (Esping-Andersen, 2009), pois nem todos concordam com a necessidade de se investir na prossecução de estudos. Como referido por estudos de Bourdieu (1993), há a desvalorização da escola por parte de alguns pais de jovens que se vêem obrigados a atingir uma escolaridade mínima obrigatória, apontando os pais como negativo o aumento do tempo que os filhos passam na escola, pois isso influencia a falta de interesse em adquirir conhecimentos práticos. Na ótica dos pais, estes conhecimentos práticos fazem falta em fábricas, locais onde muitos deles se encontram ou encontrarão a trabalhar até atingir a reforma, chegando alguns à situação de desemprego.

Atualmente, em quase todas as economias, aqueles que abandonam a escola precocemente são afetados pelo desemprego três vezes mais comparativamente àqueles que possuem diplomas de nível superior. Portanto, numa perspetiva de percurso de vida, os que são pouco qualificados têm menos hipóteses de atingir pensões de reforma elevadas, correndo maior risco de viver em situação de pobreza na velhice, comparativamente aos que prosseguiram estudos. Como refere A. F. Costa (2012),

aqueles que são licenciados encontram melhores condições profissionais face aos indivíduos pouco escolarizados. Portanto, o desafio para o Estado-Providência consiste em garantir a todas as crianças um bom início, para que possam usufruir de iguais oportunidades em idade adulta. Esta situação agudiza-se ainda mais nas situações em que ambos os elementos do casal são pouco qualificados, ao ser confrontados com riscos elevados de baixos rendimentos e das situações de desemprego. Sendo os casais maioritariamente constituídos por elementos que são originários da mesma classe social de origem, logo o usufruto daquilo que se adquiriu ao longo da vida acaba por ser uma manifestação da reprodução das diferenças entre ricos e pobres. E se, por exemplo, aqueles que possuem recursos conseguirem, até para o menos dotado dos filhos, proporcionar oportunidades que lhes garantam um futuro razoável, o mesmo não acontecerá com o filho de um casal pobre, uma vez que mesmo que possua condições intrínsecas para ir avante na prossecução de estudos, logo aumento de qualificações, os pais poderão não conseguir garantir o acesso ao ensino superior, ou outra oferta que lhes proporcione a ascensão a uma classe social mais alta (Esping-Andersen, 2009).

Esping-Andersen refere as conclusões de pesquisadores americanos que mostram que as crianças pobres cumprirão menos dois anos de estudos comparativamente às outras crianças. No mesmo sentido, correm mais riscos de terem problemas de saúde, de seguirem percursos de delinquência e, uma vez adultos, mais riscos de caírem no desemprego. As desigualdades de rendimentos aumentam o risco de pobreza infantil. Ora, se, tal como aconteceu nos países escandinavos, se conseguisse reduzir a pobreza infantil e assegurar às famílias mais segurança económica, a herança social a que as crianças estão sujeitas seria limitada e, por conseguinte, menos marcante no desempenho dessas mesmas crianças. Para o efeito, primeiramente, tem sido importante a entrada da mulher no mercado de trabalho, pois não apenas aumentam os rendimentos para a família, como o tempo que as mães passam com os filhos acaba por ser positivo de forma significativa. Em segundo lugar, considera-se muito importante uma intervenção de boa qualidade destinada às crianças em risco, com a criação de creches e do ensino pré-escolar, permitindo efeitos positivos substanciais e duradouros, melhorando a integração social, limitando a delinquência juvenil e prolongando os estudos. Desta forma, combatem-se os riscos que a pobreza infantil traz, tanto sociais como individuais (*idem*).

Relativamente à terceira lição, a qual não é indissociável dos pontos até agora explanados pelas lições anteriores, sobre o envelhecimento e equidade, refere-se à

forma como os Estados têm lidado com as alterações demográficas e as políticas utilizadas para fazer face a estas alterações. A verdade é que a introdução da reforma a partir da década de 1960 permitiu que a partir de determinados critérios, como a idade ou a dependência, todos possam usufruir de um apoio monetário na fase mais avançada da sua vida, havendo a possibilidade de erradicar a pobreza para as pessoas mais velhas. A pensão de reforma deve ser atribuída de acordo com a contribuição de cada indivíduo ao longo da sua vida ativa, mas até então os idosos viam-se completamente desamparados pelo Estado, ficando à sua responsabilidade ou dos familiares a sua subsistência, deixando o mercado de trabalho apenas se não conseguissem mais trabalhar ou porque haviam sido despedidos (Esping-Andersen, 2009). Portanto, esta política foi importante para a diminuição das situações de pobreza dos idosos.

Atualmente o Estado-providência depara-se com outros problemas: a evolução da sociedade trouxe consigo a redução da taxa de fecundidade e a esperança média de vida é cada vez mais longa, e com boa saúde. É ainda de notar que os idosos ricos vivem mais tempo que os idosos pobres, aumentando a proporção de pessoas da chamada quarta idade, que usufrui de reforma. Este processo de aumento de esperança média de vida acelera-se rapidamente e nos países desenvolvidos a população idosa aumentará em média para o dobro daqui a cinquenta anos. Onde é cada vez mais necessária a criação e a expansão de serviços especializados de apoio aos mais velhos, como Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e Serviços de Apoio ao Domicílio (SAD). Contudo, não cabe apenas ao Estado a proteção das pessoas idosas, mas também ao mercado e à família. Ou seja, hoje, em muitos casos o mercado de trabalho permitiu às pessoas idosas reunirem condições para usufruir de reforma, mas também permitiu acumular bens e poupanças essenciais a esta fase da vida (Esping-Andersen, 2009).

No que toca ao apoio familiar, se até aos anos 1950/60 os pais e os filhos coabitavam amiúde na mesma casa, atualmente isso acontece com muito menos frequência. Em Itália e Espanha, 30 % das pessoas idosas vivem com os filhos, em França 18% e na Dinamarca a coabitação entre gerações praticamente desapareceu. Não quer isso dizer que a família não presta qualquer apoio à população idosa, mas a situação alterou-se. Mais uma vez, enquanto no passado era a mulher quem praticamente assegurava essa tarefa, hoje, quando surge essa necessidade e ela ainda se encontra a trabalhar, o apoio intrafamiliar faz-se nos dois sentidos. De resto são muitos

os casos em que os mais velhos dão apoio financeiro aos jovens, e não a situação contrária, por serem estes os que mais necessitam (*idem*).

Há a necessidade de se definir um contrato entre as gerações que permita assegurar o bem-estar das pessoas idosas, mas sem esgotar os recursos de que os jovens precisam, ou irão precisar. A opinião geral, de acordo com o autor, é de que para fazer frente ao envelhecimento se deva prolongar o início da idade da reforma, assegurando assim a justiça entre gerações. No entanto, uma reforma segura e com valores razoáveis dependerá largamente do sucesso profissional tido ao longo do percurso de vida profissional, sendo a maximização do emprego essencial para assegurar futuras reformas. É, portanto, urgente pensar em medidas que promovam o emprego estável, de forma a assegurar o bem-estar dos indivíduos não apenas enquanto adultos, mas aquando da chegada da idade da reforma. A proteção social dos idosos significa também a proteção social dos mais jovens na medida em que estes não dependerão dos mais jovens, pelo menos, financeiramente (*idem*).

3.2. O modelo de Estado-providência em países da Europa do Sul

Mesmo nos países que hoje fazem parte da União Europeia, as diferenças entre o conjunto de políticas sociais que estão na base do Estado-Providência são de tal modo significativas que não é possível falar de um único modelo europeu. No conjunto dos países do sul da Europa desenvolveu-se um modelo particular e com um conjunto significativo de especificidades, que de certo modo o diferenciam dos restantes países europeus, nomeadamente por força do seu desenvolvimento tardio. Autores como Ferrera (1996) e Adão e Silva (2002) identificam, assim, um quarto modelo com características próprias entre os países do Sul (Espanha, Grécia, Itália e Portugal), acrescentando assim mais um modelo à tipologia tríptica de Esping-Andersen. Estes países, apesar de semelhantes aos países da Europa Continental, apresentam *nuances* consideradas fulcrais à sua caracterização e posterior comparação com os outros modelos. O modelo dos países de sul da Europa caracteriza-se por um sistema de proteção dualizada baseada em transferências monetárias, numa distribuição desequilibrada de proteção segundo os riscos clássicos, um baixo grau de penetração das instituições públicas de proteção social, um sistema de saúde público universal, particularismo institucional, baixa eficácia dos serviços e repartição desigual dos custos segundo os grupos profissionais. De acordo com Esping-Andersen (2009), países com

este modelo apresentam um atraso considerável comparativamente a outros países da Europa.

As semelhanças entre as características geográficas destes quatro países são conhecidas: têm um clima mediterrâneo temperado, uma topografia montanhosa, e integram penínsulas, com longas costas, mas sem rios navegáveis (Adão e Silva, 2002). Segundo este autor, estas características físicas comportariam consequências para o desenvolvimento social: o padrão agrícola era de trabalho intensivo, tendendo a resistir à modernização e atrasando o fenómeno do êxodo rural; a topografia destes países caracterizava-se por problemas de comunicação, sendo a construção de vias difícil, levantando problemas para o desenvolvimento do comércio interno; e por fim, os recursos minerais disponíveis eram poucos, o que influenciou o desenvolvimento societal, sendo a industrialização mais difícil, com consequente atraso do desenvolvimento geral destas sociedades (Malefakis, 1995). Porém, embora sejam fatores coadjuvantes na explicação das diferenças, segundo Silva (1998), outros fatores de ordem económica e política explicam o relativo atraso na implementação do Estado Social nestes países, designadamente uma menor acumulação de capital e insuficiência de recursos fiscais, atraso no processo de industrialização (burguesia agro-industrial mais débil e consequente formação tardia de classe operária) e composição de classes dominantes não orientadas para a produção em moldes capitalistas quer na agricultura (latifúndio e minifúndio), quer numa burguesia compradores mais orientada para a importação-exportação, aliadas a formas assistencialistas geridas pela Igreja Católica e formas patrocinais e clientelares.

Espanha, Itália e Portugal são países católicos, nos quais o movimento da Reforma teve um impacto residual e onde a homogeneidade religiosa prevalece. Até recentemente, o Estado e a Igreja católica encontravam-se intimamente ligados, tendo a igreja católica tido um papel determinante na proteção social, em especial nas políticas de assistência social, na conceção de políticas relacionadas com a família e, em certa medida, nas políticas de saúde. Como consequência, houve um atraso no processo de secularização e um princípio de subsidiariedade na produção do bem-estar (Adão e Silva, 2002).

Outra dimensão em que os países do sul revelam semelhanças é a dos processos políticos. Tendo como exemplo o século XX, é possível identificar traços comuns nas trajetórias políticas destes quatro países (Espanha, Grécia, Itália e Portugal), considerando três períodos. Um primeiro período, o momento em que a burguesia

começou adquirir poder, através do “parlamentarismo ou até mesmo de um “golpe de estado” (Adão e Silva, 2002: 34); um segundo período corresponde ao período em que vigoraram regimes autoritários de extrema-direita; e um terceiro período que se iniciou com as transições para a democracia, assim como a subsequente consolidação democrática e a posterior adesão à União Europeia (*idem*).

Durante estes períodos, ocorreram importantes tentativas de implementação de políticas sociais com o objetivo de modernizar, secularizar e alargar o âmbito das políticas sociais. Contudo grande parte falhou, sobretudo, por se tratar de medidas radicais, que redefiniram drasticamente o papel da igreja, importantíssimo nessa época e em muito considerado, e das instituições de caridade social aos mais necessitados. Com o quadro político vigente, ainda que com *nuances* temporais e espaciais entre os quatro países, houve implicações claras para as políticas sociais, tendo o princípio de subsidiariedade readquirido importância, “quer pela promoção e apoio das instituições de caridade e mutualidades, quer pela intensificação do papel do modelo de família patriarcal na provisão de bem-estar” (Adão e Silva, 2002: 35). Assim ocorreu também a regulação da atividade das corporações e organizações de trabalhadores.

Nos países da Europa do Sul foram determinantes as transformações que acompanharam a transição para a democracia. O advento da democracia política coincidiu com o advento da social-democracia, sendo a criação de Estados-providência uma característica desta mudança. Além de compromissos simbólicos e políticos que foram estabelecidos, as despesas sociais aumentaram significativamente, foram garantidos direitos efetivos e benefícios sociais, assim como os salários cresceram exponencialmente. A criação de regimes democráticos permitiu a participação de novos grupos sociais no processo de decisão, sendo introduzidas medidas sociais que tinham como objetivo último a melhoria do sistema de bem-estar (Adão e Silva, 2002).

Concretamente no que se refere à natureza do modelo de *welfare* da Europa do Sul, há duas abordagens a considerar: uma primeira tende a considerar estes países como versões pouco desenvolvidas do modelo continental ou corporativo, com padrões institucionais semelhantes, contudo sem atingir o mesmo patamar de desenvolvimento devido ao facto de terem tido regimes autoritários até meados dos anos 1970 (Castles, 1995); uma segunda abordagem defende que há um conjunto de características que dificultam uma incorporação linear destes países naquele modelo. Isto é, de acordo com a primeira abordagem, os quatro países não formarão um grupo distinto, mas antes uma subcategoria do modelo corporativo. Dessa forma, para compreender adequadamente a

produção do bem-estar nos países do sul, seria importante olhar para a forma como proteção social, mercado de trabalho e agregados familiares interagem. Assim como para a forma como neste processo instituições que, à partida, seriam semelhantes, se encastram em realidades sociais diferentes (Adão e Silva, 2002).

Maurizio Ferreira (1996) propõe um quarto modelo de Estado-Providência característico dos países do sul da Europa por força do seu desenvolvimento tardio. Este modelo é frequentemente dualista, garante a sobreproteção de certos núcleos da força de trabalho, aqueles que são bem pagos e têm uma relação salarial estabilizada. É também um modelo caracterizado pelo forte peso das transferências monetárias, fundamentalmente das pensões de velhice, por contraponto a uma cobertura insuficiente dos serviços de apoio à família e à comunidade. No entanto, neste modelo não são consideradas questões de género e, conseqüentemente, não é dedicada atenção suficiente ao papel da família, nomeadamente das mulheres na provisão de bem-estar (Adão e Silva, 2002).

No que se refere à proteção social, os esquemas de substituição de rendimentos dos países da Europa do Sul têm todos esquemas bismarckianos, tendo por base o estatuto ocupacional e com uma estrutura semelhante à dos países que compõe o modelo corporativo. Sendo um modelo centrado nas transferências sociais, os cidadãos ou beneficiários utilizam muitas vezes as lacunas da legislação em proveito próprio, resultando num número significativo de beneficiários de pensões de invalidez, subsídios de doença, reformas antecipadas, sendo muitas vezes a garantia mínima de recursos. Contudo, se os sistemas de segurança social são concebidos com base nos princípios bismarckianos, o mesmo não acontece com os sistemas de assistência social, apresentando Stephen Leibfried (1992) um quarto modelo, ao qual chamou de modelo latino (Adão e Silva, 2002).

Este quarto modelo caracterizar-se-ia por níveis de proteção rudimentar, com semelhanças aos países anglo-saxónicos, nomeadamente no que toca à baixa proteção social e à entrada forçada no mercado de trabalho. Segundo Pereirinha (1997), também as disposições institucionais de combate à pobreza e à exclusão social indicam existência de um modelo latino. Esta perspetiva é corroborada pelo facto de nos países da Europa do Sul haver uma proporção mais pequena de agregados familiares a receber benefícios sociais, havendo, todavia, agregados que vivem exclusivamente desses benefícios, tornando-se dependentes, em muitos dos casos, das transferências sociais, e

apenas deixando os níveis mais baixos de pobreza após essas mesmas transferências (Adão e Silva, 2002).

No que se refere à situação perante o emprego, estes quatro países apresentam algumas diferenças. Enquanto na Grécia, Espanha e Itália a taxa de desemprego é acentuada e a de emprego reduzida, em Portugal a taxa de emprego chega a ser mais elevada do que a média da União Europeia. Ao invés, Portugal é dos países onde mais mulheres trabalham a tempo inteiro, o que poderá ser explicado, como assinalado acima, pela política de baixos salários, pela ausência e/ou debilidade de Estado-Providência, pela histórica e específica composição de classes, pelo caráter tardio e débil do processo de industrialização e subsequentes consequências referidas (Silva, 1998). Em suma, nestes países, a passagem pelo sector secundário (industrial) foi mais ténue, havendo quase um salto do sector primário para o sector terciário (Adão e Silva, 2002).

Relativamente ao pilar da família, é possível agrupar os países europeus em três grupos homogéneos: os países escandinavos, os países da Europa Central e os mediterrânicos, juntamente com a Irlanda. Este último grupo apresenta aspetos distintivos, pois, apesar de ter vindo a decrescer ao longo dos anos, ainda é nestes países onde o número de elementos por agregado familiar é maior. Caraterizam-se por taxas de nupcialidade elevadas e mais vínculos internos de união, sendo que muitas vezes o agregado familiar funciona como sistema de redistribuição. Fator de distinção é também o papel da mulher nestes países, nomeadamente no que toca ao trabalho pago e não pago no seio familiar. Estas tarefas, que na maior parte dos casos acabam por ser cumulativas ao emprego da mulher, dificultam a sua inserção no mercado de trabalho. Esta ideia vai de encontro ao paradoxo identificado por Manuela Naldini (1999 *in* Adão e Silva, 2002), segundo o qual quanto mais ativo é o papel das famílias, menor é o desenvolvimento dos serviços de apoio à família e o nível de benefícios para as famílias com crianças.

3.3. O caso português

Considerando sempre que o Estado-providência é resultado da história e do contexto económico, social e político de cada país, debrucemo-nos agora sobre o caso português. A previdência em Portugal remonta a 1297 com os “compromissos”, consistindo em associações que ajudavam as famílias dos náufragos de então, assim como associações mútuas várias, ao longo dos séculos que se seguiram. Estas

associações, de origem medieval, apenas em 1834 virão a ser extintas pelo decreto de 7 de maio. Há a extinção das corporações, mas o direito às associações persiste, e é dessa forma que entre 1843 e 1889 foram criadas 392 associações operárias (Maia *in* Pereirinha e Carolo, 2006). As associações mutualistas deram início à previdência coletiva, que visava fazer face aos riscos sociais decorrentes da industrialização. Funcionaram de forma desregulada até 1866 e, por essa razão, houve a necessidade da criação de uma comissão que veio a produzir um relatório com sugestões de reformas, pelo decreto de 28 de fevereiro de 1891, de forma provisória, e pelo decreto de 2 de outubro de 1891, com caráter definitivo, vigorando até 1931, já no período do Estado-Novo, onde, pelo decreto n.º 19281 de 29 de janeiro desse ano, regulamentado pelo decreto n.º 20944 de 27 de fevereiro de 1932, se enquadraram legalmente essas associações (Pereirinha e Carolo, 2006).

Convém referir que a verdadeira aplicabilidade das medidas reguladoras do Estado-providência tardou, comparativamente a outros países europeus (Pereirinha e Carolo, 2006). A noção de bem-estar social em Portugal aproxima-se do conceito inglês de *welfarestate* (Guedes e Pereira, 2012, Rosanvallon, 1984). Contudo, as características do Estado-providência, tal como o conhecemos, são o resultado da influência de vários fatores que atuaram em três etapas distintas no seu desenvolvimento. Para a sua verdadeira implementação, houve uma primeira etapa que se deu com a criação da previdência social em 1935, juntamente com as várias reformas e ajustamentos que se deram ao longo do período do Estado Novo, e que originaram a cobertura de riscos sociais clássicos, principalmente a substituição de rendimento em caso de velhice, invalidez e sobrevivência, numa lógica de seguro social e de solidariedade intra-profissional. A previdência social detinha uma base corporativa de garantia de benefícios sociais associados ao mundo do trabalho e respetiva atividade profissional (Pereirinha e Carolo, 2009), embora com valores reduzidos e limitados.

Uma segunda etapa deu-se após a Revolução de 25 de Abril de 1974, designadamente com a aprovação da Constituição da República Portuguesa em 1976, que previu um conjunto de direitos sociais, sendo considerada uma das constituições mais avançadas no mundo. Com a restauração do regime democrático, foram consolidados direitos de cidadania, consagrados direitos civis e políticos, ao mesmo tempo que se alargaram e aprofundaram direitos sociais. Daqui resultou um aumento das despesas sociais públicas, que obrigou a um reforço da solidariedade fiscal para a sua realização. Contudo, esta deixou algumas clareiras na plena realização dos direitos

sociais, o que se tentou ser colmatado numa terceira etapa do seu desenvolvimento, iniciada em Janeiro de 1986 com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia/União Europeia. Esta terceira etapa traduziu-se numa europeização do Estado-providência português, conforme referido em Pereirinha e Nunes (2006), consistindo numa alteração do contexto de nacional para o supranacional em que a política social passou a ser feita (Pereirinha e Carolo, 2009).

A forma como evoluiu a aplicabilidade de medidas que visavam a criação e implementação de um Estado-providência, antes, durante e após a Revolução de 25 de abril de 1974 é o que se expõe nos pontos que se seguem.

3.3.1. Estado-Providência: da I República ao Estado-novo

Apesar da escassez de produção científica acerca deste tema em Portugal, Cardoso e Rocha (2007) descrevem que, à semelhança de outros países, anteriormente ao período do Estado-Novo, haviam já ocorrido as primeiras iniciativas de constituição do Estado-providência em Portugal. Ainda na Monarquia, em 1901, deu-se o desenvolvimento de mutualidades, assim como ocorreu a criação de inúmeras instituições de ‘vocação social’, como a Repartição de Beneficência e o Conselho Superior de Beneficência Pública. Mas foi sobretudo a I República que mais se demarcou do *statu quo* com a criação de legislação que visava a existência de seguros sociais obrigatórios na doença e acidentes de trabalho, assim como previu, por exemplo, em 1919 a criação de pensões de invalidez, velhice e sobrevivência (Pereirinha e Carolo, 2009).

Em 1916 assistiu-se à criação do Ministério do Trabalho, pela Lei n.º 494, de 16 de março, pela necessidade de se criarem reformas sociais estabilizadoras do ambiente social e do regime republicano. Neste período o país conheceu convulsões sociais com a população operária e, ainda, pelos efeitos da I Guerra Mundial, situação que levou à aprovação de um vasto conjunto de diplomas a 10 de Maio de 1919, sendo de referir os seguintes: o seguro social obrigatório na doença pelo Decreto-Lei n.º 5636; o seguro social obrigatório nos desastres de trabalho pelo Decreto-Lei n.º 5637; o seguro social obrigatório na invalidez, velhice e sobrevivência pelo Decreto-lei n.º 5638; bolsas sociais de trabalho pelo Decreto-Lei n.º 5639 e a criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social pelo Decreto-Lei n.º 5640 (*idem*).

Fixando-nos na produção de legislação, parece entender-se que desta forma foi criado um sistema de proteção social inovador. O problema foi, contudo, a falta de execução. Em 1925 foi extinto o Ministério do Trabalho pelo Decreto n.º 11267, de 25

de novembro de 1925. Já sob o Estado Novo, foi extinto o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social, em 1933, ano em que, pelo Decreto-Lei n.º 23035, de 23 de setembro, seria criado o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP).

Ainda durante o período do regime do Estado Novo é revista alguma legislação anterior (de 1896), no que se refere ao mutualismo e face ao insucesso dos seguros sociais obrigatórios. Foi aprovado a 29 de janeiro de 1931, pelo Decreto n.º 19281, o novo regime jurídico das associações de socorros mútuos, sendo o respetivo regulamento aprovado pelo Decreto n.º 20944, de 27 de Fevereiro de 1932. Apesar de se prever uma atuação pelas associações de socorros mútuos, o que se destacou foi a atribuição de pensões de sobrevivência (*idem*).

A proteção contra os riscos sociais clássicos acabaria por apenas ser efetivada com a legislação corporativa de 1933 e 1935, ou seja, “meio século depois de Bismarck (1883), vinte e cinco anos após o Reino Unido (1906-1911) e cinco anos a seguir à França (1930)” (Pereirinha e Carolo, 2009: 8). Esta realidade demonstrou um atraso considerável de Portugal face a outros países europeus, pela via dos seguros sociais obrigatórios (Carreira, 1996). A Previdência Social Corporativa apresentava a mesma lentidão que o crescimento económico e a mesma debilidade que se registava em outros sectores da organização corporativa (Lucena, 1976).

Para alguns autores, o Estado-providência começou com o Estado Novo, na medida em que se constituíram condições de funcionamento de um típico Estado-providência, tendo a segurança social, devidamente uniformizada e estatizada, substituído o voluntarismo das iniciativas previdenciais (Cardoso e Rocha, 2003). Pode desta forma considerar-se que o início do Estado-providência deu-se em Portugal neste período, como alternativa aos Seguros Sociais instituídos na I República, cuja aplicação havia ficado muito aquém daquilo que estava previsto, sistema este que pode ser considerado como a base do próprio sistema de segurança social (Carolo, 2006). É no período do regime do Estado Novo que são lançadas, ainda que insuficientes e sem carácter universal, algumas bases da previdência, com a aprovação da Constituição de 1933, e é criado no mesmo ano o Estatuto do Trabalho Nacional.

Posteriormente, a 16 de março de 1935, surge a Lei n.º 1884 e a Lei de Bases de Organização da Previdência e o Estatuto do Trabalho Nacional, que constitui o diploma base da previdência, pelo Decreto-Lei n.º 23048, de 23 de setembro de 1933. Pinto, citando Maia (1984), refere que a Lei n.º 1884 é considerada a Lei de Bases de Organização da Previdência Social, e tinha como objetivos proceder à realização dos

objetivos presentes no Estatuto do Trabalho Nacional, assim como definir as bases gerais sobre as quais deveria assentar a organização do sistema de previdência (Pereirinha e Carolo, 2009). No entanto, a previdência social não foi um fim ao qual o Estado Novo emergente se propunha chegar, mas antes descrita por esquemas e instituições que o próprio Estado coordenava e controlava, diretamente ou mediada pelas instituições eclesíásticas, numa base corporativa e assistencialista, restritiva e seletiva designadamente por Associações, Grémios e Sindicatos Nacionais, Casas do Povo, Casa dos Pescadores e beneméritos locais.

Com efeito, as instituições de previdência social foram estruturadas em quatro categorias, apesar de nem todas serem consideradas como atividade corporativa: a primeira categoria refere-se às instituições de previdência dos organismos corporativos, como sejam as Caixas Sindicais de Previdência, criadas por iniciativa dos Grémios e Sindicatos Nacionais, que visavam cobrir os riscos de doença, invalidez, velhice e desemprego; a segunda categoria refere-se às Caixas de Reforma ou de Previdência, sendo instituições de natureza não corporativa, criadas por iniciativa dos interessados ou por iniciativa do próprio Governo, de inscrição obrigatória; a terceira categoria é referente às Associações de Socorros Mútuos, dizendo respeito a instituições de inscrição facultativa; a quarta categoria, por fim, refere-se a instituições de Previdência dos Servidores do Estado e dos Corpos Administrativos, que abrangiam a Caixa Geral de Aposentações e o Montepio dos Servidores do Estado (Pereirinha e Carolo, 2009).

No que se refere ao financiamento destas instituições, deve atender-se ao facto de a sua criação estar dependente da iniciativa dos parceiros sociais. Desta forma, a previdência não era financiada por impostos nem pelo Estado enquanto agente fiscal, baseando-se sobretudo em contribuições voluntárias dos seus sócios, ou seja, dos trabalhadores, e contribuintes, as entidades patronais. Assim, pode-se concluir que o sistema de proteção social se desenvolveu numa base contributiva individual, com regulação e imposição coletiva, isto é, do Estado, mas sem um típico sistema fiscal de imposto coletivo. Conforme ressalva o autor, as diferentes instituições apresentavam constantemente saldos positivos, verificando-se que as contribuições recebidas cobriam as despesas (*idem*).

Esta situação, descrita no parágrafo anterior, foi importante na evolução do sistema fiscal, uma vez que a própria dinâmica de evolução da previdência acabou por obrigar à participação do Estado, quer como agente prestador, quer como financiador da proteção social, sobretudo nas áreas da assistência e da saúde. Desta forma, foram dados alguns

passos no sentido de um alargamento de âmbito das instituições existentes, abrangendo mais trabalhadores, sendo criadas condições para que aqueles que não participassem por falta de interesse não influenciassem o nível de proteção social. Foram sendo criadas novas caixas de previdência para integrar certas atividades profissionais, que ainda não estavam integradas, assim como passou a ser considerado o Abono de Família. No entanto, na prática, estávamos perante um Estado-providência ainda muito frágil.

Sobretudo até ao final da década de 1940, a situação de pobreza era valorizada por determinados sectores do regime como forma de manutenção dos valores de harmonia social, apesar da política global de encobrimento das situações de carência e de conflitos sociais. É de notar que para diferentes segmentos do catolicismo tradicional, inspirador do Estado Novo, a pobreza era associada a uma origem sagrada, como sendo parte integrante da hierarquia social harmoniosa, emanada da ordem divina. Havia intervenção por parte do Estado ao nível da assistência social, contudo pontual, caritativa e supletiva. Uma assistência que visava sobretudo combater a mendicidade e assegurar a manutenção da ordem, pelo que sintonizada com o vetor ideológico do Estado Novo. Por isso, uma forte repressão era dirigida àqueles que eram considerados “maus-pobres”, como nos casos de mendicidade e vadiagem nos espaços públicos, sendo estabelecida legislação própria e criados albergues que tinham como objetivo acolher aqueles que se enquadrassem na mendicidade, como doentes mentais, alcoólicos e prostitutas (Pinto, 2016).

Esta situação não se dava apenas em Portugal e, de acordo com Foucault (1996 *in* Silva (2015), a partir do século XVIII os reclusos eram maioritariamente os pobres, sendo muitos considerados vagabundos, marginais e muitas das vezes identificados como criminosos. Desta forma, as prisões acabavam por ser uma espécie de depósitos e fábricas de delinquentes, sendo uns considerados membros de “classes perigosas” e outros considerados “profissionais” devidamente integrados e úteis ao sistema. Em 1834 surge em Inglaterra a *Lei dos Pobres* que tinha por objetivo regular e controlar, fosse em casas de trabalho ou outros locais considerados adequados, as pessoas que se encontrassem em situação de desemprego ou em situação de pobreza extrema.

Em 1971 é reorganizado o Ministério da Saúde e Assistência, que consagrava o direito à saúde, assim como o investimento prioritário em centros de saúde; assistiu-se a uma reorganização dos organismos da previdência, no que se refere à sua estrutura orgânica, às formas de coordenação e às modalidades de financiamento e de prestações; os esquemas de proteção foram alargados aos trabalhadores rurais e aos trabalhadores

domésticos; e houve a definição dos grupos mais desfavorecidos, das famílias e das comunidades enquanto destinatários destes organismos. Contudo, o nível de direitos sociais ainda era muito baixo, ocorrendo uma desproporção entre as necessidades sociais e os recursos que visavam dar resposta a essas necessidades, assim como uma fraca implantação de equipamentos sociais e uma sobreposição entre vários serviços e sectores de política social. Esta nova era de políticas sociais, integrou-se no momento político que foi designado por “primavera marcelista” (Rodrigues, 2010).

3.3.2. Estado-Providência pós-Revolução de 25 de abril de 1974

Para alguns autores o Estado-providência começou com o Estado Novo, seja pela Reforma da Previdência Social de 1962, seja pelo “discurso” do Estado Social, e pelas respetivas reformas, com Marcello Caetano (Martins, 1991). Para outros, porém, o Estado-Providência surge juntamente com a transição democrática que se deu com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e as subsequentes reformas sociais (Mozzicafreddo, 1992), desvalorizando as medidas aplicadas até esta data. De acordo com Mozzicafreddo (1992), as políticas sociais foram um fator fulcral de integração social, assim como a resolução equilibrada do processo revolucionário se deveu, em parte, à configuração do Estado de direito enquanto Estado-providência.

Apesar de em 1971 ter ocorrido uma evolução significativa no que se refere às políticas de proteção social, foi a partir de 1974 que se verificou a institucionalização das políticas que propiciaram o alargamento da proteção social a toda a população. Foi alargada a proteção a não-trabalhadores, com o financiamento do Estado, e melhorado o apoio em termos de prestações sociais, sendo atribuído em dezembro um mês suplementar (o 13º mês) a todos os beneficiários e, através da criação do regime não-contributivo, contemplada a atribuição de pensões sociais a quem não auferia rendimentos nem tinha carreira contributiva. E foi com estas medidas que houve a tendência para a institucionalização de políticas sociais e para o modelo de Estado-Providência, ressalve-se, ainda com lacunas (Rodrigues, 2010).

Com a Constituição de 1976 houve o alargamento dos direitos culturais, políticos, civis e sociais em que se baseiam o Estado-Providência e uma sociedade democrática, como sejam o direito ao trabalho, ao pleno emprego, à assistência material em caso de desemprego, ao salário mínimo, à Segurança Social, à saúde, à habitação, à educação e à cultura. Ao estabelecer a universalização destes direitos a todos os cidadãos,

revolucionou-se a forma de encarar a questão dos direitos dos indivíduos (Rodrigues, 2010).

É com a Constituição de 1976 que se afirma o princípio de que a Segurança Social constitui uma área de intervenção estatal, na qual deverão prevalecer os princípios da unificação, descentralização e participação. Ao Estado cabia a função de organizar, coordenar e subsidiar o sistema de Segurança Social, ao mesmo tempo que passou a reconhecer o direito de participação das associações sindicais na definição de uma política de ação social. É também nesta fase que é reconhecida a importância das Instituições Particulares de Solidariedade Social, ficando estas sujeitas a uma regulamentação legal, à realização de protocolos de participação financeira e à fiscalização do Estado, conforma ainda acontece hoje. É criado o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e promovido um serviço de saúde universal, livre e nacional. Foram igualmente previstas medidas de apoio e proteção social às situações de desemprego, de doença e de vulnerabilidade, à maternidade, à velhice, à invalidez, à viuvez e à orfandade, assim como o apoio aos desalojados das ex-colónias (Rodrigues, 2010).

Rodrigues (2010) descreve este modelo por uma insuficiente cobertura dos serviços de apoio à família e à comunidade, que terá sido compensada por algumas formas de “sociedade-providência” e pela intervenção do papel da família. De acordo com Santos, apesar de o Estado-providência ser débil, Portugal conheceria uma sociedade-providência forte, correspondente e expressa nas

“redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de ajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade” (1991:37).

Esta tese não é partilhada todavia por outros autores que sustentam não haver sociedade-providência forte, havendo quando muito família-providência e, em particular, mulher-providência no seio da família (Silva, 2001; Torres e F. Silva, 1998; Vasconcelos 2005; Wall 2005). As conclusões destes estudos evidenciam a insuficiência e a debilidade não só do Estado-providência como da dita sociedade-providência para fazer face aos riscos existentes.

Apesar dos avanços referidos nomeadamente no pós 25 de Abril de 1974, o Estado-providência em Portugal é implementado com um atraso significativo comparativamente à grande parte de outros países europeus, que o haviam feito no pós-II Guerra Mundial. O modelo português de proteção social evoluiu mas de forma

“muito lacunar e enfrentando meios sociais extensa e intensamente vulneráveis ao fenómeno da pobreza” (Pinto, 2016: 97).

Em 1980, Portugal integra Programas Europeus de Luta contra a Pobreza, que favoreceram práticas inovadoras nomeadamente de âmbito local. Contudo, em meados dos anos 1990, com o crescimento das despesas sociais e os progressos na luta contra a pobreza, assim como com o avanço verificado no sistema de segurança social, como a eliminação de algumas lacunas de proteção social de grupos fora da força de trabalho, “a europeização do Estado Social traduziu-se num cenário hesitante quanto à instituição de direitos e políticas sociais” (Pinto, 2016: 98) A partir de 1990 a reestruturação do Estado Social em Portugal complexifica-se. Ganha novos contornos com a implementação de políticas sociais ditas ativas, ainda que caracterizadas por um tradicional atraso, à semelhança de outros países europeus (*idem*).

O sistema de segurança social português protege os trabalhadores, à semelhança de outros países do Sul da Europa e do modelo conservador/corporativo. A nível europeu o debate sobre as políticas sociais centraram-se sobretudo na relação entre o mercado de trabalho e a conseqüente proteção social, sendo o objetivo de combate à pobreza combinado com o de erradicação fomentado por políticas do Estado, fazendo o discurso transitar em torno das questões do desempregado para a noção de empregabilidade (Pinto, 2016) – que num passado muito recente sofreu alterações, uma vez que a taxa de desemprego em Portugal tem vindo a aumentar progressivamente.

Nos últimos 30 anos Portugal passou de uma taxa de desemprego de 7,6%, em 1983, para uma taxa de 15,4% em 2013, para 13,9% em 2014, 12,4% em 2015, 10,4% em 2016 e 8,1% em 2017, reportando-nos aos valores de dezembro de cada ano. Sistemáticamente, a taxa de desemprego entre as mulheres é superior à dos homens. Conforme se pode verificar na tabela 2, a taxa de desemprego atingiu a dezembro de 2012 um valor elevadíssimo (17,6%). Esta situação decorreu da recessão económica sentida entre os anos 2009 e 2013, com forte desaceleração da produção que conduziu a que as empresas não possuíssem capacidade de absorver toda a mão-de-obra disponível, levando a despedimentos (Rajado, 2012). Aliado a isto também houve uma deslocalização das empresas para outros países, onde a mão-de-obra é mais barata, o que neste quadro implicou um aumento dos despedimentos na sequência do encerramento de funções de empresas em Portugal (Rajado, 2012). A partir desse ano, a taxa de desemprego tem vindo a diminuir consideravelmente.

Tabela 2. Taxa de desemprego (%) da população ativa com idade entre os 15 e os 74 anos de idade por sexo

| Período de referência dos dados | Sexo | Taxa de desemprego (%) da população ativa com idade entre 15 e 74 anos por Sexo |
|---------------------------------|------|---|
| Dezembro de 2017 | HM | 8,1 |
| | H | 7,8 |
| | M | 8,5 |
| Dezembro de 2016 | HM | 10,4 |
| | H | 10,2 |
| | M | 10,5 |
| Dezembro de 2015 | HM | 12,4 |
| | H | 12,4 |
| | M | 12,5 |
| Dezembro de 2014 | HM | 13,9 |
| | H | 13,5 |
| | M | 14,2 |
| Dezembro de 2013 | HM | 15,4 |
| | H | 15,2 |
| | M | 15,5 |
| Dezembro de 2012 | HM | 17,6 |
| | H | 17,8 |
| | M | 17,5 |
| Dezembro de 2011 | HM | 14,7 |
| | H | 14,5 |
| | M | 14,9 |
| Dezembro de 2010 | HM | 12,4 |
| | H | 12,2 |
| | M | 12,6 |

Fonte: INE¹

Mas não só o desemprego demonstra a fragilidade do sistema social português. Há também trabalhadores assalariados pobres, os quais configuram, como referem Santos e Ferreira (2002), outra característica da atual sociedade portuguesa. Uma outra característica, também atual o aumento de população empregada a tempo parcial², sendo este um dos indicadores que reflete as mudanças pelas quais o mercado de trabalho tem vindo a passar.

No que se refere à importância da família, Portugal também é dotado de algumas particularidades, designadamente na participação da mulher no mercado de trabalho. Em Portugal, a participação da mulher no mercado de trabalho é superior à das mulheres nos restantes países da Europa do Sul; contudo as políticas sociais

¹ Dados retirados do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007975&contexto=bd&selTab=tab2

² De acordo com o Pordata (2014), esta situação é entendida como os “indivíduos com 15 anos ou mais que durante a semana de referência efetuaram trabalho de pelo menos uma hora por semana, em troca de um pagamento, benefício ou ganho familiar ou que não estavam ao serviço mas tinham um emprego ou empresa do qual estavam temporariamente ausentes por motivos de, por exemplo, doença, férias, disputa industrial ou por motivos de educação e formação.” (Pordata/ Eurostat/ Instituto Nacional de Estatística – Inquérito ao Emprego, 2014)

desenvolvidas não facilitam em grande escala a participação da mulher no mercado de trabalho (Santos e Ferreira, 2002). Por outro lado, as mulheres têm vindo a ser mais afetadas pelo desemprego do que os homens. Atualmente, a diferença entre a taxa de desemprego masculino e a taxa de desemprego feminina é cada vez menor, tendo até estado bastante próximas a partir do final de 2008 (Eurostat, 2014).

Como consequência destas alterações de mercado de trabalho, a família alargada e as organizações de terceiro sector têm um papel importante na gestão e compatibilização das responsabilidades parentais e domésticas, uma vez que são essenciais a esse processo. O papel do Estado neste processo tem sido insuficiente, uma vez que não assegura nem se responsabiliza de modo adequado pela provisão direta deste tipo de bens e serviços. Consequentemente, as organizações do terceiro sector têm as suas atividades fortemente condicionadas no que se refere ao tipo de respostas sociais apresentadas. Esta área acaba por ser um local onde a desigualdade de acesso à justiça social se agrava, em muito, pela relação do sistema público/privado existente (Santos e Ferreira, 2002), o que poderá ser determinante em percursos individuais, induzindo os indivíduos que se sentem sem saídas a procurar apoios da ação social, muitas vezes contra a sua vontade, para tentar superar os obstáculos resultantes das desigualdades sociais (Paugam, 2003; Wildemeersch, 1998).

4. Formas de exclusão social no (des)emprego

Na fase contemporânea do capitalismo, a instabilidade do mercado de trabalho e a relação que o cidadão/ã estabelece com esse mesmo mercado de trabalho determinará muitas das oportunidades que conhecerá ao longo da sua vida, na medida em que o lugar que ocupa relações laborais é cada vez mais determinante. Estamos perante uma sociedade de risco, em que o indivíduo empregado se vê obrigado a adaptar-se a novas formas de produção, à flexibilização de mercado, no qual sente dificuldade em criar uma identidade profissional própria. A forma e a relação que cada um encontra no mercado de trabalho determinará o nível de inclusão e participação social. Ou seja, não é necessário estar desempregado para conhecer a dura realidade das desigualdades e da exclusão social.

O indivíduo é muitas vezes sujeito a uma vulnerabilidade social constante, vulnerabilidade esta que se apresenta como uma zona intermédia, caracteristicamente instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de

proximidade. Desta forma, “a pobreza surge como o resultado final de um conjunto de ruturas em cadeia de perdas e de vazio social” (Marques, 2009:31) devido à falta de interação social, às dificuldades encontradas e à falta recorrente de oportunidades.

Uma das principais formas de inclusão é a relação que o indivíduo mantém com o processo de trabalho, obtendo do mesmo uma relação salarial. Contudo, há diferenças neste processo de inclusão, pois é diferente ser empregado com uma determinada especialização e como trabalhador não-especializado. O crescimento de mercados livres está associado à divisão do trabalho social (Durkheim, 1991; Sennett, 2001). Ou seja, por vezes um processo de alegada inclusão acaba ele mesmo por ser de exclusão devido ao lugar que ocupa no local de trabalho e nas tarefas que executa, podendo acontecer a desigualdade social dentro do próprio local de trabalho (Stoer e Magalhães, 2005). Em termos sociais, para se ser reconhecido, o indivíduo deve

“estar incluído no processo de trabalho, o que indica que a identidade depende em muito dos lugares que se ocupa na própria estrutura ocupacional derivada da organização do processo laboral.” (Stoer e Magalhães, 2005: 83)

Por sua vez, o emprego, de acordo com Gambier e Vernières (1982), distingue-se do posto de trabalho, que será ocupado por um trabalhador num determinado momento de produção. Ramos (2003) refere que a atividade de produção, quando inserida numa atividade económica de produção, normalmente encontra-se disposta por postos de trabalho. Nesse seguimento, cada posto de trabalho é correspondente a um emprego. Assim,

“a nível micro, um emprego é um posto de trabalho que, geralmente, corresponde a um somatório de tarefas; a nível macro, emprego é um conjunto de postos de trabalho existentes numa região.” (Ramos, 2003: 29)

O trabalho é, nos dias de hoje, um fator social que se encontra associado a diferentes noções como emprego, profissão ou desemprego. A par de um lugar objetivo correspondente e inserido na estrutura económica, o trabalho representa também uma construção social que se transforma e evolui em diversos contextos. Como refere Sennett: “as sociedades separam-se ou juntam-se, os empregos aparecem e desaparecem, como acontecimentos sem ligações” (2001: 46). Presenciamos, pois, uma mudança constante que nem todos conseguem acompanhar. Ou seja, o que conta como trabalho depende de circunstâncias sociais específicas, mediante a forma como são entendidas por aqueles que estão envolvidos nessas atividades. Sendo cada vez mais um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades europeias

contemporâneas, o trabalho corresponde a uma dimensão fundamental da existência humana. No entanto, não é possível concebê-lo de modo a que a relação trabalho-rendimento não exista e existam formas alternativas de rendimento. Esta distinção permitirá a integração social, através do trabalho, mesmo que não-remunerado. Quer seja, através de uma atividade pessoalmente gratificante e socialmente útil, quer seja através de uma inserção plena na vida social, é necessário reconstruir a articulação entre trabalho e proteção (Costa, 1998; Grint, 2002).

Ferreira (2001) indica que o trabalho representa uma das dimensões que melhor evidencia o risco e a incerteza associados às redes de suporte de condições de vida satisfatórias. Assim, o autor apresenta três fatores de rutura estrutural que fundamentam a crise do trabalho-remunerado: o número significativo de pessoas excluídas do trabalho ou que se encontram numa situação de trabalho precária; a progressiva incapacidade de o trabalho gerar coesão social; e o questionamento da capacidade de intervenção do Estado e de as políticas de regulação laboral constituírem fatores de integração e coesão social. Uma das formas de tornar os trabalhadores “incompetentes” acontece, quando se implementam processos de mudança do posto de trabalho ou uma reorganização do trabalho. Como refere Roche (2001), perante as exigências de reorganização do trabalho, cria-se a necessidade de um conjunto de estratégias pessoais e sociais que possibilitem o controlo da situação. Assim, pode acabar por se dar o isolamento que tende a caracterizar os contextos de trabalho, dificultando a construção de redes de suporte, de entreajuda e de solidariedade que permitam lidar com as mudanças de forma coletiva e partilhada. Aquando da chegada dessa mudança com o capitalismo moderno, o que se passou a procurar foram formas de destruir, o que o autor intitulou de males da rotina, através da criação de instituições mais flexíveis (2001). Considera-se, no entanto, que a flexibilidade é uma forma de aprisionar e controlar muito mais os trabalhadores através, por exemplo, dos meios tecnológicos.

O comportamento flexível gera o desejo da mudança que muitas vezes resulta em várias tarefas a desempenhar por parte do trabalhador. Aqui, surge o aumento de desigualdades, pois com a mudança e flexibilidade empresarial acontecem despedimentos de, por exemplo, pessoas de meia-idade (Sennett, 2001). Como se sabe, no sistema de capitalismo contemporâneo, estes são dos trabalhadores que mais dificuldades encontram para voltar a ter trabalho, quer seja por julgamento de idade, quer pelo modelo de especialização que constituía o seu *habitus* profissional. Por sua vez, despedimentos e contenção de despesas, *downzings* sucessivos ou medidas de

reengenharia criam desconforto mesmo nos trabalhadores que permanecem nas empresas e, como tal, a motivação, empenho e trabalho em equipa serão prejudicados em resultado de estratégias defensivas dos trabalhadores.³ Ou seja, as características do mercado flexível defendidas pelas visões managerialistas neoliberais tornam-se autodestrutivas para aqueles que trabalham sob tal regime (*idem*).

Cada vez menos são possíveis carreiras no mesmo posto de trabalho ou empresa, e cada vez mais as carreiras profissionais são um aglomerado de trabalhos temporários. Exemplo disso é que há cerca de três ou quatro décadas atrás, na modernidade “sólida”, um trabalhador que entrasse numa empresa, sobretudo se fosse de grande dimensão, planearia a sua carreira nessa empresa apenas, o que não acontece hoje, uma vez que os trabalhadores já não sabem o que poderá acontecer num curto período de tempo (Pallares-Burke, 2004). Os trabalhadores, sejam qualificados ou não, passam a ser cambiáveis e dispensáveis num contexto que exige aos trabalhadores a adesão a um paradigma de flexibilidade e mudança permanente (Bauman, 2001; Sennet, 2001).

Portanto, o emprego poderá ser claramente um espaço de exclusão social, na medida em que se torna um campo social em que os indivíduos podem permanecer à margem ou na fronteira. A precariedade do trabalho, seja na dimensão financeira e consequente empobrecimento, seja pela vulnerabilidade e insegurança, configura, assim, uma forma de exclusão social. Esta precariedade poderá ser sentida de várias formas, como o trabalho precário ou irregular; as situações de desemprego de longa duração; através de estágios ou contratos comparticipados pelo Estado; ou ainda, trabalhar em associações intermediárias e empresas de inserção (Clavel, 2004). No entanto, os trabalhadores, em muitos casos, optam por correr riscos e, hoje, estar em “risco é uma questão de nos deslocarmos dum ponto para o outro” (Sennett, 2001: 130). Isto é, as pessoas quando têm objetivos a atingir a longo prazo, e tendo em mente os mesmos, decidem correr esses riscos à procura da estabilidade profissional e financeira que desejam.

A precariedade, um conceito cada vez mais em uso, surge hoje associada ao (des)emprego, mas nem sempre foi assim, tendo-se vindo a alterar ao longo dos últimos anos. Por volta dos anos 1970 a precariedade era entendida como algo relacionado com a família e com a pobreza. Contudo, a partir dos anos 1980 a precariedade passa a ser associada ao mercado de trabalho, embora relacionando-se com empregos “sem estatuto” (Sá, 2010). Atualmente o conceito de precariedade passa a ser encarado como

³ À instabilidade nas empresas acrescem ainda receios ligados à mão-de-obra disponível, designadamente de população imigrante.

uma zona intermédia entre o emprego estável e o desemprego. Exemplo disso é o que tem acontecido em Portugal. Na tentativa de diminuir os custos de mão-de-obra, as empresas e o próprio Estado tendem a adotar estratégias que tornam mais precárias as condições de contratação laboral. Ainda que possa contribuir para a criação de novos postos de trabalho, isto vem contribuir não só para o aumento da criação de empregos precários, como aumentar a precarização daqueles já existentes.

A precariedade causada pelo desemprego e precariedade do emprego é cada vez maior e, muitas vezes, com efeitos nefastos para aqueles que são objeto deste tipo de contratação. Um dos aspetos de maior importância face ao trabalho precário é o facto de este tipo de emprego (precário) limitar cada vez mais o acesso aos direitos sociais, levando este tipo de trabalhadores a correrem riscos (Fonseca, 2012).

Sobretudo entre os mais jovens, aceitar os riscos inerentes à precarização (tanto no vínculo laboral, como no conteúdo funcional e nos horários) é com frequência o preço a pagar pela entrada no mercado de trabalho, além de que se torna cada vez mais difícil resistir quando se instala a visão de que ter ou não emprego é uma responsabilidade do indivíduo. O mesmo acontece com pessoas mais velhas que desejam trabalhar e não conseguem garantir boas condições salariais, e que, tendo a família a cargo, se sujeitam às condições precárias que lhes são oferecidas. Face a esta nova realidade, há uma taxa de mudança de emprego mais elevada do que outrora, quando a segurança do emprego e empenho na empresa eram motivo para que as pessoas se mantivessem nos seus lugares. Considera-se, contudo, que as pessoas têm objetivos atingir a longo prazo, e tendo em mente os mesmos, decidem correr esses riscos.

O conceito de desemprego tem vindo a sofrer transformações no que se refere ao seu conteúdo, forma e significado, uma vez que as relações com o (des)emprego, assim como as relações salariais, se têm modificado ao longo dos anos. Se, antes, desenvolver atividades laborais sem vínculo contratual, como o trabalho agrícola, poderia não ser sentido como um fator de exclusão social, atualmente não é assim porque as relações entre a própria compra e venda alteraram-se. A situação de emprego acaba por ser vista como um rótulo crucial para o prestígio de um indivíduo, o que nos diz bastante acerca da sociedade em que vivemos e da estigmatização dos indivíduos que se encontram em situação de desemprego (Grint, 2002). O desemprego representa, conforme referido por Marques (2009), o sinal mais visível da disfuncionalidade do mercado de trabalho, assim como pode representar a rutura de trajetórias profissionais e de vida. Pode, no limite, representar o sinal mais visível de dissociação social, uma vez que a “rutura do

laço social é o resultado de um encadeamento ou de uma combinação de acontecimentos” (Clavel, 2004: 163). Portanto, estar desempregado provoca uma situação de fragilidade que corresponderá à aprendizagem da desqualificação social, isto porque

“o desemprego, as desigualdades de inserção profissional, a perda brutal de um alojamento ou o facto de residir num bairro degradado e socialmente desqualificado constituem provações socialmente dolorosas.” (Paugam, 2003: 15).

As pessoas que passam por este tipo de provação sentem-se desclassificadas, numa situação socialmente inferior àquela que conheceram anteriormente. “O desemprego é vivido como uma experiência humilhante por aqueles que sempre exerceram um emprego estável.” (Paugam, 2003: 15). Surgem, cada vez mais, novos focos de tensão que têm origem nas novas desigualdades sociais, nos interesses definidos por novos movimentos sociais e por novos processos de exclusão social (Nunes, 2004). Portanto, as sociedades contemporâneas passam a apresentar novos riscos para a democracia e cidadania e não apenas ameaças e danos ao nível individual. Esta nova descrição corresponde ao que nos países ocidentais é vulgarmente designado de nova pobreza (*idem*).

Este fenómeno remete para evoluções que se deram em simultâneo, principalmente em relação à degradação do mercado de trabalho com a notável multiplicação de empregos cada vez mais instáveis e ao crescimento forte do desemprego, e em relação ao enfraquecimento dos laços sociais, cujos sintomas são o aumento das ruturas conjugais e o declínio das solidariedades de classe e de proximidade (Paugam, 2003). Neste sentido, a desigualdade de uma forma geral, assim como a pobreza e exclusão social mais em particular não podem ser um destino recebido e aceite. São antes problemas que contribuem para a desigualdade de situações na Europa, mas devem ser constituídos apelos para que se possa trabalhar no combate a tais situações (Rodrigues, 1996).

Como consequência acontecem formas de exclusão social sentidas pela maior parte dos indivíduos desempregados, como “a parte que emerge do icebergue societal à deriva” (Clavel, 2004: 177). A quem fica na empresa é exigido que assumam mais responsabilidades e cubram as tarefas que ficam a descoberto pela escassez de força de trabalho, o que no capitalismo moderno se torna mais difícil conseguir nomeadamente ao nível da evolução tecnológica, caminhando muitos dos indivíduos empregados para a

situação de fracasso (Sennett, 2001) por não conseguirem cumprir com aquilo que lhes é exigido. O trabalho passa da fidelidade aos patrões, do vínculo criado com a empresa, para a insegurança do trabalho temporário. Se, no passado, os operários viam nos empregos carreiras para toda a vida, o que lhes transmitia segurança, isso hoje não acontece.

Ou seja, neste novo mundo fluído, cada vez mais consumista, não só a forma de trabalho muda, mas também a lógica do trabalho passa a ser a de tentar colocar cada vez mais rápido os produtos no mercado, existindo também cada vez mais variedade de produtos. Tais exigências do mercado de consumo impõem transformações importantes no mercado de trabalho, que vêm pôr em evidência uma maior precarização do trabalho (Rodrigues, *et al.* 1999), uma vez que a nova forma de trabalho foi sofrendo alterações de forma acelerada, passando-se para um trabalho não manual onde impera a flexibilidade em detrimento da linearidade característica do modo de produção das primeiras fases da industrialização.

5. Políticas públicas em Portugal

Tendo por base os princípios da universalidade, da igualdade, da solidariedade, da equidade social, da diferenciação positiva, da subsidiariedade, da inserção social, da coesão intergeracional, do primado da responsabilidade pública, da complementaridade, da unidade, da descentralização, da participação, da eficácia, da tutela dos direitos adquiridos e dos direitos em formação, da garantia judiciária e da informação (Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro, Capítulo I, art.º 5º), a Segurança Social é um sistema social que tem como objetivo primordial assegurar os direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, assim como promover o bem-estar e a coesão social para todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros que exerçam atividade profissional ou residam em território português. Conforme consta da Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro, capítulo I, art.º 2º, todos têm direito à segurança social, sendo esse direito efetivado pelo sistema e exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na presente lei.

Conforme o art. 23.º da Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro, o sistema de segurança social abrange o sistema de proteção social de cidadania, o sistema previdencial e o sistema complementar. O primeiro tem por objetivos garantir os direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o

bem-estar e a coesão social. O segundo, assente no princípio de solidariedade de base profissional, tem como objetivos garantir prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas. O terceiro compreende um regime público de capitalização e regimes complementares de iniciativa coletiva e de iniciativa individual, sendo os regimes complementares reconhecidos como instrumentos significativos de proteção e de solidariedade social, concretizada na partilha das responsabilidades sociais, devendo o seu desenvolvimento ser estimulado pelo Estado através de incentivos considerados adequados (Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro).

O sistema de proteção social de cidadania é composto pelo subsistema da ação social; o subsistema de solidariedade; e o subsistema de proteção familiar. O subsistema de ação social refere-se à proteção que deverá ser garantida aos grupos mais vulneráveis, sejam eles crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, devendo ser conjugada com outras políticas sociais públicas, bem como ser articulada com a atividade de instituições não públicas da comunidade. Pelo subsistema da ação social, estão previstas a atribuição de prestações sob determinadas condições e para determinadas situações, pelo que os objetivos da ação social se concretizam, designadamente, através de serviços e equipamentos sociais; programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais; prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excecionalidade; e prestações em espécie. A ação social pode ser desenvolvida pelo Estado, pelas autarquias e por instituições privadas sem fins lucrativos, de acordo com as prioridades e os programas definidos pelo Estado (Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro).

O subsistema de solidariedade destina-se a assegurar, com base na solidariedade de toda a comunidade, direitos essenciais a todos os cidadãos, por forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão, assim como a garantir prestações em situações de necessidade pessoal ou familiar devidamente comprovadas e que não estejam incluídas no sistema previdencial. Este subsistema também pode abranger situações de compensação social ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestacionais do sistema previdência. E abrange as seguintes eventualidades: a falta ou insuficiência de recursos económicos dos indivíduos e dos agregados familiares para a satisfação das suas necessidades essenciais e para a promoção da sua progressiva inserção social e profissional; situações de invalidez; a

proteção na velhice; a proteção na morte; e a insuficiência das prestações substitutivas dos rendimentos do trabalho ou da carreira contributiva dos beneficiários. Pode abranger, ainda, as situações de incapacidade absoluta e definitiva dos beneficiários do sistema previdencial, na parte necessária para cobrir a insuficiência da respetiva carreira contributiva em relação ao correspondente valor da pensão de invalidez; e os encargos que resultem da diminuição de receitas ou de aumento de despesas, sem base contributiva específica (Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro).

O subsistema de proteção familiar visa assegurar a compensação de encargos familiares que sejam acrescidos e quando ocorram as eventualidades legalmente previstas, abrangendo a generalidade das pessoas. Nomeadamente, eventualidades como encargos familiares; encargos no domínio da deficiência; e encargos no domínio da dependência, sendo concretizados estes apoios através da concessão de prestações pecuniárias, podendo em algumas situações, ocorrer a concessão de prestações em espécie, com vista à diminuição de riscos sociais (Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro).

O sistema previdencial, assente no princípio de solidariedade de base profissional, tem como objetivo garantir prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido, que ocorram em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas. Pelo sistema previdencial, são abrangidos na qualidade de beneficiários, todos aqueles trabalhadores por conta de outrem ou legalmente equiparados e os trabalhadores independentes; assim como aqueles e aquelas que não exerçam atividade profissional ou que, exercendo-a, não sejam, por esse facto, enquadradas na situação descrita anteriormente, podendo por esse motivo aderir à proteção social. Sendo as eventualidades previstas as seguintes: doença; maternidade, paternidade e adoção; desemprego; acidentes de trabalho e doenças profissionais; situações invalidez; velhice; e morte. Estas eventualidades podem ser ajustadas de acordo com o aumento ou diminuição da necessidade de cobertura de riscos sociais (Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro).

O sistema complementar compreende um regime público de capitalização e regimes complementares de iniciativa coletiva e de iniciativa individual. São regimes reconhecidos como instrumentos de proteção bastante significativos e de solidariedade social, o que se concretiza na partilha das responsabilidades sociais, estando previsto que o seu desenvolvimento seja estimulado pelo Estado através de incentivos adequados. É um regime em que se prevê a adesão voluntária individual, cuja

organização e gestão é da responsabilidade do Estado, que tem como objetivo a atribuição de prestações complementares das concedidas pelo sistema previdencial, tendo em consideração o reforço da proteção social dos beneficiários (Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro).

5. 1. O subsistema da segurança social - ação social

Sendo o subsistema da ação social, um subsistema que deverá garantir aos grupos mais vulneráveis, sejam eles crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, a proteção que visa a igualdade de oportunidades, assim como o bem-estar, a todos os cidadãos, através de diferentes medidas de apoio, foi criado a 27 de junho de 1996 pelo Primeiro-Ministro António Guterres, entrando em vigor a 1 de Julho de 1997, pela Lei n.º 19-A/96 de 29 de Junho, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), foi assumido como forma de combate à pobreza e exclusão social. A medida de apoio consistia na atribuição de uma prestação do regime não contributivo de segurança social e um programa de inserção social, por forma a assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que respondessem às suas necessidades mínimas, com o objetivo de despoletar processos de apoio aos cidadãos que se encontravam em situação de pobreza e exclusão social.

Esta medida tinha como objetivo a atribuição de uma prestação pecuniária, de montante variável e caráter temporário. Os destinatários, à semelhança do que acontece hoje com o Rendimento Social de Inserção (RSI), são os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, ou inferior, se existirem menores na exclusiva dependência económica do seu agregado familiar, desde que satisfaçam as restantes condições estabelecidas na lei.

Apesar de esta medida ter sido criada pelo Partido Socialista (PS), o Partido Social Democrata (PSD) nunca aboliu a medida, tendo sido reavaliada e passado a designar-se por Rendimento Social de Inserção (RSI) através da Lei n.º 13/2003 de 21 de maio, posteriormente retificada e melhorada pela Lei n.º 45/2005 de 29 de agosto e, ao longo dos vários anos sido, sujeita a várias alterações. À semelhança do RMG, constitui uma prestação pecuniária mensal que é concedida aos agregados familiares e aos indivíduos que vivam em situação de grave carência económica e que preencham os requisitos constantes das normativas para poderem usufruir da medida.

Ao longo do período de usufruto dessa medida, os beneficiários devem cumprir com um Contrato de Inserção (CI), que tem como objetivo proclamado romper o “ciclo

vicioso da pobreza” (Instituto da Segurança Social, 2013). É uma medida que visa criar as condições mínimas para o acesso às necessidades básicas e, ao mesmo tempo, gerar oportunidades de inserção social, integrando ações que prevêm a interligação com diversas áreas, como o emprego, a saúde, a educação, o apoio psicossocial e todas as necessidades que sejam sentidas pelos indivíduos e observadas pelos técnicos que os acompanham.

Ao longo dos anos, muitos têm sido os avanços e recuos da medida de RSI enquanto medida de apoio, frequentemente a única, às pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social. No período em que decorreu a pesquisa empírica para esta tese, a aplicação desta medida regia-se pela Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto. O valor do RSI para o agregado familiar, dependendo do número de elementos que o constituíam, correspondia a 178,15€ para o titular da prestação, valor que correspondia a uma percentagem do valor do indexante dos apoios sociais acrescido de 50% desse valor por cada indivíduo maior, e 30% por cada indivíduo menor (Instituto da Segurança Social, 2012).

Para efeitos de determinação do montante da prestação de RSI, eram considerados os seguintes rendimentos: rendimentos de trabalho dependente; rendimentos empresariais e profissionais; rendimentos de capitais; rendimentos prediais; pensões; prestações sociais; apoios à habitação com caráter de regularidade; e outros rendimentos. Para estes efeitos, tal como acontece hoje, era considerada a totalidade dos rendimentos do agregado familiar no mês anterior à data de apresentação do requerimento de atribuição, ou, sendo os rendimentos variáveis, a média dos rendimentos auferidos nos três meses imediatamente anteriores ao da data do requerimento, com exceção dos rendimentos de capitais e rendimentos prediais. Para usufruir desta prestação, o requerente tinha a obrigação de requerer outras prestações de segurança social a que tivesse, eventualmente, direito, bem como créditos de terceiros e o direito a alimentos (Instituto da Segurança Social, 2012).

Contudo, para a manutenção da prestação, e conforme vinha sendo estipulado por portarias anteriores, é necessário realizar o contrato de inserção, momento a partir do qual, em caso de deferimento, se passaria atribuir os valores a receber do RSI. Este contrato de inserção deve ser negociado pelo técnico gestor do processo familiar, em conjunto com o requerente e os restantes elementos do agregado familiar que o devam cumprir, no prazo máximo de 60 dias após a apresentação do requerimento da prestação, devidamente instruído. No contrato devem constar os apoios e medidas de

inserção, direitos e deveres do requerente e dos membros do agregado familiar, bem como medidas de acompanhamento do cumprimento do contrato de inserção a realizar pelos serviços competentes, nomeadamente:

- a) Aceitação de trabalho ou de formação profissional;
- b) A frequência de sistema educativo ou de aprendizagem, de acordo com o regime de assiduidade a definir por despacho conjunto dos Ministros da Educação e da Segurança Social e do Trabalho;
- c) A participação em programas de ocupação ou outros de carácter temporário que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou satisfaçam necessidades sociais, comunitárias ou ambientais e que normalmente não seriam desenvolvidos no âmbito do trabalho organizado;
- d) O cumprimento de ações de orientação vocacional e de formação profissional;
- e) O cumprimento de ações de reabilitação profissional;
- f) O cumprimento de ações de prevenção, tratamento e reabilitação na área da toxicod dependência;
- g) O desenvolvimento de atividades no âmbito das instituições de solidariedade social;
- h) A utilização de equipamentos de apoio social;
- i) A utilização do serviço de apoio domiciliário, se necessário;
- j) Incentivos à criação de atividades por conta própria ou à criação do próprio emprego.

Na eventualidade de haver a necessidade de rever as ações previstas, deve o técnico gestor prever novas ações, através de uma adenda ao contrato de inserção, e programá-las com os signatários do mesmo (Instituto da Segurança Social, 2012).

Uma das características desta portaria é a de que a prestação passa a ter uma data de início e fim da prestação, ou seja, a partir do contrato de inserção a prestação tinha a duração de 12 meses, sendo suscetível de ser renovado mediante a apresentação do pedido de renovação por parte do titular. Nesse caso há novamente a necessidade de realizar novo contrato de inserção e ser emitida informação social onde conste, por parte da equipa técnica, se o agregado familiar reúne, ou não, os critérios para continuar a usufruir dessa prestação (Instituto da Segurança Social, 2012).

Em caso de incumprimento do contrato de inserção, há algumas penalizações que se adequam de acordo com as situações. Por exemplo, nos casos em que se

verifique a falta ou recusa injustificada de uma ação ou medida que integre o contrato de inserção, o titular ou beneficiário é sancionado com a cessação da prestação e não lhe poderá ser reconhecido o direito ao RSI durante o período de 12 meses após a recusa, deixando de ser considerado para efeitos de determinação da prestação de RSI do agregado familiar que integra e os respetivos rendimentos continuam a ser considerados para o cálculo do montante da prestação. Nos casos em que o incumprimento injustificado ocorra na sequência de oferta de trabalho conveniente, trabalho socialmente necessário, atividade socialmente útil, ou formação profissional, a prestação cessa e ao titular ou beneficiário, bem como aos elementos que compõem o seu agregado familiar, não poderá ser reconhecido o direito ao RSI pelo período de 24 meses após a recusa (Instituto da Segurança Social, 2012).

Estas ações que constam do CI, apesar de terem como princípio a negociação entre as partes, na verdade não são sempre negociáveis. Ou seja, há ações e/ou situações que são de obrigatoriedade para o beneficiário como, por exemplo, a inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a partir dos 18 anos de idade em situação de desemprego, condições de saúde ou condições pessoais para desempenhar uma atividade profissional ou frequentar uma ação de formação. E se, por um lado se compreende esta obrigatoriedade, por outro lado, coloca-se em causa os princípios da liberdade de cada cidadão.

A 28 de julho, pelo decreto-Lei n.º 90/2017, entraram em vigor novas alterações à medida de RSI, que visam reforçar a eficácia desta prestação social enquanto medida de redução da pobreza, sendo alterados os valores atribuídos em janeiro de 2016. Ou seja, por cada indivíduo maior, o valor de referência passou de 50% para 70%, e por cada indivíduo menor passou de 30% para 50%, havendo ainda a reposição do valor de RSI, de 2016 para 2017, de 50% do corte que tinha ocorrido com o anterior governo. Além destas alterações significativas, deixa, comparativamente ao decreto-Lei anterior, de ser obrigatória a apresentação de um pedido de renovação da prestação por parte do titular. Por outro lado, as obrigações face à procura ativa de emprego e/ou formação continuam com a mesma obrigatoriedade, à exceção, à semelhança do que já vinha a acontecer, de quem se encontre em situação de incapacidade temporária para o trabalho; de pensionistas de invalidez absoluta de regimes de segurança social nacionais ou estrangeiros, de incapacidade permanente absoluta por riscos profissionais, ou pessoas com deficiência com incapacidade igual ou superior a 80%, certificada através de atestado médico multiusos; aqueles que sejam menores de 16 anos, ou tenham idade

igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice (Instituto Segurança Social, 2017).

Se a medida do RSI visa combater as situações de pobreza, a verdade é que, de acordo com um estudo realizado e apresentado por Matos e Costa (2015) para avaliar os impactos dos acordos de inserção do desempenho da medida do RSI entre 2006 e 2009, nem mesmo com a atribuição da prestação de RSI os beneficiários ficam acima da linha de pobreza. Neste estudo foi possível concluir que das 138.286 famílias participantes, 92% se encontravam abaixo da linha de pobreza, estipulada pelo INE em 2009 como os rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores a 5 207 euros, ou seja, cerca de 434 euros por mês (439 em 2017). Indo no sentido de estudos anteriores, Castro *et al.* (2013) referem que a componente pecuniária desta prestação não permite suprir muitas das necessidades básicas, o que resulta no recurso a outros apoios sociais prestados pela própria segurança social e por instituições que prestam apoio de cariz social implementadas na comunidade. Outra característica relevante destes agregados familiares está no facto de serem constituídos com um elevado número de pessoas dependentes (59%, sendo 39% menores dependentes e 20% dependentes por razões de saúde física ou mental) (Matos e Costa, 2015).

No que se refere à relação com o trabalho, a maioria encontrava-se em situação de desemprego (61% dos participantes), 25% encontravam-se inativos, em parte já reformados ou como “domésticas”, 9% encontrava-se a estudar e 31% dos participantes ficaram enquadradas como outros inativos, tendo-se classificado, neste estudo em particular, como estando em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanentes sem receberem reforma” (Matos e Costa, 2015: 273). Em relação aos indivíduos participantes neste estudo que se encontravam a trabalhar, 72% integrava apenas dois grupos profissionais: os trabalhadores qualificados da agricultura e indústria e os trabalhadores não qualificados, normalmente numa situação de fragilidade ao nível contratual (Matos e Costa, 2015).

A situação face ao emprego, neste estudo em particular, demonstra baixos níveis de qualificação por parte dos entrevistados. Enquanto 50% da população nacional residente com mais de 15 anos tinha pelo menos o 3º ciclo de ensino básico concluído, no caso dos entrevistados não ultrapassa os 27%. O mesmo se verificou na situação “sem qualquer grau de escolaridade” com 11% da população a nível nacional nessa situação comparativamente a 21% entre os beneficiários de RSI. Outros dados referidos neste estudo como características comuns foram os seguintes: “famílias numerosas,

elevado peso de agregados com pessoas dependentes, situação económica marcada pelo desemprego, trabalho pouco qualificado e precário e baixos níveis de escolaridade” (Matos e Costa, 2015: 272).

Para além da prestação do RSI, as famílias podem ser apoiadas, conforme já referido, por prestações pecuniárias (dinheiro) de carácter eventual que são atribuídas no âmbito da intervenção da ação social, de acordo com os objetivos definidos na Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social, concretamente, no sistema de proteção social de cidadania, onde está integrado o subsistema de ação social.

A atribuição de uma prestação pecuniária de carácter eventual é precedida, obrigatoriamente, de uma intervenção ou um ato técnico, em que, no contexto de um atendimento, o técnico de serviço social recolhe a informação necessária e indispensável à realização do diagnóstico social sobre a situação de vulnerabilidade em que se encontra o indivíduo/família. Este atendimento e acompanhamento é realizado pelos serviços próprios da segurança social em cada localidade, podendo ser realizado em serviços de Atendimento/Acompanhamento Social criados para o efeito, que visam apoiar as pessoas e as famílias residentes numa determinada área geográfica, na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência. Têm como objetivos informar, orientar e encaminhar; apoiar pessoas e famílias em situação de dificuldade e/ou emergência social; assegurar o acompanhamento social dos indivíduos e famílias no desenvolvimento das suas potencialidades, contribuindo para a sua autonomia, autoestima e gestão do seu projeto de vida; mobilizar recursos adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional; prevenir situações de exclusão; e dotar as pessoas e famílias dos meios e recursos que possibilitem planear a sua vida de forma organizada e autónoma.

Este serviço pode realizar o encaminhamento dos beneficiários para diversas respostas tais como: apoios eventuais; o Rendimento Social de Inserção (RSI); apoios no âmbito da ação social, banco alimentar local; cantinas sociais; Instituições Particulares de Solidariedade Social com diversas valências; centros comunitários; serviços de saúde; delegações da Cruz Vermelha, entre outras respostas/apoios disponíveis. Todas estas respostas sociais têm como finalidade prestar apoio à população em geral, com o objetivo do desenvolvimento local, sendo que algumas destas respostas são definidas de acordo com as especificidades de uma determinada

área geográfica. O objetivo destas respostas de foro social tem sido o de, sobretudo, ajudar os indivíduos a exercer os seus direitos de cidadania; fomentar a participação das pessoas, das famílias e dos grupos; dinamizar e envolver os parceiros locais e fomentar a criação de novos recursos; desenvolver atividades dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade; promover a inserção social de pessoas e grupos mais vulneráveis; responder às necessidades concretas da população; e gerar condições para a mudança, ao mesmo tempo que se combate a situação de pobreza e exclusão social.⁴

É desta forma que cada vez mais se verifica uma nova abordagem na intervenção técnica, que visa uma atitude mais ativa quer por parte do Estado, quer por parte dos cidadãos. Isto é, os serviços mostram uma maior iniciativa na procura dos cidadãos em risco social, descentralizam mais a sua ação e a sua gestão e tornam-na mais flexível. Por seu lado, o cidadão torna-se um agente ativo e competente com quem o Estado deverá negociar o formato das medidas e definir os direitos e as obrigações (Hespanha, 2008). O atendimento e acompanhamento social pode ser realizado tanto por técnicos dos serviços da segurança social como por equipas multidisciplinares que foram sendo criadas como forma de descentralizar este tipo de acompanhamento às famílias, mas que visam a descentralização dos serviços e, assim, a aproximação à população. Estas equipas resultaram de acordos diversos entre o Instituto da Segurança Social e instituições do terceiro sector. São equipas multidisciplinares que podem divergir quanto à sua constituição: são constituídas por técnicos superiores da área das ciências sociais e humanas para realizar o atendimento de primeira linha e acompanhamento social das famílias, designadamente técnicos de serviço social, por psicólogos, educadores sociais sociólogos e ajudantes de ação direta (Matos e Costa, 2015).

A grande aposta do sistema de ação social a nível nacional tem sido, conforme já referido, a descentralização das políticas e dos dispositivos financiados pelo Estado através de instituições do terceiro sector. A necessidade cada vez mais premente em responder às necessidades localmente levou a que os poderes públicos combatassem a pobreza aproximando-se da população e das entidades que possam colaborar nesta luta. Com estes dois modelos de acompanhamento dos agregados familiares verificam-se algumas diferenças. A intervenção ao nível de recursos disponibilizados e das obrigações a desenvolver pelos beneficiários, no que se refere ao emprego, formação, documentação e escolarização dos filhos, são as equipas protocoladas que parecem desenvolver uma intervenção mais alargada, ao mesmo tempo que promovem uma

⁴ Fonte: Segurança Social - <http://www4.seg-social.pt/familia-e-comunidade>

maior implicação ativa dos beneficiários nas ações propostas. No que se refere aos apoios no âmbito da saúde e da habitação, estes tendem a ser disponibilizados em grau de igualdade entre as equipas protocoladas e as equipas dos centros distritais (Matos e Costa, 2015).

Apesar de se verificar nos dois tipos de intervenção uma tendencial coerência entre os recursos disponibilizados, as ações que são desenvolvidas e as necessidades realmente sentidas, parecem não ser totalmente satisfeitas. No estudo apresentado por Matos e Costa (2010), verificou-se haver a necessidade de recorrer a um reforço de apoios, sobretudo ajudas financeiras de forma a fazer face a diversas despesas, sendo as despesas com a saúde e a habitação as que mais se destacam.

Face aos diferentes resultados, as autoras consideram ser possível colocar o conjunto de beneficiários de RSI num eixo entre dois pólos opostos: de um lado aqueles que demonstram potencial para se autonomizarem, com uma projeção de futuro motivada, confiantes no processo de mudança e de autonomia que pode resultar da sua inserção no mercado de trabalho; de outro lado, um grupo de beneficiários de escassos recursos escolares e económicos, marcados por um longo percurso de vulnerabilidade social, para quem a inserção no mercado de trabalho não constitui uma solução porque não é possível de concretizar. Portanto, nos casos em que a inserção no mercado de trabalho e/ou a qualificação escolar são metas quase inatingíveis, a intervenção social deverá incidir sobre outros meios e possibilidades. Por outro lado, nos casos em que a inserção pode perfeitamente resultar por ambas as possibilidades descritas, é fundamental evitar enveredar por uma intervenção paliativa sob o risco de este tipo de intervenção se tornar ele próprio o motor de dependência de muitos dos beneficiários (Matos e Costa, 2015).

Nesta perspetiva, a tendência que tem havido para a descentralização dos serviços da segurança social através das equipas protocoladas pode constituir uma oportunidade de construir novos modelos de ativação da população beneficiária de RSI. Não obstante, este tipo de intervenção poderá futuramente corroer um processo de autonomização dos beneficiários, se as ações a que os beneficiários são conduzidos no decurso desse processo chocarem de forma recorrente com não respostas ou com respostas inadequadas. Dessa forma, a descentralização parece ser indispensável na implementação do RSI; não pode, no entanto, deixar de ser acompanhada por recursos que garantam resultados adequados aos processos de autonomização, recursos esses que podem ser garantidos pelo chamado terceiro sector. Há que encontrar fórmulas de

articulação ao nível local entre os diversos serviços e a oferta da comunidade (Matos e Costa, 2015) que respondam às reais necessidades não apenas dos beneficiários de RSI, mas àqueles que se encontrem numa situação de vulnerabilidade (social, saúde, económica, profissional).

5. 2. As respostas sociais

De acordo com o Regime Jurídico de Instalação, Funcionamento e Fiscalização dos Estabelecimentos de Apoio Social (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de Março e republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de Março), são respostas sociais as atividades e serviços do âmbito da segurança social relativos a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, disfunção e marginalização social. Estas respostas desenvolvem-se em torno das áreas temáticas referidas e dizem respeito à Infância e Juventude, à Deficiência, aos Idosos, à Família e Comunidade, à Doença do Foro Mental/Psiquiátrico, e ainda a Outros Grupos.

O direito à Segurança Social e à protecção social é reconhecido pela Constituição da República desde 1976, que reconhece também a importância dos sindicatos e das Instituições Particulares de Solidariedade Social, enquanto parceiros de acção social, assumindo delegações de competências para a prestação de serviços de proximidade.

As respostas sociais podem ser desenvolvidas por IPSS ou por outros organismos com ou sem utilidade pública, podendo estar ou não abrangidos por acordos de cooperação celebrados com o Instituto da Segurança Social, I.P. A principal faceta de importância económica e social das IPSS é providenciarem bens e serviços de apoio social a pessoas que deles necessitam e que não podem pagar por eles um preço que cubra o respetivo custo (Mendes, 2018).

Ao longo dos anos, as respostas sociais não só triplicaram, como, pela sua distribuição por todo o território português e junto das comunidades em que estão inseridas, passou a assumir grande importância social e económica e apontou vias de futuro sem inversão. Conforme demonstrado no estudo “Importância económica e social das IPSS em Portugal”, cada euro que uma IPSS capta para o seu concelho, e portanto, para um determinado território, é multiplicado por 4,218 na economia desse mesmo território. São as instituições que maioritariamente têm equipamentos para crianças e idosos, cobrindo 70,76% do número total de freguesias do Continente; sendo em

27,16% do número total de freguesias do Continente, as IPSS as únicas entidades que lá têm equipamentos para crianças e idosos (Mendes, 2018). Portanto, a dinâmica a nível territorial é marcante e de grande importância.

Estas situações verificam-se devido às transformações verificadas na sociedade, especialmente de índole demográfica e familiar. O progressivo envelhecimento da população, a diversidade interna desse envelhecimento e o aumento da esperança média de vida, os indicadores referentes à exclusão social, as mudanças na estrutura e nos modelos de família e a extensão crescente dos direitos de cidadania tornaram imperativa a conceção de novas formas de intervenção e o ajustamento das respostas sociais já existentes, de modo a que privilegiem a flexibilidade necessária para atender à mutação constante e à crescente complexidade da realidade social.

O incentivo à expansão e qualificação da rede de serviços e equipamentos sociais, dirigidos aos diversos grupos de população, é uma das vertentes onde a Ação Social tem tido maior intervenção. Tem-se apostado na diversidade, com a ênfase a ser colocada no reforço do papel das famílias, na conciliação do trabalho familiar com a vida profissional, no desenvolvimento do apoio domiciliário, na dinamização de estruturas de convívio e de combate ao isolamento e insegurança e numa maior e melhor prevenção e cobertura das situações de dependência. Outra das dimensões essenciais relaciona-se com a multiplicidade de atores que intervêm no apoio prestado aos indivíduos e famílias. Nesta perspetiva tem confluído a ação de vários organismos públicos, privados e da sociedade civil, contribuindo para a concertação da ação social, numa lógica de parceria, complementaridade e participação, contribuindo para a inclusão social dos mais diversos grupos (Instituto da Segurança Social, 2013).

As respostas sociais são divididas em 4 grupos: “infância e juventude”, “população adulta”, “família e comunidade” e “grupo fechado de respostas pontuais” por todo o território continental e ilhas, adaptadas a cada realidade e à procura da comunidade local. O primeiro grupo, infância e juventude, pode usufruir dos seguintes serviços/respostas sociais: ama; creche; estabelecimento de educação pré-escolar; e centros de atividades de tempos livres (CATL). Para crianças e jovens com deficiência, apoio ao nível da intervenção precoce; lares de apoio; e transporte de pessoas com deficiência crianças e jovens com deficiência. Ao nível de crianças e jovens em situação de perigo, centros de apoio familiar e aconselhamento parental; equipas de rua de apoio a crianças e jovens; acolhimento familiar para crianças e jovens; centro de acolhimento

temporário; lares de infância e juventude; e apartamentos de autonomização (Chichorro, 2006).

O segundo grupo, população adulta, pode usufruir dos seguintes serviços/respostas sociais: serviço de apoio domiciliário - SAD (pessoas idosas/pessoas adultas com deficiência/pessoas em situação de dependência); direcionadas para pessoas idosas - centros de convívio; centros de dia; centros de noite; acolhimento familiar para pessoas idosas; residências; estruturas residenciais para pessoas idosas – ERPI. Para pessoas com deficiência: centro de atendimento/acompanhamento e animação para pessoas com deficiência; centro de atividades ocupacional – CAO; acolhimento familiar para pessoas adultas com deficiência; lares residenciais; transporte de pessoas com deficiência. Para pessoas em situação de dependência: apoio domiciliário integrado – ADI e unidades de apoio integrado – UAI; para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico, fóruns sócio-ocupacionais; unidades de vida protegida; unidades de vida autónoma protegida, e unidades de vida apoiada. Por fim, para pessoas sem-abrigo equipas de rua para pessoas sem-abrigo; e ateliers ocupacionais (*idem*).

O terceiro grupo, família e comunidade, pode usufruir dos seguintes serviços/respostas sociais: serviços de atendimento/acompanhamento social; grupos de auto-ajuda; centro comunitário; centros de férias e lazer; refeitório/cantina social; centros de apoio à vida; comunidade de inserção; e centros de alojamento temporário – CAT; ajuda alimentar. Para pessoas com VIH/SIDA e suas famílias, centros de atendimento/acompanhamento psicossocial – CAAP; serviço de apoio domiciliário; e residência para pessoas infetadas pelo VIH/SIDA. Para pessoas toxicodependentes, é possível usufruir de apoio de equipas de intervenção direta; e apartamentos de reinserção social. Por fim, para pessoas vítimas de violência doméstica, é possível recorrer a apoio em centros de atendimento; e de casas de abrigo (*idem*).

O quarto e último grupo, grupo fechado de respostas pontuais, pode usufruir dos seguintes serviços/respostas sociais: apoio domiciliário para guarda de crianças; apoio em regime ambulatorio; imprensa Braille; escola cães-guia: equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega (Chichorro, 2006).

Apesar da descrição das respostas existentes, a investigação aqui apresentada apenas irá debruçar-se sobre os serviços e respostas sociais que estão disponíveis em ambos os concelhos que são objeto de estudo, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto.

6. Questões e metodologias da investigação

Os métodos adotados no decorrer desta investigação estão relacionados com o campo social que se pretende abordar. Definido o objeto a estudar - Desigualdades Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis em Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, selecionámos os métodos e as técnicas que consideramos mais adequados para proceder à recolha e ao tratamento da informação necessária à pesquisa quantitativa e qualitativa, procurando a melhor adequação entre as metodologias, os objetivos propostos e as condições mais favoráveis a esta investigação.

6.1 . Questões e metodologias da investigação utilizadas

Os métodos e as técnicas escolhidas tinham como objetivo responder às questões a que nos propusemos. Ou seja, primeiramente, queríamos perceber se o ciclo de pobreza se mantém nas famílias alvo desta investigação e quais os seus efeitos; em seguida, tentámos estudar a evolução ao longo dos anos dos agregados familiares por forma a identificar as razões que levam (ou não) determinado indivíduo ou família à reprodução da situação de pobreza e qual a sua duração registada. Como não poderia deixar de ser, tentou-se com esta investigação contribuir para a definição e delimitação de grupos ou categorias sociais mais afetadas pela situação de pobreza, tanto em situação de emprego, como de desemprego ou de reforma. Relacionado com o seu percurso de vida, consideramos pertinente questionar sobre os mecanismos ou os fatores que têm contribuído para compreender e explicar a situação desses grupos; e, por fim, mas não menos importante, abordamos os participantes sobre as estratégias de sobrevivência que têm adotado ao longo da sua vida.

Indo ao encontro dos objetivos específicos apresentados previamente, tínhamos ainda como questões para esta investigação: identificar fatores e tendências de desigualdades sociais; analisar o papel dos técnicos e das instituições sociais no combate à pobreza e implementação dos princípios de justiça social; perceber quais os caminhos que os indivíduos, se (re)inseridos após apoios e contratualizações sociais, seguem e se haverá efeitos positivos para aqueles que os rodeiam; assim como perceber até que ponto os técnicos que se encontram no terreno dispõem de recursos e de capacidade de escolha quanto aos dispositivos de ação de promoção da inclusão social,

uma vez que a própria inclusão social encerra em si a dura realidade das formas estruturais de desqualificação.

Perante os objetivos traçados, considerou-se que seria vantajoso adotar uma abordagem metodológica mista, quantitativa e qualitativa, na medida em que se interseccionam e podem ser utilizadas numa lógica de complementaridade. Obviamente as posições no que se refere à utilização quer de uma ou outra perspetiva divergem. Se, por um lado, à semelhança de Moreira (2007), aqueles que preferem a metodologia quantitativa argumentam que a qualitativa contém uma margem de subjetividade que pode conflitar com os critérios de cientificidade; aqueles que preferem metodologia qualitativa argumentam que os primeiros são incapazes de captar o âmago da realidade social.

Os métodos qualitativos propõem-se ao estudo de significados intersubjetivos que estejam construídos e sejam repetidamente usados, ou seja, procuram a interpretação. Por seu turno, os métodos quantitativos têm como demanda analisar factos sociais, revelar regularidades ou padrões e relações entre variáveis de um fenómeno de forma a obter uma explicação. Se os primeiros optam por formas flexíveis de captar informação, estudando a vida social no seu contexto natural e evitando distorcer ou controlar; os segundos preferem a estruturação e linguagem matemático-estatística, apreendendo a realidade com situações controladas que permitem um estudo filtrado de aderências contaminantes.

Para a realização desta investigação, além da conveniência geográfica por parte da investigadora, foram escolhidos os concelhos de Cabeceiras de Basto e de Celorico de Basto, pela falta de oportunidades a que os cidadãos são sujeitos e os leva a recorrer posteriormente ao pedido de diferentes tipos de apoio(s). Ambos os concelhos se situam em meio rural, com características próprias conforme veremos ao longo deste capítulo, que condicionam o acesso a determinadas oportunidades seja profissionais seja de saúde, educação e/ou cultura. Não devemos esquecer que pelo menos desde 2009 que a pobreza tem vindo a aumentar em Portugal, afetando, grosso modo, um em cada quatro portugueses (Diogo, 2015), e nestes concelhos isso não é exceção. Verifica-se que a situação de desemprego nos concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de

Basto, onde a taxa de inscritos no IEFP no ano de 2017⁵, se encontra acima da média nacional (6.5% em 2017), com 9,1% e 8,1%, respetivamente.

Os participantes são beneficiários/clientes de diferentes apoios sociais (ação social) e respostas sociais, tanto em organismos públicos (Município de Celorico de Basto) como em IPSS: associações de Solidariedade Social, Centros Comunitários, Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, Irmandades da Misericórdia, Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa. Para simplificar a escrita, a designação “IPSS” deve ser entendida no sentido alargado que inclui as IPSS e as instituições equiparadas a IPSS.

Numa primeira fase foi aplicado o inquérito por questionário de forma a abranger um grupo representativo da população com o objetivo de recolher informações relativas à situação pessoal e familiar, profissional e social. Toda a ação de pesquisa se traduz no ato de perguntar, como refere Ferreira (2009), tudo se resume a saber fazer perguntas e a identificar elementos constituintes de resposta. O inquérito, como outras técnicas de investigação, é uma técnica de perguntar, uma técnica de construção de dados que mais se compatibiliza com a racionalidade instrumental e, porventura, a que tem predominado nas atividades de investigação e intervenção em ciências sociais. Este funda-se em alguns princípios, designadamente: aplica-se a unidades sociais, mesmo quando a unidade é a família ou um alojamento; as unidades inquiridas são tomadas como equivalentes, o que é um princípio indispensável à lógica da quantificação, ao cálculo de médias, quadros de distribuição, análises de correlação e de regressão; e os fenómenos sociais existem independentemente das relações sociais que os determinam. Estes “são considerados como algo exterior ao indivíduo que pode ser verbalizado e cuja estabilidade possibilita a sua apreensão em cortes transversais” (2009: 169).

Esta técnica teve a sua génese fora do âmbito da prática sociológica de pesquisa. Inicialmente começou a ser utilizado pelo Estado como instrumento de administração, sob a forma de Censos da População e com objetivos de controlo político. Posteriormente chegou o momento dos inquéritos sociais promovidos pelas correntes filantrópicas e socialistas dos países mais industrializados da Europa, tendo como objetivo retratar o estado da pobreza através da objetividade dos números. Por fim, nascem nos Estados Unidos da América os inquéritos de atitudes e opinião num quadro de estudos psicossociais sobre opções de voto e prospeção de mercados, sob a

⁵ Fonte:

[https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+a+64+anos+\(percentagem\)-592](https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+a+64+anos+(percentagem)-592)

encomenda de organizações políticas, de empresas e de jornais, todos interessados em conhecer os mecanismos de formação de opinião tendo em vista a sua manipulação.

Como nos refere Quivy (1992), a aplicação do inquérito por questionário na perspetiva sociológica distingue-se de uma simples sondagem de opinião pelo facto de permitir quantificar uma multiplicidade de dados, assim como por permitir a análise de correlações de várias hipóteses. No caso concreto desta investigação, a aplicação do inquérito permitiu que mais inquiridos participassem desta investigação, uma vez que com a aplicação do inquérito por questionário foi mais fácil abranger diversas instituições, serviços e respostas sociais de ambos os concelhos, por permitir o apoio de técnicos desses serviços para a aplicação dos inquéritos. Tal vai de encontro àquilo que Ferreira (2009) descreveu, isto é, o elevado número de inquéritos obriga a que se recorra ao trabalho de inquiridores, supervisores, codificadores, técnicos de informática e outros.

Inicialmente foram realizados contatos com as instituições que prestam serviços de apoio à comunidade para, de seguida, se poder aplicar os inquéritos a beneficiários ou clientes, dependendo do tipo de apoio e/ou resposta social. No âmbito das medidas de Rendimento Social de Inserção (RSI) e da Ação Social (AS), ambos os concelhos participaram equitativamente, de acordo com a disponibilidade das equipas. O inquérito original foi cedido pelo professor Manuel Carlos Silva, originário de uma outra pesquisa sob a sua coordenação, ao qual foram efetuadas algumas adaptações/alterações para a investigação aqui pretendida.

No que se refere às respostas sociais existentes em ambos os concelhos, houve maior representatividade no concelho de Celorico de Basto, uma vez que todas as instituições de cariz social participaram na aplicação dos inquéritos, ao contrário das instituições em Cabeceiras de Basto. Dado o elevado número de inquéritos aplicados (n=413), houve a necessidade de recorrer à colaboração de técnicos e estagiários de algumas instituições, tentando ao longo desse trabalho que, conforme refere Ferreira (2009), não tenha acontecido condicionar algumas respostas dos inquiridos, pois cada um desses elementos é um interveniente ativo na modelação da opção escolhida. Para que o inquérito fosse o mais isento e honesto possível, contribuiu o facto de haver perguntas que, apesar de fechadas, apresentavam várias opções, constando ainda, em muitas questões, opção de resposta aberta.

Após terminada a fase de aplicação dos questionários, procedeu-se à obtenção de resultados através do tratamento de dados pelo SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), uma ferramenta informática essencial no tratamento e análise estatística.

Após a realização dos inquéritos, foram selecionadas algumas pessoas, que tinham ou não respondido aos inquéritos, com vista à obtenção de informação mais aprofundada através da recolha biográfica e de histórias de vida. Estas diferem entre si, mas interseccionam-se e complementam-se, uma vez que ambas trabalham com relatos e narrativas de vida. Como diz Guerra (2008), a pesquisa qualitativa é muito “maleável”, o objeto de estudo pode evoluir e o grupo a ser entrevistado alterar-se ao longo da investigação. Tal veio a acontecer nesta investigação, uma vez que entre a fase de realização do inquérito e a realização das entrevistas houve, por exemplo, alterações de residência, situações graves de doença e/ou falecimentos.

Indo de encontro das propostas metodológicas de Becker (1994), considerou-se pertinente recorrer à recolha de informação através da recolha das histórias de vida dos indivíduos. Com estas esperava-se ir além da simples recolha do testemunho compreendendo os elementos gerais contidos no mesmo, pois, como referem Digneffe e Beckers (*cit in* Brandão, 2007: 10), a história de vida permite captar

“o que escapa às estatísticas, às regularidades objetivas dominantes e aos determinismos macrosociológicos, tornando acessível o particular, o marginal, as ruturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais da realidade social, que explicam por que é que não existe apenas reprodução, e reconhecendo, ao mesmo tempo, valor sociológico no saber individual.”

Através da história de vida há a perceção individual e única do sujeito, há uma ligação íntima com a sua identidade, não só porque se trata da própria vida, factos e a relação entre os mesmos, mas também porque inclui um investimento emocional muito grande por parte do indivíduo (Brandão, 2007, Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999), o que foi notório ao longo da realização das entrevistas. Ao relatar a sua história de vida, o narrador é convidado a reviver eventos de que se recorda e, igualmente, a relembrar sentimentos e emoções que estejam adjacentes (Becker, 1994, Brandão, 2007).

Como em todas as técnicas de recolha de informação, há vantagens e desvantagens na aplicação desta técnica. Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1999) falam de diversas contradições teóricas que poderão dificultar a sua aplicação. Por exemplo, enquanto uns apenas admitem a entrevista como forma de registo da informação, outros defendem que a recolha de informação deverá ser redigida apenas

pelo locutor, de forma a que a presença do entrevistador não enviesse esse registo. Outra questão que se levanta refere-se à especialização ou exaustividade do tema que se pretende estudar. Todas estas questões levantaram-se previamente à escolha da técnica e considerou-se que era a escolha mais acertada para o tipo de trabalho que se pretendia desenvolver com esta investigação.

A opção pela entrevista semi-diretiva justifica-se, no caso desta investigação, por possibilitar ao entrevistado que se manifeste sem qualquer constrangimento ou restrição e a devida liberdade de expressão, ao mesmo tempo que permite um controlo mínimo do processo de memorização e expressão através da utilização do questionário da entrevista (Lessard-Hebert, Goyette e Boutin, 1990). Este tipo de técnica encontra-se associado à hermenêutica, à interpretação da informação (Delgado, 2008), questionando-se o narrador com recurso ao método socrático (Becker, 1994).

Ao optar pela história de vida única, prevê-se a realização repetida de entrevistas para o aprofundamento da informação recolhida inicialmente, através da construção daquilo que Becker (1994: 101-115) designa como imagem de mosaico. Ou seja, cada peça acrescentada ao longo das entrevistas contribui para a compreensão do quadro como um todo. Portanto, o entrevistador deverá registar mais do que o que recolhe com a gravação da entrevista, pois o que muitas vezes é dito posteriormente ou por outras formas de expressão explica muito do que foi relatado ao longo da entrevista em si, restituindo a singularidade do discurso (Becker, 1994, Brandão, 2007). A entrevista é, portanto, essencial para a recolha da história de vida.

Para além das entrevistas realizadas aos beneficiários de apoios sociais, realizou-se uma entrevista semi-diretiva a 10 técnicos de diferentes serviços de apoio social ou respostas sociais. A escolha dos técnicos teve que ver com a área de trabalho em que estavam inseridos e a disponibilidade demonstrada, tendo maioritariamente as respostas sido dadas por escrito, uma vez que demonstraram pouca disponibilidade para reunir e entenderam que por escrito lhes seria mais fácil colaborar. Assim, das 10 entrevistas realizadas apenas duas foram gravadas, sendo as outras 8 respondidas por escrito pelos próprios entrevistados.

Após a recolha de toda a informação, é chegado o momento de se proceder à organização e compreensão da mesma. “O problema reside precisamente em dar sentido a este conjunto de factos sem reduzir a riqueza das significações” (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999: 107). O que se pretende é colocar em evidência todas as informações recolhidas presentes nas histórias de vida, desde as singularidades às

regularidades das respostas dadas, e a informação obtida através de entrevistas aos técnicos participantes nesta investigação.

De forma a compreender corretamente as informações transmitidas, procedeu-se à análise de conteúdo, um trabalho que requer muita minúcia de análise, um trabalho duro e longo e que requer, igualmente, muita paciência (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999).

A análise de conteúdo é “hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais.” (Vala, 2009: 101). Com esta técnica pretende-se descrever as situações através do que está registado e interpretar o seu sentido (Guerra, 2008: 69), possibilitando fazer inferências sobre os materiais recolhidos que são simultaneamente válidos e replicáveis (Vala, 2009). Esta análise é uma etapa de pesquisa que não se encerra com ela, não colocando termo à possibilidade de novas temáticas e problemáticas, na medida em que são permitidas novas interpretações sobre o fenómeno a estudar (Guerra, 2008; Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999). É uma técnica que exige a exposição de todos os procedimentos que são utilizados e não servirá apenas de descrição das entrevistas obtidas, recolhendo, através das histórias de vida, “testemunhos sobre as práticas sociais” (Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999: 111) dos indivíduos inquiridos e poder contribuir para a reflexão e construção de respostas acerca das problemáticas enunciadas. Toda a informação recolhida foi submetida a uma análise horizontal e vertical para que haja a correta organização, de forma a se proceder à interpretação e compreensão sociológica do que foi narrado (Guerra, 2008, Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut, 1999).

6.2 . Procedimentos de recolha de dados

A investigação decorreu em três fases distintas: primeiramente procedeu-se à aplicação dos inquéritos por questionário, tendo sido efetuados 413 inquéritos a beneficiários de apoios sociais e clientes das diversas respostas sociais. Num segundo momento, efetuaram-se entrevistas semi-diretivas com o objetivo de aprofundar a recolha de informação acerca da trajetória de vida dos beneficiários de ambos os concelhos, tendo sido realizados 53 entrevistas. Por fim, realizaram-se 10 entrevistas semi-diretivas a técnicos de diferentes serviços tendo como objetivo confrontar e comparar algumas das respostas e opiniões com os beneficiários e clientes.

6.2.1. Inquéritos por questionário

Foram realizados 413 inquéritos por questionário a beneficiários dos serviços descritos anteriormente, de ambos os concelhos, participantes nesta investigação, de diversas faixas etárias e de ambos os sexos.

Os inquéritos foram realizados nas próprias instituições ou em locais reservados para o efeito, tendo-se dessa forma garantido um momento e tempo próprios para a aplicação do inquérito por questionário. No desenrolar deste trabalho houve alguns constrangimentos, como a dificuldade de compreensão de algumas perguntas por parte dos sujeitos inquiridos, havendo a necessidade de reformular a questão e/ou opções apresentadas.

O inquérito utilizado foi construído com o objetivo de responder às seguintes dimensões:

- Primeiramente, pretendeu-se uma recolha das informações pessoais do inquirido e respetivo agregado familiar, por forma a entender que tipo de famílias usufruem, ou já usufruíram, de algum tipo de apoios sociais.
- Em segundo lugar, pretendeu-se conhecer a situação face ao emprego e/ou desemprego, uma vertente fundamental na sociedade atual pela relação estreita que tem com o bem-estar dos indivíduos e famílias.
- Em terceiro lugar, pretendeu-se saber a que apoios sociais os inquiridos já recorreram, assim como o número de vezes e a duração dos apoios de que beneficiaram.
- Em quarto lugar, pretendeu-se abordar as respostas sociais mais direcionadas para a população idosa ou em situação de invalidez, e se, mesmo após as transferências sociais, continuam a necessitar de recorrer a algum tipo de apoio e, em caso de resposta afirmativa, a que tipo de apoio.
- Em quinto lugar, houve a intenção de saber de que forma os usuários dos diferentes apoios sociais se vêem, de que forma consideram que a sociedade os vê, assim como a extensão do recurso a apoios sociais na família.

6.2.2. Recolha biográfica através da entrevista semi-diretiva

Foram realizadas 53 entrevistas com vista à recolha do percurso de vida dos entrevistados, tendo como objetivo recolher histórias de vida que pudessem evidenciar o percurso de vida daqueles que têm recorrido aos apoios sociais de âmbito estatal, ao mercado e às instituições do terceiro sector.

O guião das entrevistas realizadas foi elaborado com o objetivo de analisar as seguintes dimensões:

- A primeira diz respeito ao percurso de educação e formação da pessoa inquirida, assim como dos seus pais e dos seus filhos, se aplicável. Para o efeito, tentou-se recolher informações não só do nível de escolaridade, mas também dos motivos que poderão ter levado a que deixassem de estudar, o tipo de relação tido com a escola, professores e colegas e se desejariam que esse percurso escolar tivesse sido diferente do ocorrido.
- A segunda diz respeito ao perfil laboral da pessoa, nomeadamente qual o seu principal meio de subsistência, se se encontra empregado ou desempregado, o tempo de duração dessa situação, se tem promovido algum tipo de mudança e quais têm sido as experiências laborais ao longo do seu percurso de vida.
- A terceira refere-se ao ciclo familiar da pessoa inquirida e da sua família. Ou seja, tentar comparar e verificar se existe algum tipo de relação entre o percurso de vida dos seus progenitores com as suas experiências e/ou com a sua condição e o mesmo para com os seus filhos, se aplicável. Assim como se tentou perceber se ao longo de gerações houve alterações no percurso de vida e, em caso afirmativo, que tipo de alterações. Nesta dimensão, considerou-se também a situação de saúde, muitas vezes determinante no percurso de vida.
- A quarta dimensão diz respeito às relações estabelecidas pela pessoa inquirida com as instituições, sejam do Estado, IPSS ou outras instituições de apoio social. Para o efeito, recolheram-se informações acerca da carreira contributiva da pessoa inquirida, assim como houve o objetivo de recolher informações acerca das relações estabelecidas com as instituições e os técnicos com que já se terão cruzado. Tentou-se ainda perceber qual a opinião que a pessoa tem acerca da forma como é apoiada ou poderia ser por essas mesmas instituições.
- A quinta dimensão refere-se à participação social e de cidadania de cada pessoa entrevistada, nomeadamente acerca da sua participação associativa e social, participação enquanto cidadão ou cidadã no exercício do seu direito de voto, o que motiva ou desmotiva essa participação e, por fim, a sua visão acerca da distribuição desigual da riqueza.

- A sexta dimensão diz respeito ao tipo de relações de sociabilidade que os entrevistados estabelecem com os vizinhos e/ou outros.
- A última e sétima dimensão pretendeu recolher a opinião de cada pessoa entrevistada, como forma de complementar as informações recolhidas até esta fase. Nomeadamente sobre o casamento ou a constituição de família, a religião e a forma como encaram a sua vida ao refletir sobre a morte.

6.2.3. Entrevistas semi-diretivas aos técnicos

Foram realizadas dez entrevistas a técnicos de diferentes serviços e diferentes instituições, públicas e privadas que atuam com o apoio do Estado, com o objetivo de conhecer práticas e opiniões acerca do acompanhamento a beneficiários, assim como perceber com que tipo de constrangimentos se se deparam no desenvolvimento da sua ação enquanto técnicos de intervenção social.

Por comodidade das pessoas entrevistadas, por dificuldade em conciliar a disponibilidade da investigadora com os horários das participantes e por não se sentirem tanto à vontade de responder verbalmente à entrevista, foi sugerido pelos próprios responderem por escrito às questões colocadas, pelo que oito das pessoas entrevistadas optado por essa forma de participação.

O guião das entrevistas realizadas foi elaborado com o objetivo de analisar as seguintes dimensões:

- A área de formação do entrevistado, assim como a instituição (ou instituições) onde se encontram inseridas profissionalmente como forma de abranger todas as áreas de apoio social.
- As expectativas *versus* realidade por parte dos técnicos relativamente a beneficiários e à própria comunidade evolvente. Pretende-se analisar a expectativa frequentemente trazida para o terreno e se esta se mantém ou, se pelo contrário, se dissolve, percebendo os motivos, caso isso aconteça. Assim como se pretende perceber se as expectativas dos próprios beneficiários/clientes correspondem àquilo com que são confrontados.
- Como terceira dimensão, será analisado junto das pessoas entrevistadas a forma como vêem as políticas sociais, se concordam com as medidas aplicadas ou se, pelo contrário, introduziriam algumas alterações.
- Pretende-se ainda analisar a dimensão da intervenção social, isto é, qual tem sido o papel dos técnicos ao longo dos anos em que têm exercido atividade

profissional, assim como é que estes se têm sentido enquanto executores das medidas de política social.

- Por fim, pretende-se refletir acerca daquilo que se espera dos beneficiários/clientes aquando o momento de intervenção.

II - Investigação empírica

A investigação empírica resulta de um longo trabalho de recolha de informação que se estendeu pelo período de 2014-2018. Antes ainda da apresentação dos resultados de investigação, fazemos o enquadramento sócio-geográfico de ambos os concelhos por forma a sublinhar as especificidades com que se deparam os beneficiários/clientes, as instituições e os técnicos que aqui operam. Refira-se, também, que foi feito contacto com as instituições de ambos os concelhos para um levantamento prévio dos serviços que realizam, tal como o tipo de acordos e protocolos vigentes com a segurança social e/ou outros, tanto do sector público como do sector privado, com o objetivo de se realizar o enquadramento da realidade encontrada.

7. Políticas sociais de combate à pobreza e/ou exclusão social: estudo de caso

Para a apresentação desta tese, procedemos à contextualização geográfica e caracterização das instituições e serviços de ambos os concelhos, de forma a que o leitor possa perceber as vicissitudes daqueles que aqui são objeto de estudo. Os concelhos sobre os quais incidiu o estudo de caso aqui descrito são, como referido, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. Ambos os concelhos se situam no distrito de Braga, na Região Norte de Portugal, e apresentam características similares e muito próprias do meio rural. São, no entanto, concelhos que têm vindo a conhecer algum desenvolvimento, o que muito se deve à evolução da rede viária dos últimos anos.

Ilustração 1 – Mapa de Cabeceiras de Basto



Fonte: <http://viajar.clix.pt/cheGAR.php?c=17&lg=pt>

O concelho Cabeceiras de Basto insere-se, desde junho de 2006, na NUTS III – Ave, deixando de integrar a unidade geográfica do Tâmega, como acontecia até então, e é delimitado pelos concelhos vizinhos de Celorico e Mondim de Basto a Sul, Montalegre e Boticas a Norte, Vieira do Minho a Noroeste, Fafe a Poente e Ribeira de Pena a Nascente. O território que ocupa, atualmente, é uma área de cerca de 241 Km², com uma população que ronda os dezasseis mil e setecentos habitantes distribuídos por 12 freguesias.

Ilustração 2 – Mapa de Celorico de Basto



Fonte: <http://viajar.clix.pt/chegar.php?c=17&lg=pt>

O concelho Celorico de Basto situa-se no extremo do distrito de Braga, na Região Norte de Portugal, insere-se na NUT do Tâmega e Sousa e é delimitado a norte pelo concelho de Cabeceiras de Basto, a leste por Mondim de Basto, a sul por Amarante, a sudoeste por Felgueiras e a oeste por Fafe. Cobre uma área geográfica de 181,09 Km² (Marinho de Lemos, 1988) e uma população que ronda os vinte mil habitantes, distribuídos por 15 freguesias.

De acordo com os Censos 2011, a população residente no concelho de Cabeceiras de Basto compreende o total de 16 710 habitantes (5 622 famílias clássicas residentes), e a de Celorico de Basto um total de 20 098 (com 6 779 famílias clássicas residentes).⁶ Nestes concelhos, a questão da pobreza está muito relacionada com as situações de desemprego e de emprego precário, sendo a taxa de desemprego em ambos os concelhos superior à taxa de desemprego a nível nacional – enquanto a nível nacional, a taxa de desemprego, em dezembro de 2017, se encontrava nos 6,5%, em Cabeceiras de Basto era de 9,1% e em Celorico de Basto de 8,1%.⁷

⁶ CENSOS 2011, Instituto Nacional de Estatística.

⁷ Fonte: PORDATA – Dados colocados disponíveis em 2017, mas que se referem ao ano de 2016.

Tabela 3. Desemprego Registado por Concelho segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego⁸

| Concelhos | Dez. 2015 | Dez. 2016 | Dez. 2017 |
|----------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Cabeceiras de Basto | 1152 | 988 | 883 |
| Celorico de Basto | 1044 | 950 | 1019 |

Fonte: IEFEP, I.P.

Fazendo uma comparação numérica de ambos os concelhos ao longo dos anos sobre os quais foram passados os inquéritos por questionários e realizadas as entrevistas semi-diretivas aos clientes/beneficiários, verifica-se que no concelho de Cabeceiras de Basto o número de pessoas inscritas no IEFEP tem vindo a diminuir, enquanto em Celorico de Basto diminuiu do ano de 2015 para o ano de 2016, voltando a subir em 2017.

O sector terciário é o maior empregador destes concelhos, com 3 287 pessoas no concelho de Cabeceiras de Basto e 3644 pessoas no concelho de Celorico de Basto, das quais 1652 e 1758 respetivamente, exercem atividade de natureza social. É na Região Norte onde se encontra com especial incidência a reduzida procura de qualificações por parte dos empregadores, um fator forte para a situação de desemprego (Norte 2015, Competitividade e Desenvolvimento - Uma Visão Estratégica, 2006). E nestes concelhos isso não é exceção uma vez que os níveis de escolarização são ainda bastante baixos.

Tabela 4. População residente segundo o nível de escolaridade e taxa de analfabetismo – Cabeceiras de Basto⁹

| Nível de escolaridade | Cabeceiras de Basto | (%) |
|------------------------------|---------------------|-------|
| Sem escolaridade | 2 282 | 16,32 |
| 1º Ciclo | 4 048 | 28,94 |
| 2º Ciclo | 2 399 | 17,15 |
| 3º Ciclo | 2 554 | 18,26 |
| Ensino Secundário | 1 620 | 11,58 |
| Ensino pós-secundário | 102 | 0,73 |
| Ensino Superior | 982 | 7,02 |

Fonte: Censos 2011

⁸ Fonte: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

⁹ Dados recolhidos: <https://populacaodistritodebraga.jimdo.com/cabeceiras-de-basto/>

Em Cabeceiras de Basto, do total da população com mais de 15 anos de idade, 2282 habitantes não detêm nenhum grau de escolaridade (16,32%), 4048 possuem apenas o 1º ciclo de escolaridade, 2399 habitantes o 2º ciclo, 2554 habitantes o 3º ciclo de escolaridade, 1620 o ensino secundário, 102 o ensino pós-secundário e 982 o ensino superior. Com mais de 10 anos de idade, o concelho tem 1525 habitantes analfabetos e uma taxa de analfabetismo 10,1%.

Tabela 5. População residente segundo o nível de escolaridade e taxa de analfabetismo – Celorico de Basto¹⁰

| Nível de escolaridade | Celorico de Basto | (%) |
|------------------------------|-------------------|--------|
| Sem escolaridade | 2 727 | 16,01 |
| 1º Ciclo | 5 673 | 33,30% |
| 2º Ciclo | 2 672 | 15,68 |
| 3º Ciclo | 2 951 | 17,32 |
| Ensino Secundário | 1 947 | 11,43 |
| Ensino pós-secundário | 114 | 0,67 |
| Ensino Superior | 953 | 5,59 |

Fonte: Censos 2011

No concelho de Celorico de Basto, do total de população com mais de 15 anos de idade, 2727 habitantes não possuem qualquer grau de escolaridade (16,01%), 5673 habitantes detêm apenas o 1º ciclo de escolaridade, 2672 o 2º ciclo, 2951 o 3º ciclo de escolaridade, 1947 o ensino secundário, 114 o ensino pós-secundário e 953 habitantes o ensino superior. Com mais de 10 anos de idade, o concelho tem 1828 habitantes analfabetos e uma taxa de analfabetismo de 10%.

Por outro lado, deparamo-nos com uma realidade que apresenta algumas limitações no que se refere a equipamentos de saúde. Como nos é apresentado no Anuário Estatístico da Região Norte (2012), no concelho de Cabeceiras e Celorico de Basto não há qualquer hospital com consultas externas e, nesse sentido, nem condições de realizar qualquer tipo de intervenção cirúrgica, tendo portanto os utentes que se dirigir a concelhos vizinhos. O mesmo acontece no que se refere a consultas externas de

¹⁰Dados recolhidos: <https://populacaodistritodebraga.jimdo.com/celorico-de-basto/>

especialidades. Ambos os concelhos possuem 1 centro de saúde, sem internamentos, com 4 extensões, como resposta às necessidades de saúde de toda a população. Cabeceiras de Basto possui 4 farmácias e Celorico de Basto possui 5 farmácias.

Ao nível da educação, o concelho de Cabeceiras de Basto dispõe de 1 agrupamento de escolas, com escola desde o 2º ciclo até ao nível secundário e outra com o 2º e 3º ciclos, em Arco de Baúlhe; 2 centros escolares: centro escolar Padre Joaquim Santos, com 4 turmas de ensino pré-escolar; e o centro escolar Professora Filomena Mesquita, com duas turmas de jardim de infância. Em Arco de Baúlhe também há formação desde o ensino pré-escolar, com 3 turmas; e ainda os jardins de infância: na freguesia de Pedraça; na freguesia da Faia; na freguesia de Cavês (escola da Ferreirinha); na freguesia de Santa Senhorinha; na freguesia da Gondarém-S.Nicolau; e na freguesia da Bucos; cada um destes jardins de infância estão em funcionamento com uma turma. Até o ano letivo de 2016/2017, o concelho ainda usufruiu do ensino secundário público no Externato São Miguel de Refojos, tendo passado a ser exclusivamente privado a partir desse ano letivo.

O concelho de Celorico de Basto dispõe de 1 agrupamento de escolas, constituído por 4 centros escolares desde o ensino pré-escolar até ao final do 1º ciclo, 2 escolas básicas dos 2º e 3º ciclos e outra com o ensino desde o 2º ciclo até ao nível secundário; dispõe ainda de uma escola profissional, a Escola Profissional de Fermil Celorico de Basto (EPFCB), com cursos técnico-profissionais - tipo IV, com equivalência ao nível secundário. Aqui, à semelhança do concelho vizinho, o ensino pré-escolar também se encontra em funcionamento em várias freguesias do concelho além dos centros escolares, nomeadamente: Basto (S. Clemente); Ribas; Rego; Caçarilhe; Canedo de Basto; Carvalho; Borba da Montanha; Fervença e Agilde.

7.1. Caraterização das IPSS participantes - concelho de Cabeceiras de Basto

O concelho de Cabeceiras de Basto regista um número considerável de respostas sociais, tanto ao nível de valências típicas contratualizadas com a Segurança Social, como ao nível de respostas e serviços atípicos assegurados pelas entidades, com intervenção em matéria de proteção e inclusão social, que têm o intuito de servir de complemento às atividades, respostas sociais e valências típicas protocoladas com cada Instituição Particular de Solidariedade Social do concelho.

Posto isto, o concelho de Cabeceiras de Basto possui, atualmente, um total de 13 diferentes tipos de serviços/respostas sociais, que estão distribuídas por três áreas de

intervenção distintas, tendo em conta o público-alvo desses mesmos serviços/respostas. A saber, “Infância e Juventude”, “População Adulta” e “Família e Comunidade”.

No que se refere às respostas sociais para a infância e juventude, em Cabeceiras de Basto há uma ama com acordo com a segurança social para 3 crianças e três creches: a ARCA, com capacidade para 29 crianças, o Centro Social de Cabeceiras de Basto, com capacidade para 82 crianças, e o Centro Social da Paróquia de Cavês, com capacidade para 32 crianças. Existe, ainda, um estabelecimento de educação pré-escolar, do Centro Social de Cabeceiras de Basto, com capacidade para 100 crianças, atualmente com 94 crianças.

Tabela 6. Respostas Sociais para: Infância e Juventude

| RESPOSTA SOCIAL | ENTIDADE | UTENTES | | LISTA DE ESPERA |
|--|---|------------|-----------|-----------------|
| | | C/Acordo | S/Acordo | |
| Ama | 1 Ama | 3 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 3 | 0 | 0 |
| Creche | ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Arco de Baulhe | 29 | 0 | 0 |
| | Centro Social de Cabeceiras de Basto | 60 | 22 | 0 |
| | Centro Social da Paróquia de Cavês | 27 | 1 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 116 | 23 | 0 |
| Estabelecimento de Educação Pré-Escolar | Centro Social de Cabeceiras de Basto | 94 | 6 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 94 | 6 | 0 |
| <i>Total</i> | | 213 | 29 | 0 |

Fonte: Levantamento realizado pela autora com base em informação fornecida pelas instituições.

Relativamente à população adulta, nomeadamente a população idosa, o concelho conta com quatro Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas (ERPI): a ARCA, com uma capacidade para 48 utentes; o Centro Social e Paroquial de Bucos, com capacidade para 12 utentes; o Centro Social da Paróquia de Cavês, com capacidade para 50 utentes, e a SCM de S. Miguel de Refojos, que tem capacidade para 68 utentes. Conta, ainda,

com 13 famílias de acolhimento para pessoas idosas, com uma capacidade total para 32 utentes.

Ainda referente à população idosa, esta pode contar com o serviço de Centro de Dia da ADIB, com uma capacidade para 34 utentes, e com o Centro de Convívio e Lazer do Centro Social e Paroquial de Abadim, com capacidade para 15 utentes.

Além destas respostas sociais, há no concelho várias instituições com o Serviço de Apoio Domiciliário, nomeadamente, a ADIB, com capacidade para 40 clientes; o Centro Social e Paroquial de Abadim, com capacidade para 42 clientes; o Centro Social e Paroquial de Bucos, com capacidade para 20 clientes; o Centro Social da Paróquia de Cavês, com capacidade para 55 clientes; o Centro Social e Paroquial de Sto. André de Riodouro, com capacidade para 23 clientes; a CVP – Delegação de Arco de Baúlhe com capacidade para 60 clientes, dos quais, 25 possuem acordos com a segurança social; a CVP – Delegação de Cabeceiras de Basto com capacidade para 20 clientes; e, por fim, a SCM de S. Miguel de Refojos com a capacidade para 30 clientes.

No que se refere à população com deficiência, o concelho de Cabeceiras de Basto usufrui de um lar residencial, pertencente à Fundação A. J. Gomes da Cunha, com capacidade para 24 clientes e um Centro de Atividade Ocupacionais (CAO), da mesma Fundação, com capacidade para 30 clientes.

Tabela 7. Respostas Sociais para: População Adulta

| RESPOSTA SOCIAL | ENTIDADE | UTENTES | | LISTA DE ESPERA |
|---|-----------------------------|------------|-----------|-----------------|
| | | C/Acordo | S/Acordo | |
| Estrutura Residencial para Idosos | ARCA | 48 | 0 | 16 |
| | C. S. Paroquial de Bucos | 12 | 0 | 8 |
| | C. S. da Paróquia de Cavês | 50 | 0 | 25 |
| | SCM S. Miguel de Refojos | 68 | 0 | 30 |
| | <i>Subtotal</i> | 177 | 0 | 79 |
| Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas | 13 Famílias de Acolhimento | 32 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 32 | 0 | 0 |
| Centro de Dia | ADIB | 34 | 0 | 6 |
| | <i>Subtotal</i> | 34 | 0 | 6 |
| Centro de Convívio e Lazer | C. S.e Paroquial de Abadim | 20 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 20 | 0 | 0 |
| Serviço de Apoio Domiciliário | ADIB | 40 | 0 | 0 |
| | C. S. e Paroquial de Abadim | 40 | 3 | 4 |
| | C. S. e Paroquial de Bucos | 20 | 0 | 0 |
| | C. S. da Paróquia de Cavês | 55 | 0 | 5 |
| | C. S. e P. de Riodouro | 30 | 0 | 0 |
| | CVP – Del. Arco de Baúlhe | 25 | 3 | 12 |
| | CVP – Del. Cab. de Basto | 20 | 2 | 0 |
| | SCM S. Miguel de Refojos | 30 | 0 | 15 |
| | <i>Subtotal</i> | 253 | 8 | 31 |
| Lar Residencial | F. Ant. J. Gomes da Cunha | 24 | 0 | |
| | <i>Subtotal</i> | 24 | 0 | 16 |
| Centro de Atividades Ocupacionais | F. Ant. J. Gomes da Cunha | 47 | 5 | |
| | <i>Subtotal</i> | 47 | 5 | 15 |
| <i>Total</i> | | 587 | 13 | 131 |

Fonte: Levantamento realizado pela autora com base em informação fornecida pelas instituições.

Além destas respostas sociais, há no concelho de Cabeceiras de Basto, respostas de apoio à família e comunidade, designadamente o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e programas de Ajuda Alimentar a Carenciados, designadamente o serviço de Cantina Social desenvolvido pela CVP – Arco de Baúlhe,

e o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PAAAC), levado a cabo pela mesma Delegação e pelo Centro Social de Cabeceiras de Basto.

Tabela 8. Respostas Sociais para: Família e Comunidade I

| RESPOSTA SOCIAL | ENTIDADE | BENEFICIÁRIOS | |
|--|---|---------------|-------------------------|
| | | P/ATIVOS | P/INATIVOS - SEMIATIVOS |
| Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social | Centro Social e Paroquial de Abadim | 274 | 74 |
| | Fundação António Joaquim Gomes da Cunha | 191 | 44 |
| | <i>Subtotal</i> | 465 | 118 |
| <i>Total</i> | | 465 | 118 |

Fonte: Levantamento realizado pela autora com base em informação fornecida pelas instituições.

Os serviços de Atendimento e Acompanhamento Social são desenvolvidos pelo Centro Social e Paroquial de Abadim, que acompanha 456 indivíduos no âmbito da medida ação social e 212 indivíduos no âmbito da medida RSI, em todo o concelho; pela Fundação A. J. Gomes da Cunha, que acompanha 451 indivíduos nas freguesias de Abadim, Alvite e Passos, Arco de Baúlhe, Basto, Bucos, Cabeceiras de Basto, Cavês, Faia, Pedraça, Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, tanto no serviço de RSI e como AS. Ambas as equipas resultam de acordos típicos estabelecidos entre o Centro Distrital do Instituto da Segurança Social de Braga (CDISS) e as instituições do Terceiro Sector referidas. Este serviço é ainda prestado no serviço local da Segurança Social, que responde às necessidades de algumas freguesias que ainda não estão cobertas pelas equipas referidas anteriormente por falta de acordo com o Centro Distrital da Segurança Social.

Tabela 9. Respostas Sociais para: Família e Comunidade II

| RESPOSTA SOCIAL | ENTIDADE | UTENTES | | LISTA DE ESPERA |
|-----------------|-----------------------------------|-----------|----------|-----------------|
| | | C/Acordo | S/Acordo | |
| Cantina Social | CVP – Delegação de Arco de Baúlhe | 18 | 1 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 18 | 1 | 0 |
| <i>Total</i> | | 18 | 1 | 0 |

Fonte: Levantamento realizado pela autora com base em informação fornecida pelas instituições.

O serviço de Cantina Social, prestado pela CVP – Arco de Baúlhe, tem protocolo celebrado para o fornecimento de 35 refeições diárias. As cantinas sociais têm como finalidade o fornecimento de refeições, a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, podendo integrar outros serviços, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas, com o objetivo de garantir e promover a autoestima através da prática de hábitos de higiene e sinalizar e diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento. Este serviço pode ser praticado de forma totalmente gratuita para as famílias, ou com um custo de pode ir de 0€ a 1€ por refeição.

Atualmente, e como tem vindo acontecer por todo o país, a Delegação de Arco de Baúlhe tem vindo a receber cortes no número de refeições a distribuir, uma vez que surgiu um novo programa de apoio alimentar, o POAPMC, que pretende dar resposta a situações de carência alimentar a famílias que reúnam as condições exigidas pelo programa, nomeadamente as condições para conservar alimentos congelados e confeccionar as próprias refeições.

A distribuição dos bens alimentares provenientes do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) corresponde a critérios estipulados pela Segurança Social; as famílias interessadas efetuam uma inscrição ou são encaminhadas pelos serviços competentes às instituições que prestam este serviço.

A CVP – Delegação de Cabeceiras de Basto possui uma vaga que corresponde ao limite da sua capacidade, para apoiar pessoas infetadas pelo VIH/Sida e suas famílias, que de momento não se encontra preenchida.

Em suma, o concelho de Cabeceiras de Basto possui, atualmente, um total de 13 diferentes tipos de serviços/respostas sociais, que estão distribuídas por três áreas de intervenção distintas, tendo em conta o público-alvo desses mesmos serviços/respostas.

7.2. Caraterização das IPSS participantes - concelho de Celorico de Basto

O concelho de Celorico de Basto, à semelhança do concelho de Cabeceiras de Basto, regista um número considerável de respostas sociais, estrategicamente inseridas na comunidade de forma a responder às necessidades existentes todo o concelho. De facto, esta é uma das diferenças entre os dois concelhos, uma vez que no concelho de Cabeceiras de Basto as instituições que prestam apoio social cobrem todo concelho, contudo sem o mesmo tipo de planeamento conjunto. Isto é, enquanto em Celorico de Basto houve uma distribuição das instituições que prestam alguns serviços, como o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), de acordo com a área geográfica em que se encontram, em Cabeceiras de Basto isso não acontece, havendo instituições a fazerem essa distribuição em diversas áreas do concelho, nomeadamente em freguesias que dispõem de instituições com os mesmos serviços.

Posto isto, o concelho de Celorico de Basto possui, atualmente, um total de 12 diferentes tipos de serviços/respostas sociais, que estão distribuídas por três áreas de intervenção distintas, tendo em conta o público-alvo de cada uma das respostas oferecidas, que como no concelho de Cabeceiras de Basto cobre as áreas da “Infância e Juventude”, “População Adulta” e “Família e Comunidade”.

Tabela 10. Respostas Sociais para: Infância e Juventude

| RESPOSTA SOCIAL | ENTIDADE | CLIENTES | | LISTA DE ESPERA |
|---|---|------------|-----------|-----------------|
| | | C/Acordo | S/Acordo | |
| Creche | Associação de Solidariedade Social de Basto | 33 | 0 | 0 |
| | Centro Social e Paroquial do Divino Salvador de Ribas | 33 | 0 | 0 |
| | Centro Comunitário Bento XVI | 20 | 0 | 0 |
| | Santa Casa da Misericórdia de Arnoia | 35 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 121 | 0 | 0 |
| Estabelecimento de Educação Pré-Escolar | Santa Casa da Misericórdia de Arnoia | 25 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 25 | 0 | 0 |
| Centro de Atividades dos Tempos Livres | Associação de Solidariedade Social de Basto | 39 | 21 | 0 |
| | Centro Social e Paroquial de Molaes | 36 | 0 | 0 |
| | Centro Social e Paroquial do Divino Salvador de Ribas | 30 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 105 | 24 | 0 |
| Casa de Acolhimento de Crianças e Jovens | Lar de Infância e Juventude | 15 | 0 | 0 |
| | Casa de Acolhimento Temporário | 20 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 35 | 0 | 0 |
| Total | | 286 | 45 | 0 |

Fonte: Levantamento realizado pela autora com base em informação fornecida pelas instituições.

No que se refere às respostas sociais para a infância e juventude, em Celorico de Basto encontram-se 4 creches em funcionamento das seguintes instituições: Associação de Solidariedade Social de Basto, com capacidade para 33 crianças; o Centro Social e Paroquial do Divino Salvador de Ribas, com capacidade para 33 crianças; o Centro Comunitário Bento XVI, com capacidade e acordo com a segurança social para 33 crianças, sendo que na presente data têm 20 crianças; e da Santa Casa da Misericórdia

de Arnoia, com capacidade para 35 crianças. Há ainda um estabelecimento de educação pré-escolar, da SCM de Arnóia com capacidade para 25 crianças.

Ainda no que se refere a respostas sociais para a infância e juventude, encontram-se em funcionamento 3 Centro de Atividades dos Tempos Livres (CATL), das seguintes instituições: Associação de Solidariedade Social de Basto, com capacidade para 39 crianças; o Centro Social e Paroquial de Molaes, com capacidade para 36 crianças; e o Centro Social e Paroquial do Divino Salvador de Ribas, com capacidade para 30 crianças. Este Centro Social e Paroquial dispõe ainda de Casa de Acolhimento de Crianças e Jovens que inclui o Lar de Infância e Juventude (LIJ), com capacidade para 15 crianças e/ou jovens, e o Centro de Acolhimento Temporário (CAT) com capacidade para 20 crianças e/ou jovens.

Tabela 11. Respostas Sociais para “População Adulta”

| RESPOSTA SOCIAL | ENTIDADE | CLIENTES | | LISTA DE ESPERA |
|--|---------------------------------------|------------|-----------|-----------------|
| | | C/Acordo | S/Acordo | |
| Estrutura Residencial para Idosos | Centro Comunitário Bento XVI | 36 | 19 | 25 |
| | Centro Social Manuel António da Mota | 33 | 7 | 11 |
| | Centro Social e Paroquial de Molares | 19 | 12 | 25 |
| | C. S. P. Divino Salvador Ribas | 55 | 0 | 10 |
| | Santa Casa da Misericórdia de Arnóia | 59 | 0 | 81 |
| | <i>Subtotal</i> | 206 | 0 | 152 |
| Serviço de Apoio Domiciliário | Ass. de Solidariedade Social de Basto | 30 | 0 | 0 |
| | Associação Estrela da Amizade | 20 | 0 | 0 |
| | Ass. Social Santa Maria de Borba | 41 | 0 | 0 |
| | Centro Comunitário Bento XVI | 30 | 0 | 0 |
| | Centro Social Manuel António da Mota | 20 | 0 | 0 |
| | Centro Social e Paroquial de Molares | 50 | 0 | 0 |
| | C. S. P. Divino Salvador Ribas | 16 | 14 | 0 |
| | Santa Casa da Misericórdia de Arnóia | 30 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 207 | 14 | 0 |
| Lar Residencial | Ass. de Solidariedade Social de Basto | 12 | 0 | 12 |
| Centro de Atividades Ocupacionais | Ass. de Solidariedade Social de Basto | 36 | 0 | 0 |
| Residência Autónoma | Ass. de Solidariedade Social de Basto | 5 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 53 | 0 | 12 |
| | <i>Total</i> | 346 | 0 | 164 |

Fonte: Levantamento realizado pela autora com base em informação fornecida pelas instituições.

Relativamente à população adulta, nomeadamente a população idosa, o concelho conta com quatro Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI): o Centro Comunitário Bento XVI, com capacidade para 55 clientes; o Centro Social Manuel António da Mota, com capacidade para 40 clientes; o Centro Social e Paroquial de Molares, com capacidade para 31 clientes; o Centro Social e Paroquial do Divino Salvador de Ribas, que tem capacidade para 55 clientes; e a Santa Casa da Misericórdia de Arnóia, com

capacidade para 59 clientes. Conta também com 6 famílias de acolhimento para pessoas idosas, com uma capacidade total para 18 beneficiários.

Ainda referente à população idosa, há no concelho várias instituições com o Serviço de Apoio Domiciliário, nomeadamente, a Associação de Solidariedade Social de Basto, com capacidade para 30 clientes; a Associação Estrela da Amizade, com capacidade para 20 clientes; a Associação Social Santa Maria de Borba, com capacidade para 41 clientes; o Centro Comunitário Bento XVI, com capacidade para 30 clientes; o Centro Social Manuel António da Mota, com capacidade para 20 clientes; o Centro Social e Paroquial de Molares, com capacidade para 50 clientes; o Centro Social e Paroquial do Divino Salvador de Ribas possui acordo de cooperação para 16 clientes, mas atualmente tem 30 pessoas a usufruir deste serviço, 14 em situação extra acordo; e, por fim, a SCM de Arnóia com a capacidade para 30 clientes.

No que se refere à população com deficiência, o concelho de Celorico de Basto usufrui de um lar residencial, pertencente à Associação de Solidariedade Social de Basto, com capacidade para 12 utentes; de um Centro de Atividade Ocupacionais (CAO), da mesma instituição, com capacidade para 36 clientes; e de uma Residência Autónoma com capacidade para 5 clientes.

Tabela 12. Respostas Sociais para: Família e Comunidade I

| RESPOSTA SOCIAL | ENTIDADE | UTENTES | |
|---|---|------------|--------------------------|
| | | P/ATIVOS | P/INATIVOS OU SEMIATIVOS |
| Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social | Associação de Solidariedade Social de Basto | 118 | 62 |
| | Centro Social e Paroquial de Gagos | 160 | 1 |
| | Câmara Municipal de Celorico de Basto | 103 | 100 |
| | <i>Subtotal</i> | 384 | 163 |
| <i>Total</i> | | 384 | 163 |

Fonte: Levantamento realizado pela autora com base em informação fornecida pelas instituições.

O concelho de Celorico de Basto, atualmente, é coberto por 3 equipas a prestar Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social às famílias como forma de combate

à pobreza e exclusão social, ao mesmo tempo que utilizam ferramentas que visam a inclusão social das famílias que acompanham. Uma das equipas resulta de um protocolo estabelecido entre o CDISS e uma instituição do terceiro sector, o Centro Social e Paroquial de Gagos; outra das equipas resulta de um acordo típico entre o CDISS de Braga e outra instituição do terceiro sector, a ASSB; e mais recentemente foi estabelecido um acordo atípico entre o CDISS de Braga e a Câmara Municipal de Celorico de Basto. Neste concelho, não é prestado este tipo atendimento e acompanhamento social a partir do serviço local de segurança social, decorrendo o exercício de outras funções atribuídas pelo CDISS às técnicas que ali se encontram.

Os serviços de Atendimento/Acompanhamento Social são desenvolvidos pela: Associação de Solidariedade Social de Basto (ASSB), pela Câmara Municipal e pelo Centro Social e Paroquial de Gagos. A ASSB acompanha 170 indivíduos no âmbito da ação social nas freguesias de Arnoia, Codessoso, União de freguesias de Gémeos, Ourilhe e Britelo, e união de freguesias de Caçarilhe e Infesta; a equipa da Câmara Municipal de Celorico de Basto, acompanha 234 indivíduos, o que corresponde a 103 processos familiares, no âmbito da ação social, nas freguesias de Arnoia; Codessoso; Fervença; Moreira do Castelo; Ribas, Rego; Vale de Bouro; Basto S. Clemente; Borba da Montanha; união de freguesias de Canedo de Basto e Corgo; e a união de freguesias de Veade, Gagos e Molaes, tendo esta equipa desenvolvido intervenção no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI) entre julho de 2013 e julho de 2016. No âmbito da medida RSI, pela ASSB, encontram-se 121 indivíduos sem acompanhamento, que correspondem a 55 processos familiares ativos na união de freguesias de Gémeos, Ourilhe e Britelo; pela equipa a exercer a sua atividade pelo Centro Social e Paroquial de Gagos, encontram-se 290 indivíduos em acompanhamento, correspondendo a 161 processos familiares ativos nas freguesias de Arnóia, Codessoso, Fervença, Moreira do Castelo, Ribas, Rego, Vale de Bouro, Basto S. Clemente, Borba da Montanha, União de freguesias de Caçarilhe e Infesta, união de freguesias de Canedo de Basto e Corgo, e a união de freguesias de Veade, Gagos e Molaes. Além destas freguesias, as freguesias que a equipa da câmara municipal acompanhava no âmbito da medida RSI, passaram a ser acompanhadas pela equipa do Centro Social e Paroquial de Gagos.

Atualmente, no concelho de Celorico de Basto existem 384 agregados familiares que usufruem das medidas de RSI ou ação social, 215 processos no âmbito do RSI e 169 apoiados no âmbito da AS.

Tabela 13. Respostas Sociais para: Família e Comunidade II

| RESPOSTA SOCIAL | ENTIDADE | CLIENTES | | LISTA DE ESPERA |
|-----------------------|---|------------|----------|-----------------|
| | | C/Acordo | S/Acordo | |
| Cantina Social | Associação de Solidariedade Social de Basto | 100 | 0 | 0 |
| | Santa Casa da Misericórdia de Arnóia | 50 | 0 | 0 |
| | <i>Subtotal</i> | 150 | 0 | 0 |
| <i>Total</i> | | 150 | 0 | 0 |

Fonte: Levantamento realizado pela autora com base em informação fornecida pelas instituições.

Em Celorico de Basto, tem havido ao longo destes anos, à semelhança do concelho de Cabeceiras de Basto, programas de Ajuda Alimentar a Carenciados, designadamente o serviço de Cantina Social que resulta de um protocolo celebrado com a segurança social para o efeito, serviço este desenvolvido pela ASSB com a distribuição de 100 refeições diárias e pela Santa Casa de Misericórdia de Arnóia (ocorreu o seu encerramento em Dezembro de 2016), com a distribuição de 50 refeições diárias. Atualmente, e à semelhança do que aconteceu com a CVP – Delegação de Arco de Baúlhe, a ASSB tem vindo a receber cortes no número de refeições a distribuir, tendo integrado o novo programa de apoio alimentar, o POAPMC.

O POAPMC é um programa implementado a nível nacional, mas que responde apenas a algumas famílias. Nos concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto funciona através de uma parceria entre 4 instituições: a ASSB enquanto entidade coordenadora do programa nestes concelhos e mediadora, com a distribuição de cabazes a 68 indivíduos, e outras 3 instituições apenas como mediadoras: o Centro Comunitário Bento XVI em Celorico de Basto com a distribuição de cabazes a 40 indivíduos; a CVP – Delegação Arco de Baúlhe e o Centro Social e Paroquial de Abadim, ambas em Cabeceiras de Basto com a distribuição de cabazes a 50 indivíduos cada. Estes cabazes são constituídos por alimentos secos, frios e congelados, com entregas mensais, tendo-se iniciado a sua distribuição em novembro de 2017.

Além das respostas descritas, e como já foi referido neste documento, ambos os Municípios possuem respostas no âmbito do apoio aos mais vulneráveis e carenciados, respostas promovidas pelos próprios Municípios. Em Cabeceiras de Basto os mais velhos podem usufruir dos Espaços de Convívio e Lazer, a funcionar em todas as

freguesias em espaços cedidos pelas juntas de freguesia, todos os dias da semana da parte da tarde. Em Celorico de Basto é possível usufruírem do programa: “Celorico a Mexer” que visa combater as situações de isolamento social dos mais velhos através de ações promovidas duas vezes por semana, sendo facultado aos utentes deste programa, transporte gratuito.

Ambos os concelhos possuem o Banco Local de Voluntariado (BLV). Em Portugal, o Voluntariado tem vindo a desenvolver-se de forma regular, por todo o território nacional, acompanhando a dinâmica dos movimentos sociais e das organizações e entidades que assumem um protagonismo crescente nas suas mais diversas manifestações individuais e coletivas.

Os BLV visam facilitar o voluntariado que, atuando em subsidiariedade e usufruindo da proximidade e do conhecimento das características da comunidade, pretendem contribuir para a promoção, organização e aprofundamento do voluntariado, assim como ter uma maior eficácia na utilização dos recursos e na dinamização das vontades locais e contribuir para a criação de parcerias com entidades competentes da administração central.

Como formas de apoio, seja por iniciativa própria ou por colaboração com outras entidades, nestes bancos é possível encontrar móveis novos e usados para doar, roupas novas e usadas para doar ou vender a baixos preços, e bens alimentares, que são distribuídos à população de acordo com a prévia seleção dos utentes, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas.

8. Análise e comentário dos dados empíricos

Após o pedido prévio de autorização para a realização da investigação em cada instituição com participação dos diferentes intervenientes, realizaram-se os inquéritos por questionário, a recolha biográfica a partir de entrevistas semi-diretivas a clientes/beneficiários de apoios sociais e respostas sociais e a recolha de entrevistas semi-diretivas a técnicos de intervenção social.

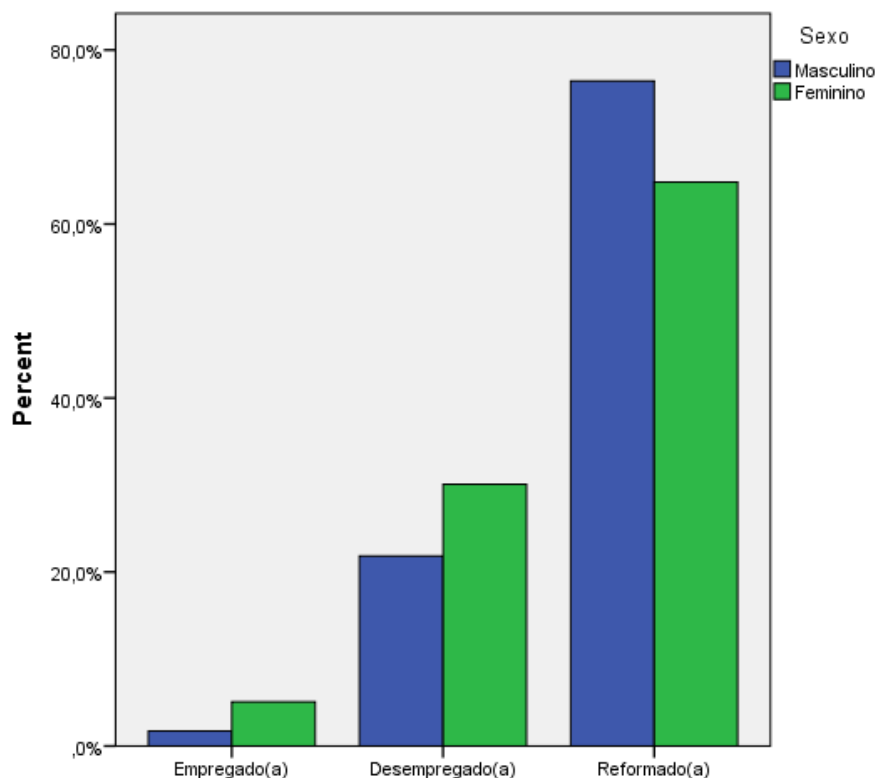
Depois deste processo de recolha, todos os dados foram tratados e discutidos em três fases: inicialmente procedeu-se ao tratamento dos dados quantitativos através do *software* SPSS, ferramenta essencial para o tratamento de dados estatísticos; seguidamente pela análise de conteúdo, primeiramente da recolha biográfica aos beneficiários/clientes, seguida das entrevistas semi-diretivas aos técnicos. Por fim, os resultados são apresentados e discutidos com o objetivo de responder aos objetivos propostos.

8.1 . Caraterização da amostra do inquérito por questionário

A amostra do inquérito por questionário desta investigação é constituída por 413 sujeitos, 175 do sexo masculino (42.4%) e 238 do sexo feminino (57.6%), com idades compreendidas entre os 16 e os 94 anos ($M = 61.95$, $DP = 19.53$). O primeiro quartil da amostra varia entre os 16 e os 47 anos ($M = 36.55$, $DP = 8.70$) o segundo entre os 48 e os 62 ($M = 54.88$, $DP = 4.11$), o terceiro entre os 63 e os 80 ($M = 72.45$, $DP = 5.43$) e, por último, encontramos os sujeitos com idade superior a 80 anos ($M = 86.09$, $DP = 3.41$).

Conforme se pode verificar no Gráfico 1 – Situação face ao (des)emprego ou reforma por sexo, 77% dos homens inquiridos, encontram-se reformados, seja por pensão por invalidez ou velhice, sendo nesta condição em que mais homens foram inquiridos, comparativamente com 62% das mulheres inquiridas nessa condição. Tanto em situação de desemprego como de emprego, foram mais as mulheres participantes, com sensivelmente 30% enquanto desempregadas e sensivelmente 5% enquanto empregadas. Comparativamente, entre os homens há uma percentagem de 22% enquanto desempregados, e apenas 1% dos respondentes enquanto empregados.

Gráfico 1 – Situação face ao (des)emprego ou reforma por sexo

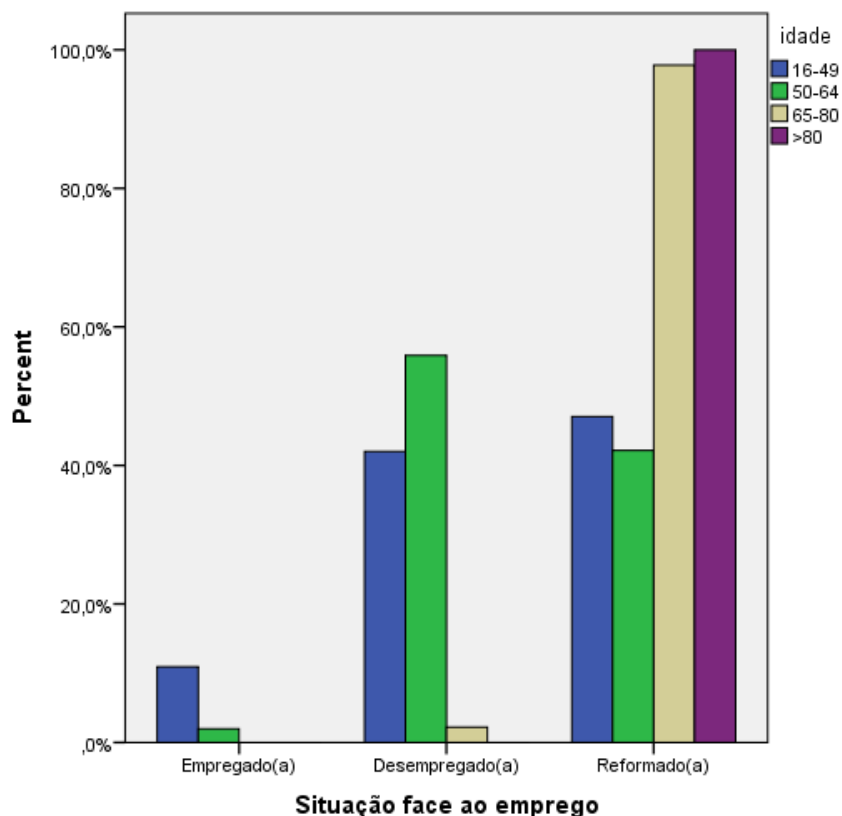


Fonte: Inquérito por questionário

Conforme é expectável, os inquiridos com 65 anos de idade ou mais, encontram-se todos reformados; os inquiridos com as idades compreendidas entre os 50 e 64 anos de idade, encontram-se na sua maioria desempregados, encontrando-se 40% dos inquiridos reformados, havendo vários dos inquiridos a usufruir da pensão por invalidez ou pensão social por invalidez. Dos inquiridos entre os 16 e os 49 anos de idade, a maioria encontra-se reformado, 26,6% dos inquiridos encontram-se desempregados, e 3,6% dos inquiridos empregados.¹¹

¹¹ Dos 410 inquiridos que responderam a esta questão, entre os 16-49 anos da idade, 13 encontram-se empregados, 50 desempregados e 56 reformados; entre os 50-64 anos da idade, 2 encontram-se empregados, 57 encontram-se desempregados e 43 encontram-se reformados; entre os 65-80 anos da idade, dois dos inquiridos encontram-se desempregados e 88 encontram-se reformados; por fim, as pessoas inquiridas com mais de 80 anos de idade foram 99 e encontram-se todas reformadas.

Gráfico 2 – Situação face ao (des)emprego ou reforma por idades



Fonte: Inquérito por questionário

Quanto à proveniência dos inquiridos, são sujeitos oriundos dos concelhos de Cabeceiras de Basto ($N = 126$, 30,5%) e de Celorico de Basto ($N = 286$, 62,9%).¹² Os inquiridos no concelho de Cabeceiras de Basto são residentes em diferentes freguesias, sendo as mais representadas Cavês ($N = 23$, 18,3%) e a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela ($N = 34$, 27%). No caso dos residentes de Celorico de Basto, provêm das diversas freguesias do concelho, sendo que as mais representadas são as de Ribas ($N = 40$, 14%) e a União de Freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe ($N = 54$, 18,9%).

¹² Relativamente à área de residência, 1 dos participantes é oriundo de outro conselho. 4 residentes de Cabeceiras de Basto e 4 residentes de Celorico de Basto não responderam qual a Freguesia de residência. Distribuição dos sujeitos residentes de Cabeceiras de Basto pelas freguesias: Bucos (1), Basto – Sta. Senhorinha (4), Cabeceiras de Basto, S. Nicolau (12), Cavez (23), Faia (6), Pedraça (9), Riodouro (13), União de Freguesias de Alvite e Passos (6), União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune (14), União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela (34). Distribuição dos sujeitos residentes em Celorico de Basto pelas freguesias: Agilde (8), Arnóia (20), Borba da Montanha (26), Codeçoso (15), Fervença (17), Moreira do Castelo (7), Rego (3), Ribas (40), Basto, S. Clemente (17), Vale de Bouro (8), União de Freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe (54), União de Freguesias de Caçarilhe e Infesta (16), União de Freguesias de Canedo de Basto e Corgo (16), União de Freguesias de Carvalho e Basto, Santa Tecla (10), União de Freguesias de Veade, Gagos e Molares (25).

Tabela 14. Distribuição dos participantes por Estado Civil

| Estado Civil | Grupo Etário | | | | % | TOTAL |
|----------------|--------------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| | 16-47 | 48-62 | 63-80 | +80 | | |
| Solteiro(a) | 64 | 44 | 28 | 11 | 35.8 | 147 |
| Casado(a) | 20 | 26 | 29 | 20 | 23.1 | 95 |
| União de Facto | 4 | 3 | 1 | 0 | 1.9 | 8 |
| Divorciado(a) | 14 | 21 | 9 | 1 | 10.9 | 45 |
| Separado(a) | 3 | 4 | 2 | 0 | 2.2 | 9 |
| Viúvo(a) | 2 | 6 | 32 | 67 | 26.0 | 107 |
| TOTAL | 107 | 104 | 101 | 99 | 100 | 411 |

Fonte: Inquérito por questionário

Como se pode observar no Quadro 14, mais de 1/3 (35.8%) dos participantes são solteiros, sendo que aproximadamente metade destes se encontram no primeiro grupo etário (43.5%). Casados ou em união de facto constituem 1/4 da amostra (25.1%). Pouco mais de 10% dos participantes estão divorciados/separados (13.1%) e 1/4 dos participantes são viúvos (26%), sendo que destes a esmagadora maioria encontra-se nos 3º e 4º grupos etários, ou seja, com mais de 62 anos de idade (92.5%).¹³

Tabela 15. Estado Civil * Situação face ao (des)emprego ou reforma

| Estado Civil | Situação face ao emprego | | | Total |
|----------------|--------------------------|-----------------|--------------|------------|
| | Empregado(a) | Desempregado(a) | Reformado(a) | |
| Solteiro | 2 | 30 | 115 | 147 |
| Casado(a) | 9 | 32 | 53 | 94 |
| União de facto | 0 | 8 | 0 | 8 |
| Divorciado(a) | 3 | 28 | 12 | 43 |
| Separado(a) | 1 | 5 | 3 | 9 |
| Viúvo(a) | 0 | 6 | 101 | 107 |
| TOTAL | 15 | 109 | 284 | 408 |

Fonte: Inquérito por questionário

¹³ 2 sujeitos não responderam à questão relativa ao seu Estado Civil. Não existem diferenças na distribuição dos sujeitos pelos estados civis tendo em conta o seu sexo $\chi^2(5) = 10.42, ns$.

Comparando estes dados face à situação de emprego, desemprego ou reforma, podemos verificar que os 147 inquiridos que se encontram solteiros, 115 estão reformados, 30 encontram-se desempregados e apenas 2 dos inquiridos se encontram empregados. Do total dos 107 inquiridos que estão viúvos, 101 encontram-se reformados e 6 em situação de desemprego. Seguidamente verifica-se que dos 94 inquiridos que se encontram casados, 53 estão reformados, 32 encontram-se desempregados e 9 dos inquiridos encontram-se empregados; dos 43 inquiridos que se encontram divorciados, 28 encontram-se desempregados, 12 reformados e apenas 3 empregados; os 9 inquiridos que se encontram separados, 5 encontram-se em situação de desemprego, 1 está empregado e 3 encontram-se reformados. Por fim, os 8 inquiridos que se encontram em união de facto encontram-se na sua totalidade desempregados.

Tabela 16. Nível de Escolaridade por Nível Etário

| Nível | Grupo Etário | | | | | |
|---|--------------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| | 16-47 | 48-62 | 63-80 | +80 | % | TOTAL |
| Analfabeto (a) – Não sabe ler nem escrever | 32 | 22 | 38 | 50 | 34.5 | 142 |
| Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe | 11 | 20 | 34 | 30 | 23.1 | 95 |
| 1º Ciclo do EB | 15 | 31 | 26 | 13 | 20.6 | 85 |
| 2º Ciclo do EB | 18 | 8 | 1 | 4 | 7.5 | 31 |
| 3º Ciclo do EB | 23 | 17 | 2 | 0 | 10.2 | 42 |
| Ensino Secundário | 7 | 4 | 0 | 1 | 2.9 | 12 |
| Ensino Profissional/ Curso Médio | 0 | 0 | 1 | 0 | 0.2 | 1 |
| Ensino Superior | 1 | 0 | 0 | 1 | 0.5 | 2 |
| Outro | 0 | 2 | 0 | 0 | 0.5 | 2 |
| TOTAL | 107 | 104 | 102 | 99 | 100 | 412 |

Fonte: Inquérito por questionário

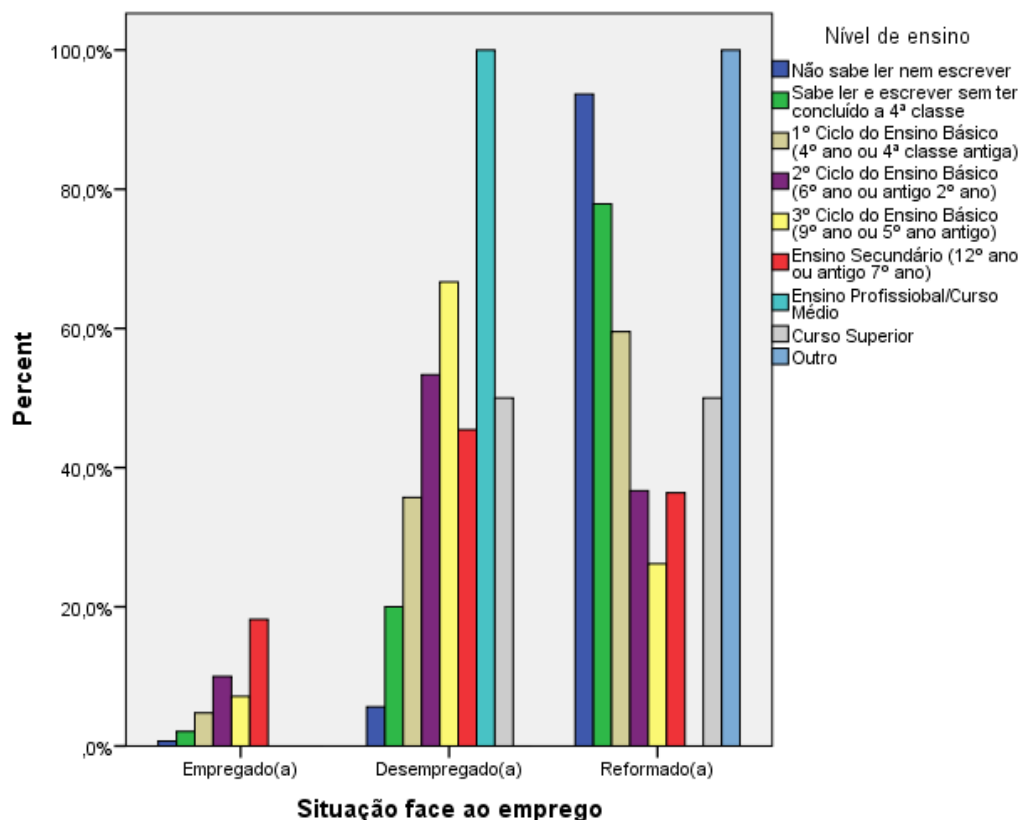
Quanto ao nível de escolaridade, conforme podemos perceber pelos dados da tabela acima, a esmagadora maioria dos participantes tem um nível de escolarização igual ou inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico (antiga 4ª classe, 78.2%). São menos de 5% aqueles que possuem um grau de escolaridade igual ou superior àquele que é, atualmente, estabelecido como ensino mínimo e obrigatório (12º ano). Como

expectável, as faixas etárias mais jovens apresentam um nível de escolarização mais elevada do que as faixas de maior idade.¹⁴ Sendo a escolaridade e o aumento das qualificações um recurso para obter melhores condições de vida (A.F. Costa, 2012), tal relaciona-se com o demonstrado pelo estudo “impactos do processo de RVCC no percurso de vida dos adultos do Centro Novas Oportunidades da Empresa Municipal Qualidade de Basto”, no qual a maioria dos entrevistados apontou sobretudo motivações intrínsecas para a frequência de um processo de reconhecimento de competências, como a necessidade pessoal e vontade de se sentirem realizados com a obtenção de um nível de escolaridade (Carvalho, 2011).

Além disso, a baixa escolaridade, poderá significar a desigualdade de oportunidades para muitos dos inquiridos. A educação é um processo de formação da personalidade da pessoa, que permite a aprendizagem de modo a que o indivíduo seja capaz de tomar decisões adequadas (Pocinho, 2014). Pelo que, em muitos casos, quando uma pessoa adulta decide investir em educação e/ou formação, é movida por motivações ligadas ao emprego, pela necessidade que sente em adquirir melhores condições profissionais ou pela necessidade da procura de emprego. Além disso, neste estudo verificou-se ainda aqueles que frequentaram com êxito um processo de reconhecimento de competências com equivalência a um grau de ensino, se sentem mais capazes do desenvolvimento de determinadas atividades, salientando que o processo foi promotor da alteração de atitudes e formas de agir (Carvalho, 2011).

14 1º Grupo Etário: M = 3.14 (DP = 1.78); 2º Grupo Etário: M = 3.02 (DP = 1.68); 3º Grupo Etário: M = 2.01 (DP = 1.05); 4º Grupo Etário: M = 1.81 (DP = 1.14); F (3, 411) = 22.60, p <.001. De facto, há diferenças significativas entre o 1º Grupo e os 3º e 4º Grupo, sucedendo o mesmo relativamente ao 2º Grupo. Não se verificam diferenças entre 1º e 2º e entre 3º e 4º Grupos. 1 participante não respondeu a esta questão.

Gráfico 3 – Situação face ao (des)emprego ou reforma por Nível de Ensino



Fonte: Inquérito por questionário

Ao analisar o gráfico 3, verificamos que a maior parte dos inquiridos que não sabem ler nem escrever se encontram reformados, seguidos daqueles que apenas sabem ler e escrever e daqueles que possuem o 1º ciclo, ou antiga 4ª classe. O que acaba por ser coerente, uma vez que grande parte dos inquiridos possuem mais de 65 anos de idade e na sua infância não havia escolaridade mínima obrigatória.

8.2. Caracterização da amostra das entrevistas semi-diretivas

Já no que se refere à amostra das entrevistas semi-diretivas, é constituída por 53 participantes, dos quais 43 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 88 anos de idade. De entre os entrevistados, 22 das pessoas usufruem ou usufruíram de apoios de âmbito social como o Rendimento Social de Inserção (RSI), apoios eventuais da Ação Social (AS), pensão por invalidez ou por velhice, apoio de bens alimentares ou do banco local de voluntariado e recorrem a apoio de familiares, havendo duas situações em que simultaneamente a estes apoios, trabalham alguns dias à jorna. Seguidamente, 20 das pessoas entrevistadas encontram-se

com pensão por invalidez ou velhice e usufruem ou usufruíram de respostas sociais como Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e, por último, do serviço de Cantina Social. Onze das pessoas entrevistadas, subsistem da pensão por invalidez, usufruindo da resposta social Lar Residencial ou do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), padecendo todos de algum tipo de debilidade, seja física seja mental. É de referir que destes 11 entrevistados 8 encontram-se solteiros, um está divorciado, uma das entrevistadas não soube responder quanto ao seu estado civil e outra não respondeu a esta questão.

Quanto ao nível de escolaridade, dos 53 participantes, 8 não sabem ler nem escrever, à semelhança do que se verificou nos inquéritos por questionário, estes possuem mais de 65 anos de idade, sendo perceptível o sentimento de tristeza:

“Não andei na escola, não sei ler nem escrever, gostava muito de ter aprendido a ler e a escrever, mas dantes não era obrigatório, eu e as minhas irmãs não fomos à escola” (Daniela, 79 anos);

“Não éramos obrigados a estudar” (Joana, 74 anos).

Doze pessoas entrevistadas sabem ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe, havendo quem tenha aprendido assinar o nome, a ler e a escrever sem ter frequentado a escola: “não andei na escola, mas sei ler e escrever, aprendi em casa com um irmão, ainda sei qual foi a primeira palavra que li sozinha, foi *esta*” (Carla, 88 anos) e “andei na escola pouco tempo, sei assinar e ler” (Sónia, 88 anos). Igualmente 12 participantes possuem o 4º ano de escolaridade. Seguidamente temos 4 pessoas entrevistadas com o 6º ano de escolaridade e 4 com o ensino secundário concluído; dois dos participantes não sabem a sua escolaridade e 1 pessoa não respondeu a esta questão.

Tabela 17. Nível de Escolaridade por Nível Etário

| Nível | Próprio(a)/ Progenitores | | |
|---|--------------------------|-----|-----|
| | O próprio/a | Pai | Mãe |
| Analfabeto (a) – Não sabe ler nem escrever | 8 | 12 | 22 |
| Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe | 12 | 10 | 3 |
| 1º Ciclo do EB | 12 | 12 | 10 |
| 2º Ciclo do EB | 4 | 0 | 1 |
| 3º Ciclo do EB | 10 | 0 | 0 |
| Ensino Secundário | 4 | 0 | 0 |
| Não sabe | 2 | 9 | 8 |
| Não respondeu | 1 | 10 | 9 |
| TOTAL | 53 | 53 | 53 |

Fonte: Entrevista semi-diretiva aos beneficiários/clientes

No que se refere ao tipo de relacionamento com os professores e os colegas, dos 37 entrevistados que responderam a esta questão, 33 refere que tinha bom relacionamento com os professores e 31 com os colegas, 4 dos respondentes refere que a relação com os professores não era a melhor: “Era à base da pancada” (Alice, 33 anos).

“O relacionamento com os colegas não era muito, chegava à escola praticamente na hora do intervalo. A minha mãe obrigava-nos a trabalhar, tudo de casa tinha de ficar feito antes de começarem as aulas”. (Carmen)

A opinião que têm sobre a escola é para a maioria positiva. Em relação ao sentimento nutrido pela escola, responderam à questão 18 pessoas, apenas dois dos entrevistados referem que não gostavam da escola, tendo 16 dos respondentes salientado que a escola é “uma coisa boa” e, por sua vez, a oportunidade de aprendizagem como “fundamental” (Marta), havendo quem saliente a importância que teve para os filhos, fazendo-lhes falta conhecimentos ao nível da escrita e da leitura: “Foi importante para os meus filhos terem estudado, a mim fez-me muita falta não saber ler nem escrever” (Daniela, 79 anos).

Algumas das pessoas entrevistadas reconhecem ser importante acompanharem, ou terem acompanhado, a evolução dos filhos ao nível do ensino, tendo 23 das pessoas

entrevistadas responderam que os próprios ou os seus pais se deslocavam à escola para as reuniões com os professores ou por iniciativa própria:

“a minha mãe costumava ir às reuniões” (Estefânia, 20 anos)

“sim, vou a todas, acho importante” (Mónica, 35 anos).

Das 28 pessoas entrevistadas que responderam à questão sobre atos discriminatórios na escola em relação ao próprio ou em relação aos filhos, 23 refere que não, de referir que 7 são portadores de deficiência; 3 das pessoas refere que sim, já se sentiram em algum momento discriminadas, ou os filhos: “o meu filho quando veio para Cabeceiras era maltratado pelos colegas, diziam que não tomava banho, que cheirava mal” (Elsa); e duas das pessoas referem que sentiram discriminação relativamente a um dos filhos, a Sra. Emília quando se divorciou, e a Sra. Gabriela (60 anos de idade) em relação ao filho portador de deficiência.

Em relação à possibilidade de voltar a estudar após a idade adulta, 26 pessoas responderam a esta questão, tendo 23 referido que “sim, gostava de aprender” (Rosa) e 11 respondido que “não gostava” (Abel, 60 anos), alguns por opção, outros por considerarem que não seriam capazes: “a minha cabeça agora não dá” (Marco, 62 anos), “burro velho não toma andadura” (Conceição, 75 anos). Dois dos respondentes referiram que apenas voltariam à escola se fosse necessário: “ia lá, se fosse chamada” (Beatriz, 79 anos), e 5 das pessoas entrevistadas não tem ou tinha por hábito deslocar-se à escola: “não ia à escola falar com os professores, não era preciso” (Sónia, 83 anos), “nunca lá ia, fazer o quê” (Cláudia, 82 anos). Curiosamente, as pessoas que têm esta opinião, 4 são pessoas já com idades avançadas (em média 83 anos de idade).

Relativamente à escolaridade dos progenitores, foi possível aferir que 22 das progenitoras dos 53 participantes não sabem ler nem escrever, mais 10 do que os progenitores (12); 10 dos progenitores e 3 das progenitoras sabem ler ou escrever sem terem concluído o 4º ano de escolaridade:

“O meu pai tinha a 2ª classe, a minha mãe só sabia assinar” (Alice, 43 anos);

“O meu pai frequentou a escola, era instruído, a minha mãe não sabia ler nem escrever” (Carlota, 78 anos).

Em termos de equiparação, temos mais semelhança no caso em que os progenitores concluíram o 1º ciclo de escolaridade com 12 progenitores e 10 progenitoras com este nível de ensino. 10 das pessoas entrevistadas não responderam acerca do nível de escolaridade do progenitor e 9 da progenitora; e 9 referiram não saber qual a escolaridade do progenitor e 8 da progenitora.

Com esta análise, pôde-se verificar que, ao longo destas duas gerações, houve alterações quanto ao nível de ensino, sendo de referir que nenhuma das pessoas entrevistadas tem ou tinha progenitores com a escolaridade acima do 6º ano de escolaridade, sendo de realçar que este nível foi indicado apenas por uma das pessoas entrevistadas para a progenitora. Portanto, houve melhorias quanto ao acesso escolar e à escolarização da população de ambos os concelhos. Uma vez que parte das pessoas entrevistadas possui mais de 70/80 anos de idade e provêm de famílias com carências, os seus pais viveram a sua infância numa fase em que o ensino não era obrigatório nem universal e em que as poucas crianças que iam à escola eram sobretudo meninos.

A idade em que deixaram de estudar vai, na maior parte dos casos, de encontro à escolaridade que possuem, tendo 10 das pessoas entrevistadas deixado de estudar com 12 anos, 8 com 14 anos, seis com 15/16 anos de idade, três com 9 anos de idade, duas com 13 anos de idade e uma com 17 anos e outra com 25 anos de idade. Ressalva-se que houve quem deixasse a escola sem ter concluído qualquer nível de ensino, conforme referido pela Sra. Constança (61 anos de idade) que abandonou o ensino com 14 anos de idade, tendo concluído apenas a 3ª classe e a Elisa (81 anos de idade) que deixou a escola com 12 anos de escolaridade e concluiu a 2ª classe. Nesta questão houve ainda quem já não se lembrasse com que idade deixou de estudar: “foi muito cedo, mas não sei com que idade” (Vitória, 58 anos) e uma senhora, hoje com 83 anos de idade, que ingressou na escola mais tarde: “entrei com 10 anos e andei dois invernos, saí da escola no final de dois invernos” (Sónia, 83 anos).

Quanto aos motivos porque deixaram de estudar, das 44 pessoas entrevistadas que responderam a esta questão, 21 referem as dificuldades económicas da família e a consequente necessidade de ajudar no trabalho agrícola ou ir trabalhar para fora de forma ajudar nas despesas do agregado familiar:

“para trabalhar e ajudar a criar os mais novos” (António);
“porque não éramos obrigados a estudar e os meus pais não tinham dinheiro para estudar mais” (Joana, 74 anos);
“não tinham posses” (Marlene, 51 anos).

Houve 5 pessoas que indicaram as dificuldades de aprendizagem: “Eu não aprendia, a minha mãe tirou-me da escola” (Rosa) e outras 5 referem que foi por opção própria: “não quis estudar mais” (Joaquina, 46 anos) e 3 das pessoas entrevistadas referem ter sido problemas de saúde como a “bronquite” (Carla, 88 anos) que motivaram o abandono escolar.

Já na questão referente à escolaridade dos filhos, há uma evolução notoriamente positiva, com 12 das pessoas entrevistadas a indicar a escolaridade dos filhos concluída com o 12º ano de escolaridade, 10 ainda têm os filhos a estudar, ainda que se encontrem na fase do ensino obrigatório, houve 7 em que os filhos concluíram o 9º ano de escolaridade, 4 pessoas em que os filhos não concluíram um ciclo de ensino, como referiram duas das participantes: “Um fez o 7º ano, outro o 8º ano” (Diana, 52 anos) e “Fizeram todos o 7º ano” (Cármen). Há ainda uma das pessoas entrevistadas em que os filhos não concluíram qualquer ciclo de ensino: “fizeram a 2ª classe, mas as duas não aprenderam bem, foram à escola mas não aprenderam (Cláudia, 82 anos). Nesta questão, duas das pessoas entrevistadas têm filhos com cursos superiores ou a frequentar o ensino superior. Neste caso concreto, a progenitora foi beneficiária de RSI, encontra-se integrada num CEI+ e tem contado com o apoio do abono dos filhos, do apoio de fundo de garantia a menores e da bolsa de estudos do filho.

Questionados sobre o motivo que levou a que os filhos não prosseguissem os estudos, dos 14 entrevistados que responderam a esta questão, 8 refere que foi por opção: “Não estudou mais porque não queria” (Francisca, 52 anos), “queriam trabalhar” (Maya, 42 anos), 4 salienta as dificuldades económicas: “Não havia dinheiro para continuarem a estudar, tinham de trabalhar” (Elisa, 81 anos), uma das pessoas refere que os filhos “não estudaram mais porque chegavam da escola e tinham de coser sapatos em vez de estudar” (Fernanda, 57 anos) acabando por desistir e por fim, uma das entrevistadas refere que a filha “anda à procura de emprego, se não conseguir, vai tentar terminar o curso” (Laura, 47 anos). Relativamente a atividades extracurriculares, 28 pessoas respondeu a esta questão, tendo 16 respondido que os filhos ou os próprios nunca frequentaram atividades extracurriculares, 3 referiram que os filhos não frequentaram outras atividades mas fizeram a catequese, 7 responderam afirmativamente, apesar de demonstrarem dificuldades económicas ou que foi por pouco tempo: “a mais velha jogava ténis, a mais nova irá para a natação, as minhas irmãs pagam” (Laura, 47 anos), e há casos em que os filhos não frequentaram atividades extracurriculares, mas “nas férias iam trabalhar para eles” (Carlota, 78 anos).

Antes de avançar para a análise que se segue, e porque parte do objeto desta investigação se refere às desigualdades sociais e à exclusão social, considerou-se pertinente questionar os participantes das entrevistas semi-diretivas se em algum momento das suas vidas, ou se alguém da sua família, se sentiram excluídos.

Responderam 38 pessoas a esta questão, tendo 30 dos participantes referido que nunca¹⁵ se sentiram excluídos, a título de exemplo: “Nunca me senti excluída nem colocada de parte” (Elisa, 81 anos). Os outros 8 participantes referem já se terem sentido excluídos, em algum momento das suas vidas, como por exemplo: “Já, já senti excluída, colocada de parte, não sei se por ser beneficiária de RSI” (Emília).

Questionadas sobre quem será o principal responsável pela situação em que se encontram, responderam 12 pessoas que são, ou já foram, beneficiários de apoios sociais como RSI ou Ação Social, das quais 6 considerou que a comunidade em que se encontram, a sociedade ou o Estado são os principais responsáveis, pois “poderiam ajudar mais” (Estefânia, 20 anos); duas pessoas consideram que se deve a si ou a quem se encontra em situação de vulnerabilidade: “serei responsável” (Alice, 43 anos); duas pessoas consideram que se deva a ambas, ou seja, a si e à “sociedade” (António); e por fim, duas pessoas consideram não haver culpados, ou seja, “as coisas simplesmente não funcionaram” (Graça), “é natural” (Engrácia, 64 anos).

8.3. Percurso laboral

Após a caracterização da amostra dos respondentes do inquérito por questionário e, depois, das entrevistas semi-diretivas aos beneficiários/clientes, chega o momento de uma análise e discussão dos resultados do inquérito por questionários e destas entrevistas em conjunto, com o objectivo de que os dados qualitativos ajudem a interpretar de forma mais rica e complexa os dados quantitativos.

A maioria dos sujeitos encontra-se, atualmente, em situação de reforma (69.8%), sendo também relevante a percentagem de desempregados (26.6%) que ultrapassa 1/4 do número de participantes e, por contraste, há um baixo número de sujeitos empregados (3.7%).

¹⁵ Observação: Os 9 beneficiários de CAO ou Lar Residencial que responderam a esta questão referiram nunca se terem sentido excluídos.

Tabela 18. Situação Face ao Emprego

| Situação | Grupo Etário | | | | | |
|--------------|--------------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| | 16-47 | 48-62 | 63-80 | +80 | % | TOTAL |
| Empregado | 12 | 3 | 0 | 0 | 3.6 | 15 |
| Desempregado | 44 | 59 | 7 | 0 | 26.6 | 110 |
| Reformado | 51 | 43 | 95 | 99 | 69.7 | 288 |
| TOTAL | 107 | 103 | 101 | 99 | 100 | 412 |

Fonte: Inquérito por questionário

Esta prevalência dos sujeitos que subsistem com pensão seja por invalidez, velhice ou social também se verificou nas pessoas entrevistadas, com 25 dos 38 respondentes acerca do seu principal meio de vida a apontar a reforma como meio de subsistência, do próprio ou de outro familiar: “com a pensão de sobrevivência” (Gabriela, 60 anos), “o meu marido recebe pensão” (Mónica, 35 anos). Seguidamente houve 9 dos respondentes a referir que o agregado familiar subsiste da prestação de RSI, referindo uma das pessoas que também exerce alguns dias de trabalho à jorna; 3 referem que o único meio de subsistência é “algum trabalho”, apoio de terceiros e o abono dos filhos; e, por fim, um dos entrevistados refere mesmo subsistir da caridade de terceiros:

“não tenho direito ao RSI, como das refeições do meu pai que recebe SAD, à noite, será mais complicado, uma lata de atum, salsichas... o que houver” (António).

Se a pessoa se encontra empregada, ela acaba por beneficiar de melhores condições de vida, conforme se pôde verificar nas entrevistas realizadas, já que a maior parte dos entrevistados quando integrados profissionalmente, refere que o salário de que usufruía era suficiente para as suas despesas. Ou seja, das 40 pessoas que responderam a esta questão, 31 referiram que sim, que chegava, contudo houve quem referisse que “à rasca” (Dores) ou porque “as despesas eram poucas” (Abel, 60 anos). Houve 5 respostas que referem que não era suficiente para fazer face a todas as despesas: “não chegava, tinha de pedir fiado ao vendedor” (Cláudia, 82 anos); 2 pessoas referem que não recebiam salário enquanto trabalhavam: “quando trabalhava não ganhava dinheiro, vivia-se de trocas pelo trabalho” (Maria, 78 anos), e duas pessoas referem que umas vezes chegava, no entanto, outras não: “quando trabalhava, dava para algumas coisas, para outras não dava” (Armindo, 32 anos). O que se pode justificar pelas fracas relações contratuais referidas por parte de alguns dos inquiridos e dos entrevistados, conforme observaremos na tabela abaixo.

Tabela 19. Tipologia de Contrato e Ordenado (participantes e cônjuge (C))

| Salário | | | | | | | |
|--|--------------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|
| <i>Tipo de Contrato</i> | | < 100€ | 101-300€ | 301-485€ | 485-700€ | 701-1000€ | TOTAL |
| Contrato permanente/efetivo | <i>N</i> | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| | (C) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Contrato a termo/prazo | <i>N</i> | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 |
| | (C) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Contrato de prestação de serviços/recibos verdes | <i>N</i> | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 3 |
| | (C) | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Trabalho à tarefa (sem contrato) | <i>N</i> | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | (C) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Trabalho ao dia (sem contrato) | <i>N</i> | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 4 |
| | (C) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Trabalho sazonal (sem contrato) | <i>N</i> | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | (C) | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Cuida da mãe | <i>N</i> | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | (C) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | <i>TOTAL</i> | 1 | 3 | 6 | 5 | 1 | 16 |
| | | 1 | 2 | 2 | 1 | 1 | 8 |

Fonte: Inquérito por questionário

Acerca dos sujeitos que se encontram empregados, apenas 3 têm um contrato permanente/efetivo (20%), 4 têm um contrato a termo/prazo (26.7%) e 2 encontram-se em regime de prestação de serviços/recibos verdes (13.3%). Os restantes 6 trabalham à tarefa/dia ou em regime sazonal (sem contrato) (40%). Como podemos observar na tabela apresentada acima, entre os que trabalham mais de 1/4 tem um ordenado entre os 485€ e os 700€, sendo que entre estes estão todos os que possuem um contrato de trabalho permanente/efetivo.

Ainda relativamente aos sujeitos empregados, quando questionados sobre o significado que o trabalho tem para si, a maioria considera que é uma “forma de realização pessoal” (66.7%) e/ou “uma forma de sobrevivência” (60%).¹⁶ Sabemos que no quadro sócio-económico atual, mesmo que em condições miseráveis, as pessoas que se encontram empregadas ouvem dizer que têm sorte, que deviam sentir-se felizes (Bourdieu, 1993), no fundo, darem-se por satisfeitas e não reivindicar por mais e melhores condições laborais. Conforme referido anteriormente, não é necessário estar

¹⁶ Resposta múltipla.

desempregado para conhecer a dura realidade das desigualdades sociais e da exclusão social, devido às condições inerentes ao mercado de trabalho, designadamente precariedade e baixos salários (Carvalho, 2013).

Tabela 20. Significado do Trabalho

| Qual o significado do Trabalho | % |
|--|----|
| É uma forma de realização pessoal | 70 |
| É um dever de todos | 40 |
| É uma forma de sobrevivência | 60 |
| É uma forma de obter segurança | 25 |
| É uma forma de obter prestígio social | 30 |
| É a base de criação de riqueza | 25 |
| É uma forma de exploração | 5 |
| É uma obrigação | 5 |

Fonte: Inquérito por questionário

Isto vai de encontro àquilo que refere Sennett (2001), ou seja, no capitalismo tradicional, para que o indivíduo se possa sentir incluído, deve estar integrado no processo de trabalho e com uma relação salarial. Contudo, há diferenças neste processo de inclusão, pois é diferente trabalhar com uma determinada especialização ou como trabalhador não-especializado, podendo acontecer uma situação de desigualdade ou exclusão entre o próprio trabalho ou local que se ocupa no trabalho (Stoer e Magalhães, 2005). Trata-se de uma forma de exclusão, aliás, já apontada por Marx (1976) ao referir-se à divisão do trabalho como o primeiro eixo promotor de exclusão social, pois, ao não ser incluído no meio profissional, o indivíduo fica desprovido da moeda de troca do seu trabalho, ou seja, do capital monetário. Assim, se por um lado há aqueles que promovem o trabalho como forma de acumularem riqueza, por outro, há aqueles que são mobilizados para esse processo e acabam por ser quem mais arca com consequências negativas, isto é, as classes trabalhadoras (Stoer e Magalhães, 2005), sujeitas a condições cada vez mais precárias, seja pelo desemprego ou pelo emprego precário.

Portanto, é cada vez mais importante nas economias mais avançadas a formação contínua. Torrado (1991) defende que, com a educação e formação, a pessoa já em idade adulta poder-se-á tornar mais participativa, mais ativa, podendo ser o momento

oportuno para despoletar as suas potencialidades. Pela participação o ser humano recupera e reafirma a confiança em si mesmo e nos outros. Esta representa uma alternativa às estruturas de dominação que configura as relações sociais. Assim, quem participa tem mais facilidade em encontrar um sentido para a sua vida. Conforme refere Wildemeersch (1998) a educação e formação de adultos é uma responsabilidade individual e coletiva ao fomentar reflexividade para a cidadania ativa em cada indivíduo. Surge como uma estratégia de “socioterapia” ao mesmo tempo que promove e estimula a integração social, funcionando como preventora da deterioração da cognição (Jacob, 2012). A educação e formação ao longo da vida reforçam individualmente cada sujeito para assim conseguir mais oportunidades de emprego (Walters, 1997).

A este respeito, no estudo “Impactos do processo de RVCC no percurso de vida dos adultos do Centro Novas Oportunidades da Empresa Municipal Qualidade de Basto”, concluiu-se que os participantes consideram que possuem mais capacidades para procurar emprego, assim como valorizam o facto de terem concluído o 9º ano com êxito, pois dessa forma também o currículo está valorizado. Há ainda uma valorização acrescida no que diz respeito a cuidados ligados à saúde, à preocupação com o meio ambiente e, conseqüentemente, uma alteração das condições de vida. Com o aumento da qualificação, houve participantes que afirmaram ter alterado a sua vida no que se refere ao hábito de procura de formação, assim como alguns deram seguimento para a frequência do processo de RVCC de nível secundário. Além disso, este aumento de qualificação impulsionou alguns participantes a obterem a carta de condução de ligeiros e de pesados, assim como a frequência de seminários ligados às funções profissionais (Carvalho, 2011).

Neste sentido, e como forma de perceber se as pessoas entrevistadas têm participado em ações que visem o seu desenvolvimento não só profissional mas também pessoal, tentou-se perceber se, ao longo do seu percurso de vida, os entrevistados têm frequentado formação profissionalizante ou outra, se gostaram dessa experiência e se gostariam de frequentar ou voltar a frequentar. Responderam 35 pessoas, tendo 18 das pessoas frequentado formação ou ações de formação ao longo da vida e 17 respondido negativamente, o que se poderá justificar com a falta de oferta de formação na região, ou uma oferta limitada a algumas opções que nem sempre vão ao encontro dos interesses da população.

Daquelas que responderam positivamente, apenas uma referiu que foi no seguimento da formação que começou a trabalhar: “foi aí que comecei a trabalhar, mais ou menos há 20 anos” (Marta). Duas das pessoas que frequentaram formação referiram que não gostavam de voltar a passar por essa experiência: “frequentei formação, mas não gosto” (Elsa). Das que responderam negativamente, 5 realçaram que não frequentaram nem gostariam de frequentar: “nunca frequentei, mas também não gostava de frequentar” (Constança, 61 anos) e duas referem que gostariam de ter frequentado. Há ainda uma pessoa que refere que “há uns anos atrás teria sido importante” (Joana, 74 anos), o que faz sentido, uma vez que a educação e formação ao longo da vida podem ser perspetivadas como instrumentos de promoção social e de aquisição de novos conhecimentos, novas competências e reciclagem daquelas que já possuem.

Como advoga Roche (2001), a formação contínua deve ser inscrita num processo de desenvolvimento da pessoa e da sua relação com o trabalho e não só. Esta intervenção terá como objetivo a (re)construção de possibilidades de integração profissional e social. No entanto, nunca descurando o papel da pessoa adulta que deve ser visto como sendo sujeito da sua própria socialização e, assim, poder realizar uma adaptação social que resultará de opções próprias, a partir da compreensão das suas experiências. Considera-se a formação como uma mais-valia ao desenvolvimento das competências da pessoa adulta. Com a educação e formação pretende-se combater as fragilidades dos indivíduos, que ao depararem-se com uma situação nova, possuindo insuficientes recursos de escolarização e formação, ficam fragilizados perante o risco de exclusão. É nesse sentido que se torna importante “ajudar as pessoas a aprender a ajudar-se a si mesmas” (Dias de Carvalho e Baptista, 2004: 54), mesmo àqueles que se encontram menos capazes de uma auto-ajuda (Dias de Carvalho e Baptista 2004).

Conforme se verifica na tabela abaixo, a experiência profissional destes sujeitos varia, sendo que a maior parte dos respondentes tem entre a 16 a 20 anos de experiência profissional (30%), seguida de 6 a 10 anos de experiência profissional (25%), e de 1 a 5 anos de experiência, ou 21 ou mais anos (20%). Apenas 5% dos respondentes referiram não possuir experiência profissional.

Tabela 21. Anos de Experiência Profissional

| Anos de Experiência Profissional | % |
|----------------------------------|----|
| Não tem experiência | 5 |
| De 1 a 5 anos | 20 |
| De 6 a 10 anos | 25 |
| De 11 a 15 anos | 0 |
| De 16 a 20 anos | 30 |
| 21 ou mais | 20 |

Fonte: Inquérito por questionário

Relativamente àqueles que possuem experiência profissional e participaram nas entrevistas semi-diretivas, dos 53 entrevistados, responderam 51 pessoas, das quais 25 iniciaram a sua atividade profissional, ou trabalharam, no sector agrícola desde muito novos: “comecei a trabalhar aos 10 anos na lavoura e depois na floresta” (Dores), “comecei a trabalhar com 8 anos, em casa e na agricultura” (Alice, 43 anos), “comecei a trabalhar aos 14 anos, na lavoura” (Afonso, 38 anos). Houve 9 pessoas entrevistadas que trabalharam ou trabalham como empregadas domésticas. Também aqui há exemplos do ingresso no mercado de trabalho desde tenra idade: “comecei a trabalhar com 11 anos como empregada doméstica” (Emília). A apontar experiência profissional em fábricas de diversas áreas houve 8 entrevistados: “trabalhei numa fábrica de cobres” (Abel, 60 anos), “trabalhei numa fábrica de componentes de calçado” (Emília) e “já trabalhei em restauração e em fábricas” (Sofia, 47 anos); 8 entrevistados referem a experiência na área da restauração:

“trabalhei num café” (Estefânia, 20 anos);
“quando terminei os cursos trabalhei como formador de cozinha e auxiliares de cozinha. Depois trabalhei como cozinheiro num cruzeiro” (Fernanda, 57 anos).

Com menor incidência, houve quem referisse experiência profissional em comércio: “já trabalhei numa loja de roupa” (Florinda), como “madeireiro” (Marco, 62 anos) e na “construção civil” (Carlos, 68 anos).

No que se refere aos descontos provenientes da atividade profissional, responderam a esta questão 47 das pessoas entrevistadas, das quais 40 responderam afirmativamente e 5 negativamente: “não tenho nenhuns descontos” (Isabel). Das pessoas que responderam afirmativamente, 15 referem ter feito mais de 10 anos de

descontos: “descontei como agricultora, 27 anos” (Daniela, 79 anos); 10 referem ter feito desde meses até ao máximo de 5 anos de descontos: “devo ter feito uns 5 anos de descontos, quando for para a reforma não vou ter direito à reforma” (Marlene, 51 anos); 6 referem não saber quantos anos fizeram de descontos: “descontei alguns anos mas não sei quantos” (Emília); 4 referem ter feito entre 6 a 10 anos de descontos; e por fim, 2 pessoas referem ter feito descontos mas não responderam sobre quanto tempo terão feito de descontos.

Ao longo das entrevistas vários foram os momentos em que algumas das pessoas entrevistadas demonstraram estar conformadas com a sua situação atual: “não podia ter tido outra profissão, não tinha estudos” (Elisa, 81 anos). Contudo, questionados se gostariam de ter emprego ou outro emprego, dos 21 respondentes 17 responderam que gostariam de ainda hoje trabalhar: “gostava de trabalhar agora, ter um ordenado ao fim do mês para pagar as contas” (Isabel) ou que gostaria de ter tido outra profissão, sobretudo a prestar cuidados a crianças ou idosos: “gostava de trabalhar com crianças, idosos” (Emília). Apenas duas das pessoas que responderam referem que nunca aspiraram ter outra profissão.

No seguimento do parágrafo anterior, há a situação das senhoras que trabalham como domésticas nas próprias casas, um trabalho não remunerado que continua a sobrecarregar sobretudo o sexo feminino, situação já apresentada por Matos e Costa (2010) no estudo que apresentam, em que 53% da população inquirida que se encontrava desempregada exercia atividade como doméstica, incluída na categoria “cuidar de crianças ou outros sem ser pago”. Das 15 pessoas que participaram nesta questão, 6 referem não se sentir realizadas: “nem pensar” (Graça), 3 referem sentir-se realizadas com o que fazem como domésticas, sendo ainda de salientar que duas das pessoas trabalham como domésticas para fora: “trabalho aos dias e como doméstica” (Estefânia, 20 anos) e 3 das pessoas demonstram ter aceite a situação em que se encontram: “sinto-me conformada, não realizada” (Gabriela, 60 anos).

No que se refere às experiências profissionais dos pais das pessoas entrevistadas e ao tipo de vida que terão tido, é de referir que algumas das pessoas escolheram mais do que uma opção: 31 das pessoas entrevistadas referem que os pais trabalharam sempre no sector agrícola, sendo que algumas referem que as mães acumulavam a vida doméstica a esse trabalho ou outro: “a minha mãe nunca trabalhou fora, mas tinha animais para casa, para a família e para vender” (Cármén), à semelhança do que acontece com algumas das pessoas entrevistadas, 12 referem que o trabalho da mãe era

como doméstica, em casa e a tomar conta dos filhos, sendo um emprego não remunerado e sobre o qual não chegavam a fazer descontos, na maior parte dos casos: “a minha mãe trabalhou em linho, nunca fez descontos” (Maria, 78 anos), “a minha mãe toma da conta da casa e dos filhos” (Maya, 22 anos). Os progenitores de 5 dos entrevistados trabalharam como carpinteiros, 3 das pessoas referem que os seus progenitores terão trabalhado no minério, havendo uma situação em é referido que a mãe também chegou a trabalhar no minério: “a vida da minha mãe era difícil, às vezes também ia para o minério” (Constança, 61 anos). Aliás, por diferentes entrevistados é sublinhado que a vida dos pais foi uma vida dura, de trabalho e de dificuldades, lembrando que os tempos eram outros.

Tabela 22. Experiência Profissional dos progenitores

| Experiência profissional | Progenitores | |
|----------------------------|--------------|-----------|
| | Pai | Mãe |
| Agricultura/lavoura | 28 | 28 |
| Doméstica/trabalho de casa | 0 | 12 |
| Carpintaria | 5 | 0 |
| Mineração | 3 | 1 |
| Área fabril | 1 | 2 |
| Construção civil | 3 | 0 |
| Outras ¹⁷ | 10 | 7 |
| Não sabe | 2 | 0 |
| Não respondeu | 4 | 4 |
| TOTAL ENTREVISTADOS | 53 | 53 |

Fonte: Entrevista Semi-diretiva aos beneficiários/clientes

Das 53 pessoas entrevistadas, 51 responderam sobre se a sua vida terá sido ou não melhor que a dos seus pais, das quais 35 considera já ter tido uma vida melhor que a dos seus pais pelo menos em alguns aspetos. A título de exemplo:

“sim, a minha vida já terá sido melhor que a deles, menos dura” (João, 78 anos);

“é melhor que foi a dos meus pais porque agora há o direito à reforma, mas antigamente não havia nenhum apoio do Estado, nem abono, nem pensões...” (Daniela, 79 anos).

¹⁷ Outras: progenitor: comerciante (1); canalizador (1); serralheiro (1); emigrante (1); empresa de autocarros conta própria (1); padaria (1); apanhar fruta (2); metalurgia (1); madeireiro (1); Progenitora: a vender em feiras (1); fazer linho (1); restauração (1); empregada de limpeza C.M (1); apanhar fruta (1); limpeza de caminhos (1); auxiliar em lar de idosos (1);

Já 15 dos entrevistados refere que ter sido praticamente a mesma coisa:

“Eu fiquei sozinha com a minha filha, foi uma vida dura, não sei se terá sido melhor que a dos meus pais” (Dores);
“acho que a minha vida foi igual ou pior que a dos meus pais. Tive uma vida dura de trabalho” (Cláudia, 82 anos).

Havendo ainda quem referisse que a vida dos pais foi razoável, tal como a sua: “(...) tinham uma vida razoável. A minha também era razoável” (Abel, 60 anos).

Comparativamente àquilo que tem sido a vida das pessoas entrevistadas com filhos que já se encontram integrados no mercado de trabalho, 19 responderam a esta questão, tendo 15 considerado que a vida dos seus filhos já é melhor que a sua. Contudo, alguns realçam como motivo o facto de ser uma vida menos dura, mas igualmente uma vida de muito trabalho:

“os meus filhos têm uma vida melhor, mas muito dura, no estrangeiro” (Sónia, 83 anos);
“os meus filhos trabalham muito, estão bem, melhor que eu” (Elsa).

Já 4 das respostas referem que pelo menos um dos filhos não terá uma vida melhor que a sua: “também passam por dificuldades” (Gabriela, 60 anos), “acho que em princípio não terão uma vida melhor que a minha” (Carlos, 68 anos) e: “os meus filhos têm uma vida mais limpa, não é que seja melhor” (Joana, 74 anos). Uma das pessoas entrevistada salienta ainda os problemas de consumo de álcool do filho.

Quanto às experiências profissionais dos filhos, 22 pessoas responderam, tendo 9 os filhos emigrados sem especificar em que trabalham em alguns dos casos, outros referindo que trabalham sobretudo na construção civil: “3 estão em França” (Susana, 88 anos), “o mais velho está em Espanha, trabalha nas obras” (Elisa, 81 anos). 5 têm filhos integrados profissionalmente em serviços, sem especificar a função que desempenham: “uma trabalha num tribunal” (Carlota, 78 anos); 6 têm filhos a trabalhar aos dias e no que conseguem: “a minha filha trabalha no que aparece, aos dias” (Dores); 4 têm filhos na área da restauração e bar; 1 entrevistada tem dois filhos licenciados e uma tem o filho a frequentar o ensino superior. A partir daí referem diferentes experiências: duas pessoas têm filhos integrados em fábricas de automóveis e venda de peças automóveis; duas das pessoas entrevistadas têm filhos a trabalhar nas terras e/ou como domésticas; duas pessoas têm os filhos empregados numa fábrica, o filho de uma entrevistada trabalha aos dias como bombeiro; duas pessoas referem que os filhos são ou foram vendedores ambulantes; uma senhora refere que a filha já teve uma casa de comércio

por conta própria, uma das pessoas o filho é motorista da uber; uma senhora tem um filho a trabalhar como técnico de máquinas e outro como carpinteiro.

8.4. Situação face ao desemprego

De acordo com os dados obtidos através do inquérito por questionário aplicado, 110 sujeitos inquiridos encontram-se em situação de desemprego.

Tabela 23. Situação de Desemprego

| Situação | Grupo Etário | | | | | TOTAL |
|--|--------------|-----------|----------|----------|------------|------------|
| | 16-47 | 48-62 | 63-80 | +80 | % | |
| Desempregado(a) à procura de novo emprego | 37 | 44 | 3 | 0 | 74.5 | 82 |
| Desempregado(a) à procura do primeiro emprego | 6 | 2 | 1 | 0 | 8.2 | 9 |
| A aguardar reforma | 0 | 2 | 1 | 0 | 2.7 | 3 |
| Outra | 3 | 11 | 2 | 0 | 5.5 | 16 |
| TOTAL | 44 | 59 | 7 | 0 | 100 | 110 |

Fonte: Inquérito por questionário

Conforme se pode verificar na tabela cima, a grande maioria dos participantes desempregados encontra-se à procura de um novo emprego (74.1%), concentrando-se, como seria de esperar, no 1º e no 2º grupo etário. Sendo esta procura constante de emprego uma das consequências mais notáveis que a globalização trouxe, ou seja, hoje em dia já dificilmente se formam carreiras com o mesmo posto de trabalho, mas sim de vários empregos, uns mais duradouros do que outros (Pallares-Burke, 2004), assim como aqueles que se depararam com o fracasso escolar acabam por ser as maiores vítimas da fatalidade do desemprego, sentida de forma redobrada (Bourdieu, 1993). Menos de 10% dos sujeitos estão à procura do primeiro emprego, apenas 2.7% estão a aguardar reforma, enquanto 5.5% dos indivíduos apontaram outros motivos¹⁸ para se encontrarem nesta situação.

¹⁸ Outras situações: CIT (4); Doença (1); Doméstica (1); Não pode trabalhar (1); Nunca exerceu atividade laboral remunerada (1); Pensão de Invalidez (1); Sempre trabalhou em casa (1);

Das 16 pessoas que se encontram em situação de desemprego e responderam à entrevista, 14 são desempregados de longa duração (há mais de 3 anos). Ainda relativamente às pessoas desempregadas que responderam à entrevista, uma das pessoas está integrada “num CEI+, numa escola” (Graça) e outra trabalha “numa empresa sazonal” (Sofia, 47 anos). Como já referido anteriormente, esta situação de desemprego é sentida por muitos como uma fatalidade, uma vez que, na sociedade atual, o trabalho é visto como um fator social fundamental ao bem-estar do indivíduo. É uma construção social que se transforma e vai evoluindo ao longo da vida e mediante cada contexto, sendo muitas vezes o trabalho o único elo de ligação à sociedade (Ramos, 2003).

Tabela 24. Motivos que levaram ao Desemprego

| Motivo | Grupo Etário | | | | |
|---|--------------|-----------|----------|----------|------------|
| | 16-47 | 48-62 | 63-80 | +80 | TOTAL |
| Cessação de contrato | 4 | 12 | 0 | 0 | 16 |
| Cessação de trabalho (sem contrato) | 13 | 10 | 2 | 0 | 25 |
| Despedimento individual | 3 | 4 | 0 | 0 | 7 |
| Resultante de Despedimento coletivo | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Rescisão voluntária (por iniciativa individual) | 4 | 2 | 0 | 0 | 6 |
| Falência da Entidade Empregadora | 2 | 3 | 0 | 0 | 5 |
| Incapacidade para o trabalho (por doença) | 3 | 13 | 2 | 0 | 18 |
| Prestação de apoio a um membro do agregado familiar | 3 | 4 | 0 | 0 | 7 |
| Outro | 10 | 10 | 3 | 0 | 23 |
| TOTAL | 43 | 59 | 7 | 0 | 109 |

Fonte: Inquérito por questionário

Quanto aos motivos que terão desencadeado uma situação de desemprego, aproximadamente 1/4 dos participantes no inquérito por questionário que se encontram desempregados apontou a cessação de trabalho (23.1%) como motivo para esta sua situação. Os outros motivos mais frequentes são a “incapacidade para o trabalho (por doença)” (16.7%) e a “cessação de contrato” (13.9%). Cerca de 1/5 aponta outros

motivos para a sua situação de desemprego (21.3%), destacando-se aqui o facto de “nunca ter exercido atividade laboral remunerada” (10.2%).¹⁹ Realizada a mesma questão aos entrevistados, dos 24 que se encontram nesta condição e responderam à questão, 5 responderam que o motivo se deve à sociedade em geral e ao Estado, 8 apontam problemas de saúde como o motivo principal, 4 assumem que estão desempregados porque não têm procurado trabalho: “não procuro emprego” (Pedro, 46 anos), “porque não quis, deu-me na cabeça” (Armando), 3 apontam a idade mais avançada, duas pessoas referem que foram despedidas juntamente com outros colegas por dificuldades da empresa, uma das pessoas salienta motivos familiares, como o divórcio, e uma considera que o facto de ter havido pessoas que no passado não desempenharam as suas funções conforme seria esperado conduziu a que neste momento os empregadores evitam novas contratações.

Sendo o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) um meio para a procura de emprego, foi questionado às pessoas que se encontram desempregadas se estão inscritas no IEFP e se já receberam subsídio de desemprego. Das 17 que responderam a questão, 10 disseram que se encontram inscritas, 4 referem não estar inscritas, 3 pessoas não sabem o que é essa instituição e uma pessoa acrescenta que nunca recebeu subsídio de desemprego. Sobre se têm procurado emprego e quanto às estratégias utilizadas para a procura ativa de emprego, responderam à questão 10 pessoas entrevistadas, 6 referem que não têm procurado emprego: “não, não me sinto capaz” (António), 5 referem que não procuram emprego devido a problemas de saúde: “porque não posso trabalhar” (Vitória, 58 anos). Quatro referem que têm procurado: “todos os dias” (Sofia, 47 anos), mas relatam também as dificuldades com que se deparam:

“quando vejo anúncios a dizer que precisam de empregada vou lá, mas chego e dizem que o lugar já está preenchido” (Isabel).

É de referir que entre os participantes que se encontram numa situação de desemprego, apenas uma pequena percentagem não pediu algum tipo de apoio social (13.3%).²⁰ Com a chegada do desemprego de longa duração, que normalmente é acompanhada por um afastamento da vida social, as pessoas sentem-se sem saídas e procuram, muitas vezes contra sua vontade, apoios da ação social para obter ajudas

¹⁹ Outros motivos: Cessação da Empresa em nome individual (1); Consumo excessivo de álcool (1); Desemprego devido a acidente (1); Doença (1); Emigrou (1); Falta de trabalho (1); nunca trabalhou fora (3); opção do marido (1); sempre trabalhou na agricultura (1); sempre trabalhou na agricultura de subsistência (1);

²⁰ Motivos apontados para a não procura de apoio social: A empresa não cumpriu o seu dever legal (1); Descontos para a Segurança Social insuficientes para subsídio de desemprego (1); Empresa em nome individual (1); Não tinha contrato de trabalho (1); Opção própria (1); Pediu demissão (2); Por vergonha (1); RMG/RSI (1); Subsídio de desemprego (1).

financeiras e, dessa forma, poderem fazer face a algumas das despesas que possuem (Paugam, 2003), sentindo a situação em que se encontram como algo socialmente imerecido (A. F. Costa, 2012), sendo difícil a aceitação do desemprego (Bourdieu, 1993). Os trabalhadores acabam por se sentir como coisas que podem ser trocados, dispensáveis, havendo uma exigência de flexibilidade aos trabalhadores (Bauman, 2001) que pode resultar em desemprego.

Tabela 23. Percentagem de participantes desempregados que usufruem/usufruíram de apoios sociais

| Apoio | % |
|--|------|
| I. Subsídio de Desemprego | 12.9 |
| II. Subsídio Social de Desemprego | 4.8 |
| III. Rendimento Mínimo Garantido (RMG) | 29.8 |
| IV. Rendimento Social de Inserção (RSI) | 87.9 |
| V. Apoios Eventuais de ação social | 47.6 |
| VI. Banco Alimentar | 37.1 |
| VII. Cantina Social | 23.4 |
| VIII. Integração em Creche | 7.3 |
| IX. Integração em ATL | 2.4 |
| X. Cruz Vermelha Portuguesa | 2.4 |
| XI. Apoio Escolar ou Camarário | 26.6 |
| XII. Apoio Domiciliário (SAD) | 11.3 |
| XIII. Integração em lar de idosos/Lar residencial | 0 |
| XIV. Integração em Infantário | 12.1 |
| XV. IPSS | 20.2 |

Fonte: Inquérito por questionário

Como podemos constatar na tabela apresentada, os apoios aos quais os participantes desempregados mais recorreram são: 1) RSI (87.9%), 2) Apoios Eventuais de Ação Social (47.6%) e 3) Banco Alimentar (37.1). Naturalmente, as pessoas em situação de desemprego poderão usufruir/solicitar diferentes apoios (varia entre 1 e 9²¹), pelo que em média, os desempregados recorrem a 3 apoios de âmbito social ($M = 3.24$,

²¹ Número de Apoios a que os desempregados recorrem: 1 (10, 8.1%); 2 (34, 27.4%); 3 (32, 25.8%); 4 (20, 16.1%); 5 (21; 16.9%); 6 (4.8%); 9 (1, 0.8%).

$DP = 1.45$). De facto, cerca de 1/4 dos sujeitos (24.1%) usufrui de 3 apoios específicos: RSI + Apoios Eventuais de Ação Social + Banco Alimentar. Sendo o RSI o apoio mais solicitado, é também, como seria de esperar, aquele que é acompanhado de outros apoios sociais. O mesmo se verifica nas entrevistas, com 9 das pessoas desempregadas a usufruir de RSI e de outros apoios: “na ausência de salário recorri ao RSI e a apoios da segurança social” (Graça). Em suma, as situações de desemprego têm levado ao recurso a diferentes apoios sociais, como forma de fazer face às necessidades de indivíduos e famílias.

Entre a maioria dos desempregados que usufrui de algum tipo de apoio, existem diferentes motivos que os levaram a solicitar esse mesmo apoio, conforme apresentamos. Procuramos perceber quais os principais motivos para a procura de apoios sociais. Em grande destaque encontramos o fator perda de emprego, que para todos os 6 apoios apresentados é motivo para que 59% dos sujeitos o tenham solicitado. De seguida encontramos a insuficiência do suporte familiar com 34%, o divórcio/separação com aproximadamente 30%, e a opção o nascimento dos filhos com 23% dos sujeitos que responderam a esta questão.

Tabela 25. Motivos para a procura de apoios sociais

| Motivo | % |
|--|------|
| I. Nascimento de filhos | 23.1 |
| II. Casamento/início de vida conjugal | 7.7 |
| III. Doença/morte de pessoa próxima | 15.4 |
| IV. Saída de casa dos pais | 6.6 |
| V. Alteração do local de residência | 5.5 |
| VI. Divórcio/separação | 29.7 |
| VII. Perda de emprego | 59.3 |
| VIII. Perda de suporte familiar | 28.6 |
| IX. Suporte familiar insuficiente | 34.1 |

Fonte: Inquérito por questionário

Mais uma vez, estamos perante uma relação clara entre a perda de emprego e o recurso aos apoios sociais. Associado ao desemprego há, em muitos casos, o sentimento de fracasso quando o mesmo se dá por despedimento. Ou seja, passa a recair sobre o próprio indivíduo a responsabilidade pelo próprio (in)sucesso no que se refere à sua

integração no mercado de trabalho, tal como uma possível situação de desemprego. Parafraseando Bourdieu, o indivíduo passa a ser apontado como “o único responsável pela sua desgraça” (Bourdieu, 1998: 10), sendo através do (des)emprego que se acentua o risco e a incerteza (Ferreira, 2001) acerca do futuro.

Tabela 26. Apoios sociais a que recorreram

| Apoio | Nascimento Filhos | Divórcio/ Separação | Doença/ Morte | Perda Emprego | Perda S. Familiar | S. Familiar Insuficiente |
|--|-------------------|---------------------|---------------|---------------|-------------------|--------------------------|
| Rendimento Mínimo Garantido (RMG) | 39.3% | 39.3% | 3.6% | 57.1% | 35.7% | 32.1% |
| Rendimento Social de Inserção (RSI) | 22.2% | 32.1% | 14.8% | 60.5% | 30.9% | 34.6% |
| Apoios Eventuais de ação social | 31.4% | 22.9% | 28.6% | 48.7% | 40.0% | 42.9% |
| Banco Alimentar | 33.3% | 12.1% | 33.3% | 54.5% | 36.4% | 42.4% |
| Cantina Social | 34.6% | 11.5% | 42.3% | 61.5% | 34.6% | 42.3% |
| Apoio Escolar ou Camarário | 31.6% | 26.3% | 31.6% | 42.1% | 26.3% | 36.8% |

Fonte: Inquérito por questionário

Face à situação de desemprego, os respondentes recorreram a alguns apoios sociais, disponíveis aquando a sua situação. Sendo os apoios previamente apresentados na tabela possíveis de ser acumuláveis, verifica-se que o recurso ao RMG/RSI é o que mais se destaca aquando a perda de emprego (60,5% recorreram ao RSI e 57,1% a apontaram o recurso à medida antecedente, o RMG); seguido pelo nascimento dos filhos (61,5%) e pelas situações de divórcio/separação (71,4%). Em caso de doença/morte a opção mais apontada é o recurso ao apoio ao nível alimentar, com a cantina social com 42,3% e o banco alimentar com 33,3%. Nos casos em que o suporte familiar é insuficiente, os respondentes recorreram sobretudo aos apoios eventuais da ação social, com 42,9%, seguido do apoio ao nível alimentar, através do banco alimentar local (42,4%) e a cantina social (42,3%). Conforme se pode verificar na tabela, o apoio ao nível escolar ou camarário também tem sido importante nas mais diversas adversidades dos beneficiários.

Tabela 27. Estratégias utilizadas em situação de desemprego

| Estratégias | % |
|---|------|
| Agricultura para subsistência | 67.3 |
| Empréstimo de dinheiro | 34.0 |
| Apoio em género de familiares | 38.7 |
| Apoio monetário de familiares | 37.7 |
| Apoio de amigos/vizinhança | 25.5 |
| Fornecimento a fiado junto de mercearias | 28.3 |
| Recurso a loja social | 17.0 |
| Ligação elétrica fornecida por vizinhança/gerador | 5.7 |

Fonte: Inquérito por questionário

Conforme apresentamos na tabela 27, dos indivíduos que se encontram em situação de desemprego, até conseguirem qualquer tipo de apoio, 67.3% dos inquiridos recorreu à agricultura para subsistência como estratégia de sobrevivência. Sendo ambos os concelhos predominantemente rurais, esta é uma forma de assegurar alguns alimentos essenciais ao agregado familiar, tendo-se verificado ao longo desta investigação que os inquiridos consideram vantajoso residir no meio rural como forma de estratégia para fazer face à situação de pobreza. Não obstante, tem-se vindo a falar de “pobreza rural/urbana expressando a ideia das exclusões de ordem espacial” (Silva, 2008: 138).

Conforme podemos constatar, tanto o recurso em géneros (38.7%) como o apoio monetário de familiares (37.7%) foram das estratégias mais apontadas pelos inquiridos, tendo também o apoio de amigos e vizinhança algum peso com 25.5% dos inquiridos a assinalarem essa opção. O apoio de amigos, vizinhos e conhecidos é uma característica muito marcante dos meios rurais, não sendo, contudo, característica apenas destes meios. Conforme refere por Adão e Silva (2002), uma das formas de promoção de bem-estar nos países do sul da Europa, ao contrário de outras sociedades europeias, está intimamente relacionada com as formas tradicionais de solidariedade, não obstante tratar-se, como foi atrás referido, a solidariedades no seio da família alargada com sobrecarga para as mulheres. Normalmente são redes de solidariedade informais, que variam em termos da duração, amplitude, estabilidade, e caracterizadas por ligações complexas que variam substancialmente do contexto rural para o contexto urbano.

O fornecimento “a fiado” junto de mercearias é ainda uma alternativa para muitos aqueles que se encontram em situação de insuficiência ou ausência de rendimentos, com 28.3% dos inquiridos a selecionarem essa opção.

Tabela 28. Situação face a incapacidade permanente para o trabalho

| Se usufruem de pensão social de invalidez | % |
|---|------|
| Sim | 7.3 |
| Não | 92.7 |

Fonte: Inquérito por questionário

Face à situação de incapacidade permanente para o trabalho, dos 41 inquiridos que se encontram nessa situação, sem outro tipo de apoio ao nível de pensões ou outro tipo de prestações pecuniárias, a maioria dos respondentes não usufrui de pensão social de invalidez (92.7%). No que se refere às entrevistas semi-diretivas, pôde-se perceber que a maioria dos participantes padece de algum problema de saúde, sendo, nalguns casos, um problema incapacitante para o exercício da atividade profissional.

Nas 53 entrevistas semi-diretivas realizadas, 46 pessoas responderam a esta questão, ou seja, se têm algum problema de saúde, e em caso afirmativo, como tem sido a sua evolução ao longo dos anos e se esse, ou esses, problema de saúde teve consequências no trabalho e na obtenção de rendimento. Trinta e cinco das pessoas entrevistadas referiram possuir problemas de saúde, umas em grau de gravidade mais elevado que outras, sendo determinante para o percurso de vida em alguns casos: “tenho, de cabeça, por isso estou aqui no lar” (Teresa, 61 anos) e “o problema da perna não me permitiu trabalhar, há dias que ando bem, outros que ando mal” (Pedro, 46 anos). Dos respondentes, 6 referiram não possuir qualquer problema de saúde crónico e 5 referiram já ter padecido de algum problema de saúde como depressão: “não tenho problemas de saúde, sofri de depressão quando me divorciei” (Laura, 47 anos), contudo de momento a situação estará revertida.

Dados os problemas de saúde referidos, e a gravidade salientada em alguns dos entrevistados, questionou-se se já tinham requerido em algum momento a pensão por invalidez, tendo respondido a esta questão 6 pessoas, das quais 3 referem já ter submetido o pedido, tendo sido indeferido e outras 3 refere que nunca pediu.

Tabela 29. Tempo de permanência nas medidas RMG/RSI

| Tempo de usufruto do RMG/RSI | % |
|------------------------------|------|
| Há 1 ano | 17.6 |
| Entre 1 e 5 anos | 38.0 |
| Entre 6 e 10 anos | 26.9 |
| Entre 11 e 15 anos | 16.7 |
| Há mais de 15 anos | 0.9 |

Fonte: Inquérito por questionário

Como podemos observar na Tabela 29. Tempo de permanência nas medidas RMG/RSI, entre os respondentes do inquérito que usufruem do RMG/RSI, mais de 1/3 usufrui desta medida há entre 1 e 5 anos (38%), sendo também de destacar a percentagem de sujeitos que têm este apoio há entre 6 e 10 anos (26.9%). Colocada a mesma questão nas entrevistas semi-diretivas, das 21 pessoas que responderam a essa questão, 5 das pessoas referem usufruir, ou ter usufruído, mais de 10 anos da medida, os restantes não precisaram o período desde que são beneficiários, referindo que são beneficiários já alguns anos ou desde acontecimentos específicos como desde o divórcio ou a morte de algum familiar que até então suportava as despesas com os seus rendimentos: “comecei a receber com o falecimento da minha mãe” (Mariana, 57 anos).

Questionados sobre a forma como obtiveram conhecimento da medida em concreto de RSI, 9 referem que tiveram conhecimento através de conhecidos, pessoas amigas ou familiares: “soube da existência através de uma funcionária que trabalhava no infantário do meu filho” (Graça), 7 referem ter tido conhecimento através dos próprios serviços da segurança social/ação social: “foram as doutoras que acompanhavam a minha mãe” (Maya, 42 anos) e uma das pessoas refere já não se recordar por quem soube.

Não tendo, portanto, a medida cumprido com o seu objetivo primordial, o de romper o “ciclo vicioso da pobreza” (Instituto da Segurança Social, 2013). Há casos em que crianças e jovens nunca conheceram outro tipo de rendimento dos seus progenitores ou cuidadores legais; a percentagem de inquiridos que usufruem da medida há entre 11 a 15 anos é bastante significativa, de 16.7%. Tal vai de encontro ao referido por Capucha (1998) de que muitas destas famílias acabam por reproduzir e interiorizar, de

geração para geração, não só as mesmas condições de vida, mas também a situação de desemprego e medidas de assistência social como uma condição sua.

Tabela 30. Vezes que teve de recorrer novamente a apoios sociais após abandonar

| Opções | % |
|-------------------|-------|
| Nenhuma vez | 42.7% |
| Entre 1 a 4 vezes | 52.4% |
| Entre 5 a 9 vezes | 2.4% |
| 10 ou mais vezes | 2.4% |

Fonte: Inquérito por questionário

Além dos dados referidos anteriormente, conforme podemos constatar na tabela 30, mais de metade dos participantes desempregados já tiveram necessidade de recorrer novamente a apoio social após abandono dos mesmos (variando entre 1 ou mais de 10 vezes – 57.3%). Estas situações muitas vezes justificadas por casos de doença, condições de trabalho precárias, como os Contratos de Emprego Inserção⁺ (CEI⁺), ou pelo próprio sistema de capitalismo moderno, que trouxe consigo novas formas de estar face ao emprego e às funções atribuídas. Se um indivíduo se encontra por um longo período afastado do meio laboral, ao regressar passará por diversas provações. E quer seja pela inexperiência laboral, discriminação pela idade, pelo sistema de especialização praticado, os despedimentos e medidas de contenção de empresas sucessivos ou medidas como os *downzings* sucessivos ou as medidas de reengenharia, tal cria desconforto mesmo nos trabalhadores mais experientes (Sennett, 2001), levando ao despedimento, muitas vezes, por iniciativa própria.

8.5. Pensões de reforma/invalidez e apoios sociais

Como forma de perceber se os rendimentos de que os beneficiários de diferentes apoios sociais usufruem são ou não suficientes para as despesas que possuem, foram colocadas algumas questões tanto nos inquéritos por questionário como nas entrevistas semi-diretivas com esse intuito.

Pela análise da tabela que se segue, percebemos que a esmagadora maioria dos participantes reformados auferem de uma pensão entre os 301 e os 700€ (83.3%), estando equitativamente divididos entre estes dois escalões (41% e 42.3% respetivamente). Importa, porém referir que aproximadamente metade auferem um valor inferior ao Salário Mínimo Nacional (530,00€ aquando da realização dos inquéritos).

Tabela 31. Valor da Pensão

| Valor | % |
|---------------|------|
| < 100€ | 2.4 |
| 100€ – 300€ | 0.7 |
| 301€ – 485€ | 41.0 |
| 486€ - 700€ | 42.3 |
| 701€ - 1000€ | 12.0 |
| > 1000€ | 1.4 |
| Não aplicável | 0.2 |

Fonte: Inquérito por questionário

Dos 53 participantes nas entrevistas, 46 responderam sobre se o valor da pensão ou da prestação de RSI ou outra fonte de rendimento chega para as despesas mensais, tendo 17 pessoas respondido que sim, que os rendimentos de que usufruem chegam para as despesas que possuem. De acordo com os entrevistados,

“não sei ao certo quanto recebo, vem para o lar e é com esse dinheiro que pago” (Susana, 88 anos);

“recebo mais ou menos 400€ por mês de reforma e de viuvez. O dinheiro chega para as minhas despesas” (Carla, 88 anos).

Em sentido contrário 13 pessoas entrevistadas afirmaram que o seu rendimento não é suficiente para todas as despesas, mesmo no caso de pessoas integradas em ERPI:

“... como agora, o dinheiro não me vai chegar, estou sujeita a ir-me embora, o dinheiro vai-se embora, e eles (filhos) não têm possibilidades de me ajudar. A segurança social devia ajudar mais” (Joana, 74 anos);

“Pago o lar com a minha reforma e com o dinheiro que tinha amealhado” (João, 78 anos).

Assim como entrevistados que usufruem da prestação de RSI: “O dinheiro que recebo de RSI não é suficiente para tudo, passo mal” (Dores). Estes relatos estão em consonância com o referido no estudo: “Novos Pobres e o Impacto Económico, Social e Simbólico do RSI” (Fernandes, Flambó, Matos, *et al*, 2012), onde a maioria dos beneficiários participantes referiu que o valor da prestação de RSI era manifestamente insuficiente para assegurar a satisfação de necessidades básicas, nomeadamente ao nível da alimentação, saúde e habitação, obrigando à privação de algumas necessidades e a uma gestão extremamente rigorosa do rendimento disponível. Mais uma vez ficou patente o sentimento de conformismo por parte de algumas das pessoas entrevistadas, com 11 respostas a referir que o dinheiro de que usufruem “tem de chegar” (Marlene, 51 anos), nem que para isso sejam feitos alguns sacrifícios: “A pensão chega, quando não chega não se gasta, come-se mais mal” (Cláudia, 82 anos).

Nesta questão houve 3 pessoas que estão integradas em ERPI, cujas respostas poderão subentender que os rendimentos de que usufruem são suficientes para as despesas do quotidiano, contudo sem afirmar claramente:

“tenho um rendimento mensal médio de 500€, de velhice, complemento por dependência e aluguer dos terrenos para as antenas eólicas” (João, 78 anos);
“recebo mais ou menos 700€, juntamente com a de viuvez.” (Elisa, 81 anos).

Há duas pessoas que referem desconhecer se chega para as despesas.

A situação tende a ser amenizada nos casos em que o inquirido tenha consigo a residir cônjuge que possua pensão, como é o caso de 33 dos inquiridos que responderam, tendo 17 dos inquiridos respondido que a pensão do cônjuge é similar à sua. Conforme se pode verificar, mais de metade dos cônjuges ou companheiros dos inquiridos usufrui de uma pensão abaixo dos 485€/mês (66.7%).

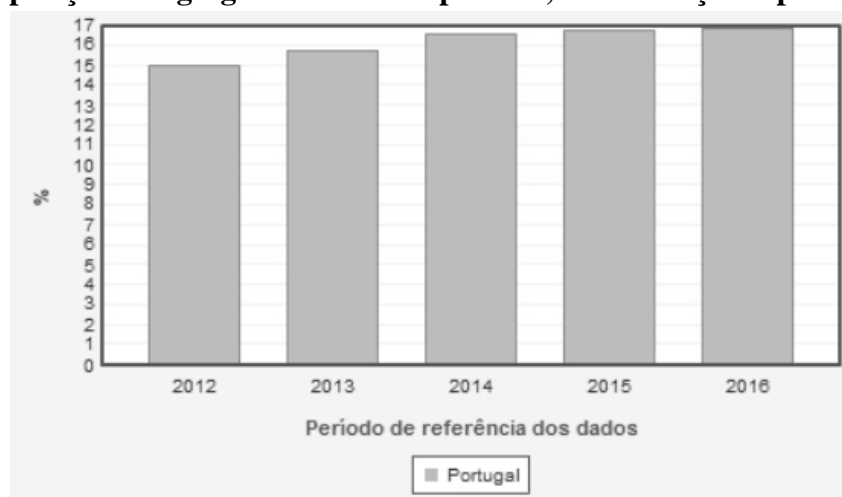
Tabela 32. Valor da Pensão do Cônjuge

| Valor | % |
|---------------|------|
| < 100€ | 3.0 |
| 100€ – 300€ | 15.2 |
| 301€ – 485€ | 51.5 |
| 486€ - 700€ | 24.2 |
| 701€ - 1000€ | 3.0 |
| > 1000€ | 3.0 |
| Não aplicável | 0.3 |

Fonte: Inquérito por questionário

Tal vai de encontro ao apresentado no Gráfico 4 - Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %) por Composição do agregado doméstico privado, sem crianças dependentes., isto é, mesmo após as transferências sociais realizadas, quer sejam pensões ou prestações pecuniárias, em Portugal, a taxa de risco de pobreza tem vindo a subir nos anos em análise, conforme se pode verificar.

Gráfico 4 - Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %) por Composição do agregado doméstico privado, sem crianças dependentes.



Fonte: INE²²

Como forma de aferir situações de fragilidade entre os pensionistas, considerou-se pertinente saber se este grupo de respondentes já recorreu a algum tipo de social,

²² Fonte: INE:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005382&contexto=bd&selTab=tab2

tendo 81.9% dos inquiridos respondido que sim, e 18.1% respondido negativamente. Portanto, para aqueles que se encontram incapacitados para trabalhar e auferir os próprios rendimentos, seja pela idade seja por uma incapacidade superior a 60%, é essencial o apoio prestado pelo Estado através do valor pecuniário da pensão, embora em diversos casos, insuficiente.

Tabela 33. Pensionistas que recorreram a apoios sociais

| Já recorreu a algum tipo de apoio social | % |
|--|------|
| Sim | 81.9 |
| Não | 18.1 |

Fonte: Inquérito por questionário

Foi questionado nas entrevistas como se sentem por serem beneficiários de apoios sociais, se consideram que é um direito esse tipo de ajuda ou de apoio, ou se sentem que é um favor. Entre os entrevistados, 37 pessoas responderam a esta questão, tendo 28 dos participantes referido nunca ter sentido que os direitos lhes fossem negados, tanto enquanto pensionistas, como enquanto beneficiários de RSI: “nunca senti os meus direitos me serem negados” (Florinda); 6 responderam já terem sentido que sim: “senti que me foi negado apoio na alimentação, tivemos de reclamar” (Alice, 43 anos); duas pessoas referem sentir ser um direito seu como dos outros frequentarem a resposta social: “Acho que tenho direito como os outros a frequentar o centro de dia, até porque pago” (Daniela, 79 anos), e uma das pessoas refere apenas que nunca se pedia ajuda monetária fazendo alusão aos tempos antigos: “As pessoas ajudavam-se umas às outras” (Maria, 78 anos).

Nos dias de hoje tem-se a consciência de que a persistência da pobreza também está ligada aos limites que o próprio sistema de proteção social apresenta. E, desta forma, somos alertados para que olhemos a pobreza como um fenómeno complexo, como um processo desencadeado por diversos fatores e não apenas como uma situação ou um estado num determinado momento (Castel, 1990).

Conforme se pode verificar na tabela que se segue, a maior parte dos inquiridos que referem já ter utilizado, ou utilizar, alguma Resposta Social como forma de apoio ao seu quotidiano, têm as despesas com a utilização desses recursos asseguradas, maioritariamente, pelo próprio e por comparticipação do Estado (44.9%), sendo que

uma parte significativa assegura essa despesa apenas com recursos próprios, seja por pensão ou poupança pessoal (41.5%).

Com menor representatividade temos a situação de alguns dos inquiridos que contam com o apoio da família (6%), e situações de usuários deste tipo de resposta através das chamadas vagas sociais, que são acordos que algumas instituições possuem com o Instituto da Segurança Social, em que as vagas são ocupadas por pessoas em situação de insuficiência ou ausência de rendimentos, e a mensalidade é assegurada na totalidade pelo Estado (3.7%).

Tabela 34. Meio de Suporte dos Gastos com os serviços utilizados

| Meio de Suporte dos Gastos com Serviços de Integração em Lares de Idosos/ Lar residencial/ CAO/ SAD/ UCC | % |
|---|----------|
| Mensalidade suportada pelo próprio (pensão/reforma/poupança) | 41.5 |
| Mensalidade suportada pelo próprio e por participação do Estado | 44.9 |
| Mensalidade suportada na totalidade pelo Estado | 3.7 |
| Mensalidade suportada pelo próprio e por familiares | 6.0 |
| Mensalidade suportada apenas por familiares | 2.7 |
| Outro | 1.3 |

Fonte: Inquérito por questionário

Relativamente aos resultados aqui apresentados, importa salientar a importância que tem para os usuários dos diferentes serviços, a participação do Estado, seja na sua totalidade ou em parte da mensalidade total. A integração em ERPI, por exemplo, assegurada na totalidade pela pessoa idosa ou família, é, na maioria dos casos, demasiado onerosa e, por isso, em muitos casos, impossível.

A título de exemplo, para uma pessoa idosa ou portadora de deficiência que usufrua de uma pensão/reforma que varie entre os 301€ e os 485€ é incomportável o pagamento de uma mensalidade possa atingir cerca de 900€ mensais, a que acrescem outras despesas pagas à parte, como sejam as despesas com medicação, aquisição de fraldas e deslocações para consultas. Não esqueçamos que parte das pessoas idosas foram trabalhadoras do sector agrícola, tendo realizado poucos anos de descontos para a segurança social, e auferindo baixos rendimentos ao longo de todo o percurso de trabalho, pelo que as pensões são baixas, reflexo da sua carreira contributiva.

Entre os participantes, 69% (285) são reformados e desses só 3 (0.7%) ou não respondeu ou não recorreu a apoios sociais. Conforme enunciamos na tabela que se segue, o recurso a instituições como Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, Famílias de Acolhimento, Lares Residenciais, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), Serviços de Apoio ao Domicílio (SAD) e Centros de Dia, são as opções com maior percentagem (21.8%), seguida do recurso, apenas, aos serviços de SAD (21.1%). É possível verificar que parte dos sujeitos antes de usufruírem de pensão de invalidez ou velhice ainda usufruiu de RMG/RSI, assim como antes de integrar uma resposta social definitiva, como a integração em ERPI ou Lar Residencial.

Tabela 35. Os tipos de apoios sociais a que recorreram

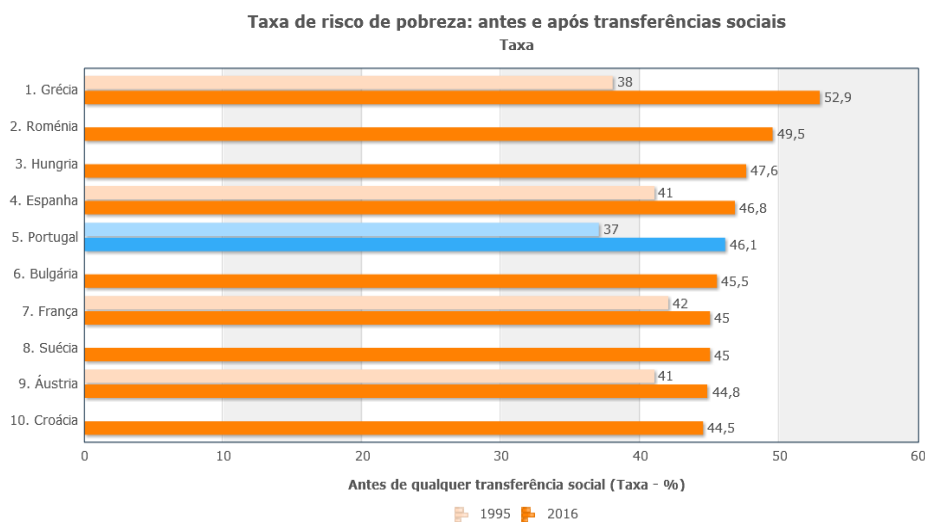
| Tipo de apoios a que recorreram | % |
|---|------|
| AS/ERPI/Loja Social/RSI/Banco Alimentar/SAD | 6.4 |
| IPSS/CVP/F.A/Lar Residencial/ERPI/SAD/Centros de Dia | 21.8 |
| RMG/RSI/PCAAC/Banco Alimentar/Apoio económico CPCJ/Cantina Social/CVP | 8.3 |
| RSI | 3.4 |
| Pensão de Invalidez/Pensão de Social | 1.4 |
| RSI/IPSS/ERPI/Lar Residencial | 2.6 |
| SAD | 21.1 |
| SAD/ERPI/RSI | 4.2 |
| UCC | 0.5 |
| Não recorreu/respondeu | 0.7 |

Fonte: Inquérito por questionário

Portanto, como alguns autores defendem, verifica-se a persistência da pobreza em Portugal, o que significa que uma grande parte da população é pobre, sendo mais incidente nas mulheres, na população idosa, nas crianças e jovens, nos menos escolarizados, famílias monoparentais, desempregados e naqueles que se encontram com contrato de trabalho a termo certo e a tempo parcial (Carmo, Cantante e Baptista, 2010, *in* Pinto, 2016). Acontece em categorias sociais heterogéneas, mediante o tipo de vinculação com os níveis de desenvolvimento de cada sociedade, o que nesta investigação não foi exceção. Sendo os apoios sociais uma forma de combate à situação

de pobreza e exclusão social, a percentagem das pessoas que se encontrem nesta situação a nível nacional é muito significativa antes e após as transferências sociais. Não obstante, há mudanças significativas com as transferências sociais. Em Portugal, a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais era de 37% no ano de 1995, aumentando quase em 10 pontos percentuais até ao ano de 2016, com 46,1%.

Gráfico 5 - Taxa de risco de pobreza: antes transferências sociais (%)

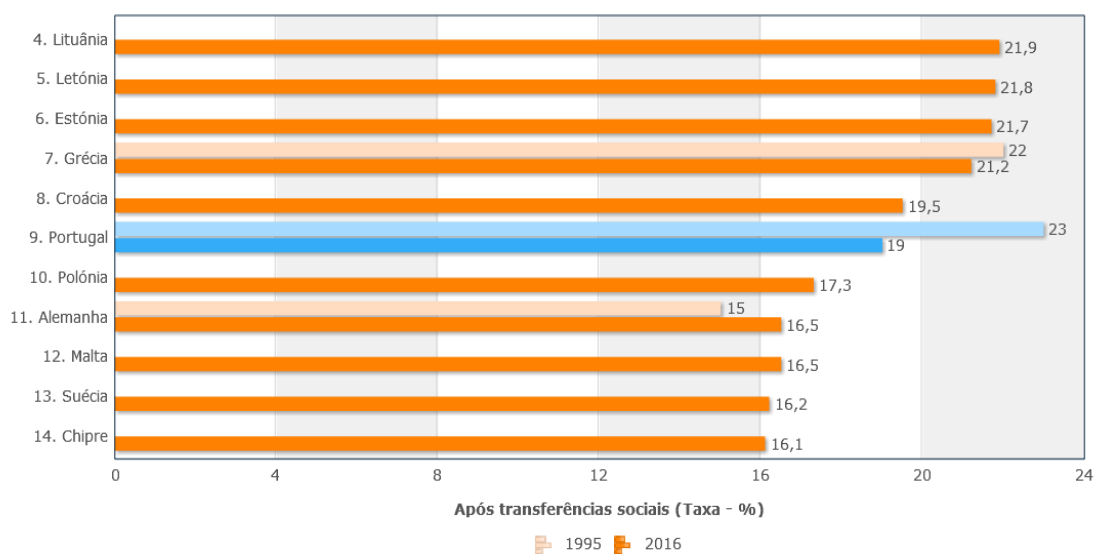


Fontes/Entidades:²³ Eurostat|Entidades Nacionais, PORDATA

Contudo, após as transferências sociais, a taxa de risco de pobreza em Portugal tende a diminuir consideravelmente, sendo de 23% no ano de 1995 e de 19% no ano de 2016, conforme se verifica no Gráfico 6 - Taxa de risco de pobreza: após transferências sociais (%). Mesmo assim, Portugal, em ambas as situações, ocupa um dos primeiros lugares no que se refere à taxa de risco de pobreza, comparativamente aos restantes países da União Europeia (média de 17,2%).

²³ **Fontes/Entidades:** Eurostat|Entidades Nacionais, PORDATA
<https://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+risco+de+pobreza+antes+e+ap%C3%B3s+transfer%C3%Aancias+sociais-1940-208259>

Gráfico 6 - Taxa de risco de pobreza: após transferências sociais (%)



Fontes/Entidades:²⁴ Eurostat|Entidades Nacionais, PORDATA

Neste seguimento, e ainda relativamente aos apoios de que usufruem, das 53 pessoas entrevistadas 40 responderam a esta questão, tendo 32 das pessoas participantes referido que por vezes se vêm obrigadas a recorrer a outro tipo de ajuda, ou já se encontraram nessa situação em algum momento das suas vidas no passado. É de realçar que, maioritariamente, 16 das pessoas recorrem a pessoas amigas ou familiares para fazer face a algumas dificuldades com que se encontrem: “Quando é apertado peço ajuda a uma das minhas irmãs” Conceição, 75 anos) ou: “Os meus filhos cobrem as restantes despesas” (Carlota, 78 anos). Os restantes acabam por demonstrar que confiam nas instituições de onde recebem ou receberam apoio para ajudar nas dificuldades que possam: “peço à Fundação” (Francisca, 52 anos). Apenas 7 das pessoas entrevistadas referem nunca ter recorrido a outro tipo de apoio além daquele que usufruía à data, seja ERPI, SAD ou RSI:

“Estou no lar há 2 anos. Antes de vir para aqui nunca tinha recebido nenhum apoio” (Joana, 74 anos);
“quando não chega, não compro as coisas que preciso, quando não tenho dinheiro” (Cármen).

E, por fim, uma das pessoas entrevistadas refere que para fazer face às despesas todas que possui, faz “dias de trabalho à jorna” (Estefânia, 20 anos).

Esta foi das questões que mais dúvidas suscitou aos sujeitos inquiridos e entrevistados integrados em respostas sociais, uma vez que para alguns a integração em

²⁴ **Fontes/Entidades:** Eurostat|Entidades Nacionais, PORDATA
<https://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+risco+de+pobreza+antes+e+ap+c3%b3s+transfer+c3%aancias+sociais-1940-208261>

qualquer resposta social não significa o recurso a apoios sociais, por desconhecerem que, na maioria dos casos, o Estado comparticipa com um determinado valor os custos da instituição onde se encontra ou encontrou.

Questionados se concordam com as medidas tomadas por parte das equipas técnicas que os acompanham e se costumam participar em atividades e ações promovidas pelas mesmas, das 53 entrevistas, houve 37 respostas a esta questão, tendo 30 das pessoas respondido que participam ativamente nas ações promovidas, que têm boas relações com as equipas técnicas e que se sentem bem acompanhados, considerando as ações uma mais-valia ao seu bem-estar:

“Sim, às vezes há ações promovidas pela equipa, quando sou contactada participo, são muito importantes” (Dores);

“Gosto de falar com os técnicos, empregadas e outros utentes. Gosto de participar em todas as atividades, acho que é positivo essas atividades para os idosos, não íamos vir para aqui para estarmos parados” (Carla, 88 anos).

Há duas pessoas que referem “são um bocadinho seca” (Marlene, 51 anos), havendo idosos que desejavam que fossem organizadas mais atividades e houvesse maior interação com os técnicos:

“Quando há atividades participo, devia ainda haver mais, é o que os idosos querem, é uma festinha. Não falo muito com os técnicos porque não são muito disponíveis para falar com os idosos. Falo com os outros idosos” (Carlota, 78 anos).

Ainda relativamente às ações promovidas pelas instituições e respetivas equipas, 5 dos participantes referem nunca ter participado em ações promovidas pela equipa, sendo contactados de outras formas e referindo boas relações com os técnicos; houve 3 pessoas idosas que demonstram revolta por estar integradas em ERPI, tendo essa integração sido efetuada sem o seu conhecimento ou consentimento:

“Antes de vir para aqui vivia com uma filha, mas foram elas que me trouxeram, não sabia de nada... Não queria vir, mas inscreveram-me sem eu saber.” (Cristina, 85 anos).

Houve uma pessoa que referiu que não é contactada com muita frequência, o que considera negativo:

“Não costumam contactar-me com muita frequência, gostava que fossem lá a casa mais vezes para verem as minhas necessidades” (Alice, 43 anos).

E outra das participantes demonstrou algum descontentamento por todo o trabalho que é realizado: “tem dias” (Cláudia, 82 anos).

Quanto ao atendimento e acompanhamento efetuado pelos diversos serviços e equipas de trabalho, houve 31 pessoas a responder a esta questão, tendo praticamente todas as respostas sido muito positivas, à exceção da Elsa que relatou:

“Na segurança social sou bem atendida, mas no Banco Local de Voluntariado não tenho a mesma opinião, se não tenho direito a receber alimentos e bens doados não sei quem terá” (Elsa).

Todas as outras referiram que se consideram bem atendidos nos serviços onde se dirigem ou já dirigiram: “Sinto-me bem atendido pelos serviços e pela segurança social” (António), assim como demonstram satisfação pelo atendimento por parte de quem os atende e acompanha: “Não tenho que dizer das funcionárias, dou-me bem com bem com toda a gente.” (Ana, 78 anos).

A grande parte dos inquiridos apontou entender que os apoios sociais são um tipo de ajuda de que se usufrui (80.4%), seguindo-se uma forma de sobrevivência (44.3%) e um direito humano (19.9%). Questionados nas entrevistas semi-diretivas se se sentem dependentes de quem os ajuda, sejam pessoas amigas ou instituições, e porque motivo os ajudam, das 40 pessoas que responderam a esta questão, 36 pessoas consideram que quem as ajuda o faz desinteressadamente, porque é um direito que lhes assiste e que os técnicos estão unicamente a fazer o seu trabalho: “Quem ajuda, penso que o fazem de boa vontade” (Daniela, 79 anos); duas pessoas fazem referência em concreto aos serviços ou à família, considerando que pode haver diferenças:

“A minha família ajuda-me desinteressadamente, querem o melhor, já os serviços não sei” (Laura, 47 anos);

“Eu penso que quem me ajuda, os serviços, não esperarão nada em troca, já a família não sei.” (António).

Ainda relativamente a esta questão e à forma como se sentem, 6 das pessoas consideram-se de alguma forma dependentes de quem as ajuda, mesmo que em alguns casos refiram que o devam fazer de boa vontade:

“Sinto-me um bocadinho dependente de quem ajuda, estão sempre a criticar as pessoas que pedem estas ajudas. Quem ajuda acho que não espera nada em troca.” (Emília).

Duas pessoas referem que mesmo que ajudem sem outros interesses, será por sentirem pena: “As pessoas ajudam por terem pena de mim” (Constança, 61 anos); e, por fim, uma pessoa considera que se ajudam esperam “alguma coisa em troca” (Sofia, 47 anos). Estes sentimentos expressos não deveriam assim ser sentidos, uma vez que a

situação de pobreza é uma privação de direitos de cidadania e não uma doença social (Fernandes, 1991).

No mesmo sentido, e de forma a tentar perceber se alguém da família alargada já recorreu a algum tipo de apoio social, questionou-se se mais alguém na sua família já tinha recorrido a algum tipo de apoio, tendo 67,6% dos inquiridos respondido negativamente comparativamente a 32,2% que responderam afirmativamente.

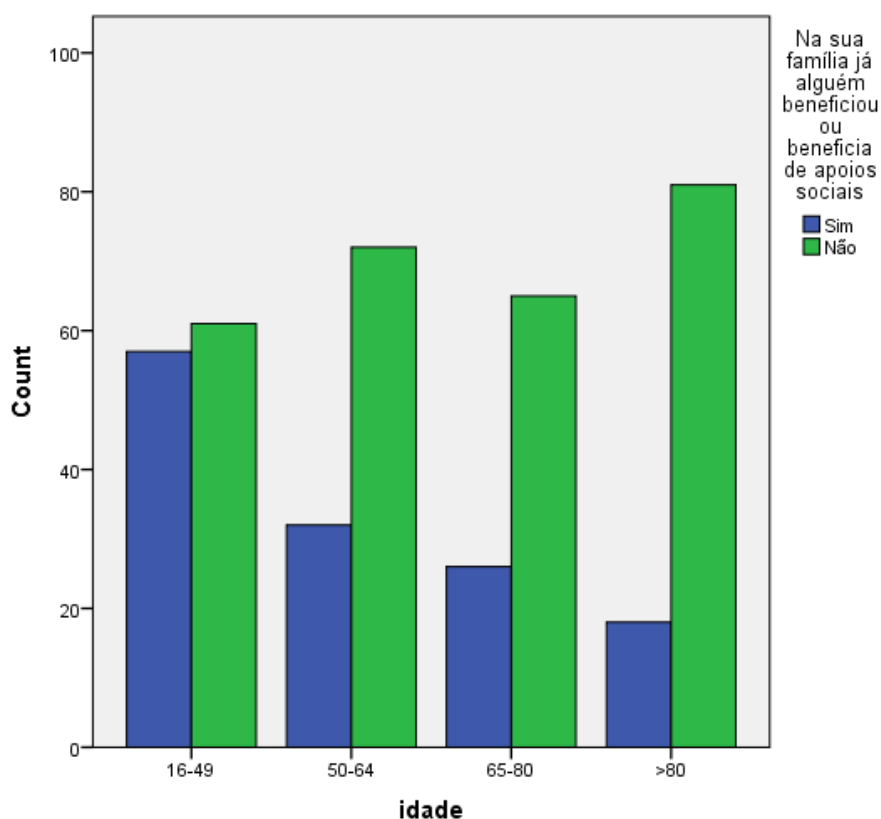
Tabela 36. Na sua família já alguém beneficiou ou beneficia de apoios sociais

| Na sua família já alguém beneficiou ou beneficia de apoios sociais | % |
|--|------|
| Sim | 32,2 |
| Não | 67,6 |
| Total | 99,8 |

Fonte: Inquérito por questionário

No que se refere aos participantes no inquérito por questionário, a maior parte dos respondentes já possuem mais de 65 anos de idade, respondendo maioritariamente que na sua família ninguém usufrui ou já usufruiu de algum tipo de apoio de âmbito social. Não obstante, é de referir que 57 dos inquiridos entre os 16 e os 49 anos de idade têm alguém na família que usufrui ou já usufruiu de algum tipo de apoio, assim como 32 entre os 50 e os 64 anos de idade, 26 entre os 65 e os 80 anos de idade e 18 com mais de 80 anos de idade – o que vai ao encontro do que refere Fernandes (1991), ao lembrar que a situação de pobreza pode ser adquirida, mas também pode ser herdada.

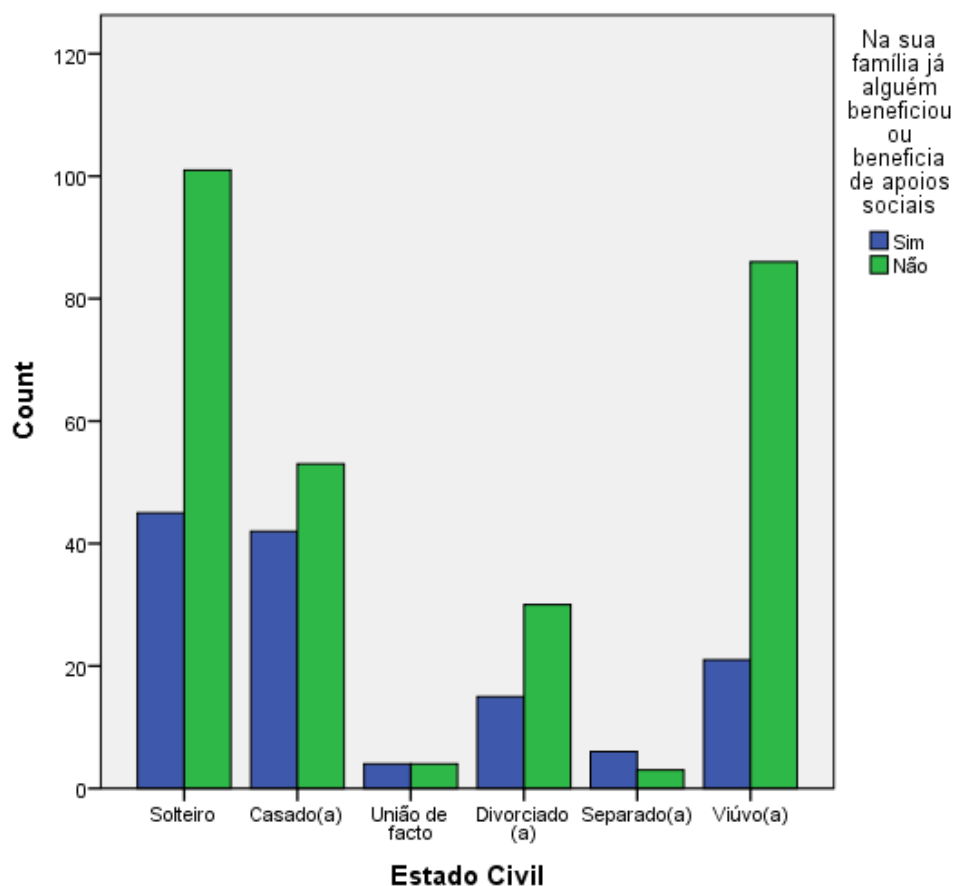
Gráfico 7 – O recurso a apoios sociais de elementos da família alargada por nível etário



Fonte: Inquérito por questionário

No que se refere aos inquiridos por estado civil, a maior parte respondeu que na sua família ninguém beneficia ou beneficiou de apoios sociais, sendo mais marcante nas pessoas que se encontram solteiras ou viúvas, com 101 e 86, respetivamente, a escolher essa opção. Apenas quem se encontra separado(a) refere em maioria que os familiares também já recorreram a algum tipo de apoio social.

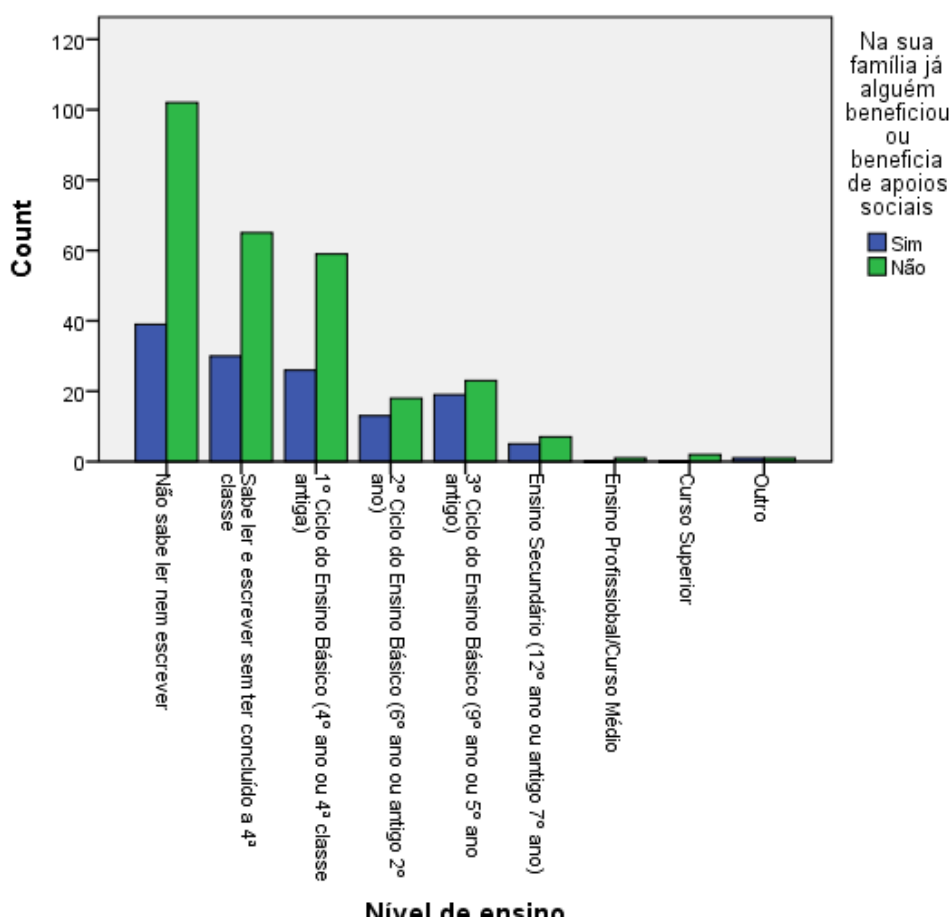
Gráfico 8 – O recurso a apoios sociais de elementos da família alargada comparativamente ao Estado Civil



Fonte: Inquérito por questionário

Comparando a mesma questão com os níveis de ensino dos inquiridos, em todos os níveis a maioria respondeu negativamente, destacando-se os inquiridos que não sabem ler nem escrever, o que também corresponde à faixa etária das pessoas inquiridas mais velhas conforme apresentado anteriormente.

Gráfico 9 – O recurso a apoios sociais de elementos da família alargada por nível de ensino



Fonte: Inquérito por questionário

Os apoios de que os beneficiários usufruem são maioritariamente em dinheiro, tanto para pensionistas como beneficiários de outros apoios sociais. No entanto, há também apoios que são doados em géneros, como bens alimentares, roupas e equipamentos domésticos. Assim, nas entrevistas semi-diretivas foi questionado aos entrevistados qual consideram ser a melhor forma de atribuição dos apoios, tendo respondido 31 pessoas a esta questão, das quais 22 demonstram preferência pela atribuição monetária para que possam “gerir conforme for necessário” (Nuno, 50 anos) e 5 preferiam que fosse em géneros ou lhes pagassem as contas diretamente: “Preferia que me pagassem as contas todas diretamente” (Gabriela, 60 anos). Houve ainda duas pessoas que consideram preferível receber o apoio em dinheiro, contudo não colocariam objeções se lhes fosse atribuído o apoio de outra forma; duas pessoas referem apenas

preferirem que o apoio seja concedido pelo Estado; e uma respondeu que seria: “igual” (Marco, 62 anos).

Como forma de refletir sobre a forma como as pessoas se sentem ao solicitar ajuda ou algum tipo de apoio aos serviços ou a terceiros, questionou-se como se sentem ao pedir essa ajuda e como sentem a sua relação com os diversos técnicos com que têm lidado. Das 53 entrevistas realizadas, responderam 41 a esta questão, tendo 19 referido sentimentos de tristeza, frustração e auto-culpabilização:

“Quando peço ajuda sinto-me triste porque é sinal que não tenho conseguido trabalho” (Mariana, 57 anos);

“Quando preciso de pedir ajuda sinto que falhei, que não consegui cumprir a minha parte” (Graça).

Houve 9 pessoas que referiram sentirem-se bem: “se as pessoas pedem ajuda é porque precisam, sinto-me bem” (Nuno, 50 anos); 9 das respostas foram no sentido de sentirem que é um “direito” (Joaquina, 34 anos) sobre o qual o Estado por vezes intervirá de forma negativa para os beneficiários (Marco, 62 anos), havendo mais duas respostas que referem sentir igualmente ser um direito seu, no entanto, “sentem-se mal” (Natália, 33 anos) ou inferiores ao recorrerem a esse direito; uma das pessoas referiu que ao pedir ajuda sentiu “receio de não ser atendida” (Elsa); e uma senhora entrevistada a usufruir do serviço de cantina social que refere nunca ter pedido nada, pelo que nunca ninguém lhe terá negado nada (Cláudia, 82 anos).

Em continuidade com o parágrafo anterior, houve 5 pessoas que não consideraram estar a usufruir de um apoio social mesmo estando integradas em ERPI, uma resposta social para idosos, tendo uma das pessoas afirmado: “nunca pedi ajuda” (Carlota, 78 anos), e as outras 4 se referido à forma como são apoiadas pelas colaboradoras, considerando que têm boas relações com toda a gente e que são apoiadas no quotidiano da melhor forma. Relativamente às equipas técnicas, 9 das pessoas consideraram ser bem atendidas, assim como os seus pedidos terão sido bem atendidos.

Face aos sentimentos expressos e à situação em que se encontram os diferentes entrevistados, foram questionados se mudariam alguma coisa nas suas vidas e, se sim, o que mudariam. Das 53 entrevistas realizadas responderam 44 pessoas, sendo que 27 dos participantes referiu que mudaria alguma coisa na sua vida ou até tudo, por desejar melhores condições, desde terem o desejo de possuir uma habitação “própria” (Daniela 79 anos), conforme já referido em outros momentos, “ter emprego” (Marlene, 51 anos), “ter saúde” (Fernanda, 57 anos), estarem arrependidos por algumas escolhas ou

desejarem estar mais perto dos filhos – o certo é que desejavam uma vida diferente. Houve 11 participantes que revelaram estar satisfeitos ou conformados com a vida que possuem:

“Não mudava nada na minha vida” (Joaquim);
“Não mudaria nada, agora não há nada a mudar. Agora os velhinhos o que querem é alguma coisa quentinha e quem olhe por nós” (Cláudia, 82 anos).

Houve ainda 6 pessoas que demonstram estar bem e conformados com a vida que têm, como estar integrados em ERPI, no entanto, preferiam “estar em casa” (Ana, 78 anos) ou gostariam de ter feito outras escolhas.

No que se refere à forma como vêem os apoios sociais disponíveis, a grande maioria considera que são um tipo de ajuda (80.7%), outros uma forma de sobrevivência (44.3%) e outros um direito humano (19.9%). A opção de que são um aproveitamento dos recursos do Estado foi apontada apenas por 8% dos inquiridos que responderam a esta questão, ao passo que 2.9% consideraram que são um direito adquirido por lutas coletivas e 5.1% apontaram que são um meio insuficiente para as necessidades do dia-a-dia.

Tabela 37. De que forma vê os apoios sociais disponíveis

| De que forma vê os apoios sociais disponíveis | % |
|--|------|
| Um tipo de ajuda | 80.4 |
| Uma forma de sobrevivência | 44.3 |
| Um aproveitamento dos recursos do Estado | 8.0 |
| Um direito adquirido por lutas coletivas | 2.9 |
| Um direito humano | 19.9 |
| Um meio insuficiente para as necessidades do dia-a-dia | 5.1 |

Fonte: Inquérito por questionário

Relativamente à forma como consideram que a comunidade vê os apoios que são concedidos, a grande maioria dos que responderam ao inquérito por questionário considerou que serão vistos como uma ajuda (70.9%) e uma forma de sobrevivência (27.1%). No entanto, nesta questão a opção de que são um aproveitamento dos recursos do Estado foi mais destacada, com 20.1% dos inquiridos a indicá-la, revelando, desta forma, sentirem que a comunidade não compreenderá o recurso aos apoios sociais por parte daqueles que usufruem das diferentes medidas e apoios. Esta opinião poderá advir, conforme apresentado no estudo “Rendimento Social de Inserção, tolerância zero: o

embrutecimento do estado” da ideia lançada a partir dos meios de comunicação social, na medida em que surgem notícias com termos que rotulam e marginalizam os beneficiários de apoios sociais, ao associar situações como a prostituição ou a marginalidade aos beneficiários de RSI (Ferreira, 2015). Nesse estudo, foi ainda verificada a distorção sensacionalista destes beneficiários com o recurso à generalização e ao uso sistemático de termos desprestigiantes como “malandros”, “preguiçosos” e “inúteis”. Além disso, a própria forma como é transmitida uma notícia, por exemplo, ao associar uma mudança legal à ideia de que todos os beneficiários de RSI são fraudulentos, levará certamente à ideia do senso comum de que são “todos” iguais (Ferreira, 2015), o que não é verdade.

Tabela 38. De que forma a comunidade vê os apoios

| De que forma vê os apoios sociais disponíveis | % |
|---|------|
| Um tipo de ajuda | 70.9 |
| Uma forma de sobrevivência | 27.1 |
| Um aproveitamento dos recursos do Estado | 20.1 |
| Um direito adquirido por lutas coletivas | 1.5 |
| Um direito humano | 14.8 |
| Um incentivo à preguiça | 24.2 |

Fonte: Inquérito por questionário

Aqui gostaríamos de fazer alusão a uma questão apresentada nas entrevistas aos beneficiários de apoios sociais de diferentes respostas sociais: de que forma viam a desigual distribuição da riqueza. Responderam 47 das pessoas entrevistadas e 23 consideram que não é justa a forma como se encontra distribuída a riqueza: “acho que não é justa porque há quem trabalhe pouco e tenha muito” (Estefância, 20 anos), indo de encontro àquilo que referem Guedes e Pereira de que “alguém se apropriou do valor produzido por outros” (2012: 28), referindo um dos entrevistados: “acho que está mal, gostava que a riqueza fosse melhor dividida” (Marco, 62 anos). Não obstante, alguns dos entrevistados apesar de não considerarem uma distribuição justa demonstram compreensão:

“vejo mal, uns têm tudo outros não têm nada, mas para se ter alguma coisa tem de se trabalhar” (António);
“o dinheiro devia ser melhor distribuído, não de forma totalmente igualitária, mas devia ser mais bem distribuído” (Gabriela, 60 anos).

Há 12 pessoas que encaram esta diferença como justa e natural:

“acho que está bem-feita, há quem trabalhe mais e quem trabalhe menos”
(Teresa, 61 anos),

considerando que está relacionado com o trabalho desenvolvido por cada um ao longo dos anos e outro testemunho:

“quem ganha muito é porque fez por isso, a desigualdade existe, há pessoas é que não têm oportunidades” (Graça).

Remetendo para a falta de oportunidades que cada indivíduo possui conforme já abordamos neste trabalho (Firmino da Costa, 2012, Costa, 2012, Silva, 2009).

Ainda sobre este tópico, 9 dos participantes demonstram aceitação pela desigualdade existente, trazendo um provérbio popular:

“Quem tem dinheiro luta, quem não tem escuta” (Conceição, 75 anos);
“acho que também é uma questão de estudos, de sorte, que a vida vai seguindo, acho que têm de ter mais dinheiro do que por exemplo eu, que não faço nada” (Engrácia, 64 anos).

Já 3 pessoas entrevistadas referem não ter opinião sobre este tema: “não acho nada” (Susana, 88 anos).

Questionados se gostariam de ter alguma coisa diferente na sua vida daquilo que tiveram tanto para si como para a sua família, responderam à questão 45 pessoas, tendo 25 respondido afirmativamente, sendo os desejos muito diferenciados, desde aspetos mais pessoais “como ter filhos” (João, 78 anos), a aspetos mais materiais, como possuir casa própria: “gostava de ter casa própria para não pagar renda” (Isabel). O facto de não possuírem casa própria foi ao longo de todas entrevistas referido como causa para as despesas pesadas de arrendamento e como um problema devido a más condições de habitabilidade e/ou outros problemas. Ainda sobre a questão que se coloca neste parágrafo, houve 19 pessoas a referir que não há nada que ambicionassem de forma diferente, demonstrando mais uma vez que se conformaram com a vida que têm: “nunca ambicionei nada de diferente na vida” (Cármen) apesar de subsistir da prestação de RSI e “sinto-me bem com a vida que tenho” (Marta).

Consideramos pertinente acrescentar neste seguimento, que dos 53 participantes nesta entrevista, 28 referiram que possuir habitação própria era o que mais desejavam, referindo a Sra. Carla (88 anos de idade) que atualmente reside com a filha e o genro devido à idade e aos seus problemas de saúde e que a sua habitação precisa de obras; 15 pessoas residem em habitação arrendada sobre a qual 14 pessoas necessitam de pagar renda e uma refere que como forma de pagamento de renda trabalham os terrenos

adjacentes à mesma: “tenho de tratar dos terrenos que pertencem à casa” (Estefância, 20 anos). Na sua maioria, apesar de serem habitações arrendadas, referem que as mesmas possuem boas condições, ou pelo menos razoáveis, de habitabilidade: “casa arrendada, pago 150€/mês, mas as condições são razoáveis” (Elsa) e uma das pessoas refere que

“tem poucas condições, a casa-de-banho está com muitos problemas, tem torneiras estragadas e a senhoria não manda arranjar, uma da cozinha pinga muito” (Alice, 43 anos).

Nove dos participantes reside em habitação cedida, pelos pais ou por familiares para o seu agregado familiar, ou ainda, o caso em que ainda não foram feitas as partilhas entre todos os irmãos. Por fim, uma das pessoas entrevistadas refere:

“a habitação era a do casamento, mas está no nome do meu sogro, a situação está em tribunal. A casa é muito boa, é uma vivenda” (Laura, 47 anos).

8.6. Cidadania e participação social

Por diversos motivos, seja por baixos níveis de escolarização (Benavente e Rosa, 1996), seja pela situação de desemprego conforme já referido ao longo deste trabalho, seja por problemas de saúde ou outros fatores, a capacidade de participação na vida social diminui significativamente na população marginalizada ou excluída. Assim, considerou-se pertinente a colocação de algumas questões de forma a perceber que percurso têm tido ao longo dos anos ao nível da participação social, associativa, religiosa e política.

Nesse seguimento, na entrevista semi-diretiva questionou-se se as pessoas entrevistadas têm boas relações com os vizinhos e se se ajudam mutuamente quando necessário, das 53 pessoas entrevistas responderam à questão 43 das quais 41 afirmou possuir boas relações. Destas houve quem acrescentasse observações como uma das pessoas que referiu que apesar das boas relações “só querem mal uns aos outros” (Elsa), outra pessoa referiu dar-se bem com paticamente todos, à exceção de um, e outra das pessoas referiu que apesar das boas relações evita que haja muito convívio com todos. Uma das pessoas entrevistadas refere apenas que praticamente não se encontra com os vizinhos e um dos entrevistados refere mesmo:

“Não tenho boas relações com os vizinhos, dantes era um senhor hoje não sou nada, sinto-me discriminado por toda a gente” (António).

Dos entrevistados, 26 referem que se ajudam mutuamente se necessário: “Sim, quando é preciso” (Maya, 42 anos); 4 referiram que apesar das boas relações, não é

costume ajudarem-se mutuamente e os restantes não responderam a esta questão. Sobretudo nos meios rurais, os amigos e vizinhos acabam por ser um apoio fundamental a quem mais necessite. As pessoas conhecem-se e torna-se mais simples a partilha com terceiros, não apenas no combate ao isolamento social, sobretudo dos mais velhos, mas através das relações de entreajuda que estabelecem, sendo comum ouvir que recebem apoio de amigos, vizinhos e familiares como por exemplo, na oferta de géneros alimentares.

Além das relações de vizinhança, também se tentou perceber se já pertenceram a alguma associação local, centro social ou paroquial ou outro tipo de associações. Das 42 pessoas que responderam a esta questão, 32 das pessoas referiram nunca ter participado em nenhuma associação ou outro tipo de atividades: “nunca fui sócio, nunca pertenci” (Abel, 60 anos) e 10 já integraram associações, sindicatos ou grupos. A título de exemplo, “fui bombeiro voluntário em Salto (...) porque gostava” (Nuno, 50 anos), “fui catequista” (Beatriz, 79 anos) e “pertenci ao grupo coral da igreja” (Conceição, 75; Constança, 61; Carlota, 78 anos).

Já no que se refere à participação cívica enquanto exercício do voto, as respostas foram mais afirmativas, considerando muitas das pessoas que responderam que o exercício do voto é acima de tudo um dever, com 44 dos 52 respondentes afirmar que estão recenseados e costumam votar: “costumo votar, sou recenseada, é um dever de todos” (Sílvia, 86 anos). Apesar de recenseados, 9 referem que não costumam votar, uma das pessoas porque é “testemunha de Jeová” (Marta), outros não justificam e há quem refira que “para mim neste momento não tem importância” (Beatriz, 79 anos). Uma das pessoas entrevistadas é alemã a residir em Portugal e não está recenseada.

Quanto ao partido político em que mais confiam, que consideram que melhor defenderá os interesses das pessoas em situação de desemprego, pobres e com dificuldades económicas, responderam à questão 44 dos participantes. Destes, 18 demonstram descrença relativamente aos partidos políticos com opiniões como:

“ao fim ao cabo, já não sei” (Joana, 74 anos), “não acredito em nenhum partido, são todos iguais, não vale a pena ir votar” (Teresa, 61 anos), “não acho que os governos ajudem muitos os pobres” (Cármen), entre outras opiniões.

Com uma preferência pelo partido socialista, pela esquerda, houve 15 das pessoas a considerar que é o partido

“que defende os interesses dos mais necessitados” (Sílvia, 86 anos);
“a esquerda é quem defende mais os pobres” (Isabel).

Dos respondentes, 8 consideram que são os partidos da direita, o PSD:

“acredito mais nos partidos da direita” (Ana, 78 anos);
“acho que o PSD é o partido mais junto, mais realista” (Gabriela, 60 anos).

Uma das pessoas considera que são “os comunistas” (Constança, 61 anos); outra “os independentes” (Armando, 32 anos) e por fim, a uma das pessoas entrevistadas não demonstra preferência referindo: “o que está agora, o PS, não tem feito nada por quem precise” (Daniela, 79 anos).

Relativamente à religião, daqueles que participaram nas entrevistas semi-diretivas, responderam 51 pessoas, tendo-se assumido 47 das pessoas como católicas, contudo 17 referiram ser católicos pouco ou nada praticantes. A título de exemplo: “Católica, praticante de vez em quando” (Isabel). Uma das pessoas entrevistadas assumiu-se como Testemunha de Jeová, praticante; um dos entrevistados como evangélico não praticante, e duas pessoas como ateus. Sobretudo a população idosa que participou nas entrevistas referiu que atualmente não vai à Eucaristia porque não podem ou que participam na eucaristia e atividades religiosas promovidas pela instituição onde se encontram integradas em ERPI, como através da televisão. Para esta população, a participação eucarística era uma forma de participação social, um fator preponderante para o bem-estar. O facto de estarem impedidos de participar pode potenciar mais isolamento, o que se reflete no estado de saúde física e mental dos indivíduos (Cabral *et al*, 2013).

Sendo o casamento uma união com grande representatividade no nosso país, muitas vezes por questões religiosas e culturais, tentou-se perceber qual a opinião que os entrevistados tinham sobre o casamento e a forma como ele é celebrado. Responderam a esta questão 45 pessoas, tendo 25 das respostas ido no sentido de que o casamento pode ser uma coisa boa para as duas pessoas, algo “bonito” (João, 78 anos) e uma forma de fazerem “companhia um ao outro e assim não estamos sozinhos” (Marlene, 51 anos). Seguidamente houve 11 dos respondentes a salientar que o casamento poderá ser uma união importante, “boa, dando-se bem” (Gabriela, 60 anos); 4 dos respondentes salientou que “o casamento para mim, não tem qualquer significado” (Graça); duas pessoas disseram não saber que responder; uma remeteu a sua opinião para a sua má experiência devido a graves problemas que teve com a ex-mulher; e por fim, uma resposta foi de que “O casamento é ter comida a horas” (Joaquim). De referir que sobretudo as pessoas mais velhas foram deixando como

opinião de que o casamento do seu tempo seria mais válido do que o tipo de relações dos dias atuais: “agora aqueles que se juntam, não acho bem” (Susana, 88 anos).

Para finalizar, e estando muitas vezes relacionada a forma como as pessoas encaram a morte com a religião que praticam, questionou-se como viam a morte e se crêem em alguma coisa posteriormente à morte. Das 53 pessoas entrevistadas responderam a esta questão 51, tendo 21 demonstrado encarar a morte com naturalidade, como uma “coisa que todos têm de passar” (Abel, 60 anos), aceitar aquilo “que o destino reserva a cada pessoa” (João, 78 anos); como “uma passagem” (Gabriela, 60 anos); 17 demonstraram receio pelo momento da morte, como uma “coisa assustadora” (Emília), “uma coisa triste” (Mariana, 57 anos) ou uma coisa “má” (Afonso, 38 anos) e de que receiam este momento; 9 pessoas responderam que não sabem, que não pensam sobre o assunto; e por fim, duas pessoas responderam que já pensaram sobre a morte, mas não emitiram a sua opinião ou sentimento.

Houve 10 das pessoas que referiram não ter opinião, referindo que não pensam sobre a morte, e uma das pessoas considera que será “uma coisa boa” (Rosa, 38 anos). No que se refere no momento após a morte responderam 38 pessoas, tendo 19 das pessoas respondido que haverá alguma coisa além da morte:

“Há alguma coisa além da morte caso contrário não tinha significado andarmos aqui a viver” (Beatriz, 79 anos);
“O inferno é aqui e acho que vamos para o paraíso” (Engrácia, 64 anos).

E 12 dos respondentes referem não esperar mais nada além da morte: “paga-se tudo cá” (Graça); e, por fim, 6 pessoas que responderam referiram não ter opinião formada: “Nunca pensei sobre isso” (Laura, 47 anos).

9. Análise dos dados empíricos – os técnicos de intervenção social

Com o objetivo de complementar a informação recolhida junto dos beneficiários e para aprofundar o conhecimento acerca da implementação de políticas sociais, foram entrevistadas 10 técnicas superiores a exercer funções em diferentes respostas sociais e tipos de apoios sociais em ambos os concelhos. É de referir que, em ambos os concelhos, há apenas duas pessoas do sexo masculino a exercer funções de direção técnica aquando a realização destas entrevistas.

9.1. Caracterização da amostra das entrevistas aos técnicos

Ao analisar Tabela 39. Descrição do perfil das técnicas entrevistadas, verifica-se que as idades das pessoas entrevistadas estão compreendidas entre os 30 anos de idade e os 43 anos, a formação que possuem é maioritariamente em serviço social, com 7 das pessoas entrevistadas com formação nessa área, duas apenas na área de sociologia e uma pessoa com formação em educação social. Os anos de experiência profissional são já vastos, sendo 8 anos o mínimo de experiência profissional. Tal foi muito importante para poder comparar a evolução das expectativas e público com quem têm trabalhado ao longo dos vários anos. E, à exceção de uma entrevistada que trabalha num organismo público, todas as participantes exercem funções em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) que possuem acordos, típicos ou atípicos, com a segurança social para as respostas sociais ou medidas de apoio nas quais estão integradas.

Ìmporta ressaltar que os nomes utilizados ao longo da discussão dos resultados são fictícios, assim como a ordem em que os dados das pessoas entrevistadas foi inserida na tabela, por idade, não corresponde à ordem das entrevistas realizadas, cuja transcrição original segue em anexo, como forma de preservar a confidencialidade dos testemunhos aqui apresentados.

Tabela 39. Descrição do perfil das técnicas entrevistadas

| Idade | Resposta Social/Serviço | Formação | Ano que iniciou atividade |
|--------------|---|--|----------------------------------|
| 30 | Assistente social com funções de direção técnica | Licenciatura em Serviço Social; pós-graduação em psicogeriatrics e formação contínua da área em que exerce funções. | 2010 |
| 32 | Técnica superior_Diretora Técnica SAD; técnica gestora de acomp. processual CPCJ; técnica gestora de acompanhamento processual Comissão Municipal de Pessoas Idosas | Mestrado em Sociologia - Políticas Sociais e formação contínua da área em que exerce funções. | 2009 |
| 32 | Técnica superior_Técnica de atendimento/acompanhamento social - AS | Licenciatura em Serviço Social; pós-graduação em cuidados continuados e paliativos e formação contínua da área em que exerce funções. | 2010 |
| 35 | Técnica superior_Presidente CPCJ | Licenciatura em Educação Social e formação contínua da área em que exerce funções. | 2006 |
| 37 | Técnica superior_Técnica de atendimento/acompanhamento social - AS | Licenciatura em Serviço Social; pós-graduação em gestão de organizações sociais; curso de mediação familiar e formação contínua da área em que exerce funções. | 2004 |
| 38 | Técnica superior_Técnica de atendimento/acompanhamento social - AS | Licenciatura em Serviço Social; Mestrado em Intervenção Comunitária e formação contínua da área em que exerce funções. | 2004 |
| 39 | Técnica superior_Técnica de atendimento/acompanhamento social - AS 50% Diretora Técnica IPSS 50% | Licenciatura em Serviço Social; pós-graduação em gerontologia social aplicada; pós-graduação em gestão das organizações sociais; pós-graduação em direção e | 2009 |

| | | | |
|-----------|--|--|------|
| | | sustentabilidade das organizações sociais e formação contínua da área em que exerce funções. | |
| 40 | Técnica Superior_Diretora de Serviços | Licenciatura em Educação - Especialização em Adultos e Intervenção Comunitária; licenciatura em Ciências Sociais - Minor em Serviço Social; pós-graduação em gestão das organizações sociais; em Intervenção Psicossocial com Crianças, jovens e famílias; Mestrado em Estudos da Criança e formação contínua da área em que exerce funções. | 2002 |
| 42 | Técnica Superior_Diretora Técnica | Licenciatura em Sociologia. | 2001 |
| | Técnica superior_Técnica atendimento/acompanhamento social | de Licenciatura em Comunicação e Relações Internacionais; Mestrado em Serviço Social e formação contínua da área em que exerce funções. | 2008 |

9.2. Técnicos, beneficiários e sociedade: expectativas vs. realidade

Para tentar perceber o que vai mudando ao longo dos anos na ação dos técnicos no terreno, questionou-se que expectativas tinham quando começaram e trabalhar e se essas tinham sofrido alterações ao longo dos anos. Das 10 pessoas que participaram na entrevista, 9 referiram que sim, que se alteraram, no sentido de que, após terem o contacto com a realidade, perceberam que é mais complexa e difícil de mudar do que julgavam: “hoje sou mais realista” (Ana) ou a técnica Alice: “tive que adaptar as expectativas das famílias aos recursos existentes”. As técnicas revelaram que com a prática profissional foi possível perceber que cada agregado familiar, cada pessoa acompanhada, é um ser único, com necessidades específicas e com recursos limitados. Quando falam dos recursos, referem-se às próprias famílias, mas não só, referem-se ainda aos recursos disponíveis da localidade onde exercem a atividade profissional.

Foi importante perceber que, apesar de referirem que as expectativas se alteraram, de que “o ânimo por vezes já não é o mesmo” (técnica Constança), o objetivo em ajudar as famílias se mantém. Reconhecem haver famílias muito resistentes à mudança, esperavam “encontrar famílias mais recetivas a mudar as suas vidas” (técnica Carla), assim como “políticas sociais mais estruturadas e mais estruturantes no apoio a essa mudança” (técnica Carla). Demonstram que há um contraste entre o que ouviam durante a formação, na universidade, e aquilo que encontram, tendo sido referido e reforçado que “as famílias são todas diferentes, seres humanos com vontade própria e especificidades complexas” (técnica Beatriz), percebendo que sozinhas “não podem mudar o mundo” (técnica Beatriz). Portanto, o trabalho em rede é fundamental, sendo igualmente importante a utilização de recursos de outras instituições e entidades e da própria comunidade onde estas pessoas se encontram inseridas.

Estas observações conduzem à questão seguinte, ou seja, com que tipo de constrangimentos se têm confrontado, sendo a falta de recursos, seja ao nível de recursos humanos, pecuniários, ajudas técnicas ou falta de respostas sociais adequadas às necessidades aqueles mais frequentemente mencionados. Igualmente referido é o aumento do trabalho burocrático: “os técnicos superiores são cada vez mais técnicos especializados no sistema informático e cada vez menos técnicos de terreno” (técnica Carla). É ainda apontada a sobreposição das intervenções por diferentes equipas/recursos, provocando “desgaste de recursos e energias” (técnica Ana) desnecessariamente; as constantes alterações à lei que são introduzidas e as famílias em

si por terem determinadas ideias fixas, sendo muitas vezes “difícil conseguir resultados” (técnica Amanda), considerando que por vezes para os beneficiários “melhorar a sua vida passa apenas por receber o apoio económico que recebem”, não conseguindo que as pessoas valorizem aspetos como a “formação” (técnica Carla).

Relativamente à expectativa que os beneficiários ou clientes apresentam, quando recorrem aos serviços de que necessitam, 7 das participantes referem que maioritariamente se deparam com pessoas que querem melhorar a sua condição de vida, contudo com base no apoio económico, depositando “na intervenção social a responsabilidade de responder à sua situação de carência” (técnica Carla). Desejam “ter dinheiro para subsistir e conseguir assumir as suas responsabilidades mensais” (técnica Alice), considerando que os serviços de “ação social apenas servem para a atribuição de apoios” (técnica Amanda), “nem que não tenham direito” (técnica Elsa) em alguns dos casos. Não obstante, também há quem saliente os casos em que “procuram informação, orientação, acompanhamento social especializado” (técnica Beatriz). Mesmo nos casos em que recorrem à procura de uma vaga em ERPI ou SAD, o seu desejo é o de que haja “uma resposta imediata para satisfazer as próprias necessidades” (técnica Diana), não compreendendo o conceito de gestão de vagas e o facto de muitas das vezes não ser possível essa resposta imediata. E que a utilização de um serviço de uma qualquer resposta social acarreta despesas, não querendo “despender dinheiro ou tempo” (técnica Fátima).

Ou seja, o que levará os beneficiários a recorrerem a apoios sociais ou ao apoio das IPSS's é a situação de pobreza em que se encontram, a necessidade de suprimir as dificuldades financeiras com que se deparam, de fazer face a “necessidades pontuais e outras necessidades essenciais como a assistência a crianças e idosos” (técnica Ana), tendo 7 das pessoas entrevistadas referido estes motivos como os principais. Já mais direcionado para a procura das respostas sociais existentes, é indicada a falta de retaguarda familiar como o motivo que leva à procura de uma resposta social, sendo “normal” essa procura, fazendo “parte daquela etapa da vida daquela família” (técnica Elsa) ou para responder às “suas necessidades” no caso da população idosa (técnica Diana).

No que toca às características apresentadas pelos beneficiários/clientes, das 10 pessoas entrevistadas há quem refira as semelhanças sobretudo daqueles que estão “na medida há muitos anos” (técnica Amanda); e 6 referem que as características são bastante diferentes, o que acontece tanto naqueles que recorrem à ação social como

naqueles que recorrem ao pedido de apoio de uma resposta social, por exemplo, ERPI ou SAD: “são muito diferentes” (técnica Carla). Referem haver cada vez

“mais situações de agregados que nunca receberam nenhum apoio ou prestação e que caem numa situação de carência económica devido ao desemprego ou doença” (técnica Amanda).

E, normalmente, “quando recorrem aos serviços já se encontram numa situação muito complicada sendo muito difícil reverter a situação” (técnica Carla). As questões ligadas ao desemprego ou à precariedade são indicadas múltiplas vezes ao longo das entrevistas aos técnicos, como catalisador que conduz à situação de pobreza e exclusão social dos indivíduos, corroborando o que refere Marques (2009), isto é, o desemprego representa um sinal visível de ruturas de trajetórias profissionais e, no limite, de dissociação social.

Indo de encontro ao tópico anterior, tentou-se perceber quais os motivos indicados pelos beneficiários para a situação de desemprego, nomeadamente, se a maternidade poderá influenciar negativamente. E referido que sim, que a maternidade poderá influenciar a vida profissional da mulher, contudo, em alguns casos, de acordo com as técnicas entrevistadas, isso decorre mesmo da opção da mulher e do agregado familiar, sendo perceptível que, culturalmente, ainda é muito comum “as mães fazerem da maternidade um constrangimento para se poderem empregar” (técnica Alice). Reconhecem, também, haver alguns constrangimentos como a falta de uma rede de transportes que facilite a mobilidade para os locais de trabalho e a “dificuldade em conseguir uma “retaguarda para os filhos” (técnica Amanda). Não obstante, uma das entrevistadas refere ainda haver entidades empregadoras a “preferir homens em detrimento das mulheres, pois sabem que as medidas de apoio à parentalidade ainda são, sobretudo, para as mulheres” (técnica Ana).

Os motivos que levam ao desemprego estão diretamente ligados com as baixas qualificações escolares, formativas e profissionais dos indivíduos, mas também com falta de competências pessoais e sociais dos mesmos. Algumas das entrevistadas consideram, assim, que deveria haver mais valorização de determinadas competências, como por exemplo, os cuidados que prestam a “pessoas idosas” (técnica Carla), uma vez que algumas pessoas fazem isso durante grande parte das suas vidas e não é um trabalho reconhecido. Os empregos precários, como CEI⁺, também são indicados como motivo de desemprego (técnicas, Elsa e Carlota), assim como “problemas de saúde, alcoolismo” e a estrutura económica de ambos os concelhos, onde o trabalho agrícola

tem vindo a decrescer e era até há pouco tempo a fonte de rendimento de muitas famílias (técnicas, Amanda, Beatriz e Fátima).

Segundo as entrevistadas, enquanto usuários dos apoios sociais e/ou respostas sociais, o beneficiário não “se vê na lógica do utilizador pagador, ou seja, para eles este tipo de resposta social deveria ser grátis” (técnica Fátima). Referem ainda casos em que têm uma atitude de dispor apenas de direitos e não de obrigações, e uma das pessoas entrevistadas também sublinha aqueles que se reconhecem com “direitos e deveres” (técnica Ana). Um ponto importante a considerar, referido por 7 das entrevistadas, é que muitos dos beneficiários, de qualquer tipo de apoio ou serviço, se sentem envergonhados e ainda mais excluídos por “recorrer a determinados apoios” (técnica Alice), por se sentirem “ajudados” para fazer face às suas necessidades, “obrigados a recorrer aos serviços para respostas de cariz económico” (técnica Beatriz), muitas vezes insuficiente para os problemas e dificuldades que enfrentam - o que vai de encontro ao defendido por Paugam (2003), isto é, quem procura ajuda fá-lo, muitas das vezes contra sua vontade, apenas por necessidade. E isto acontece tanto com pessoas ainda em idade jovem, como em pessoas idosas ao terem de recorrer a um pedido de apoio de SAD, Centro de Dia ou ERPI, pois “não reconhecem a dependência em que muitas vezes se encontram” (técnica Constança). Por fim, 4 das participantes também reconhecem haver beneficiários que utilizam os serviços existentes como forma de melhorar e mudar as suas vidas, “como um trampolim” (técnica Carla), que reconhecem como “importantes na medida em que muitas famílias não conseguem dar resposta às necessidades que os utentes têm” (técnica Diana).

Já no que se refere à forma como a própria sociedade vê estes apoios e se é reconhecida a necessidade e legitimidade de apoios e respostas sociais, todas as pessoas entrevistadas debatem-se com a falta de compreensão da comunidade em geral, considerando que “generalizam a subsídio-dependência e criticam” (técnica Ana), não tendo tido a experiência de recorrer a apoio e, por vezes, mesmo quando no passado já recorreram, chegam a proferir que se “não trabalham é porque não querem” (técnica Amanda), que “convertem esses apoios noutras vertentes” (técnica Elsa) considerando mesmo que “só vivem à custa do Estado”, que são “preguiçosos” (técnica Carla), sendo estas críticas mais vincadas para os beneficiários de RSI. Contudo, também quem na comunidade veja o “RSI como uma forma de sobreviver” (técnica Alice), que “compreendem” (técnica Elsa), que demonstram “aceitação da instituição e dos

serviços” (técnica Fátima), que “enaltecem o papel da instituição” (técnica Diana), que percebem que os apoios poderão ser “uma mais-valia às suas vidas” (técnica Carlota).

9.3. Políticas sociais: a visão dos técnicos

Procurou-se conhecer a opinião dos técnicos acerca das medidas previstas políticas sociais vigentes no país. A este respeito, 6 das pessoas entrevistadas referem que não são suficientes: no que se refere ao RSI “os valores pagos são baixos” (técnica Alice), havendo quem refira que “são cada vez mais assistencialistas” (técnica Amanda), não promovendo a autonomia, o que irá “tendencialmente” levar a que utilizem este tipo de apoios “até à idade da reforma” (técnica Alice), considerando mesmo que a “dignidade humana é reduzida a um número e percentagem irreal e até insultuosa” (técnica Beatriz).

Já no que se refere à avaliação das respostas sociais de apoio à família, como creche ou ERPI, consideram que “maioritariamente vão de encontro, o que acontece é que muitas vezes o beneficiário não aceita o serviço/resposta que mais se adequa à sua situação” (ent. 8). Reconhecem que no âmbito das respostas sociais tem havido uma evolução positiva ao longo dos anos, mas com algumas lacunas, designadamente a necessidade de medidas de complementaridade. Isto leva-nos à questão seguinte, ou seja, que melhorias deveriam ser introduzidas nas políticas sociais e na sua implementação. Destaca-se nas respostas das técnicas entrevistadas a necessidade de se fazer um trabalho mais especializado com as famílias, isto é, há um volume de processos elevado para cada equipa, o que condiciona o acompanhamento às famílias, não sendo possível trabalhar as competências conforme seria desejável: “ensinar a pescar e não apenas dar o peixe” (técnica Beatriz). Na mesma linha, é referida a necessidade de serem criadas medidas que visem a “autonomia dos beneficiários” (técnica Ana) e não apenas a remediação da situação em que se encontrem.

Mais uma vez é colocada em causa a aplicabilidade das medidas de forma generalista sem considerar a localização geográfica, pelo que deveria ser possível haver “contributos dos técnicos que andam no terreno e fossem pensadas de acordo com cada território” (técnica Carla). Por exemplo, ao nível da habitação um agregado familiar que necessite de arrendar uma habitação irá certamente pagar valores muito distintos pelo mesmo tipo de habitação seja em Guimarães, Lisboa ou Cabeceiras de Basto. Por outro lado, nos meios urbanos, há projetos de apoio à habitação que não existem nos meios

rurais; por exemplo, em Cabeceiras de Basto, há um bairro social, cujos fogos pertencem ao município, e em Celorico de Basto não há qualquer programa de habitação social. No mesmo seguimento, há ainda a falta de trabalho entre entidades, aspeto referido pela técnica Constança que considera que “deveria haver uma maior concertação entre os diversos serviços, de modo a maximizar a eficiência da intervenção” técnica. Foi também sugerido que se estabelecesse uma “medida que permitisse aos familiares ficar em casa mais tempo para prestar apoio” (técnica Fátima) tanto às crianças como às pessoas idosas. Uma das técnicas entrevistadas via como opção no que se refere ao encaminhamento para as respostas sociais, o “reforço de equipas multidisciplinares no terreno, através do levantamento das necessidades e posterior encaminhamento” (técnica Diana). Acerca da relação entre técnicos e beneficiários, é mencionado o facto de acontecer os técnicos conhecerem previamente os beneficiários, o que poderá ser desvantajoso para ambas as partes (técnica Elsa).

No que se refere às normas impostas pelo governo/segurança social, das 7 pessoas que responderam especificamente a esta questão, todas referem concordar com algumas, mas não com outras, aprendendo a viver no seu “trabalho com elas” (técnica Constança). Esta é uma questão que vai de encontro a aspetos já apresentados neste trabalho, designadamente a necessidade da “descentralização” (técnica Alice), de “valorização da situação atual de cada agregado” (técnica Amanda), de uma política que visasse a “valorização do *know-how* dos mais velhos” e de incentivo àqueles que procuram o primeiro emprego para que “saíam da sua zona de conforto” (técnica Ana). Para muitas das situações de pobreza e exclusão com que lidam profissionalmente, as medidas existentes não se revelam suficientes para o bem-estar das pessoas acompanhadas.

O tipo de apoios e respostas sociais existentes respondem a parte das necessidades, contudo não conseguem suprir todas nem mudar significativamente a vida de algumas pessoas que passam pelos serviços durante anos. Por exemplo, ao nível do SAD, deveria ser “possível fazer um trabalho mais eficiente no domicílio de forma a, por exemplo, “retardar a institucionalização” (técnica Diana). De acordo com a portaria n.º 38/2013 a higiene habitacional deve ser a “estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados”. Ora, com o número de clientes que cada instituição tem repartido pelo rácio exigido de colaborador por X número de clientes, este serviço de higiene acaba por ser restringir apenas aos espaços de utilização do quotidiano, entre 30 a 60 minutos por semana. Nos casos em que não haja retaguarda familiar e em que a pessoa

idosos não possuam recursos económicos para contratar alguém para a realização do serviço, e que, sobretudo, não possuam condições de saúde que lhes permitam assegurar a higiene e organização da habitação, acontece que a solução encontrada é a institucionalização em ERPI, muitas vezes, contra a vontade do beneficiário, quando, na verdade, não se trata de alguém que esteja total dependente para a realização das suas atividades de vida quotidianas.

9.4. A intervenção social

Ao longo dos anos os técnicos vão-se deparando com múltiplas dificuldades, diríamos mesmo, entraves. Deparam-se com situações muito difíceis de trabalhar, e, ainda que haja legislação, não há amiúde ferramentas que permitam apoiar uma família num determinado momento, ou até, em toda a sua vida. Nesse sentido, tentou-se perceber que alterações os técnicos que atuam no terreno consideram que têm ocorrido ao longo dos últimos anos, se fazem ou não a diferença na vida das pessoas, que estratégias usam os beneficiários para debelar dificuldades e a opinião sobre a própria ação do Estado.

Das 10 pessoas entrevistadas, 7 consideram que tem sido possível verificar alterações significativas na vida de algumas das pessoas acompanhadas ao longo dos anos, tanto no âmbito da ação social, como do apoio prestado pelas respostas sociais existentes. Por exemplo, com a “ajuda das verbas da ação social tem sido possível apoiar as famílias na melhoria das condições habitacionais” (técnica Alice). Pode parecer uma insignificância, mas a melhoria das condições habitacionais pode também significar melhoria na relação familiar, nos cuidados a ter com problemas de saúde, pode significar a construção de uma casa-de-banho e/ou a aquisição de equipamentos domésticos, essenciais ao quotidiano de uma família. Consideram, também, que tem havido alterações positivas e significativas nomeadamente no que diz respeito ao apoio “aos mais idosos e à primeira infância” (técnica Fátima).

No entanto, outras das 3 pessoas entrevistadas consideram que as medidas “têm vindo a piorar” (técnica Carla); por exemplo, a medida do RSI é “muito bem pensada, mas muito mal executada” (técnica Carla), deveria haver ferramentas que permitissem um trabalho de acompanhamento mais estrito por parte das equipas técnicas ou de fiscalização (técnica Diana), devendo haver uma maior responsabilização também das equipas técnicas quanto à sua ação no terreno no que se refere à aplicação da lei, ou

seja, “não tem que garantir a 100%, mas também não pode garantir só a 50%” (técnica Carla). Há ainda quem sublinhe que as alterações são pequenas e “superficiais” ficando a sensação, em alguns casos, de que “apenas mudam de designação” (técnica Constança), verificando-se ao longo dos anos processos de avanços e recuos, o que poderá estar ligado à alteração dos governos e subsequentes políticas introduzidas.

As técnicas entrevistadas consideram que as medidas terão como objetivo o “*empowerment* dos indivíduos” (técnica Ana), que serão medidas que visam a “justiça social” (técnica Alice), que pretende proteger os mais vulneráveis, os mais pobres e trabalhadores, reconhecendo haver um esforço por parte das tutelas em produzir medidas que, de facto, permitam o bem-estar de todos (técnica Elsa), tendo por objetivo a diminuição das desigualdades e emancipação dos indivíduos e famílias. Todavia, salientam que lamentavelmente, em muitos casos, esse princípio é desvirtuado pelos próprios beneficiários (técnica Fátima). Não obstante, há casos em que as medidas acabam por ser apenas de “caráter pontual e de assistencialismo, facto que desacelera o processo de mudança de mentalidades destes beneficiários” (técnica Beatriz), sublinhando algumas das entrevistadas que depende de caso para caso, havendo casos em que apenas um apoio eventual pode ser fundamental na vida de uma determinada pessoa, pelo que a intervenção de um técnico poderá, num determinado momento da vida da pessoa, fazer toda a diferença. Há ainda quem considere que as políticas sociais apenas agudizam as desigualdades sociais, que o “Estado quer responder a uma situação imediata de pobreza” (técnica Diana), não dando ferramentas às famílias para poderem sair das situações de fragilidade em que se encontram, tornando-se dependentes do sistema em si.

Quanto aos motivos que levam os sucessivos governos a manter a combinação de dois sistemas de proteção social, ou seja, o público e o privado, 6 das técnicas entrevistadas aponta que serão sobretudo motivos económicos, uma vez que permite a ação do Estado no terreno sem algumas responsabilidades diretas, como por exemplo, a contratação e efetivação de recursos humanos; outras referem que por “conveniência”, que por “interesses políticos”, salientando que, mesmo que o Estado se desresponsabilize ao passar a aplicação das medidas para o sector privado, pretenderá afirmar o seu poder político, na medida em que comparticipa economicamente as instituições. As “instituições sociais, cooperativas, mutualistas e privadas têm um papel importante” (técnica Alice), até pelo conhecimento que têm dos territórios e suas características. Contudo, esta dualidade pode estar em risco se considerarmos que cerca

de 40% das IPSS se encontrará com prejuízos significativos conforme apresentado no estudo "A importância económica e social das IPSS em Portugal" (Mendes, 2018).

Questionadas acerca de qual dos sistemas será mais económico para o Estado, 5 das técnicas entrevistadas considera que o sector privado será o mais vantajoso; duas consideram que o semi-privado; outra das entrevistadas defende que poderia ser o privado, contudo, e uma vez que a “área social continua a ser o parente pobre do Estado”, não é isso que acontece; uma das entrevistadas refere desconhecimento para responder acerca desta questão; e, por fim, uma outra considera que a privatização “ou a entrega dos serviços aos privados torna a sua atuação mais eficiente e de maior proximidade” (técnica Amanda), contudo mais dispendiosa para o Estado.

Considerando que a procura dos serviços tem como objetivo por parte dos beneficiários/clientes a melhoria das suas condições de vida e/ou uma resposta adequada às suas necessidades num determinado momento das suas vidas, questionou-se qual dos dois sistemas, público ou privado, consideram que poderá criar mais dependência a quem procura os serviços. Das 10 pessoas que participaram nas entrevistas, 9 consideram que o privado será menos gerador dessa dependência, contudo, ressalvando que depende de um conjunto de condições, ou seja, também haverá situações “em que a gestão privada, por interesses pessoais, também cria maior dependência dos beneficiários, de forma que estes não se autonomizem dos serviços, havendo sempre a necessidade do serviço ser prestado” (técnica Amanda). Apenas uma das pessoas entrevistadas considera que as instituições de cariz privado “estão mais suscetíveis de serem manipuladas pelo poder político” (técnica Alice), sendo portanto o público menos gerador de dependência.

Neste seguimento, importa perceber o que sentem os técnicos relativamente ao modo como estão organizados em Portugal os serviços que executam as políticas sociais. Ou seja, deverá o Estado delegar e reforçar os apoios financeiros às IPSS? Ou pelo contrário, deverá progressivamente dispensar as IPSS, integrando os técnicos deste serviço no Estado, providenciando os serviços públicos de segurança social a nível central ou mesmo municipal? Na sua maioria consideram que o Estado, de uma forma ou de outra, se deveria responsabilizar mais pelo trabalho da área social. Isto é, mesmo delegando determinadas responsabilidades nas IPSS ou descentralizando competências, deveria fazer um acompanhamento mais estrito do trabalho desenvolvido por essas entidades locais e sobre as quais tem responsabilidades. O “Estado deve chamar a si o que lhe diz respeito. A matéria social é sobretudo matéria pública” (técnica Ana), “mas

com muita supervisão” (técnica Diana). Uma das participantes reforça o receio da “politização” sobre a descentralização dos serviços e a atribuição de determinadas responsabilidades ao poder local (técnica Fátima).

Não obstante estas posições, 6 das pessoas entrevistadas consideram mesmo que o trabalho desenvolvido pelas IPSS é mais vantajoso, devendo, por esse motivo, ser reforçados os apoios financeiros para a prossecução dos seus objetivos em prol da comunidade. Uma vez que, conforme demonstrado por Mendes (2018), os subsídios atribuídos pelo Estado, ou entidades públicas, correspondem apenas a 46,12% do total do financiamento das instituições, sendo 38,75% provenientes da Segurança Social, 6,59% provenientes doutras entidades da Administração Central e 0,78% provenientes das Autarquias Locais. Ora, só os encargos com os recursos humanos, que são a principal componente dos custos apresentados pelas IPSS, representam 58,41%, ficando muito acima do que acontece, não só nas sociedades não financeiras com 14,16% despendido para os RH, mas também nas entidades com fins lucrativos prestadoras de serviços de apoio social, apresentando uma percentagem entre os 43,4% e os 45,4% para essa despesa. É de ressaltar que a obrigatoriedade de contratação do pessoal é indicada pela legislação de acordo com o rácio por cliente para cada resposta social.

As diferentes medidas que as instituições, serviços e técnicos executam diariamente nem sempre são suficientes para assegurar uma vida digna a quem delas beneficia, seja em termos económicos ou não. Assim, estes deparam-se com diferentes estratégias por parte dos beneficiários, como o “trabalharem sem situação regularizada” (técnica Ana), “o trabalho precário ou biscates” (técnica Alice) ou “a economia paralela” (técnica Constança), esgotam poupanças... Além disso, verificam o recurso a práticas, como a prostituição, por vezes ficam não “à margem da lei, mas à margem da linha” (técnica Carla) nas mais pequenas coisas, sem que com isso queiram dizer que são marginais. Mas o que mais se verifica, sendo uma das maiores vantagens para quem vive nos meios rurais, é a entreaajuda entre a comunidade e as famílias e a utilização dos bens alimentares que alguns dos beneficiários produzem, o recurso às “hortas de subsistência” (técnica Fátima).

Mais uma vez, reforçam a necessidade de “dotar” as famílias, de as “capacitar” com recursos internos que lhes permitam ultrapassar algumas dificuldades e bloqueios. Reforçam a necessidade de se encontrar mecanismos ajustáveis a cada caso e a cada família, por vezes os recursos “são suficientes”, não são é ajustados àquela realidade e/ou situação (técnica Carla). Este tipo de abordagem depende também de cada técnico,

de cada equipa técnica e, por sua vez, de cada instituição. Mas, mesmo assim, que se alcança a diminuição dos casos de pobreza em alguns dos casos, assim como a melhoria das condições de vida “em boa parte atribuídas pelos apoios sociais da ação social e pela atribuição da prestação de RSI” (técnica Alice), verificando-se uma “redução do número dos agregados familiares” na situação de pobreza” (técnica Amanda). Contudo, há casos em que há alterações consideráveis e outros não, há situações em que é necessário “apoiar as mesmas famílias” recorrentemente (técnica Elsa).

É, ainda, enfatizada a necessidade proeminente de trabalhar sobre as “mentalidades, através da educação, do trabalho no terreno” (técnica Diana) eficaz e a maior responsabilidade técnica; “apostar num papel mais ativo do beneficiário”, na medida em que se deve concertar as diversas políticas sociais, se necessário, de forma a que haja uma “intervenção mais continuada e não isolada” (técnica Constança), e não apenas que os “agregados [tenham] acesso ao mínimo de sobrevivência” (técnica Amanda). Não devemos esquecer que, conforme refere Marques (2009), os baixos níveis de qualificação escolar e profissional, assim como a falta de formação profissional em Portugal, constituem uma das maiores fragilidades do nosso mercado de trabalho. Depois, ao longo dos anos as necessidades também se alteram e o recurso aos serviços também, isto é, há agregados que são constituídos por elementos que exercem uma atividade profissional, contudo os rendimentos de que usufruem não são suficientes para fazer face a todas as despesas e “estas situações não estão a ser contempladas nas políticas sociais”, sendo necessário olhar para elas como forma de se criarem “respostas eficazes e não remediativas” (técnica Amanda).

9.5. O que se espera dos beneficiários/clientes?

De forma a confrontar aquilo que muitas vezes se ouve nos discursos comuns, ou seja, de que há abuso por parte dos beneficiários/clientes na utilização dos apoios e respostas sociais, questionou-se que perceção tinham acerca dessa situação no decurso da sua atividade profissional. Das 10 pessoas entrevistadas, 7 assumiram que poderá haver abusos, mas em casos pontuais, “residuais” (técnica Ana), sobretudo no passado, “talvez pela escassez de recursos por parte dos técnicos e da segurança social” (técnica Alice), hoje, com o reforço das equipas, há um “acompanhamento de proximidade” (técnica Amanda) o que contribui para a diminuição dessas situações. Uma das pessoas considera ainda que, se há esse abuso, a responsabilidade será do técnico de acompanhamento, talvez haja uma “responsabilidade partilhada”, considerando que os

“técnicos têm a obrigação de reduzir esse fosso” (técnica Carla), assim como a importância de ser feito “um trabalho de consciencialização com essas pessoas” (técnica Carlota).

Duas das participantes consideram que a aplicação das medidas deveria ser trabalhada de forma diferente, lamentando que o

“Estado e a população não saibam o real significado das políticas sociais, pois se todos conhecessemos existiriam menos desigualdades e mais justiça” (técnica Diana).

Por fim, uma das participantes refere não encontrar situações de abuso, mas sabe que as há, referindo que a própria comunidade, por desconhecimento dos motivos que levam à situação de pobreza, e sem conhecimento de causa, “atribuem e culpabilizam os beneficiários pela situação em que vivem” (técnica Constança), o que estigmatiza quem precisa de apoio.

Relativamente àquilo que os beneficiários/clientes percebem no que se refere à utilização dos recursos disponíveis - se sentem como um direito, um dever ou ambos -, 5 das técnicas têm constatado que consideram ser apenas um direito “enquanto cidadão” (técnica Carlota) e que “só sabem reivindicar direitos” (técnicas, Amanda e Diana). Duas das entrevistadas dizem que “há de tudo” (técnica Alice), e três enaltecem o trabalho que se faz em explicar de que forma é possível a atribuição de determinado apoio, mesmo que “não tenham a capacidade de compreender” (técnica Beatriz), por forma a que fiquem esclarecidos e que não considerem que o apoio é atribuído pelo técnico.

Acerca da possível dependência dos beneficiários/clientes face aos apoios e serviços sociais, e se isso constitui um entrave à resolução do problema de pobreza e exclusão social, 9 das entrevistadas verificam que acontecem ambas as situações, dependendo do tipo de problema. Ou seja, “em muitos casos consegue-se resolver o problema porque as pessoas querem muito ser autonomizadas”, enquanto noutros, devido “à idade, pela condição de vida, pela falta de oportunidades” (técnica Alice), estão e continuarão dependentes. Portanto, uns lutam pela mudança, aceitam ser ajudados na procura de soluções e por vezes um apoio único permite a melhoria efetiva, outros há que se mantêm no sistema, por vezes a aguardar pela reforma, por exemplo, enquanto beneficiários de RSI. O mesmo acontece com as respostas sociais, isto é, há “aqueles que recorrem aos serviços e quando resolvem a situação deixam de aparecer” e

há aqueles que “tentam perpetuar a dependência dos serviços” (técnicas, Carla, Constança, Carlota e Fátima).

Para perceber se a intervenção técnica condiciona a atitude do beneficiário/cliente quando este recorre a um determinado serviço, questionou-se se as técnicas consideram possuir algum tipo de poder sobre as pessoas sobre que intervêm, sobretudo em situações em que a intervenção é mais prolongada. Das 10 pessoas entrevistadas, 9 responderam negativamente a esta questão, ressaltando que haverá sim, ou pelo menos deveria haver, respeito mútuo entre ambas as partes, o que esperam que condicione positivamente a intervenção e a posição dos beneficiários/clientes ao longo do acompanhamento. A título de exemplo,

“não lhe chamaria poder, mas a partir do momento em que conseguimos conquistar a confiança dos nossos utentes/clientes, conseguimos trabalhar melhor e obter resultados” mais satisfatórios. (técnica Carlota).

Uma das pessoas entrevistadas respondeu afirmativamente, considerando que, tanto da sua parte, como da parte de outros serviços, acontecerão algumas “ameaças” como: “olhe se não cumprir vou ter de ligar à sua assistente social” (técnica Carla).

Em forma de conclusão das entrevistas, e como forma de perceber como se sentem os técnicos no terreno relativamente à sua ação profissional, questionou-se se consideram que a sua ação tem sido relevante no trabalho de combate à pobreza e exclusão, tendo as 10 participantes respondido afirmativamente. Apesar das vicissitudes, obstáculos recorrentes, a falta de recursos e legislação muitas vezes desajustada, acreditam que fazem a diferença na vida das pessoas com quem têm trabalhado, obviamente que mais nuns casos do que noutros. Deixamos aqui como testemunhos:

“É uma ação diária, contínua, que persiste, que faz acreditar e não acomodar” (técnica Ana);

“Se não acreditasse que o meu trabalho possa fazer a diferença na vida das pessoas que acompanho seria muito desmotivador” (técnica Alice);

“O meu trabalho contribuiu para a autonomização de alguns beneficiários” (técnica Amanda);

“Estou contente com o trabalho que aqui faço e acho que quando me aparece um desafio nunca o deixo por resolver” (técnica Elsa);

“Considero a minha ação relevante no combate à pobreza e exclusão social das famílias (...), como um agente proporcionador de mudança, capacitando-as” (técnica Beatriz);

“Considero que o oceano é composto por várias gotas de água e eu sou uma gota de água no oceano. Eu sei que faço a diferença na vida das pessoas com quem trabalho, se calhar não para as tirar da pobreza, mas para que olhem para a sua situação de outra forma” (técnica Carla);

“Ao nível da intervenção, consigo trabalhar com as famílias outras dimensões das suas vidas, procuro sempre potenciar as capacidades existentes” (técnica Constança);

“Penso que com o nosso trabalho conseguimos fazer alguma diferença”
(técnica Carlota);

“A nossa ação enquanto técnico é sem dúvida importante no combate à pobreza e exclusão social, no entanto, nem sempre é fácil” (técnica Fátima);

“Acho que a minha missão é diminuir a pobreza e a exclusão social, claramente que é necessário um conjunto de esforços a nível de parcerias para que possamos mudar mentalidades e apoiar os mais vulneráveis”
(técnica Diana).

10. Discussão conclusiva da investigação

Neste capítulo pretende-se realizar uma reflexão sobre os resultados da presente investigação com o propósito de respondermos às questões inicialmente apresentadas para este estudo. A literatura é unânime no reconhecimento de que baixas qualificações escolares estão sistematicamente relacionadas com a condição de pobreza e exclusão social. Nesse seguimento, verificou-se que 78,2% dos inquiridos no inquérito possuem um nível de escolaridade igual ou inferior ao 4º ano de escolaridade, verificando-se que a maior parte dos que não sabem ler nem escrever se encontram com 65 anos de idade ou mais, tendência que também se verifica na recolha biográfica. Em relação aos filhos, verificou-se uma evolução notoriamente positiva, com 12 pessoas a indicar a escolaridade dos filhos concluída com o 12º ano de escolaridade e 10 pessoas ainda têm os filhos em idade escolar. Realça-se que apenas duas das pessoas entrevistadas referiram ter filhos licenciados ou a frequentar o ensino superior. Isto não nos traz qualquer surpresa, uma vez que as próprias políticas de educação evoluíram neste sentido, ou seja, foram introduzidas alterações quanto ao aumento da escolaridade mínima obrigatória ao longo dos anos, que levou a que, genericamente, os níveis de escolaridade da população portuguesa tenham aumentado.

No que se refere aos motivos que terão levado a que os filhos não prosseguissem estudos, referem que por opção dos próprios, seguido das dificuldades financeiras da família. O que não é de todo compreensível, uma vez que aqueles que possuem dificuldades financeiras possuem apoios da ação social escolar e ao nível do ensino superior de que poderiam usufruir e, conforme referido por Bourdieu (1993), encontrar por via da escolarização oportunidades que lhes permitissem escapar a um “destino social” de exclusão. Assim, comparando a evolução em termos educacionais no agregado familiar, verificou-se que, ao longo de três gerações, houve alterações quanto ao nível de ensino, sendo de referir que apenas uma das pessoas entrevistadas tem ou tinha progenitores com a escolaridade acima do 6º ano de escolaridade. Portanto, houve melhorias quanto ao acesso à escolarização da população de ambos os concelhos.

Já no que se refere à frequência de outro tipo de atividades pelos educandos, como atividades extracurriculares, na sua maioria responderam negativamente, percebendo-se que para a maioria não foi sequer colocada essa hipótese. Tal contribuirá, certamente, para a falta de enriquecimento de conhecimentos e competências, para lacunas ao nível do capital cultural e social, fundamental para a formação do indivíduo

e, também, para a aquisição de outras oportunidades além daquelas que estritamente ligadas ao capital escolar adquirido. No mesmo sentido, concluiu-se que também não possuem uma vida associativa ativa, não tendo nunca sido sócios de nenhum grupo ou associação oficializada. Pontualmente, é referida a participação na vida católica, como a catequese ou o grupo coral da igreja, sendo os únicos momentos de participação em contextos de relevância também na aquisição de capital social.

Ainda no campo da participação, concluiu-se que os entrevistados valorizam o ato de votar, estão recenseados e na maioria votam sempre que podem (aqui referimos sobretudo aos mais velhos que, à medida que se tornam mais dependentes têm dificuldades acrescidas para exercer o seu direito de voto). Já no que se refere à confiança política, concluiu-se que há uma grande descrença relativamente aos partidos políticos, sendo que aqueles que demonstram a sua opinião e preferência sentem maior confiança pelos partidos de esquerda.

Pela investigação realizada, a maior parte dos participantes possui entre 16 a 20 anos de experiência profissional, verificando-se que o sector agrícola é o sector onde, predominantemente, exercem ou exerceram atividade profissional, tendo iniciado esta atividade muito jovens, sobretudo entre população mais velha. Referem que desde tenra idade tinham de trabalhar nos campos, na “lavoura”, para ajudar os pais, sendo esta a primeira experiência profissional da maior parte das pessoas entrevistadas. Esta situação contribuía para o abandono escolar ou para que faltassem com muita frequência às aulas, não havia valorização escolar. O mesmo acontecia com pelo menos um dos progenitores que trabalhou, ou ainda trabalha, no sector agrícola. Alguns nunca conheceram outra profissão, sendo de referir que em muitos casos as mães acumulavam com este trabalho a vida doméstica e os cuidados a prestar aos filhos, fazendo poucos descontos, ou até nenhuns, para a segurança social. Assim, a maior parte fez descontos para a segurança social dos rendimentos que advieram do trabalho agrícola, rendimentos que eram na sua maioria baixos, logo a pensão de que usufruem atualmente é, também ela, uma pensão de valor muito baixo.

Conclui-se que a maior parte já teve uma vida melhor que a dos seus pais, sobretudo, menos dura, até pelo tipo de trabalho que os progenitores desenvolviam. A geração adulta e em idade ativa desenvolve atividade remunerada que permite a aquisição de mais bens e serviços. Os mais velhos consideram que hoje a vida dos seus filhos é, sem dúvida, uma vida melhor do que a que tiveram, uma vida menos dura no sentido do tipo de trabalho que desempenham. Contudo, igualmente uma vida de muito

trabalho, árdua, de sacrifícios. Muitas pessoas viram os seus filhos emigrar, portanto tendo melhores condições de vida em termos económicos, nuns casos. Para muitos do que ficaram, mantêm-se as dificuldades financeiras, devido à precariedade laboral em que se encontram. Assim, pode-se constatar que ao longo destas 3 gerações evoluiu o tipo de trabalho desempenhado, tendo como consequência positiva melhores condições de vida, de menor esforço físico, havendo quase na totalidade o abandono do trabalho agrícola. Contudo, isso por si só não significa uma vida melhor para a geração atual comparativamente às gerações anteriores.

Esse facto comprova-se para uma parte significativa das pessoas inquiridas, uma vez que se encontram desempregadas, na sua maioria à procura de um novo emprego. São pessoas de todas as idades, entre os 16 e os 62 anos de idade, e, na sua maioria, desempregados de longa duração (há mais de 3 anos). Concluiu-se que os motivos que levaram ao desemprego foram primeiramente a cessação de trabalho, seguido da incapacidade para o trabalho, isto é, devido a problemas de saúde e, em terceiro lugar, a cessação de contrato laboral. Além destes, são indicados outros motivos pelas técnicas entrevistadas, como a própria opção por parte da mulher ou respetiva família para assumir a tempo inteiro os cuidados com os filhos; a fraca cobertura de transportes públicos em ambos os concelhos; a falta de qualificações escolares, formativas e profissionais; a desvalorização das competências que possuem por parte dos empregadores e demais entidades; e a falta de competências pessoais e sociais destes indivíduos. Em alguns casos, são pessoas que deixam de procurar trabalho, por não se sentirem capazes de desempenhar uma atividade devido à sua situação atual de doença. Apesar desses problemas de saúde, a maioria dos inquiridos que aponta esse motivo para não poder exercer uma atividade profissional, não usufrui de pensão por invalidez. Relembremos que estes inquiridos são maioritariamente solteiros e mulheres; muitas assumiram os cuidados aos progenitores e/ou outros familiares, tiveram trabalhos não remunerados ao longo da vida, tendo adquirido competências não valorizadas em currículo.

Os problemas de saúde são evocados por diversas ocasiões ao longo da realização dos inquéritos e das entrevistas semi-diretivas. Tanto a população mais jovem como os mais velhos realçam que os problemas de saúde influenciam a sua vida, o decorrer do seu quotidiano, sendo esse dos principais motivos pelos quais acabam por procurar apoio das respostas sociais existentes, nomeadamente a institucionalização em ERPI. É de referir que esta decisão nem sempre é feita em conjunto com a pessoa idosa,

havendo testemunhos de que os filhos ou outros familiares providenciaram a sua institucionalização sem os consultar, tendo vindo acontecer, em alguns casos, contra a sua vontade. Aqui, coloca-se a questão de saber até que ponto é respeitada a vontade da pessoa idosa ou com incapacidade por parte das famílias, mas também das instituições que as acolhem.

A esmagadora maioria dos inquiridos (83%) que usufrui de pensão, seja por invalidez ou velhice, auferem de uma pensão entre os 301 e os 700€. Entre os que têm rendimento do trabalho, aproximadamente metade auferem de um valor inferior ao Salário Mínimo Nacional (530€ aquando a realização dos inquéritos). Ora, face a esta situação torna-se muitas vezes difícil fazer face a todas as despesas que possuem, nomeadamente despesas com saúde e com a integração em respostas sociais, sobretudo em ERPI. Apesar de uma grande parte referir que a despesa com a utilização do serviço de que usufrui ser suportada pelo próprio, a maioria necessita da comparticipação do Estado, caso contrário, não poderiam usufruir da resposta social. Vejamos o caso de uma pessoa que reside sozinha, usufrua de uma pensão, aproximadamente, de 301€ e necessite de integrar uma vaga em ERPI, em que a instituição se não usufruir de vaga com acordo com a segurança social pode pedir uma mensalidade até aos 890€/mês, mais os consumíveis. Ora, esta situação é impossível de suportar, não podendo, neste caso, integrar a resposta social. Assim, há claramente a necessidade de o Estado apoiar nessas despesas, seja em ERPI, SAD, CAO, entre outros exemplos, havendo uma parte significativa dos inquiridos (44.9%) a referir ser dessa forma que consegue usufruir do serviço de que necessita.

Observemos que 81.9% admite necessitar de recorrer a apoios sociais mesmo sendo pensionista. Descrevem-se como pessoas com um percurso de vida duro, de muito trabalho, como referido, no sector agrícola, em que fizeram poucos ou nenhuns descontos, e sobretudo descontos de valores baixos. Portanto, mesmo após as transferências sociais, muitos são aqueles que continuam a necessitar do apoio do Estado ou de familiares para assegurarem a sua subsistência e o seu bem-estar. Conforme já demonstrado por Fernandes, Flambó, Matos *et al.* (2012), os entrevistados referem que a própria prestação de RSI é frequentemente complementada pelo apoio de familiares diretos ou amigos muito próximos

Apenas uma percentagem dos inquiridos refere só ter recorrido ao SAD como medida de apoio ao seu quotidiano (21.1%). Concluiu-se ainda, que parte dos sujeitos antes de usufruírem de pensão por invalidez/velhice ou integrar uma resposta de apoio

de caráter definitivo como ERPI, usufruiu de RMG/RSI. Portanto, um percurso de vida caracterizado pela situação de pobreza. Ainda como estratégia de sobrevivência e de apoio, verificou-se que, ao longo das gerações, sobretudo os mais velhos, a entreajuda entre vizinhos é muito marcante nos concelhos que foram objeto de estudo, tendo os participantes, maioritariamente, boas relações com a vizinhança.

Outra conclusão que é possível retirar desta investigação é que aqueles que recorreram à prestação pecuniária do RMG ou RSI permaneceram na medida entre 1 a 5 anos (38%) aquando da realização dos inquéritos, seguidos daqueles que permaneceram entre 6 a 10 anos (26,9%) e daqueles que permaneceram entre 11 a 15 anos na medida, com uma percentagem significativa (16,7%). Assim, constata-se que há casos em que crianças e jovens nunca conheceram outro tipo de rendimento dos seus progenitores ou cuidadores legais. O mesmo acontece com outros graus de parentesco, ou seja, 115 inquiridos das diferentes faixas etárias, admitem que têm alguém na família que usufruiu ou já usufruiu de algum tipo de apoio social, pelo que a situação de pobreza, e/ou exclusão social se estendeu a familiares ao longo de gerações. Maioritariamente, são aqueles que não sabem ler nem/escrever, que sabem ler/escrever sem possuir um grau de ensino ou possuem apenas o 1º ciclo de escolaridade que têm familiares que já recorreram a algum tipo de apoio social.

Além disso, os participantes desempregados, mesmo sem usufruir da prestação pecuniária de RSI, admitem já ter recorrido novamente ao pedido de apoios sociais (52,4%) após a sua cessação. Por exemplo, se inseridos no mercado de trabalho por um Contrato de Emprego Inserção+, não havendo a possibilidade de ficar a trabalhar com outro tipo de contrato na entidade onde realizaram esse CEI+. Em suma, com esta descrição, verifica-se que o risco do ciclo de pobreza se mantém, que acabam por voltar às medidas de apoio anteriormente conhecidas, aliás, as únicas que muitas vezes conhecem como forma de responder às suas necessidades e às da sua família, reforçando que cada nova reunião com um técnico de atendimento/acompanhamento é sinal de que não têm outra saída, sobretudo quando acontece após os períodos em que se encontraram a trabalhar ou mesmo nos casos em que nunca tinham recorrido a pedidos de apoio. São indivíduos que esperam, mas desacreditam, que a sua situação de dependentes dos serviços de assistência social seja temporária (Paugam, 2003) e possam voltar a ser integrados profissionalmente ou em algum projeto ou programa com esse fim.

Verifica-se que grande parte dos indivíduos refere estar conformado com a vida que tem, não que gostem, mas acabam por se resignar à condição em que se encontram, apesar de maioritariamente terem o desejo de exercer uma profissão e dispor de outras coisas na sua vida, como habitação própria. Verifica-se, ainda assim, que na sua maioria, apesar das dificuldades e vicissitudes com que se deparam, estes indivíduos nunca se sentiram excluídos socialmente por terceiros, sendo os próprios que em alguns casos se colocam de parte, se auto-excluem e autocriticam por não terem conseguido atingir outros objetivos, como um emprego ou manter-se em sua casa em lugar de serem institucionalizados. Verifica-se que, associado ao pedido de apoio ou ajuda, está o sentimento de tristeza, frustração, auto-culpabilização, de insucesso e de vergonha por recorrerem a determinados apoios/respostas. Esta situação de vergonha justifica-se pela forma como entendem que a sociedade os vê. Há a percepção de que uma parte da sociedade julga de forma bastante negativa aqueles que usufruem de apoios, o que resulta, na maior parte das vezes, do desconhecimento das situações de pobreza, assim como das medidas de proteção social. Assim, a maior parte dos utilizadores dos apoios/respostas disponíveis vê os mesmos como um tipo de ajuda disponível e necessária e uma forma de sobrevivência essencial. No mesmo sentido, consideram que também a sociedade verá estes apoios desta forma, como um recurso disponível para ajudar na sobrevivência de quem necessita. No entanto, sentem que há quem veja estes apoios como uma forma de aproveitamento dos recursos do Estado, não compreendendo tão facilmente quem recorre aos mesmos. A este respeito, pelas entrevistas realizadas aos técnicos, concluiu-se que a generalização feita acerca de situações de abuso, isto é, de indivíduos ou famílias que recebem apoios sem, de facto, necessitarem, são pontuais e residuais, e dar-se-iam sobretudo há uns anos atrás em que os técnicos dispunham de poucos meios de acompanhamento às famílias.

Outro aspeto realçado é o facto de, maioritariamente, os beneficiários/clientes não se reverem numa lógica de “utilizador/pagador”. Ou seja, conhecem bem os direitos, mas não tanto os deveres, sendo ainda um número residual que recorre aos serviços como forma de trampolim para mudar a sua vida e por perceber as vantagens dos serviços existentes, o que é muito positivo, uma vez que é esse o objetivo de qualquer intervenção e política social em vigor, a autonomização do indivíduo, assim como a sua proteção de acordo com as necessidades que apresente. Questionados acerca da forma como vêem a desigual distribuição da riqueza, concluiu-se que, por um lado, há aqueles consideram que não é justo uns terem mais que outros, havendo quem passe

por muitas dificuldades, e, por outro, aqueles que referem compreender essa diferença como justa e natural, fruto do percurso de vida de cada um.

Apesar de aqueles que se encontram desempregados admitirem que não têm feito uma procura ativa de emprego, o principal motivo que levou a os beneficiários de RMG/RSI/AS tenham procurado algum tipo de apoio de âmbito social, foi a perda de emprego (59%). Aliás, a perda de emprego é o principal motivo para a procura de apoio social. Seguidamente é apontada a insuficiência do suporte familiar (34%) à semelhança do que acontece com a população mais idosa, de uma situação de divórcio/separação (29.7%) e o nascimento dos filhos (23.1%). Nesse sentido, as pessoas desempregadas recorrem a algumas estratégias como forma de fazerem face à situação em que se encontram. Em média, recorrem a 3 tipos de apoios sociais, como o RSI/AS e Banco Alimentar.

Como estratégia de sobrevivência, enquanto aguardam outros apoios, ou caso sejam insuficientes, destaca-se o pedido de apoio em géneros alimentares tanto a familiares como instituições; o recurso a apoio monetário a familiares; e, neste meio, o recurso ao trabalho precário (dias à jorna) e à agricultura de subsistência. É curioso verificar que o pedido de apoio da prestação de RSI acontece numa situação de desemprego, assim como aquando o nascimento dos filhos e em situação de divórcio/separação com 39.3% dos sujeitos a eleger ambas as opções. Sobretudo no caso em que apenas um elemento do casal se encontre a trabalhar, o recurso ao RSI pode ser a forma encontrada para que em caso de separação o sujeito desempregado possa subsistir. Situação diferente da que verifica no caso dos casais mais velhos em que ambos os elementos do casal usufruem de pensão, onde a situação de carência tende a ser amenizada mesmo quando o valor de que o cônjuge usufrui é semelhante ao seu. É de referir que, quando empregados, mencionam em maioria que os rendimentos de que usufruem ou usufruíam eram suficientes para fazer face às suas despesas, mesmo que sob algumas limitações. No mesmo sentido responderam aqueles que usufruem de algum tipo de pensão.

Em suma, e conforme referido pelas técnicas entrevistadas, o que mais leva os beneficiários a procurar ajuda é a situação de pobreza em que se encontram, a necessidade premente em suprir as dificuldades financeiras. Sejam quais forem os motivos, a verdade é que recorrem a ajuda por se encontrarem numa situação de carência económica. São agregados familiares que partilham condições estruturais de exclusão social, aida que com especificidades pessoais ou familiares.

Relativamente ao papel dos técnicos e à sua intervenção, conclui-se que os técnicos têm tido um papel preponderante enquanto facilitadores no acesso aos apoios sociais e ao apoio generalizado de que os beneficiários/clientes necessitam. Apesar de ao longo dos anos as expectativas por parte dos técnicos de intervenção terem sofrido algumas alterações, concluiu-se que no essencial foram-se adaptando à realidade encontrada e aos problemas e situações que surgem diariamente. O principal constrangimento com que se deparam é a falta ou a escassez de recursos para apoiar as famílias/indivíduos.

Efetivamente, as pessoas entrevistadas consideram que são bem acompanhadas pelas diferentes equipas técnicas, sublinhando as boas relações que possuem. O mesmo acontece nos diversos serviços onde são atendidos, enaltecendo em diferentes momentos a prontidão das diferentes equipas ao longo de todo o processo. Consideram, na maioria, as ações de acompanhamento promovidas como muito positivas para seu bem-estar, nomeadamente no caso das atividades direcionadas para a população idosa. Concluiu-se que não se sentem dependentes de quem lhes presta qualquer ajuda/apoio e que consideram que tal é feito desinteressadamente.

Nesse seguimento, ao nível da intervenção social, concluiu-se que tem havido alterações significativas na vida das pessoas. Todas as medidas com que os técnicos trabalham têm como objetivo estruturante proteger os mais vulneráveis e contribuir para o bem-estar e a justiça social, capacitando-os para as adversidades, indo ao encontro da diminuição das desigualdades e da emancipação dos indivíduos e famílias. Outro aspeto estudado tem a ver com a articulação de medidas e de competências entre as entidades do sector público e do sector privado, sempre sob a supervisão do Estado e com apoios por parte do Estado. Para as participantes, esta dualidade deve-se sobretudo a motivos económicos, considerando que o sector privado implica menores encargos para o Estado, assim como será neste sector que as intervenções geram menos dependência por parte dos beneficiários/clientes. É importante sublinhar que as instituições privadas têm realizada a cobertura do território nacional em termos de apoios de uma forma a que o Estado nunca teria conseguido chegar (Oliveira, 2008). Instituições e técnicos têm-se sentido obrigados, eles mesmos, a diversas estratégias de sobrevivência como forma de assegurar o apoio aos grupos mais frágeis, seja pela pobreza, pela demografia ou pelo isolamento social. Não obstante, considera-se que o Estado deveria responsabilizar-se mais pelo trabalho da área social, mesmo delegando determinadas responsabilidades nas IPSS ou descentralizando as obrigações e competências que possui, através de um

acompanhamento mais estrito do trabalho desenvolvido por essas entidades locais e sobre as quais tem responsabilidades. Na opinião das técnicas entrevistadas, e deve sublinhar-se que 9 em 10 trabalham em instituições do sector privado e do sector social, o trabalho desenvolvido pelas IPSS é mais vantajoso, havendo a necessidade de os apoios financeiros serem reforçados.

Assim, no que se refere às políticas vigentes, reconhece-se haver alterações significativas e importantes ao longo dos anos, contudo insuficientes e desajustadas da realidade, para uns, em particular em Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, concelhos que são aqui objeto de estudo, e por falta de aceitação das medidas propostas aos beneficiários/clientes, para outros. Pelo que deveria haver mais concertação entre os diversos serviços de forma a uma intervenção mais adequada e individualizada para cada família.

Considerações finais

A tese que aqui é apresentada resultou de um grande esforço em querer alargar o conhecimento sobre esta área temática das desigualdades sociais e do papel do Estado e da sociedade, nomeadamente nos concelhos onde a investigadora tem exercido a sua atividade profissional. Sendo uma preocupação antiga, havia a curiosidade em perceber por que é que a implementação das políticas sociais parece frequentemente não funcionar da melhor forma, verificando-se repetições de comportamento e percursos de vida de pais para filhos. No mesmo sentido, tem-se vindo a verificar a criação de instituições de cariz social sobretudo no que se refere ao apoio da população idosa, o que vai ao encontro das alterações demográficas com que nos deparamos. Contudo, pelo contacto realizado, nem sempre se verificava a capacitação e satisfação dos utentes/clientes desses serviços, ao mesmo tempo que se percebia a continuidade de situações de pobreza e exclusão social, pelo que se pretendia entender o que estaria a falhar e que alterações poderiam e deveriam ser introduzidas.

Nesse sentido, optou-se por um modelo de investigação metodologicamente adequado e que respondesse à disponibilidade temporal e espacial da investigadora. O trabalho de campo foi longo e exigente, ainda que tenha sido facilitado pela colaboração de instituições que têm a intervenção social como missão. A adesão em ambos os concelhos foi tendencialmente equitativa, tendo no caso das respostas sociais havido duas instituições em Cabeceiras de Basto que não participaram, apesar de todos os contactos e esforços realizados. Não obstante, as informações sobre a sua constituição foram integradas nesta tese, uma vez que são públicas e foram disponibilizadas pelos serviços de ação social do Município, assim como em contacto telefónico que permitiu obter o consentimento e confirmação de informação por parte da instituição.

Nesta fase final da investigação, há o sentimento de dever cumprido, uma vez que foi possível a resposta aos objetivos inicialmente propostos, uns com maior profundidade do que outros. No mesmo sentido, há dúvidas que se levantam e podem servir de ponto de partida para investigações futuras. Isto é, verifica-se que há beneficiários que utilizam a prestação de RSI como forma de sustento por vários anos, contudo este é de valor reduzido pelo que não é possível fazer face a muitas necessidades, nem à aquisição de bens e serviços que muitos desejam, como a posse de uma habitação própria conforme referido em diversos momentos pelos indivíduos

entrevistados. Concluiu-se que houve sempre uma evidente falta de oportunidades para esta população económica e socialmente mais vulnerável, mas também que nunca olharam para as oportunidades como suas. Por exemplo, os jovens que sejam beneficiários de RSI, ao ingressarem no ensino superior, têm apoio da ação social da universidade ou politécnico em que se inscrevem, mas o facto é que as famílias mais desfavorecidas partem do princípio de que a universidade não é para os seus filhos, mesmo para os bons alunos, que não “há posses”. Seria importante combater esta tendência, e em sede própria, os diferentes técnicos têm tentado fazer esse trabalho; no entanto, na maior parte dos casos, sem sucesso. Fica a dúvida sobre o que poderia ou deveria mudar nas próprias escolas, instituições de cariz social e/ou associações para que estes alunos e pais vissem a educação, e também as atividades extracurriculares, como uma oportunidade de que também podem usufruir e, dessa forma, contribuir para superar as condições de desigualdade que marcam as suas vidas.

Além disso, conclui-se que os apoios sociais de que usufruem nos diferentes momentos das suas vidas respondem a necessidades pontuais, contribuem para a melhoria de alguns aspetos, como a aquisição de algum equipamento doméstico essencial, contudo, a longo prazo não são verificadas alterações significativas, pelo que os objetivos principais deste tipo de medidas não estão a ser cabalmente atingidos. Não seria importante um trabalho mais diferenciado? Conforme se verificou, há indivíduos que se mantêm nestas condições à espera de um apoio definitivo como a pensão, mas e os outros? Aqueles que estão em condições de exercer uma atividade profissional, que possuem competências mesmo que não comprovadas em currículo, não deveriam ser integrados profissionalmente? Há medidas do IEFP que visam essa integração, mas conforme se tem verificado não são suficientes, já que em maioria há pessoas que são integradas em programas como o CEI+ recorrentemente, sem abandonar as medidas de apoio definitivamente, vendo essas medidas como um trampolim para serem inseridos em mais uma oportunidade dessas. Estes programas têm vantagens, como uma bolsa mensal (valor do IAS+20%+subsídio de alimentação e transporte, se aplicável), mas não prevê a proteção social e, ao fim de vários anos, a situação de pobreza acaba por se manter, até pela ausência, ou parca contribuição para a segurança social.

Outro aspeto que se verifica é que a institucionalização dos indivíduos acontece muitas vezes por falta de retaguarda familiar durante o dia, assim como pela falta de outro tipo de respostas sociais, como Centros de Dia ou Centros de Lazer. Dessa forma, seria importante a criação e o alargamento dessas respostas sociais em ambos os

concelhos, mas sobretudo no de Celorico de Basto, onde só agora se começa a dar os primeiros passos nesse sentido. Seria igualmente importante o alargamento dos serviços de SAD, com o apoio e comparticipação do Estado, e a flexibilização dos horários de funcionamento de Centros de Dia como forma de cobrir as necessidades sentidas e, pelo menos em alguns casos, retardar a institucionalização definitiva em ERPI ou outra resposta similar.

Ainda neste seguimento, verificou-se ao longo do contacto com a população idosa um sentimento de tristeza, de abandono e até revolta, de algumas pessoas pelo facto de serem institucionalizados, em primeiro lugar, sem participarem na negociação e escolha da instituição a integrar, onde passarão, certamente, os restantes dias da sua vida e, em segundo lugar, contra a sua vontade. Seria, por isso, importante a sensibilização das gerações mais novas para o envelhecimento como um processo natural que deve ser aceite, vivido com naturalidade e preparado de acordo, e sempre que possível, com a vontade dos próprios.

Consideramos ainda pertinente referir que a investigação apresentada passou por algumas limitações e dificuldades ao longo de todo este processo. Primeiramente, o tempo disponível por parte da investigadora para a realização de um trabalho desta envergadura, enquanto trabalhadora estudante, condicionou à partida os concelhos que seriam objeto de estudo. Teria sido interessante alargar o estudo a outros concelhos do distrito de Braga, nomeadamente mais urbanos, como forma de realizar comparações e perceber até que ponto o acesso a outras oportunidades, mais disponíveis em contextos urbanos e suburbanos, podem, ou não, influenciar o percurso de vida das famílias que se encontrem em situação de maior fragilidade.

Em segundo lugar, ambos os concelhos carecem de meios de transporte e horários de transportes públicos conforme referido anteriormente, o que condicionou a participação da população mais jovem a participar neste estudo. Apesar de alguns casos ser possível reunir com os participantes em locais mais próximos da sua residência, tendo a investigadora realizado deslocações a essas freguesias, em outros isso não foi possível, tendo as instituições optado por convocar os participantes para um local de maior facilidade de acesso, o que é compreensível.

Referências bibliográficas

- ADÃO E SILVA, Pedro (2002), “O modelo de "welfare" da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito” *in*, Sociologia, problemas e práticas, 38, pp. 22-59.
- ALMEIDA, João Ferreira de, CAPUCHA, Luís, COSTA, António Firmino da e colaboradores (1994). *Exclusão Social, Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, 2ªEd, Oeiras: Celta Editora.
- ARISTÓTELES, s.d./1997, *Tratado da Política*, *in*, SILVA, Manuel Carlos, “Desigualdade, Pobreza e Exclusão Social: Entre legitimações e realidades de ontem e hoje”, *in* DIOGO, Fernando, CASTRO, Alexandra, PERISTA, Pedro (Org), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, Contextos, Transformações e Estudos*, V. N. Famalicão: Edições Húmus, Lda.
- BAUMAN, Zygmunt (2001), “Modernidade Líquida”, Rio de Janeiro: Zahar.
- BENAVENTE, Ana e ROSA, Alexandre (1996). “O Problema da Literacia: Perspectivas Actuais e a Situação Portuguesa”, *in* *Educação de Adultos em Portugal, Situação e Perspectivas, actas*, Coimbra: Comissão Organizadora das Jornadas de Educação de Adultos em Portugal, pp. 363-368.
- BOURDIEU, Pierre (1993), *A Miséria do Mundo*, Petrópolis: Vozes Editora.
- BOURDIEU, Pierre (1998), “Hoje a precariedade está em toda a parte”, *in* Bourdieu, Pierre, *Contrafogos*, Oeiras: Celta Editora, pp. 113-120.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicações Lda.
- CABRAL, Manuel Villaverde; FERREIRA, Pedro Moura; SILVA, Pedro Alcântara; Jerónimo, Paula; Marques, Tatiana (2013), *Processos de Envelhecimento em Portugal: Uso do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- CARMO, Renato Miguel do; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês (2010), “Análise de indicadores (Portugal e comparação europeia),” *in*, PINTO, Rui Pedro (2016), *Estado, Pobreza e Punição, Sobre o modelo analítico de Loic Wacquant e seu contributo para a compreensão da ação institucional no caso português*, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- CARVALHO, Adalberto Dias de, BAPTISTA, Isabel (2004). *Educação Social, Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

- CARVALHO, Helena Maria da Silva (2011), “Impactos do processo de RVCC no percurso de vida dos adultos do Centro Novas Oportunidades da Empresa Municipal Qualidade de Basto”, Tese de Mestrado em Serviço Social, Braga - Universidade Católica Portuguesa.
- CARVALHO, Helena M. (2013), “Formas de exclusão social No, e pelo, Trabalho”, *in* VELOSO NETO, Hernâni, AREOSA, João, AREZES, Pedro (Eds.), Proceedings CICOT 2013 – Working Conditions International Congress, Porto: Várzea da Rainha Impressores, SA, pp. 91-98.
- CARVALHO, Mário, SCHEFFER, Ângela, SILVA, Francielle (2012), “Reflexões sobre Consumo na Modernidade Líquida a partir de Bauman e Sennet”, *Amazônia em Foco*, Castanhal, v.1.,n.1, pp. 99-122 [disponível em: <http://revista.fcat.edu.br/index.php/path/article/view/8>, 2014, junho 10].
- CAPUCHA, Luís (1998), “Rendimento mínimo garantido: avaliação da fase experimental”, Lisboa: Departamento de Estudos, Prospetiva e Planeamento do Ministério e da Solidariedade.
- CASTEL, R. (1990), *Lessituations – limite du Procesus de Marginalisation: de la Vulnerabilité à la Desaffiliation*, *in* HOVEN, R. e NUNES, M. H (Org) *Desenvolvimento e Acção Local*. Lisboa: Fim do Século.
- CHICHORRO, Ana Maria (Coord.), MARQUES, Cesarina, PEREIRA, Sofia Palacin, *et al* (2006), “Respostas Sociais – Nomenclaturas/Conceitos”, Lisboa: Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança, [disponível em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Conceitos das Respostas Sociais.pdf>, 2018, dezembro 17].
- COSTA, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicações.
- COSTA, Alfredo Bruto da (Coord.) (2012), *Um olhar sobre a pobreza*, 4ªEd, Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.
- CLAVEL, G. (2004). *A Sociedade de Exclusão, Compreendê-la para dela sair*, trad. Renata Dias de Carvalho, Volume 4, Porto: Porto Editora.
- DIOGO, Fernando (2015), “Pobreza, Emprego e Escolaridade: Notas sobre o caso português”, *in* DIOGO, Fernando, CASTRO, Alexandra, PERISTA, Pedro (Org), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, Contextos, Transformações e Estudos*, V. N. Famalicão: Edições Húmus, Lda, pp. 271-283.
- DURKHEIM, Émile (1991), *A Divisão do Trabalho Social*, Vol. II, 3ªEd, Lisboa: Editorial Presença.

- DURKHEIM, Émile (1998), *As Regras do Método Sociológico*, 7ªEd, Lisboa: Editorial Presença.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge: Polity Press.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (2009), *Três Lições sobre o Estado-Providência*, Lisboa: Campo da Comunicação.
- FALEIROS, Vicente Paula (2004), “Uma relação contraditória e possível entre o “seu” e o “eu”?” in Marco Aurélio Nogueira (2004), *Um Estado para a Sociedade Civil – Temas Éticos e Políticos da Gestão Democrática*. São Paulo: Edições Cortez.
- FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social” Vol. I, pp. 9-66, in, FERREIRA, Ricardo Sá, “Rendimento Social de Inserção, tolerância zero: o embrutecimento do estado”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIX, pp. 147-169.
- FERNANDES, António Teixeira (2010), *Cidadania e Direitos Humanos*, Porto: Estratégias Criativas.
- FERNANDES, Mónica, FLAMBÓ, Emília, MATOS, Alice Delerue, *et al*, (2012), “Novos Pobres e o Impacto Económico e Simbólico do RSI”, VII Congresso Português de Sociologia, Sociedade, Crise e Configurações, Porto: Universidade do Porto.
- FERREIRA, António Casimiro (2001), “Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos” in BOAVENTURA, SOUSA SANTOS (coord.), *Globalização, fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 255-293.
- FERREIRA, Maurizio (1996), “The Southern model of welfare in social Europe”, *Journal of European Social Policy*, 6 (1), pp: 17-37, in ADÃO E SILVA, Pedro (2002), “O modelo de "welfare" da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito” in, *Sociologia, problemas e práticas*, 38: 22-59.
- FERREIRA, Ricardo Sá (2015), “Rendimento Social de Inserção, tolerância zero: o embrutecimento do estado”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIX, pp. 147-169. [disponível: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192015000100008, 2019, 8 de março].
- FERREIRA, Virgínia – O Inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (2009). *Metodologias das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 165-196.

- FIRMINO DA COSTA, António, (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa: Mundos sociais.
- FOUCAULT, Michel, (1996), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, in, SILVA, Manuel Carlos, “Desigualdade, Pobreza e Exclusão Social: Entre legitimações e realidades de ontem e hoje”, in DIOGO, Fernando, CASTRO, Alexandra, PERISTA, Pedro (Org), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, Contextos, Transformações e Estudos*, V. N. Famalicão: Edições Húmus, Lda.
- GAMBIER, Dominique, VERNIÉRES, Michel, (1982), *Le marché du travail*, in RAMOS, Maria da Conceição Pereira (2003). *Ação Social na área do Emprego e da Formação Profissional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- GIDDENS, Anthony, (2002), *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GRINT, Keith, (2002). *Sociologia do Trabalho*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GUEDES, Renato, PEREIRA, Rui Viana (2012), “Quem paga o estado social em Portugal?” in Raquel Varela (Coord.) *Quem paga o Estado Social em Portugal?*, Lisboa: Bertrand Editora: 21-70.
- HESPANHA, Pedro (2008), “Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios”, Universidade Federal do Ceará, [disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/10865>, 2019, 8 de março].
- INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL (2012), Portaria n.º 257/2012 de 27 de Agosto, [disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/807636/Portaria_257_2012_27_agosto/c85a6234-9743-43cc-8bcf-ea27effd1c17, 2013, 20 de junho].
- INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL (2012), Decreto-Lei n.º 133/2012 de 27 de junho, [disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=2037A0012&nid=2037&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=, 2013, 20 de junho].
- INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL (2013), Decreto-Lei n.º 13/2013 de 25 de janeiro, [disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/1226101/Decreto-Lei_13_2013_25_janeiro/de5d2ca2-1141-49fe-9cd9-c72b9bb9aa3e, 2016, 16 de fevereiro].
- INSTITUTO SEGURANÇA SOCIAL (2017), Decreto-Lei n.º 90/2017, de 28 de julho, [disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/1226101/Decreto-Lei_13_2013_25_janeiro/de5d2ca2-1141-49fe-9cd9-c72b9bb9aa3e, 2017, 14 de setembro].

- LEEDS, Anthony (1971), “The concept of ‘Culture of Poverty’: Conceptual, Logical and Empirical Problems, with Perspectives from Brazil and Peru” in Manuel Carlos Silva (2008), “Desigualdade, pobreza e exclusão social: conceitos polissémicos, in *Redes Sociais, Experiências, Políticas e Perspetivas*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- LEIBFRIED, S (1992), “Gender and the development of welfare state? On integrating poverty regimes into the European Community”, in Z. Ferge e J. E. Kolberg (orgs), *Social Policies in a Changing Europe*, in ADÃO E SILVA, Pedro (2002), “O modelo de “welfare” da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito” in, *Sociologia, problemas e práticas*, 38: 22-59.
- LEWIS, Oscar (1970), *Os filhos de Sanchez*, Lisboa: Moraes Editores.
- Lucena, M. (1976b), “A Evolução do Sistema Corporativo Português – O Marcelismo, volume II” in PEREIRINHA, José António, CAROLO, Daniel Fernando (2009), “Construção do Estado-Providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935-1974): notas sobre a evolução da despesa social” Lisboa: Centro de Investigação Sobre a Economia Portuguesa [disponível: <http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~ghes/wp/wp362009.pdf>].
- JACOB, Luís (2012) *Universidades Sénior: Criar novos projetos de vida*. Almeirim: RUTIS, [disponível: http://media.wix.com/ugd/b9a269_b0cc134c70504667b5157b1f7b98aa6c.pdf 15 de julho de 2018].
- MATOS, Madalena, COSTA, Sónia (2015), “Impactos dos Acordos de Inserção no Desempenho do RSI (entre 2006-2009)”, in DIOGO, Fernando, CASTRO, Alexandra, PERISTA, Pedro (Org), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, Contextos, Transformações e Estudos*, V. N. Famalicão: Edições Húmus, Lda, pp. 271-283.
- MARQUES, Ana Paula (2009), *Trajetórias Quebradas. A vivência do desemprego de longa duração*, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, Lda.
- MARX, Karl (1976), *Sociedade e Mudanças Sociais*, Lisboa: Edições 70.
- MARX, Karl (1979), *O Capital*, Lisboa: Edições 70.
- MENDES, Américo M. S. Carvalho (2018), *Importância Económica e Social das IPSS em Portugal*, Orgal: CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade [disponível: https://www.researchgate.net/publication/331134938_Importancia_Economica_e_Social_das_IPSS_em_Portugal].

- MOREIRA, Carlos Diogo, (2007), *Teorias e práticas de investigação*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOZZICAFREDDO, Juan (1992), “O estado-providência em Portugal: estratégias contraditórias”, in ADÃO E SILVA, Pedro (2002), “O modelo de "welfare" da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito” in, *Sociologia, problemas e práticas*, 38: 22-59.
- MOZZICAFREDDO, Juan (1997), *Estado-providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- NUNES, Maria Helena (2004), *Agência do Assistente Social, regulação e rendimento mínimo garantido*. Porto: Estratégias Criativas.
- OLIVEIRA, Luísa (Coord.) (2008), *Competes – Estudo Prospectivo-Estratégico das Competências e Mais-Valias no Terceiro Sector*, Guimarães: Gráfica Covense – Guimarães.
- PALLARES-BURKE, Maria (2004), *Entrevista com Zigmunt Bauman, Tempo social*, vol.16, n.1, pp. 301-325 [online, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015, 13 de julho 2017].
- PAUGAM, Serge (2003), *A Desqualificação Social, Ensaio sobre a nova pobreza*, Porto: Porto Editora.
- PEREIRINHA, José António (2008), *Género e Pobreza, Impactos e Determinantes da Pobreza no Feminino*, Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- PEREIRINHA, José António, CAROLO, Daniel Fernando (2006), “Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935-1974): notas sobre a evolução da despesa social” Lisboa: Centro de Investigação Sobre a Economia Portuguesa [disponível: <http://pascal.iseg.utl.pt/~depeco/wp/wp302006.pdf>].
- PEREIRINHA, José António, CAROLO, Daniel Fernando (2009), “Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935-1974): notas sobre a evolução da despesa social” Lisboa: Centro de Investigação Sobre a Economia Portuguesa [disponível: <http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~ghes/wp/wp362009.pdf>].
- PERISTA, Pedro, BAPTISTA, Isabel (2010), “A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a

- acção”, Fórum Sociológico [Online]: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - NOVA [disponível: <https://journals.openedition.org/sociologico/165>].
- PINTO, Rui Pedro (2016), *Estado, Pobreza e Punição, Sobre o modelo analítico de Loic Wacquant e seu contributo para a compreensão da ação institucional no caso português*, Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- POCINHO, Ricardo Filipe da Silva (2014) “Mayores en contextos de aprendizaje: Caracterización y efectos psicológicos en los alumnos de las Universidades de Mayores en Portugal.” Dissertação de doutoramento em Psicogerontologia. Universitat de València. [disponível: http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Mayores_Pocinho.pdf 23 de outubro de 2016].
- PLATÃO, (2001), *A República*, in, SILVA, Manuel Carlos, “Desigualdade, Pobreza e Exclusão Social: Entre legitimações e realidades de ontem e hoje”, in DIOGO, Fernando, CASTRO, Alexandra, PERISTA, Pedro (Org), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, Contextos, Transformações e Estudos*, V. N. Famalicão: Edições Húmus, Lda.
- QUIVY, Raymond (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- RAJADO, Paulo José do Vale Pereira Santos (2012), “O desemprego em Portugal - Uma análise ao nível dos concelhos entre 2001/2009”, Dissertação de Mestrado em Economia Local, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- RAMOS, Maria da Conceição Pereira (2003). *Acção Social na área do Emprego e da Formação Profissional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- RAWLS, John (1986), *Justicia como Equidade, Materiales para una teoria de la justicia*, Madrid: Editorial Tecnos.
- RAWLS, John (1993), *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa: Editorial Presença.
- ROCHE, Pierre (2001). “Le laboratoire secret de la production de l’exclusion”, in *Précarisations du Travail et Lien Social. Des Hommes en trop?*, Roche, Pierre e Abécassis, Frédéric (coord.), Paris: L’Harmattan: pp. 27-40.
- RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010), “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal Sociologia”, Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pp. 191-230 [online disponível: <file:///C:/Users/Furriel/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/4PKYFSB5/8794.pdf>].

- RODRIGUES, Fernanda. (1996), *Pobreza e Exclusão Social: Configurações e Perspectivas, a Intervenção e Formação dos Profissionais Sociais*, in HOVEN, R. e NUNES, M. H (Org) *Desenvolvimento e Acção Local*. Lisboa: Fim do Século.
- ROSAS, João Cardoso (2003), “Justiça social e igualdade de oportunidades” in *Diacrítica: revista do Centro de Estudos Portugueses*, 17: 203-216.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (2012), *O Contrato Social*, Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- SÁ, Teresa (2010), “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral”, *Configurações, Revista de Sociologia*, Volume 7, [disponível: <file:///C:/Users/Furriel/Downloads/configuracoes-203.pdf>].
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1991), “State, Wage Relations and Social Welfare in the Semi periphery: the Case of Portugal”, in SPOSATI, Aldaiza, RODRIGUES, Fernanda, in *Revista Crítica de Ciências Sociais* N.º42, Maio 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001) ”Os processos da Globalização” in, Boaventura de Sousa Santos (Org.) *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Edições Afrontamento: 31-50.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, FERREIRA, Sílvia (2002), “A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflitantes” in, Pedro Hespanha e Graça Caparinho (Orgs.) *Risco social e incerteza: Pode o Estado-Social recuar mais?*, Porto: Edições Afrontamento: 177-225.
- SEN, Amartya (2003), *O Desenvolvimento como Liberdade*, Lisboa: Gradiva.
- SENNETT, Richard (2001), *A Corrosão do Carácter*, Lisboa: Terramar.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento
- SILVA, Manuel Carlos (2001), “A Sociedade e o Estado perante as desigualdades sociais: o caso português” in B.S. Santos, A.Cohn e A. Camargo (orgs), *Brasil – Portugal entre o passado e o futuro. O diálogo dos 500 anos*, Rio de Janeiro: EMC Edições, pp. 541-597.
- SILVA, Manuel Carlos (2008), “Desigualdade, pobreza e exclusão social: conceitos polissémicos”, in, Alcides A. Monteiro e Fernando Bessa Ribeiro (Org.), *Redes Sociais, Experiências, Políticas e Perspetivas*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, Manuel Carlos (2009), “Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica”, in, *Configurações*, 5/6: 11-41.

- SILVA, Manuel Carlos (2015), “Desigualdade, pobreza e exclusão social: entre legitimizações e realidades de ontem e hoje”, in DIOGO, Fernando, CASTRO, Alexandra, PERISTA, Pedro (Org), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, Contextos, Transformações e Estudos*, V. N. Famalicão: Edições Húmus, Lda, pp. 29-47.
- STOER, Stephen R. e MAGALHÃES, António M. (2005), *A Diferença Somos Nós, A Gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- TORRADO, Santiago Sánchez (1991). *Educación de Adultos y Calidad de Vida*. Barcelona: El Roure Editorial, S. A.
- TORRES, Anália e SILVA, F. (1998), “Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres” in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 28:9-65.
- VASCONCELOS, Pedro (2005), “Redes sociais de apoio”. In K. Wall (org), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 599-632.
- WALL, Karin (2005), “Modos de guarda das crianças”. In K. Wall (org), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- WALTERS, Shirley. (1997). *Globalizations, Adult Education and Training, Impacts and Issues*. Leicester: Niace.
- WEBER, Max (1972), *Economia e Sociedade*, Volume I, Basília: Editora Universidade da Brasília.
- WILDEMEERSCH, Danny (1998), *Adult Education and Social responsibility Reconciling their reconcilable?*, Frankfurt: Peter Lang.
- XIBERRAS, Martine (1993). *As Teorias da Exclusão, Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.
- VALA, Jorge – A Análise de Conteúdo, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (2009). *Metodologias das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 101 – 128.

Anexos

Anexo I – Inquérito por questionário



Universidade do Minho
Inquérito por questionário

Estimado cidadão ou cidadã, este inquérito será aplicado unicamente com o intuito de contribuir para uma investigação de doutoramento em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho sobre desigualdades sociais e estratégias de sobrevivência adotadas. O questionário é levado a cabo no respeito da máxima confidencialidade quanto às informações prestadas. Pedimos que seja sincero/a nas suas respostas e agradecemos desde já a sua colaboração.

Identificação pessoal

1. Sexo:

- Masculino 1
Feminino 2

2. Idade: _____

3. Estado Civil:

- Solteiro(a) 1
Casado(a) 2
União de Facto 3
Divorciado(a) 4
Separado(a) 5
Viúvo(a) 6

4. Concelho: _____

Freguesia: _____

5. Qual o seu nível de ensino?

- Não sabe ler nem escrever 1
Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe 2
1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano ou antiga 4ª classe) 3
2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) 4
3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou antigo 5º ano) 5
Ensino Secundário (12º ano ou antigo 7º ano) 6
Ensino Profissional/ Curso Médio 7
Curso Superior 8
Outro 9
Qual? _____

Caracterização Familiar

6. Refira, por favor, a idade, o estado civil, o nível de escolaridade e profissão de cada um destes elementos do seu agregado familiar. (☞ ver instruções de preenchimento)²⁵

| Relação de parentesco com o próprio | Sexo | Idade | Estado Civil | Escolaridade | Profissão Actual | Profissão Anterior |
|-------------------------------------|------|-------|--------------|--------------|------------------|--------------------|
| O respondente | | | | | | |
| Pai | | | | | | |
| Mãe | | | | | | |
| (Ex)Cônjuge | | | | | | |
| Filho(a) | | | | | | |
| Filho(a) | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

²⁵ INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

Profissão: Criado/a ou jornaleiro/a – 1. Caseiro ou camponês/a pobre – 2. Camponês/a a tempo parcial – 3. Lavrador abastado/proprietário/a – 4. Artesão/ã – 5. Operário/a fabril ou de construção civil – 6. Empregado/a do comércio ou serviços – 7. Funcionário/a público/a – 8. Militar ou pertencente à P.S.P. ou G.N.R. – 9. Trabalhador qualificado assalariado – 10. Profissional liberal por conta própria/Recibos verdes – 11. Pequeno/a empresário/a indústria/construção civil/comércio – 12. Médio/a empresário/a – 13. Grande empresário/a – 14. Emprego precário – 15. Desempregado – 16. Reformado – 17. Estudante - 18. Não sei – 19. Outra profissão: por favor, especifique qual - 20.

Situação face ao emprego

7. Qual é a sua situação atual face ao emprego?

- Empregado(a)
- Desempregado(a) (Avance para a pergunta 12)
- Reformado (a) (Avance para a pergunta 22)

8. Se está empregado(a), qual a sua situação?

- Contrato a termo certo, a prazo 1
- Contrato de prestação de serviços (recibos verdes) 2
- Contrato permanente (trabalhador efetivo) 3
- Trabalho à peça (sem contrato) 4
- Trabalho à tarefa (sem contrato) 5
- Trabalho ao dia (sem contrato) 6
- Trabalho sazonal (sem contrato) 7
- Outra 8
- Qual? _____

9. Qual o salário mensal líquido?

- | | Do próprio | Do cônjuge |
|------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Sem qualquer salário | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 1 |
| < 100 euros | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 2 |
| 101 euros a 300 euros | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 301 euros a 485 euros | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 486 euros a 700 euros | <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 5 |
| 701 euros a 1000 euros | <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 6 |
| > 1000 euros | <input type="checkbox"/> 7 | <input type="checkbox"/> 7 |
| Não aplicável | <input type="checkbox"/> 8 | <input type="checkbox"/> 8 |

10. O que significa para si o trabalho? (resposta múltipla – escolha apenas três razões)

- É uma forma de realização pessoal 1
- É um dever para todos 2
- É uma forma de sobrevivência 3
- É uma forma de obter segurança 4
- É uma forma de obter prestígio social 5
- É a base da criação de riqueza 6
- É uma forma de exploração 7
- Outra 8
- Qual? _____

11. Quantos anos tem de experiência profissional

- Não tem experiência profissional 1
- Apenas 1 ano 2
- De 1 a 5 anos 3
- De 6 a 10 anos 4
- De 11 a 15 anos 5
- De 16 a 20 anos 6
- 21 ou mais anos 7

Situação face ao desemprego

12. Se está desempregado(a), qual a sua situação?

- Desempregado(a) à procura de novo emprego 1
- Desempregado(a) à procura do primeiro emprego 2
- Presta apoio familiar não remunerado 3
- Estudante/ formando 4
- Estagiário(a) 5
- A aguardar reforma 6
- Outra 7

Qual? _____

13. Quais os principais motivos que levaram ao desemprego?

- Cessação de Contrato 1
- Cessação de Trabalho (sem contrato) 2
- Despedimento individual 3
- Resultante de despedimento coletivo 4
- Rescisão voluntária (por iniciativa própria) 5
- Falência da empresa 6
- Incapacidade para o trabalho (por doenç a) 7
- Prestação de apoio a um membro do agregado familiar 8
- Outra 9

Qual? _____

14. Há quantos anos se encontra desempregado (a)?

- Nunca trabalhou fora de casa 1
- Há 1 ano 2
- De 1 a 5 anos 3
- De 6 a 10 anos 4
- De 11 a 15 anos 5
- De 16 a 20 anos 6
- 21 ou mais anos 7

15. Face   situação de desemprego, pediu algum tipo de apoio social?

- Sim 1
 - Não 2
- Se não, porquê? _____
- _____

Respondentes empregados e desempregados - Recurso a apoios sociais

16. A que apoio social recorreu? (resposta múltipla – pode assinalar mais do que uma opção)

- Subsídio de desemprego 1
- Subsídio social de desemprego 2
- Rendimento Mínimo Garantido 3
- Rendimento Social de Inserção 4
- Apoios eventuais de ação social 5
- Banco Alimentar 6
- Cantina Social 7
- Integração em Creche 8
- Integração em ATL 9
- Cruz vermelha portuguesa 10
- Apoio escolar e/ou camarário 11
- Apoio domiciliário (SAD) 12
- Integração num lar de idosos/Lar residencial 13
- Integração em creche 14

IPSS's 15
 Outra 16
 Qual? _____

17. A necessidade de recorrer a algum apoio social teve origem em algum dos seguintes acontecimentos? (☑ resposta múltipla – pode assinalar mais do que uma razão)

| | Não | Sim |
|---|-----------------------------|--------------------------|
| O nascimentos do(s) filho(s) | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> |
| O casamento/ início da vida conjugal | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> |
| A doença ou morte de uma pessoa próxima | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> |
| A saída de casa dos pais | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> |
| A alteração do local de residência | <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> |
| O divórcio/ separação | <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> |
| Perda de emprego | <input type="checkbox"/> 7 | <input type="checkbox"/> |
| Perda de suporte familiar | <input type="checkbox"/> 8 | <input type="checkbox"/> |
| Suporte familiar insuficiente | <input type="checkbox"/> 9 | <input type="checkbox"/> |
| Outro(s) <input type="checkbox"/> Qual? _____ | <input type="checkbox"/> 10 | <input type="checkbox"/> |

18. Entretanto, a que estratégias/meios recorreu? (☑ resposta múltipla – pode assinalar mais do que uma opção)

| | |
|--|----------------------------|
| Agricultura para subsistência | <input type="checkbox"/> 1 |
| Empréstimo de dinheiro | <input type="checkbox"/> 2 |
| Apoio em géneros de familiares | <input type="checkbox"/> 3 |
| Apoio monetário de familiares | <input type="checkbox"/> 4 |
| Apoio de amigos/vizinhança | <input type="checkbox"/> 5 |
| Fornecimento a fiado junto da mercearia e outras lojas | <input type="checkbox"/> 6 |
| Recurso a loja social (ex. adquirir roupa) | <input type="checkbox"/> 7 |
| Ligação elétrica fornecida por vizinhança/gerador | <input type="checkbox"/> 8 |
| Outro | <input type="checkbox"/> 9 |
| Qual? _____ | |

19. No caso de incapacidade permanente para o trabalho, recebe pensão social de invalidez?

| | |
|-----------------------------|----------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> 1 |
| Não | <input type="checkbox"/> 2 |
| Se sim, qual o valor? _____ | |

20. Se beneficiou/beneficia da medida do RMG/RSI, desde há quantos anos é beneficiário?

| | |
|-----------------|----------------------------|
| Há 1 ano | <input type="checkbox"/> 1 |
| De 1 a 5 anos | <input type="checkbox"/> 2 |
| De 6 a 10 anos | <input type="checkbox"/> 3 |
| De 11 a 15 anos | <input type="checkbox"/> 4 |
| Mais anos | <input type="checkbox"/> 5 |

21. Quantas vezes precisou de recorrer novamente a apoios sociais após ter abandonado os mesmos?

| | |
|----------------|----------------------------|
| Nenhuma vez | <input type="checkbox"/> 1 |
| De 1 a 4 vezes | <input type="checkbox"/> 2 |
| De 5 a 9 vezes | <input type="checkbox"/> 3 |
| > 10 vezes | <input type="checkbox"/> 4 |

Pensão por velhice ou invalidez

22. Qual o valor mensal que recebe da pensão que lhe foi atribuída?

| | Do próprio | Do cônjuge |
|------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Sem qualquer salário | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 1 |
| < 100 euros | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 2 |
| 101 euros a 300 euros | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 3 |
| 301 euros a 485 euros | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 4 |
| 486 euros a 700 euros | <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 5 |
| 701 euros a 1000 euros | <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 6 |
| > 1000 euros | <input type="checkbox"/> 7 | <input type="checkbox"/> 7 |
| Não aplicável | <input type="checkbox"/> 8 | <input type="checkbox"/> 8 |

23. No caso de utilização de serviços como integração em lar de idosos/lar residencial, CAO, serviço de SAD, UCC, como suporta os gastos?

| | |
|---|----------------------------|
| Mensalidade suportada pelo próprio (pensão/reforma/poupança) | <input type="checkbox"/> 1 |
| Mensalidade suportada pelo próprio e por participação do Estado | <input type="checkbox"/> 2 |
| Mensalidade suportada na totalidade pelo Estado | <input type="checkbox"/> 3 |
| Mensalidade suportada pelo próprio e familiares | <input type="checkbox"/> 4 |
| Mensalidade suportada apenas por familiares | <input type="checkbox"/> 5 |
| Outro | <input type="checkbox"/> 6 |
| Qual? _____ | |

24. Já teve necessidade de recorrer a algum tipo de apoio social?

| | |
|-----|----------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> 1 |
| Não | <input type="checkbox"/> 2 |

Se sim, que tipo de apoio social?²⁶ _____

Todos os respondentes

25. E de que forma vê os apoios sociais disponíveis? (☑ resposta múltipla – pode assinalar mais do que uma opção)

| | |
|--|----------------------------|
| Um tipo de ajuda | <input type="checkbox"/> 1 |
| Uma forma de sobrevivência | <input type="checkbox"/> 2 |
| Um aproveitamento dos recursos do Estado | <input type="checkbox"/> 3 |
| Um direito adquirido por lutas coletivas | <input type="checkbox"/> 4 |
| Um direito humano | <input type="checkbox"/> 5 |
| Uma dívida do Estado | <input type="checkbox"/> 6 |
| Um meio insuficiente para as necessidades do dia-a-dia | <input type="checkbox"/> 7 |
| Outro | <input type="checkbox"/> 8 |
| Qual? _____ | |

26. Como considera que são vistos os apoios sociais pela comunidade? (☑ resposta múltipla – pode assinalar mais do que uma opção)

| | |
|--|----------------------------|
| Um tipo de ajuda | <input type="checkbox"/> 1 |
| Uma forma de sobrevivência | <input type="checkbox"/> 2 |
| Um aproveitamento dos recursos do Estado | <input type="checkbox"/> 3 |
| Um direito adquirido por lutas coletivas | <input type="checkbox"/> 4 |
| Um direito humano | <input type="checkbox"/> 5 |

²⁶ 3 INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:

- Uma dádiva do Estado 6
Um incitamento à preguiça 7
Outro 8
Qual? _____

27. Na sua família (pais/tios/avós/filhos) já alguém beneficiou ou beneficia de alguns apoios sociais?

- Sim 1
Não 2

Se sim, quem? _____

Que tipo de apoio social?²⁷ _____

Obrigada pela sua colaboração!

Esta investigação terá ainda uma fase de entrevistas. Aceita ser contactado/a futuramente?

- Sim
Não

Se sim, deixe-nos o seu nome e contacto

Apoios sociais: RMG/RSI **1.** Apoios eventuais para a compra de medicação/alimentação/vestuário **2.** Banco alimentar **3.** Loja Social **4.** Apoios da Cruz Vermelha Portuguesa **5.** IPSS's **6.** Unidade de cuidados continuados **7.** Serviço de SAD **8.** Centro de Dia **9.** Integração em lar/lar residencial **10.** Outro/ Qual **11.**

Anexo II – Guião entrevista semi-estruturada aos beneficiários/clientes



Universidade do Minho

Guião Entrevista aos Beneficiários

1. Questões de identificação/Caracterização sócio demográfica

1.1. Que idade tem?

1.2. Sexo: Homem
Mulher

1.3. Qual o seu estado civil: Solteiro(a)
Casado(a)
Em União de Facto
Divorciado(a):
Viúvo(a):
Outro:

1.4. Naturalidade? Nacionalidade?

2. Qual a composição do seu agregado familiar?

- a) Família Nuclear com filhos: nº de elementos
- b) Família Nuclear sem filhos: nº de elementos
- c) Família composta: nº de elementos
- d) Família alargada: nº de elementos
- e) Família Monoparental: nº de elementos

2.1. Tem filho(s): Sim
Não

1. Qual a sua escolaridade? E a dos seus pais? E a dos seus filhos?
2. Com que idade deixou de estudar?
3. Por que razões não continuou a estudar?
4. Como era o seu relacionamento com os colegas? E os professores?
5. O que acha da escola? Gostava de voltar a estudar? Porquê?
6. Até que anos frequentaram os seus filhos a escola?
7. Qual a sua relação como pai/mãe com a escola e os professores? E o papel ou influência da escola nos seus filhos foi boa ou má?
8. Como é tratado? Sente discriminação relativamente a si e aos seus filhos?
9. Por que razões os filhos não avançaram mais nos estudos?

10. Os seus filhos frequentaram alguma atividade extraordinária à escola (ex: música, desporto, línguas)?
11. A sua habitação é própria ou arrendada? Se arrendada, quanto paga? E como avalia as suas condições de habitação? Como a descreve?

Estilos de vida

12. Qual o seu principal meio de vida?
13. Encontra-se empregado ou desempregado? Há quanto tempo?
14. Porque acha que está desempregado? Por sua causa ou porque a economia não cresce, as pessoas à sua volta, a sociedade, o governo não se interessa?
15. Está inscrito/a no IEF? Sabe o que é? Se não está, porquê?
16. Recebe subsídio de desemprego? Se não recebe, porquê?
17. Na ausência de salário ou subsídio de desemprego, recorreu a algum apoio para assegurar a sua subsistência?
18. Se beneficiário do RSI, há quanto tempo?
19. Como souberam da existência do RSI/apoios sociais/serviço de que usufrui?
20. Tem procurado emprego? Ou simplesmente não existem empregos no concelho?
21. Com que idade começou a trabalhar? A fazer o quê?
22. Que tipo de actividades/ profissões sabe fazer ou já desempenhou?
23. Gostaria de ter outra profissão? Qual?
24. Conte as suas experiências profissionais? Teve empregos seguros com rendimento fixo e com contrato ou empregos precários?
25. Se doméstica e trabalha em casa, sente-se realizada? Já trabalhou fora de casa? Se não, porquê? Se já trabalhou, gostava de trabalhar de novo fora de casa?

Ciclo Familiar

26. Em que trabalham ou trabalharam os seus pais? Como era a vida dos seus pais?
27. Acha que a sua vida é melhor ou pior do que a dos seus pais? Porquê?
28. Em que trabalham ou trabalharam os seus filhos? Acha que os seus filhos vão ter uma vida melhor ou pior do que a sua? Porquê?
29. Frequentou alguma formação profissional? Senão, considera que se tivesse oportunidade de fazer uma formação profissional, esta poderia ajudá-lo/a na sua actividade? Que formação gostaria de fazer? Os seus filhos frequentaram formação profissionalizante? Tem filhos que passam por dificuldades ou algum tipo de privação? Estão desempregados? Ou estão com outros problemas como a toxicod dependência ou outros?
30. Quando trabalhava, o salário era suficiente para as despesas da família?

31. O que o/a levou ao desemprego? Há quantos anos se encontra desempregado/a?
32. Quais julga serem as razões que o/a leva a não conseguir emprego? E os seus filhos?
33. Em alternativa à questão anterior: O que gostaria de ter tido, tanto para si como para a sua família, e nunca pôde ter?
34. Tem algum problema de saúde? Se sim, qual tem sido a evolução ao longo dos anos? Esse problema de saúde teve consequências no trabalho e na obtenção de rendimento?
35. Há registo desses ou outros problemas de saúde na sua família?
36. Já pediu pensão de invalidez?

Relações com instituições da Segurança Social e outras

37. Descontou para a Segurança Social (ou Caixa de Previdência)? Durante quantos anos? Qual o seu valor de reforma? Qual o valor, em média, que descontava?
38. O valor que recebe é suficiente para as despesas que tem?
39. E se não é suficiente, que estratégias já desenvolveu para fazer face aos problemas económicos? A quem recorreu? Na sua família outras pessoas recebem estes apoios?
40. A que outras instituições recorre quando tem problemas?
41. Como é atendida na Segurança Social? E/ou nas IPSS a que recorre?
42. Qual a sua relação com os técnicos e como tem sido feito o acompanhamento pelos técnicos?
43. Com que frequência os técnicos os contatam?
44. Você ou algum membro do agregado familiar participou em ações levadas a cabo pelas instituições de apoio social?
45. Concorda com as medidas que foram tomadas? Pensa que estas contribuíram para uma melhor qualidade de vida?
46. Em caso de pedir apoio a certas instituições ou pessoas, acha que lhe fazem um favor ou acha que é um direito seu a ser ajudada?
47. Recebe algum apoio social (exemplos)?
48. Quando pediu/pede apoio/ajuda como se sentiu/sente? Como sentiu/sente que foi atendida a situação apresentada?
49. Já viu algum dos seus direitos a serem-lhe negados? Como é a sua relação com os técnicos que acompanham o seu caso na Segurança Social ou noutras instituições?
50. Já se sentiu excluído em algum momento, ou a sua família? Explique em que situação ou situações.
51. Se pudesse o que mudaria na sua vida? O que mudaria no apoio que é dado pelo Estado e por outras instituições às pessoas carenciadas?
52. Acha que a sua situação se deve à sua pessoa ou acha que é esta sociedade ou o Estado que lhe nega direitos? Sente-se dependente de quem a ajuda?

53. Porque razões acha que as instituições ou certas pessoas com posses a ajudam? Fazem-no de modo desinteressado ou querem algo em troca? E, neste caso, o que querem em troca?
54. Prefere que sejam IPSS ou o Estado a prestar-lhe os apoios (subsídios, comida e outras doações em género)?

Participação social e cidadania

55. Pertence a alguma associação local ou centro social ou centro paroquial? E por que é que associou ou foi incentivado por alguém? Quem?
56. Está recenseado/a? Costuma votar? Acha que é um dever seu ou uma ajuda para eleger a pessoa que a ajuda e protege?
57. Como vê a desigual distribuição da riqueza (por exemplo, a pobreza e miséria de milhões de pessoas e a concentração de capital/fortunas, grandes lucros, salários elevadíssimos)?
58. Qual o partido político que pensa melhor defender pessoas desempregadas, pobres e com dificuldades económicas?

Relações de Sociabilidade

59. Tem boas relações com os vizinhos? E ajudam-no/a quando necessita?

Opiniões

60. O que representa o casamento para si? Como ele é celebrado?
61. Qual a sua religião? E é praticante? (por exemplo, frequenta a missa?)
62. Como vê a morte? Crê que o seu sofrimento será recompensado no céu ou noutra mundo?

Obrigada pela Colaboração!

Anexo III – Guião entrevista Semi-estruturada aos técnicos



Universidade do Minho

Guião Entrevista aos Técnicos

3. Questões de identificação/formação

3.1. Que idade tem?

3.2. Sexo: Masculino

Feminino

3.3. Instituição e localidade onde exerce atividade profissional?

3.4. Categoria profissional e funções desempenhadas

3.5. Qual a sua formação? Tem alguma formação especializada? Tem frequentado formação contínua?

4. Exercício da atividade profissional

63. Em que ano iniciou a sua atividade profissional?

64. Quando começou a trabalhar, o que pensava que iria encontrar? A expectativa que tinha relativamente ao trabalho que poderia realizar com as famílias manteve-se? E, se se alterou, em que aspetos?

65. Com que tipo de constrangimentos/obstáculos se tem deparado?

66. Trabalha em Serviços da Segurança Social ou numa Instituição Privada de Solidariedade Social?

67. Do seu ponto de vista, quais são as expectativas dos utentes/beneficiários relativamente aos apoios sociais/intervenção social?

68. Considera que há problemas no cumprimento do princípio (ou norma) do sigilo no tratamento das situações?

69. O que considera que leva os beneficiários/utentes, a recorrer a apoios sociais, ou ao apoio de IPSS ou outras Instituições de cariz social?

70. As situações de desemprego com que lidam, o que considera que as tem provocado? De alguma forma, a maternidade influencia a situação face ao emprego das mulheres?

71. Os beneficiários do apoio/resposta social que surgem no atendimento/serviço, apresentam características muito diferentes?
72. Como considera que estes se vêem no usufruto dos apoios/respostas disponíveis?
73. Como lhe parece que a //sociedade// ou os não beneficiários vêem os apoios/respostas apresentadas? Que tipo de perceções e representações ouve na comunidade envolvente? Que tipo de comentários?
74. Na sua opinião, as medidas utilizadas, permitidas pelas políticas vigentes, vão de encontro às reais necessidades dos utentes/beneficiários?
75. O que considera que deveria mudar?
76. Concorda com as normas impostas pelo governo/segurança social? Que alterações introduziria?
77. As medidas de apoio social são suficientes para o bem-estar daqueles que acompanha?
78. Considera que têm havido alterações significativas/importantes no seu quotidiano? Pelo exercício das suas funções, como avalia as alterações ocorridas nas políticas sociais em Portugal nos últimos 5 anos?
79. Pensa que a intervenção/apoios sociais do Estado são integrados numa estratégia de diminuição das desigualdades e emancipação dos cidadãos beneficiários ou trata-se sobretudo e apenas de dar resposta imediata a situações de pobreza?
80. Qual pensa ser a razão por que é que os sucessivos governos mantêm esta combinação de dois sistemas de proteção social (privado e público)?
81. Qual destes dois tipos de prestação de serviços será mais económico ao Estado?
82. E qual deles lhe parece gerador de menor dependência social e política dos utentes face aos dirigentes de ambos os sistemas?
83. Qual a sua opinião: o Estado deve delegar e reforçar os apoios financeiros em IPSS? Ou deve progressivamente dispensar as IPSS, integrar os técnicos das IPSS no Estado e providenciar Serviços Públicos de Segurança Social a nível central ou municipal?
84. Sabemos que os apoios sociais nem sempre são suficientes para assegurar uma vida digna a quem deles beneficia; quais as estratégias de sobrevivência que tem encontrado na população carenciada e excluída?
85. Como avalia a potencialidade de as políticas sociais em Portugal contribuírem efectivamente para a diminuição dos níveis de pobreza?

86. Da sua experiência como técnico/a, que percepção tem acerca das situações de abuso por parte de beneficiários que recorrem a apoios sem reais necessidades (frequência)?
87. Crê que os beneficiários sentem que o apoio é um direito ou um favor dos técnicos ou dos políticos?
88. Considera que consegue resolver o problema, ou será que se cria mais dependência dos serviços?
89. Considera que tem algum tipo de poder sobre estas pessoas?
90. Enquanto técnico/a, considera que a sua ação é relevante no trabalho de combate à Pobreza e Exclusão Social, ou considera que são peças da máquina estatal para manter as pessoas acomodadas?

Obrigada pela Colaboração!

Anexo IV – Frequências – Inquéritos por questionário

| | | Idade | | | |
|--------|----|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
| Válido | 16 | 1 | ,2 | ,2 | ,2 |
| | 19 | 1 | ,2 | ,2 | ,5 |
| | 20 | 1 | ,2 | ,2 | ,7 |
| | 21 | 2 | ,5 | ,5 | 1,2 |
| | 22 | 3 | ,7 | ,7 | 1,9 |
| | 23 | 2 | ,5 | ,5 | 2,4 |
| | 24 | 6 | 1,5 | 1,5 | 3,9 |
| | 25 | 3 | ,7 | ,7 | 4,6 |
| | 26 | 4 | 1,0 | 1,0 | 5,6 |
| | 27 | 1 | ,2 | ,2 | 5,8 |
| | 28 | 2 | ,5 | ,5 | 6,3 |
| | 30 | 3 | ,7 | ,7 | 7,0 |
| | 31 | 2 | ,5 | ,5 | 7,5 |
| | 32 | 3 | ,7 | ,7 | 8,2 |
| | 33 | 1 | ,2 | ,2 | 8,5 |
| | 34 | 4 | 1,0 | 1,0 | 9,4 |
| | 35 | 1 | ,2 | ,2 | 9,7 |
| | 36 | 4 | 1,0 | 1,0 | 10,7 |
| | 37 | 5 | 1,2 | 1,2 | 11,9 |
| | 38 | 1 | ,2 | ,2 | 12,1 |
| | 39 | 10 | 2,4 | 2,4 | 14,5 |
| | 40 | 4 | 1,0 | 1,0 | 15,5 |
| | 41 | 1 | ,2 | ,2 | 15,7 |
| | 42 | 6 | 1,5 | 1,5 | 17,2 |
| | 43 | 9 | 2,2 | 2,2 | 19,4 |
| | 44 | 3 | ,7 | ,7 | 20,1 |
| | 45 | 2 | ,5 | ,5 | 20,6 |
| | 46 | 9 | 2,2 | 2,2 | 22,8 |
| | 47 | 13 | 3,1 | 3,1 | 25,9 |
| | 48 | 9 | 2,2 | 2,2 | 28,1 |
| | 49 | 3 | ,7 | ,7 | 28,8 |
| | 50 | 6 | 1,5 | 1,5 | 30,3 |
| | 51 | 2 | ,5 | ,5 | 30,8 |
| 52 | 15 | 3,6 | 3,6 | 34,4 | |
| 53 | 10 | 2,4 | 2,4 | 36,8 | |

| | | | | |
|----|----|-----|-----|-------|
| 54 | 7 | 1,7 | 1,7 | 38,5 |
| 55 | 4 | 1,0 | 1,0 | 39,5 |
| 56 | 8 | 1,9 | 1,9 | 41,4 |
| 57 | 10 | 2,4 | 2,4 | 43,8 |
| 58 | 9 | 2,2 | 2,2 | 46,0 |
| 59 | 5 | 1,2 | 1,2 | 47,2 |
| 60 | 6 | 1,5 | 1,5 | 48,7 |
| 61 | 4 | 1,0 | 1,0 | 49,6 |
| 62 | 7 | 1,7 | 1,7 | 51,3 |
| 63 | 6 | 1,5 | 1,5 | 52,8 |
| 64 | 5 | 1,2 | 1,2 | 54,0 |
| 65 | 6 | 1,5 | 1,5 | 55,4 |
| 66 | 4 | 1,0 | 1,0 | 56,4 |
| 67 | 5 | 1,2 | 1,2 | 57,6 |
| 68 | 3 | ,7 | ,7 | 58,4 |
| 69 | 3 | ,7 | ,7 | 59,1 |
| 70 | 5 | 1,2 | 1,2 | 60,3 |
| 71 | 4 | 1,0 | 1,0 | 61,3 |
| 72 | 3 | ,7 | ,7 | 62,0 |
| 73 | 4 | 1,0 | 1,0 | 63,0 |
| 74 | 11 | 2,7 | 2,7 | 65,6 |
| 75 | 8 | 1,9 | 1,9 | 67,6 |
| 76 | 7 | 1,7 | 1,7 | 69,2 |
| 77 | 5 | 1,2 | 1,2 | 70,5 |
| 78 | 8 | 1,9 | 1,9 | 72,4 |
| 79 | 5 | 1,2 | 1,2 | 73,6 |
| 80 | 10 | 2,4 | 2,4 | 76,0 |
| 81 | 10 | 2,4 | 2,4 | 78,5 |
| 82 | 5 | 1,2 | 1,2 | 79,7 |
| 83 | 9 | 2,2 | 2,2 | 81,8 |
| 84 | 7 | 1,7 | 1,7 | 83,5 |
| 85 | 18 | 4,4 | 4,4 | 87,9 |
| 86 | 14 | 3,4 | 3,4 | 91,3 |
| 87 | 6 | 1,5 | 1,5 | 92,7 |
| 88 | 6 | 1,5 | 1,5 | 94,2 |
| 89 | 4 | 1,0 | 1,0 | 95,2 |
| 90 | 6 | 1,5 | 1,5 | 96,6 |
| 91 | 6 | 1,5 | 1,5 | 98,1 |
| 92 | 4 | 1,0 | 1,0 | 99,0 |
| 93 | 2 | ,5 | ,5 | 99,5 |
| 94 | 2 | ,5 | ,5 | 100,0 |

| | | | | |
|-------|-----|-------|-------|--|
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |
|-------|-----|-------|-------|--|

Estatísticas

Estado Civil

| | | |
|---|--------|-----|
| N | Válido | 411 |
| | Omisso | 2 |

Estado Civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Solteiro | 147 | 35,6 | 35,8 | 35,8 |
| | Casado(a) | 95 | 23,0 | 23,1 | 58,9 |
| | União de facto | 8 | 1,9 | 1,9 | 60,8 |
| | Divorciado(a) | 45 | 10,9 | 10,9 | 71,8 |
| | Separado(a) | 9 | 2,2 | 2,2 | 74,0 |
| | Viúvo(a) | 107 | 25,9 | 26,0 | 100,0 |
| | Total | 411 | 99,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 2 | ,5 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Concelho

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Cabeceiras de Basto | 126 | 30,5 | 30,5 | 30,5 |
| | Celorico de Basto | 286 | 69,2 | 69,2 | 99,8 |
| | Outro | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Freguesia

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Agilde | 8 | 1,9 | 2,0 | 2,0 |
| | Arnoia | 20 | 4,8 | 4,9 | 6,9 |
| | Borba da Montanha | 26 | 6,3 | 6,4 | 13,2 |
| | Codeçoso | 15 | 3,6 | 3,7 | 16,9 |
| | Fervença | 17 | 4,1 | 4,2 | 21,1 |
| | Moreira do Castelo | 7 | 1,7 | 1,7 | 22,8 |
| | Rego | 3 | ,7 | ,7 | 23,5 |
| | Ribas | 40 | 9,7 | 9,8 | 33,3 |
| | Basto (S. Clemente) | 17 | 4,1 | 4,2 | 37,5 |
| | Vale de Bouro | 8 | 1,9 | 2,0 | 39,5 |

| | | | | | |
|--------|---|-----|-------|-------|-------|
| | União de freguesias de Britelo, Gémos e Ourilhe | 54 | 13,1 | 13,2 | 52,7 |
| | União de freguesias de Caçarilhe e Infesta | 16 | 3,9 | 3,9 | 56,6 |
| | União de Freguesias de Canedo de Basto e Corgo | 16 | 3,9 | 3,9 | 60,5 |
| | União de freguesias de Carvalho e Basto (Santa Tecla) | 10 | 2,4 | 2,5 | 63,0 |
| | União de freguesias de Veade, Gagos e Molares | 25 | 6,1 | 6,1 | 69,1 |
| | 16 | 3 | ,7 | ,7 | 69,9 |
| | Bucos | 1 | ,2 | ,2 | 70,1 |
| | Basto (Sta. Senhorinha) | 4 | 1,0 | 1,0 | 71,1 |
| | Cabeceiras de Basto (S. Nicolau) | 12 | 2,9 | 2,9 | 74,0 |
| | Cavez | 23 | 5,6 | 5,6 | 79,7 |
| | Faia | 6 | 1,5 | 1,5 | 81,1 |
| | Pedraça | 9 | 2,2 | 2,2 | 83,3 |
| | Riodouro | 13 | 3,1 | 3,2 | 86,5 |
| | União de freguesias de Alvite e Passos | 6 | 1,5 | 1,5 | 88,0 |
| | União de freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune | 14 | 3,4 | 3,4 | 91,4 |
| | União de freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela | 34 | 8,2 | 8,3 | 99,8 |
| | 29 | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 408 | 98,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 5 | 1,2 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Nível de ensino

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não sabe ler nem escrever | 142 | 34,4 | 34,5 | 34,5 |
| | Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe | 95 | 23,0 | 23,1 | 57,5 |

| | | | | |
|--|-----|-------|-------|-------|
| 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano ou 4ª classe antiga) | 85 | 20,6 | 20,6 | 78,2 |
| 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 31 | 7,5 | 7,5 | 85,7 |
| 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou 5º ano antigo) | 42 | 10,2 | 10,2 | 95,9 |
| Ensino Secundário (12º ano ou antigo 7º ano) | 12 | 2,9 | 2,9 | 98,8 |
| Ensino Profissional/Curso Médio | 1 | ,2 | ,2 | 99,0 |
| Curso Superior | 2 | ,5 | ,5 | 99,5 |
| Outro | 2 | ,5 | ,5 | 100,0 |
| Total | 412 | 99,8 | 100,0 | |
| Omisso Sistema | 1 | ,2 | | |
| Total | 413 | 100,0 | | |

Qual

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------------------------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 411 | 99,5 | 99,5 | 99,5 |
| 1º Ano de curso superior | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| Invisível | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Situação face ao emprego

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|---------------------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido Empregado(a) | 15 | 3,6 | 3,6 | 3,6 |
| Desempregado(a) | 110 | 26,6 | 26,6 | 30,3 |
| Reformado(a) | 288 | 69,7 | 69,7 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Qual a situação do emprego

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|---|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido Contrato a termo, a prazo | 4 | 1,0 | 20,0 | 20,0 |
| Contrato de prestação de serviços (recibos verdes) | 2 | ,5 | 10,0 | 30,0 |
| Contrato permanente (trabalho efetivo) | 3 | ,7 | 15,0 | 45,0 |

| | | | | | |
|--------|----------------------------------|-----|-------|-------|-------|
| | Trabalho à peça (sem contrato) | 2 | ,5 | 10,0 | 55,0 |
| | Trabalho à tarefa (sem contrato) | 1 | ,2 | 5,0 | 60,0 |
| | Trabalho ao dia (sem contrato) | 6 | 1,5 | 30,0 | 90,0 |
| | Trabalho sazonal (sem contrato) | 1 | ,2 | 5,0 | 95,0 |
| | 8 | 1 | ,2 | 5,0 | 100,0 |
| | Total | 20 | 4,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 393 | 95,2 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Salário (próprio)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | <100 | 1 | ,2 | 5,0 | 5,0 |
| | 101 a 300 | 4 | 1,0 | 20,0 | 25,0 |
| | 301 a 485 | 8 | 1,9 | 40,0 | 65,0 |
| | 486 a 700 | 5 | 1,2 | 25,0 | 90,0 |
| | 701 a 1000 | 2 | ,5 | 10,0 | 100,0 |
| | Total | 20 | 4,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 393 | 95,2 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Salário (conjuge)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | <100 | 1 | ,2 | 11,1 | 11,1 |
| | 101 a 300 | 2 | ,5 | 22,2 | 33,3 |
| | 301 a 485 | 3 | ,7 | 33,3 | 66,7 |
| | 486 a 700 | 1 | ,2 | 11,1 | 77,8 |
| | 701 a 1000 | 1 | ,2 | 11,1 | 88,9 |
| | >1000 | 1 | ,2 | 11,1 | 100,0 |
| | Total | 9 | 2,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 404 | 97,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

É uma forma de realização pessoal

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
|--|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|-------|-------|
| Válido | Não | 5 | 1,2 | 26,3 | 26,3 |
| | Sim | 14 | 3,4 | 73,7 | 100,0 |
| | Total | 19 | 4,6 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 394 | 95,4 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

É um dever de todos

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 12 | 2,9 | 60,0 | 60,0 |
| | Sim | 8 | 1,9 | 40,0 | 100,0 |
| | Total | 20 | 4,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 393 | 95,2 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

É uma forma de sobrevivência

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 7 | 1,7 | 35,0 | 35,0 |
| | Sim | 12 | 2,9 | 60,0 | 95,0 |
| | 3 | 1 | ,2 | 5,0 | 100,0 |
| | Total | 20 | 4,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 393 | 95,2 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

É uma forma de obter segurança

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 15 | 3,6 | 75,0 | 75,0 |
| | Sim | 5 | 1,2 | 25,0 | 100,0 |
| | Total | 20 | 4,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 393 | 95,2 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

É uma forma de obter prestígio social

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 14 | 3,4 | 70,0 | 70,0 |
| | Sim | 6 | 1,5 | 30,0 | 100,0 |
| | Total | 20 | 4,8 | 100,0 | |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|--|--|
| Omisso | Sistema | 393 | 95,2 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

É a base da criação de riqueza

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 15 | 3,6 | 75,0 | 75,0 |
| | Sim | 5 | 1,2 | 25,0 | 100,0 |
| | Total | 20 | 4,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 393 | 95,2 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

É uma forma de exploração

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 19 | 4,6 | 95,0 | 95,0 |
| | Sim | 1 | ,2 | 5,0 | 100,0 |
| | Total | 20 | 4,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 393 | 95,2 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Qual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 412 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |
| | Obrigação | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Anos de experiência profissional

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não tem experiência profissional | 1 | ,2 | 5,0 | 5,0 |
| | De 1 a 5 anos | 4 | 1,0 | 20,0 | 25,0 |
| | De 6 a 10 anos | 5 | 1,2 | 25,0 | 50,0 |
| | De 16 a 20 anos | 6 | 1,5 | 30,0 | 80,0 |
| | 21 ou mais anos | 4 | 1,0 | 20,0 | 100,0 |
| | Total | 20 | 4,8 | 100,0 | |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|--|--|
| Omisso | Sistema | 393 | 95,2 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Qual a situação de desemprego

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Desempregado(a) à procura de novo emprego | 82 | 19,9 | 74,5 | 74,5 |
| | Desempregado(a) à procura do primeiro emprego | 9 | 2,2 | 8,2 | 82,7 |
| | A aguardar reforma | 3 | ,7 | 2,7 | 85,5 |
| | Outra | 6 | 1,5 | 5,5 | 90,9 |
| | 8 | 10 | 2,4 | 9,1 | 100,0 |
| | Total | 110 | 26,6 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 303 | 73,4 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Qual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 403 | 97,6 | 97,6 | 97,6 |
| | CIT | 4 | 1,0 | 1,0 | 98,5 |
| | Doença | 1 | ,2 | ,2 | 98,8 |
| | Doméstica | 1 | ,2 | ,2 | 99,0 |
| | Não pode trabalhar | 1 | ,2 | ,2 | 99,3 |
| | Nunca exerceu atividade laboral remunerada | 1 | ,2 | ,2 | 99,5 |
| | Pensão de Invalidez | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| | Sempre trabalhou em casa | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Qual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 390 | 94,4 | 94,4 | 94,4 |
| | Cessaçãõ da empresa em nome individual | 1 | ,2 | ,2 | 94,7 |
| | Consumo excessivo de álcool | 1 | ,2 | ,2 | 94,9 |

| | | | | |
|---|-----|-------|-------|-------|
| Desemprego devido a acidente | 1 | ,2 | ,2 | 95,2 |
| Doença | 1 | ,2 | ,2 | 95,4 |
| Emigrou | 1 | ,2 | ,2 | 95,6 |
| Falta de trabalho | 1 | ,2 | ,2 | 95,9 |
| Nunca exerceu atividade laboral remunerada | 11 | 2,7 | 2,7 | 98,5 |
| Nunca trabalhou fora | 3 | ,7 | ,7 | 99,3 |
| Opção do marido | 1 | ,2 | ,2 | 99,5 |
| Sempre trabalhou na agricultura | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| Sempre trabalhou na agricultura de subsistência | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Há quantos anos de encontra desempregado(a)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Nunca trabalhou fora de casa | 16 | 3,9 | 14,8 | 14,8 |
| | Há 1 ano | 13 | 3,1 | 12,0 | 26,9 |
| | De 1 a 5 anos | 15 | 3,6 | 13,9 | 40,7 |
| | De 6 a 10 anos | 29 | 7,0 | 26,9 | 67,6 |
| | De 11 a 15 anos | 15 | 3,6 | 13,9 | 81,5 |
| | De 16 a 20 anos | 12 | 2,9 | 11,1 | 92,6 |
| | 21 ou mais anos | 8 | 1,9 | 7,4 | 100,0 |
| | Total | 108 | 26,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 305 | 73,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Face à situação de desemprego, pediu algum tipo de apoio social

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 91 | 22,0 | 86,7 | 86,7 |
| | 2 | 14 | 3,4 | 13,3 | 100,0 |
| | Total | 105 | 25,4 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 308 | 74,6 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Rendimento Mínimo Garantido (RMG)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 87 | 21,1 | 70,2 | 70,2 |
| | Sim | 37 | 9,0 | 29,8 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Rendimento Social de Inserção (RSI)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 15 | 3,6 | 12,1 | 12,1 |
| | Sim | 109 | 26,4 | 87,9 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Apoios eventuais de ação social

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 65 | 15,7 | 52,4 | 52,4 |
| | Sim | 59 | 14,3 | 47,6 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Banco Alimentar

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 78 | 18,9 | 62,9 | 62,9 |
| | Sim | 46 | 11,1 | 37,1 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Cantina Social

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 95 | 23,0 | 76,6 | 76,6 |
| | Sim | 29 | 7,0 | 23,4 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|--|--|
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Integração em Creche

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 115 | 27,8 | 92,7 | 92,7 |
| | Sim | 9 | 2,2 | 7,3 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Integração em ATL

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 121 | 29,3 | 97,6 | 97,6 |
| | Sim | 3 | ,7 | 2,4 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Cruz vermelha portuguesa

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 121 | 29,3 | 97,6 | 97,6 |
| | Sim | 3 | ,7 | 2,4 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Apoio escolar e/ou camarário

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 91 | 22,0 | 73,4 | 73,4 |
| | Sim | 33 | 8,0 | 26,6 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Apoio domiciliário (SAD)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Não | 110 | 26,6 | 88,7 | 88,7 |
| | Sim | 14 | 3,4 | 11,3 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Integração em lar de idosos/Lar residencial

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Não | 124 | 30,0 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Integração em Infantilário

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Não | 109 | 26,4 | 87,9 | 87,9 |
| | Sim | 15 | 3,6 | 12,1 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

IPSS's

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Não | 99 | 24,0 | 79,8 | 79,8 |
| | Sim | 25 | 6,1 | 20,2 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Qual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | | 389 | 94,2 | 94,2 | 94,2 |
| | Apoio da seg. social para consultas | 1 | ,2 | ,2 | 94,4 |

| | | | | |
|--------------------------------|-----|-------|-------|-------|
| Banco Local de Voluntariado | 1 | ,2 | ,2 | 94,7 |
| Escalão A | 1 | ,2 | ,2 | 94,9 |
| PCAAC | 20 | 4,8 | 4,8 | 99,8 |
| PCAAC/Fundo garantia a menores | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

O nascimento do(s) filho(s)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 96 | 23,2 | 77,4 | 77,4 |
| | Sim | 28 | 6,8 | 22,6 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

O casamento/início da vida conjugal

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 116 | 28,1 | 93,5 | 93,5 |
| | Sim | 8 | 1,9 | 6,5 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

A doença ou morte de uma pessoa próxima

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 105 | 25,4 | 84,7 | 84,7 |
| | Sim | 19 | 4,6 | 15,3 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

A saída de casa dos pais

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 116 | 28,1 | 93,5 | 93,5 |
| | Sim | 8 | 1,9 | 6,5 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|--|--|
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

A alteração do local de residência

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 117 | 28,3 | 94,4 | 94,4 |
| | Sim | 7 | 1,7 | 5,6 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

O divórcio/separação

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 89 | 21,5 | 71,8 | 71,8 |
| | Sim | 35 | 8,5 | 28,2 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Perda de emprego

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 55 | 13,3 | 44,4 | 44,4 |
| | Sim | 69 | 16,7 | 55,6 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Perda de suporte familiar

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 95 | 23,0 | 76,6 | 76,6 |
| | Sim | 29 | 7,0 | 23,4 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Suporte familiar insuficiente

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 73 | 17,7 | 58,9 | 58,9 |
| | Sim | 51 | 12,3 | 41,1 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outro

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 401 | 97,1 | 97,1 | 97,1 |
| | Carência económica | 1 | ,2 | ,2 | 97,3 |
| | Desemprego do filho | 1 | ,2 | ,2 | 97,6 |
| | Doença | 6 | 1,5 | 1,5 | 99,0 |
| | Insuficiência de rendimentos | 2 | ,5 | ,5 | 99,5 |
| | Subsídio casamento | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| | Vive só | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Agricultura para subsistência

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 38 | 9,2 | 30,6 | 30,6 |
| | Sim | 85 | 20,6 | 68,5 | 99,2 |
| | 4 | 1 | ,2 | ,8 | 100,0 |
| | Total | 124 | 30,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 289 | 70,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Empréstimo de dinheiro

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 79 | 19,1 | 64,2 | 64,2 |
| | Sim | 44 | 10,7 | 35,8 | 100,0 |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|-------|--|
| | Total | 123 | 29,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 290 | 70,2 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Apoio em gêneros de familiares

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 74 | 17,9 | 60,2 | 60,2 |
| | Sim | 49 | 11,9 | 39,8 | 100,0 |
| | Total | 123 | 29,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 290 | 70,2 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Apoio monetário de familiares

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 79 | 19,1 | 64,2 | 64,2 |
| | Sim | 44 | 10,7 | 35,8 | 100,0 |
| | Total | 123 | 29,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 290 | 70,2 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Apoio de amigos/vizinhança

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 87 | 21,1 | 70,7 | 70,7 |
| | Sim | 36 | 8,7 | 29,3 | 100,0 |
| | Total | 123 | 29,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 290 | 70,2 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Fornecimento a fiado junto de mercearia e outras lojas

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 90 | 21,8 | 73,2 | 73,2 |
| | Sim | 33 | 8,0 | 26,8 | 100,0 |
| | Total | 123 | 29,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 290 | 70,2 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Recurso a loja social (ex. adquirir roupa)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 103 | 24,9 | 83,7 | 83,7 |
| | Sim | 20 | 4,8 | 16,3 | 100,0 |
| | Total | 123 | 29,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 290 | 70,2 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Ligação elétrica fornecida por vizinhança/gerador

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 0 | 115 | 27,8 | 93,5 | 93,5 |
| | 1 | 8 | 1,9 | 6,5 | 100,0 |
| | Total | 123 | 29,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 290 | 70,2 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outro

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 405 | 98,1 | 98,1 | 98,1 |
| | AS | 1 | ,2 | ,2 | 98,3 |
| | Banco alimentar | 1 | ,2 | ,2 | 98,5 |
| | Banco Alimentar | 1 | ,2 | ,2 | 98,8 |
| | Biscates | 1 | ,2 | ,2 | 99,0 |
| | Pensão da Cônjuge | 1 | ,2 | ,2 | 99,3 |
| | Pensão de alimentos dos filhos | 1 | ,2 | ,2 | 99,5 |
| | Pensão de sobrevivência | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| | RSI/AS | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

No caso de incapacidade permanente para o trabalho, recebe pensão social de invalidez?

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 1 | ,2 | 2,4 | 2,4 |
| | Sim | 3 | ,7 | 7,3 | 9,8 |
| | 2 | 37 | 9,0 | 90,2 | 100,0 |
| | Total | 41 | 9,9 | 100,0 | |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|--|--|
| Omisso | Sistema | 372 | 90,1 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Há quantos anos beneficia/beneficiou de RMG/RSI

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Há 1 ano | 19 | 4,6 | 17,4 | 17,4 |
| | De 1 a 5 anos | 41 | 9,9 | 37,6 | 55,0 |
| | De 6 a 10 anos | 29 | 7,0 | 26,6 | 81,7 |
| | De 11 a 15 anos | 18 | 4,4 | 16,5 | 98,2 |
| | Mais anos | 2 | ,5 | 1,8 | 100,0 |
| | Total | 109 | 26,4 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 304 | 73,6 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Quantas vezes precisou de recorrer novamente a apoios sociais após abandono dos mesmos

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Nenhuma vez | 42 | 10,2 | 37,8 | 37,8 |
| | De 1 a 4 vezes | 63 | 15,3 | 56,8 | 94,6 |
| | De 5 a 9 vezes | 4 | 1,0 | 3,6 | 98,2 |
| | > 10 vezes | 2 | ,5 | 1,8 | 100,0 |
| | Total | 111 | 26,9 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 302 | 73,1 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Pensão por velhice ou invalidez (próprio)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | <100 | 7 | 1,7 | 2,4 | 2,4 |
| | 101 a 300 | 2 | ,5 | ,7 | 3,1 |
| | 301 a 485 | 120 | 29,1 | 41,2 | 44,3 |
| | 486 a 700 | 123 | 29,8 | 42,3 | 86,6 |
| | 701 a 1000 | 35 | 8,5 | 12,0 | 98,6 |
| | >1000 | 4 | 1,0 | 1,4 | 100,0 |
| | Total | 291 | 70,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 122 | 29,5 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Pensão por velhice ou invalidez (conjuge)

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | <100 | 1 | ,2 | 3,0 | 3,0 |
| | 101 a 300 | 5 | 1,2 | 15,2 | 18,2 |
| | 301 a 485 | 17 | 4,1 | 51,5 | 69,7 |
| | 486 a 700 | 8 | 1,9 | 24,2 | 93,9 |
| | 701 a 1000 | 1 | ,2 | 3,0 | 97,0 |
| | >1000 | 1 | ,2 | 3,0 | 100,0 |
| | Total | 33 | 8,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 380 | 92,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Como suporta os gastos da integração em lar de idosos/lar residencial, CAO, serviço de SAD, UCC

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Mensalidade suportada pelo próprio (pensão/reforma/poupança) | 125 | 30,3 | 41,5 | 41,5 |
| | Mensalidade suportada pelo próprio e por participação do Estado | 135 | 32,7 | 44,9 | 86,4 |
| | Mensalidade suportada na totalidade pelo Estado | 11 | 2,7 | 3,7 | 90,0 |
| | Mensalidade suportada pelo próprio e familiares | 18 | 4,4 | 6,0 | 96,0 |
| | Mensalidade suportada apenas por familiares | 8 | 1,9 | 2,7 | 98,7 |
| | 6 | 4 | 1,0 | 1,3 | 100,0 |
| | Total | 301 | 72,9 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 112 | 27,1 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Qual

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 406 | 98,3 | 98,3 | 98,3 |
| Doença | 1 | ,2 | ,2 | 98,5 |
| Mensalidade suportada pelo próprio e por familiares | 5 | 1,2 | 1,2 | 99,8 |
| Pensão da Cônjuge | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Se pensionista, já recorreu a algum apoio social?

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | | | |
| Sim | 285 | 69,0 | 81,9 | 81,9 |
| 2 | 63 | 15,3 | 18,1 | 100,0 |
| Total | 348 | 84,3 | 100,0 | |
| Omisso | | | | |
| Sistema | 65 | 15,7 | | |
| Total | 413 | 100,0 | | |

A que tipo de apoio social?

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|-----------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 129 | 31,2 | 31,2 | 31,2 |
| 1 | 1 | ,2 | ,2 | 31,5 |
| A terceiros na construção da casa | 1 | ,2 | ,2 | 31,7 |
| Ação Social; Pensão de invalidez | 1 | ,2 | ,2 | 32,0 |
| Ajudas médicas | 1 | ,2 | ,2 | 32,2 |
| Ajudas Técnicas/SAD | 1 | ,2 | ,2 | 32,4 |
| AS | 11 | 2,7 | 2,7 | 35,1 |
| AS - Medicação /Lar de idosos | 1 | ,2 | ,2 | 35,4 |
| AS/Loja Social/IPSS | 1 | ,2 | ,2 | 35,6 |
| AS/PCACC | 1 | ,2 | ,2 | 35,8 |
| AS/RSI/Banco Alimentar/SAD | 1 | ,2 | ,2 | 36,1 |
| AS/SAD | 3 | ,7 | ,7 | 36,8 |
| Banco Alimentar | 3 | ,7 | ,7 | 37,5 |
| Cantina Social | 5 | 1,2 | 1,2 | 38,7 |
| Cantina Social/CVP | 1 | ,2 | ,2 | 39,0 |

| | | | | |
|---|----|------|------|------|
| Centro de Dia | 3 | ,7 | ,7 | 39,7 |
| IPSS | 16 | 3,9 | 3,9 | 43,6 |
| IPSS/AS | 1 | ,2 | ,2 | 43,8 |
| IPSS/CVP | 1 | ,2 | ,2 | 44,1 |
| IPSS/F.A. | 3 | ,7 | ,7 | 44,8 |
| IPSS/Lar Residencial | 20 | 4,8 | 4,8 | 49,6 |
| Lar de idosos | 44 | 10,7 | 10,7 | 60,3 |
| Lar de idosos/Centro de Dia/SAD | 1 | ,2 | ,2 | 60,5 |
| Lar de idosos/SAD | 1 | ,2 | ,2 | 60,8 |
| Lar Residencial | 1 | ,2 | ,2 | 61,0 |
| Loja Social | 2 | ,5 | ,5 | 61,5 |
| Não sabe | 1 | ,2 | ,2 | 61,7 |
| Pensão de invalidez | 5 | 1,2 | 1,2 | 63,0 |
| Pensão social/Lar de idosos | 1 | ,2 | ,2 | 63,2 |
| RMG/RSI | 8 | 1,9 | 1,9 | 65,1 |
| RMG/RSI/AS/Cantina Social | 1 | ,2 | ,2 | 65,4 |
| RMG/RSI/PCAAC/Banco Alimentar/Sub.Desemp. | 1 | ,2 | ,2 | 65,6 |
| RMG/RSI/SAD | 1 | ,2 | ,2 | 65,9 |
| RMG/RSIRMG/RSI | 1 | ,2 | ,2 | 66,1 |
| RMG/SAD | 1 | ,2 | ,2 | 66,3 |
| RSI | 14 | 3,4 | 3,4 | 69,7 |
| RSI/AS | 3 | ,7 | ,7 | 70,5 |
| RSI/AS/Apoio económico CPCJ | 1 | ,2 | ,2 | 70,7 |
| RSI/AS/Banco Alimentar | 4 | 1,0 | 1,0 | 71,7 |
| RSI/AS/Banco Alimentar/Cantina Social | 1 | ,2 | ,2 | 71,9 |
| RSI/AS/Cantina Social | 3 | ,7 | ,7 | 72,6 |
| RSI/Banco Alimentar | 1 | ,2 | ,2 | 72,9 |
| RSI/Banco Alimentar/AS | 1 | ,2 | ,2 | 73,1 |
| RSI/Cantina Social | 2 | ,5 | ,5 | 73,6 |
| RSI/IPSS/Lar Residencial | 2 | ,5 | ,5 | 74,1 |
| RSI/Lar de idosos | 1 | ,2 | ,2 | 74,3 |
| RSI/Loja Social | 1 | ,2 | ,2 | 74,6 |
| RSI/PCAAC | 2 | ,5 | ,5 | 75,1 |
| RSI/SAD | 8 | 1,9 | 1,9 | 77,0 |
| SAD | 87 | 21,1 | 21,1 | 98,1 |

| | | | | |
|-------------------|-----|-------|-------|-------|
| SAD/AS | 1 | ,2 | ,2 | 98,3 |
| SAD/Lar de idosos | 5 | 1,2 | 1,2 | 99,5 |
| UCC | 2 | ,5 | ,5 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um tipo de ajuda

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 81 | 19,6 | 19,6 | 19,6 |
| | Sim | 332 | 80,4 | 80,4 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Uma forma de sobrevivência

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 229 | 55,4 | 55,4 | 55,4 |
| | Sim | 183 | 44,3 | 44,3 | 99,8 |
| | 11 | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um aproveitamento dos recursos do Estado

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 380 | 92,0 | 92,0 | 92,0 |
| | Sim | 33 | 8,0 | 8,0 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um direito adquirido por lutas coletivas

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 401 | 97,1 | 97,1 | 97,1 |
| | Sim | 12 | 2,9 | 2,9 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um direito humano

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 331 | 80,1 | 80,1 | 80,1 |
| | Sim | 82 | 19,9 | 19,9 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um meio insuficiente para as necessidades do dia-a-dia

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 392 | 94,9 | 94,9 | 94,9 |
| | Sim | 21 | 5,1 | 5,1 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Outro

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 341 | 82,6 | 82,6 | 82,6 |
| | Sim | 72 | 17,4 | 17,4 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

p25.8

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 0 | 407 | 98,5 | 98,5 | 98,5 |
| | 1 | 6 | 1,5 | 1,5 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Qual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 409 | 99,0 | 99,0 | 99,0 |
| | Não sabe | 4 | 1,0 | 1,0 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um tipo de ajuda

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 120 | 29,1 | 29,1 | 29,1 |
| | Sim | 293 | 70,9 | 70,9 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Uma forma de sobrevivência

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 301 | 72,9 | 72,9 | 72,9 |
| | Sim | 112 | 27,1 | 27,1 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um aproveitamento dos recursos do Estado

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 330 | 79,9 | 79,9 | 79,9 |
| | Sim | 83 | 20,1 | 20,1 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um direito adquirido por lutas coletivas

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 407 | 98,5 | 98,5 | 98,5 |
| | Sim | 6 | 1,5 | 1,5 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um direito humano

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 352 | 85,2 | 85,2 | 85,2 |
| | Sim | 61 | 14,8 | 14,8 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Uma dívida do Estado

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 402 | 97,3 | 97,3 | 97,3 |
| | Sim | 11 | 2,7 | 2,7 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Um incitamento à preguiça

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 313 | 75,8 | 75,8 | 75,8 |
| | Sim | 100 | 24,2 | 24,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Outro

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não | 396 | 95,9 | 95,9 | 95,9 |

| | | | | |
|-------|-----|-------|-------|-------|
| Sim | 17 | 4,1 | 4,1 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Qual

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|----------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 400 | 96,9 | 96,9 | 96,9 |
| Falta de compreensão | 2 | ,5 | ,5 | 97,3 |
| Não sabe | 10 | 2,4 | 2,4 | 99,8 |
| Necessidade | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Na sua família já alguém beneficiou ou beneficia de apoios sociais

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sim | 133 | 32,2 | 32,3 | 32,3 |
| | 2 | 279 | 67,6 | 67,7 | 100,0 |
| | Total | 412 | 99,8 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 1 | ,2 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Quem

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|-----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 283 | 68,5 | 68,5 | 68,5 |
| Ajudas Médicas | 1 | ,2 | ,2 | 68,8 |
| Conjuge | 2 | ,5 | ,5 | 72,9 |
| Cônjuge | 15 | 3,6 | 3,6 | 72,4 |
| Cônjuge e filh | 1 | ,2 | ,2 | 73,1 |
| Cônjuge e filho | 1 | ,2 | ,2 | 73,4 |
| Cunhada | 1 | ,2 | ,2 | 73,6 |
| Cunhadas | 1 | ,2 | ,2 | 73,8 |
| Cunhado | 2 | ,5 | ,5 | 74,3 |
| Cunhado/Mãe | 1 | ,2 | ,2 | 74,6 |
| Esposa | 1 | ,2 | ,2 | 74,8 |
| Esposa, filha | 1 | ,2 | ,2 | 75,1 |
| Ex-cônjuge | 1 | ,2 | ,2 | 75,3 |
| Filha | 7 | 1,7 | 1,7 | 77,0 |
| Filho | 10 | 2,4 | 2,4 | 79,4 |
| Filhos | 1 | ,2 | ,2 | 79,7 |

| | | | | |
|-----------------|-----|-------|-------|-------|
| Irmã | 17 | 4,1 | 4,1 | 83,8 |
| Irmã e Sobrinha | 1 | ,2 | ,2 | 84,0 |
| Irmão | 10 | 2,4 | 2,4 | 86,4 |
| Irmãos | 10 | 2,4 | 2,4 | 88,9 |
| Irmãos/Pais | 1 | ,2 | ,2 | 89,1 |
| Mãe | 21 | 5,1 | 5,1 | 94,2 |
| Mãe e irmã | 1 | ,2 | ,2 | 94,4 |
| Mãe/Irmãs | 1 | ,2 | ,2 | 94,7 |
| Marido | 1 | ,2 | ,2 | 94,9 |
| Netos | 1 | ,2 | ,2 | 95,2 |
| Nora | 1 | ,2 | ,2 | 95,4 |
| Pai | 4 | 1,0 | 1,0 | 96,4 |
| Pai/Mãe | 1 | ,2 | ,2 | 96,6 |
| Pais | 6 | 1,5 | 1,5 | 98,1 |
| Pais e Sogros | 1 | ,2 | ,2 | 98,3 |
| Sobrinha | 1 | ,2 | ,2 | 98,5 |
| Sobrinho | 1 | ,2 | ,2 | 98,8 |
| Sobrinhos | 2 | ,5 | ,5 | 99,3 |
| Tia | 2 | ,5 | ,5 | 99,8 |
| Tio/Pais | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Tipo de apoio social

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|-----------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 288 | 69,7 | 69,7 | 69,7 |
| A terceiros para trabalho em casa | 1 | ,2 | ,2 | 70,0 |
| Abono Fam. | 1 | ,2 | ,2 | 70,2 |
| Abono Fam/Sub. des | 4 | 1,0 | 1,0 | 71,2 |
| Ajudas Técnicas | 1 | ,2 | ,2 | 71,4 |
| Apoio de França | 1 | ,2 | ,2 | 71,7 |
| Apoios eventuais (AS) | 1 | ,2 | ,2 | 71,9 |
| AS | 4 | 1,0 | 1,0 | 72,9 |
| AS/SAD | 1 | ,2 | ,2 | 73,1 |
| Banco Alimentar | 1 | ,2 | ,2 | 73,4 |
| Cantina Social | 1 | ,2 | ,2 | 73,6 |
| CAT | 1 | ,2 | ,2 | 73,8 |
| Centro de Dia | 3 | ,7 | ,7 | 74,6 |
| Centro de Dia/Lar de idosos | 2 | ,5 | ,5 | 75,1 |

| | | | | |
|-----------------------------|-----|-------|-------|-------|
| CVP/AS | 1 | ,2 | ,2 | 75,3 |
| IPSS/Lar Residencial | 3 | ,7 | ,7 | 76,0 |
| Lar de idosos | 13 | 3,1 | 3,1 | 79,2 |
| Lar de idosos/Centro de Dia | 1 | ,2 | ,2 | 79,4 |
| Lar de idosos/SAD | 1 | ,2 | ,2 | 79,7 |
| Lar residencial | 1 | ,2 | ,2 | 79,9 |
| Loja Social | 1 | ,2 | ,2 | 80,1 |
| Não havia ajudas | 1 | ,2 | ,2 | 80,4 |
| Não Sabe | 1 | ,2 | ,2 | 80,6 |
| PCACC | 1 | ,2 | ,2 | 80,9 |
| Pensão de invalidez | 1 | ,2 | ,2 | 81,1 |
| Pensão de invalidez/velhice | 1 | ,2 | ,2 | 81,4 |
| Pensão social de invalidez | 1 | ,2 | ,2 | 81,6 |
| Pensão Social de Invalidez | 1 | ,2 | ,2 | 81,8 |
| Reforma | 1 | ,2 | ,2 | 82,1 |
| RMG | 2 | ,5 | ,5 | 82,6 |
| RMG/RSI | 8 | 1,9 | 1,9 | 84,5 |
| RSI | 29 | 7,0 | 7,0 | 91,5 |
| RSI/ Loja Social | 1 | ,2 | ,2 | 91,8 |
| RSI/Abono fam. | 3 | ,7 | ,7 | 92,5 |
| RSI/AS | 4 | 1,0 | 1,0 | 93,5 |
| RSI/IPSS/Lar Residencial | 1 | ,2 | ,2 | 93,7 |
| RSI/PCACC/SAD | 1 | ,2 | ,2 | 93,9 |
| SAD | 22 | 5,3 | 5,3 | 99,3 |
| SAD/Integração em lar | 1 | ,2 | ,2 | 99,5 |
| Sub.Des/Reforma | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| Subsídio de desemprego | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Respondente: profissão atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 2 | ,5 | ,5 | ,5 |
| | 2 | 3 | ,7 | ,7 | 1,2 |
| | 3 | 1 | ,2 | ,2 | 1,5 |
| | 6 | 2 | ,5 | ,5 | 2,0 |
| | 7 | 4 | 1,0 | 1,0 | 2,9 |
| | 15 | 5 | 1,2 | 1,2 | 4,2 |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|-------|-------|
| | 16 | 103 | 24,9 | 25,3 | 29,5 |
| | 17 | 284 | 68,8 | 69,8 | 99,3 |
| | 20 | 3 | ,7 | ,7 | 100,0 |
| | Total | 407 | 98,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 6 | 1,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 404 | 97,8 | 97,8 | 97,8 |
| | Doméstica | 6 | 1,5 | 1,5 | 99,3 |
| | Empregada de limpeza | 1 | ,2 | ,2 | 99,5 |
| | N.a | 2 | ,5 | ,5 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Respondente: profissão anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 32 | 7,7 | 8,1 | 8,1 |
| | 2 | 73 | 17,7 | 18,4 | 26,5 |
| | 3 | 12 | 2,9 | 3,0 | 29,5 |
| | 4 | 15 | 3,6 | 3,8 | 33,3 |
| | 5 | 5 | 1,2 | 1,3 | 34,6 |
| | 6 | 57 | 13,8 | 14,4 | 49,0 |
| | 7 | 18 | 4,4 | 4,5 | 53,5 |
| | 8 | 4 | 1,0 | 1,0 | 54,5 |
| | 9 | 2 | ,5 | ,5 | 55,1 |
| | 10 | 5 | 1,2 | 1,3 | 56,3 |
| | 11 | 4 | 1,0 | 1,0 | 57,3 |
| | 12 | 17 | 4,1 | 4,3 | 61,6 |
| | 13 | 1 | ,2 | ,3 | 61,9 |
| | 14 | 2 | ,5 | ,5 | 62,4 |
| | 15 | 4 | 1,0 | 1,0 | 63,4 |
| | 16 | 17 | 4,1 | 4,3 | 67,7 |
| | 17 | 23 | 5,6 | 5,8 | 73,5 |
| | 18 | 3 | ,7 | ,8 | 74,2 |
| | 19 | 2 | ,5 | ,5 | 74,7 |
| | 20 | 100 | 24,2 | 25,3 | 100,0 |
| | Total | 396 | 95,9 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 17 | 4,1 | | |

| | | | | |
|-------|-----|-------|--|--|
| Total | 413 | 100,0 | | |
|-------|-----|-------|--|--|

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 311 | 75,3 | 75,3 | 75,3 |
| | CIT | 1 | ,2 | ,2 | 75,5 |
| | Doméstica | 54 | 13,1 | 13,1 | 88,6 |
| | Empregada de limpeza | 1 | ,2 | ,2 | 88,9 |
| | N.a | 43 | 10,4 | 10,4 | 99,3 |
| | N.a. | 1 | ,2 | ,2 | 99,5 |
| | Não respondeu | 2 | ,5 | ,5 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Pai: idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 46 | 1 | ,2 | 4,8 | 4,8 |
| | 49 | 1 | ,2 | 4,8 | 9,5 |
| | 50 | 1 | ,2 | 4,8 | 14,3 |
| | 52 | 1 | ,2 | 4,8 | 19,0 |
| | 53 | 1 | ,2 | 4,8 | 23,8 |
| | 54 | 1 | ,2 | 4,8 | 28,6 |
| | 55 | 1 | ,2 | 4,8 | 33,3 |
| | 57 | 1 | ,2 | 4,8 | 38,1 |
| | 58 | 1 | ,2 | 4,8 | 42,9 |
| | 60 | 1 | ,2 | 4,8 | 47,6 |
| | 66 | 2 | ,5 | 9,5 | 57,1 |
| | 67 | 1 | ,2 | 4,8 | 61,9 |
| | 69 | 1 | ,2 | 4,8 | 66,7 |
| | 71 | 1 | ,2 | 4,8 | 71,4 |
| | 74 | 1 | ,2 | 4,8 | 76,2 |
| | 75 | 2 | ,5 | 9,5 | 85,7 |
| | 77 | 1 | ,2 | 4,8 | 90,5 |
| | 84 | 1 | ,2 | 4,8 | 95,2 |
| | 87 | 1 | ,2 | 4,8 | 100,0 |
| | Total | 21 | 5,1 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 392 | 94,9 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Pai: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Casado(a) | 19 | 4,6 | 90,5 | 90,5 |
| | Divorciado(a) | 1 | ,2 | 4,8 | 95,2 |
| | Viúvo(a) | 1 | ,2 | 4,8 | 100,0 |
| | Total | 21 | 5,1 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 392 | 94,9 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Pai: escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não sabe ler nem escrever | 1 | ,2 | 5,9 | 5,9 |
| | 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano ou 4ª classe antiga) | 11 | 2,7 | 64,7 | 70,6 |
| | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 2 | ,5 | 11,8 | 82,4 |
| | 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou 5º ano antigo) | 2 | ,5 | 11,8 | 94,1 |
| | Curso Superior | 1 | ,2 | 5,9 | 100,0 |
| | Total | 17 | 4,1 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 396 | 95,9 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 411 | 99,5 | 99,5 | 99,5 |
| | Canalizador | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| | CELORICO BASTO | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Pai: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Criado(a) ou jornaleiro(a) | 1 | ,2 | 5,9 | 5,9 |
| | Caseiro ou componês(a) pobre | 4 | 1,0 | 23,5 | 29,4 |

| | | | | | |
|--------|--|-----|-------|-------|-------|
| | Operário(a) fabril ou de construção civil | 7 | 1,7 | 41,2 | 70,6 |
| | Empregado(a) do comércio ou serviços | 2 | ,5 | 11,8 | 82,4 |
| | Profissional liberal por conta própria/Recibos verdes | 1 | ,2 | 5,9 | 88,2 |
| | Pequeno(a) empresário(a) indústria/construção civil/comércio | 1 | ,2 | 5,9 | 94,1 |
| | 20 | 1 | ,2 | 5,9 | 100,0 |
| | Total | 17 | 4,1 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 396 | 95,9 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|-------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 412 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |
| Canalizador | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Mãe: idade

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido 42 | 2 | ,5 | 5,3 | 5,3 |
| 44 | 1 | ,2 | 2,6 | 7,9 |
| 47 | 2 | ,5 | 5,3 | 13,2 |
| 50 | 1 | ,2 | 2,6 | 15,8 |
| 51 | 1 | ,2 | 2,6 | 18,4 |
| 52 | 2 | ,5 | 5,3 | 23,7 |
| 54 | 3 | ,7 | 7,9 | 31,6 |
| 56 | 2 | ,5 | 5,3 | 36,8 |
| 57 | 2 | ,5 | 5,3 | 42,1 |
| 60 | 1 | ,2 | 2,6 | 44,7 |
| 65 | 2 | ,5 | 5,3 | 50,0 |
| 66 | 1 | ,2 | 2,6 | 52,6 |
| 67 | 1 | ,2 | 2,6 | 55,3 |
| 68 | 2 | ,5 | 5,3 | 60,5 |
| 70 | 1 | ,2 | 2,6 | 63,2 |
| 73 | 2 | ,5 | 5,3 | 68,4 |

| | | | | |
|--------|---------|-----|-------|-------|
| 74 | 1 | ,2 | 2,6 | 71,1 |
| 75 | 2 | ,5 | 5,3 | 76,3 |
| 77 | 1 | ,2 | 2,6 | 78,9 |
| 78 | 1 | ,2 | 2,6 | 81,6 |
| 82 | 2 | ,5 | 5,3 | 86,8 |
| 85 | 1 | ,2 | 2,6 | 89,5 |
| 86 | 1 | ,2 | 2,6 | 92,1 |
| 88 | 1 | ,2 | 2,6 | 94,7 |
| 89 | 1 | ,2 | 2,6 | 97,4 |
| 95 | 1 | ,2 | 2,6 | 100,0 |
| Total | 38 | 9,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 375 | 90,8 | |
| Total | | 413 | 100,0 | |

Mãe: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Casado(a) | 19 | 4,6 | 54,3 | 54,3 |
| | Divorciado(a) | 2 | ,5 | 5,7 | 60,0 |
| | Viúvo(a) | 14 | 3,4 | 40,0 | 100,0 |
| | Total | 35 | 8,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 378 | 91,5 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Mãe: escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não sabe ler nem escrever | 8 | 1,9 | 30,8 | 30,8 |
| | Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe | 2 | ,5 | 7,7 | 38,5 |
| | 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano ou 4ª classe antiga) | 11 | 2,7 | 42,3 | 80,8 |
| | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 2 | ,5 | 7,7 | 88,5 |
| | 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou 5º ano antigo) | 2 | ,5 | 7,7 | 96,2 |
| | Curso Superior | 1 | ,2 | 3,8 | 100,0 |
| | Total | 26 | 6,3 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 387 | 93,7 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Mãe: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Empregado(a) do comércio ou serviços | 2 | ,5 | 5,3 | 5,3 |
| | Pequeno(a) empresário(a) indústria/construção civil/comércio | 1 | ,2 | 2,6 | 7,9 |
| | Desempregado(a) | 5 | 1,2 | 13,2 | 21,1 |
| | Reformado(a) | 23 | 5,6 | 60,5 | 81,6 |
| | 20 | 7 | 1,7 | 18,4 | 100,0 |
| | Total | 38 | 9,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 375 | 90,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | | 406 | 98,3 | 98,3 | 98,3 |
| | Doméstica | 7 | 1,7 | 1,7 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Mãe: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Criado(a) ou jornaleiro(a) | 1 | ,2 | 3,2 | 3,2 |
| | Caseiro ou componês(a) pobre | 14 | 3,4 | 45,2 | 48,4 |
| | Empregado(a) do comércio ou serviços | 2 | ,5 | 6,5 | 54,8 |
| | Pequeno(a) empresário(a) indústria/construção civil/comércio | 1 | ,2 | 3,2 | 58,1 |
| | Desempregado(a) | 3 | ,7 | 9,7 | 67,7 |
| | 20 | 10 | 2,4 | 32,3 | 100,0 |
| | Total | 31 | 7,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 382 | 92,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 403 | 97,6 | 97,6 | 97,6 |
| | Doméstica | 8 | 1,9 | 1,9 | 99,5 |
| | Não respondeu | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| | Nunca trabalhou fora | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Companheiro(a): Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Masculino | 55 | 13,3 | 77,5 | 77,5 |
| | Feminino | 16 | 3,9 | 22,5 | 100,0 |
| | Total | 71 | 17,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 342 | 82,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Companheiro: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 6 | 1 | ,2 | 1,4 | 1,4 |
| | 29 | 2 | ,5 | 2,9 | 4,3 |
| | 30 | 1 | ,2 | 1,4 | 5,7 |
| | 34 | 1 | ,2 | 1,4 | 7,1 |
| | 37 | 2 | ,5 | 2,9 | 10,0 |
| | 38 | 1 | ,2 | 1,4 | 11,4 |
| | 39 | 1 | ,2 | 1,4 | 12,9 |
| | 40 | 1 | ,2 | 1,4 | 14,3 |
| | 41 | 1 | ,2 | 1,4 | 15,7 |
| | 44 | 1 | ,2 | 1,4 | 17,1 |
| | 45 | 1 | ,2 | 1,4 | 18,6 |
| | 46 | 3 | ,7 | 4,3 | 22,9 |
| | 48 | 5 | 1,2 | 7,1 | 30,0 |
| | 49 | 2 | ,5 | 2,9 | 32,9 |
| | 50 | 5 | 1,2 | 7,1 | 40,0 |
| | 51 | 2 | ,5 | 2,9 | 42,9 |
| | 52 | 2 | ,5 | 2,9 | 45,7 |
| | 53 | 5 | 1,2 | 7,1 | 52,9 |
| | 54 | 2 | ,5 | 2,9 | 55,7 |
| | 55 | 4 | 1,0 | 5,7 | 61,4 |
| | 57 | 1 | ,2 | 1,4 | 62,9 |

| | | | | |
|--------|---------|------|-------|-------|
| 58 | 4 | 1,0 | 5,7 | 68,6 |
| 59 | 5 | 1,2 | 7,1 | 75,7 |
| 60 | 3 | ,7 | 4,3 | 80,0 |
| 61 | 1 | ,2 | 1,4 | 81,4 |
| 64 | 1 | ,2 | 1,4 | 82,9 |
| 65 | 1 | ,2 | 1,4 | 84,3 |
| 72 | 1 | ,2 | 1,4 | 85,7 |
| 74 | 1 | ,2 | 1,4 | 87,1 |
| 75 | 1 | ,2 | 1,4 | 88,6 |
| 77 | 1 | ,2 | 1,4 | 90,0 |
| 78 | 1 | ,2 | 1,4 | 91,4 |
| 80 | 2 | ,5 | 2,9 | 94,3 |
| 81 | 1 | ,2 | 1,4 | 95,7 |
| 84 | 2 | ,5 | 2,9 | 98,6 |
| 85 | 1 | ,2 | 1,4 | 100,0 |
| Total | 70 | 16,9 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 343 | 83,1 | |
| Total | | 413 | 100,0 | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não sabe ler nem escrever | 12 | 2,9 | 30,0 | 30,0 |
| | Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe | 1 | ,2 | 2,5 | 32,5 |
| | 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano ou 4ª classe antiga) | 19 | 4,6 | 47,5 | 80,0 |
| | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 7 | 1,7 | 17,5 | 97,5 |
| | 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou 5º ano antigo) | 1 | ,2 | 2,5 | 100,0 |
| | Total | 40 | 9,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 373 | 90,3 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Companheiro(a): prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Criado(a) ou jornaleiro(a) | 4 | 1,0 | 5,6 | 5,6 |

| | | | | | |
|--------|--|-----|-------|-------|-------|
| | Caseiro ou componês(a) pobre | 2 | ,5 | 2,8 | 8,5 |
| | Camponês(a) a tempo parcial | 2 | ,5 | 2,8 | 11,3 |
| | Operário(a) fabril ou de construção civil | 4 | 1,0 | 5,6 | 16,9 |
| | Empregado(a) do comércio ou serviços | 3 | ,7 | 4,2 | 21,1 |
| | Funcionário(a) público(a) | 1 | ,2 | 1,4 | 22,5 |
| | Pequeno(a) empresário(a) indústria/construção civil/comércio | 1 | ,2 | 1,4 | 23,9 |
| | Desempregado(a) | 28 | 6,8 | 39,4 | 63,4 |
| | Reformado(a) | 21 | 5,1 | 29,6 | 93,0 |
| | Estudante | 1 | ,2 | 1,4 | 94,4 |
| | 20 | 4 | 1,0 | 5,6 | 100,0 |
| | Total | 71 | 17,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 342 | 82,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 409 | 99,0 | 99,0 | 99,0 |
| | Camionista | 1 | ,2 | ,2 | 99,3 |
| | Cuidados a terceiros | 1 | ,2 | ,2 | 99,5 |
| | Recluso | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| | Serrador | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Filho: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Criado(a) ou jornaleiro(a) | 12 | 2,9 | 17,1 | 17,1 |
| | Caseiro ou componês(a) pobre | 12 | 2,9 | 17,1 | 34,3 |
| | Camponês(a) a tempo parcial | 2 | ,5 | 2,9 | 37,1 |
| | Lavrador(a) abastado(a) ou proprietário(a) | 1 | ,2 | 1,4 | 38,6 |

| | | | | | |
|--------|--|-----|-------|-------|-------|
| | Operário(a) fabril ou de construção civil | 18 | 4,4 | 25,7 | 64,3 |
| | Empregado(a) do comércio ou serviços | 3 | ,7 | 4,3 | 68,6 |
| | Trabalhador(a) qualificado(a) assalariado(a) | 2 | ,5 | 2,9 | 71,4 |
| | Profissional liberal por conta própria/Recibos verdes | 1 | ,2 | 1,4 | 72,9 |
| | Pequeno(a) empresário(a) indústria/construção civil/comércio | 2 | ,5 | 2,9 | 75,7 |
| | Emprego precário | 3 | ,7 | 4,3 | 80,0 |
| | Desempregado(a) | 9 | 2,2 | 12,9 | 92,9 |
| | Estudante | 1 | ,2 | 1,4 | 94,3 |
| | 20 | 4 | 1,0 | 5,7 | 100,0 |
| | Total | 70 | 16,9 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 343 | 83,1 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 409 | 99,0 | 99,0 | 99,0 |
| | Doméstica | 1 | ,2 | ,2 | 99,3 |
| | Limpeza de florestas | 1 | ,2 | ,2 | 99,5 |
| | Pedreiro | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| | Serrador | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Filho: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 36 | 8,7 | 55,4 | 55,4 |
| | Masculino | 29 | 7,0 | 44,6 | 100,0 |
| | Total | 65 | 15,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 348 | 84,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Filho: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 1 | 1 | ,2 | 1,5 | 1,5 |
| | 4 | 1 | ,2 | 1,5 | 3,0 |
| | 6 | 1 | ,2 | 1,5 | 4,5 |
| | 8 | 1 | ,2 | 1,5 | 6,0 |
| | 9 | 2 | ,5 | 3,0 | 9,0 |
| | 11 | 1 | ,2 | 1,5 | 10,4 |
| | 12 | 4 | 1,0 | 6,0 | 16,4 |
| | 13 | 1 | ,2 | 1,5 | 17,9 |
| | 15 | 4 | 1,0 | 6,0 | 23,9 |
| | 16 | 7 | 1,7 | 10,4 | 34,3 |
| | 17 | 3 | ,7 | 4,5 | 38,8 |
| | 18 | 6 | 1,5 | 9,0 | 47,8 |
| | 19 | 4 | 1,0 | 6,0 | 53,7 |
| | 20 | 3 | ,7 | 4,5 | 58,2 |
| | 21 | 4 | 1,0 | 6,0 | 64,2 |
| | 24 | 3 | ,7 | 4,5 | 68,7 |
| | 25 | 2 | ,5 | 3,0 | 71,6 |
| | 26 | 3 | ,7 | 4,5 | 76,1 |
| | 27 | 1 | ,2 | 1,5 | 77,6 |
| | 29 | 3 | ,7 | 4,5 | 82,1 |
| | 30 | 1 | ,2 | 1,5 | 83,6 |
| | 35 | 1 | ,2 | 1,5 | 85,1 |
| | 42 | 2 | ,5 | 3,0 | 88,1 |
| | 43 | 2 | ,5 | 3,0 | 91,0 |
| | 44 | 1 | ,2 | 1,5 | 92,5 |
| | 49 | 1 | ,2 | 1,5 | 94,0 |
| | 50 | 1 | ,2 | 1,5 | 95,5 |
| 59 | 2 | ,5 | 3,0 | 98,5 | |
| 66 | 1 | ,2 | 1,5 | 100,0 | |
| | Total | 67 | 16,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 346 | 83,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Filho: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Solteiro | 58 | 14,0 | 87,9 | 87,9 |

| | | | | | |
|--------|----------------|-----|-------|-------|-------|
| | Casado(a) | 5 | 1,2 | 7,6 | 95,5 |
| | União de facto | 2 | ,5 | 3,0 | 98,5 |
| | Divorciado(a) | 1 | ,2 | 1,5 | 100,0 |
| | Total | 66 | 16,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 347 | 84,0 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Não sabe ler nem escrever | 2 | ,5 | 4,8 | 4,8 |
| | Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe | 1 | ,2 | 2,4 | 7,1 |
| | 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano ou 4ª classe antiga) | 7 | 1,7 | 16,7 | 23,8 |
| | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 12 | 2,9 | 28,6 | 52,4 |
| | 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou 5º ano antigo) | 10 | 2,4 | 23,8 | 76,2 |
| | Ensino Secundário (12º ano ou antigo 7º ano) | 8 | 1,9 | 19,0 | 95,2 |
| | Curso Superior | 1 | ,2 | 2,4 | 97,6 |
| | Outro | 1 | ,2 | 2,4 | 100,0 |
| | Total | 42 | 10,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 371 | 89,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Filho: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Criado(a) ou jornaleiro(a) | 1 | ,2 | 1,5 | 1,5 |
| | Operário(a) fabril ou de construção civil | 4 | 1,0 | 6,0 | 7,5 |
| | Empregado(a) do comércio ou serviços | 2 | ,5 | 3,0 | 10,4 |
| | Desempregado(a) | 20 | 4,8 | 29,9 | 40,3 |
| | Reformado(a) | 6 | 1,5 | 9,0 | 49,3 |
| | Estudante | 30 | 7,3 | 44,8 | 94,0 |
| | 20 | 4 | 1,0 | 6,0 | 100,0 |
| | Total | 67 | 16,2 | 100,0 | |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|--|--|
| Omisso | Sistema | 346 | 83,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 409 | 99,0 | 99,0 | 99,0 |
| | Doméstica | 2 | ,5 | ,5 | 99,5 |
| | N. a. | 1 | ,2 | ,2 | 99,8 |
| | N.a. | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Filho: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Criado(a) ou jornaleiro(a) | 2 | ,5 | 3,0 | 3,0 |
| | Caseiro ou componês(a) pobre | 1 | ,2 | 1,5 | 4,5 |
| | Camponês(a) a tempo parcial | 2 | ,5 | 3,0 | 7,5 |
| | Operário(a) fabril ou de construção civil | 9 | 2,2 | 13,4 | 20,9 |
| | Empregado(a) do comércio ou serviços | 5 | 1,2 | 7,5 | 28,4 |
| | Trabalhador(a) qualificado(a) assalariado(a) | 1 | ,2 | 1,5 | 29,9 |
| | Emprego precário | 1 | ,2 | 1,5 | 31,3 |
| | Desempregado(a) | 2 | ,5 | 3,0 | 34,3 |
| | Estudante | 39 | 9,4 | 58,2 | 92,5 |
| | 20 | 5 | 1,2 | 7,5 | 100,0 |
| | Total | 67 | 16,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 346 | 83,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 408 | 98,8 | 98,8 | 98,8 |
| | Doméstica | 2 | ,5 | ,5 | 99,3 |
| | N. a. | 1 | ,2 | ,2 | 99,5 |

| | | | | | |
|--|-------|-----|-------|-------|-------|
| | N.a. | 2 | ,5 | ,5 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Filho: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 15 | 3,6 | 48,4 | 48,4 |
| | Masculino | 16 | 3,9 | 51,6 | 100,0 |
| | Total | 31 | 7,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 382 | 92,5 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 4 | 2 | ,5 | 6,5 | 6,5 |
| | 5 | 2 | ,5 | 6,5 | 12,9 |
| | 6 | 2 | ,5 | 6,5 | 19,4 |
| | 8 | 2 | ,5 | 6,5 | 25,8 |
| | 11 | 3 | ,7 | 9,7 | 35,5 |
| | 12 | 2 | ,5 | 6,5 | 41,9 |
| | 13 | 3 | ,7 | 9,7 | 51,6 |
| | 14 | 1 | ,2 | 3,2 | 54,8 |
| | 15 | 2 | ,5 | 6,5 | 61,3 |
| | 16 | 4 | 1,0 | 12,9 | 74,2 |
| | 17 | 1 | ,2 | 3,2 | 77,4 |
| | 19 | 2 | ,5 | 6,5 | 83,9 |
| | 21 | 1 | ,2 | 3,2 | 87,1 |
| | 24 | 2 | ,5 | 6,5 | 93,5 |
| | 25 | 1 | ,2 | 3,2 | 96,8 |
| 45 | 1 | ,2 | 3,2 | 100,0 | |
| Total | | 31 | 7,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 382 | 92,5 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Solteiro | 28 | 6,8 | 90,3 | 90,3 |
| | Casado(a) | 1 | ,2 | 3,2 | 93,5 |

| | | | | | |
|--------|----------------|-----|-------|-------|-------|
| | União de facto | 1 | ,2 | 3,2 | 96,8 |
| | Divorciado(a) | 1 | ,2 | 3,2 | 100,0 |
| | Total | 31 | 7,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 382 | 92,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe | 1 | ,2 | 7,1 | 7,1 |
| | 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano ou 4ª classe antiga) | 1 | ,2 | 7,1 | 14,3 |
| | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 7 | 1,7 | 50,0 | 64,3 |
| | 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou 5º ano antigo) | 3 | ,7 | 21,4 | 85,7 |
| | Ensino Secundário (12º ano ou antigo 7º ano) | 1 | ,2 | 7,1 | 92,9 |
| | Curso Superior | 1 | ,2 | 7,1 | 100,0 |
| | Total | 14 | 3,4 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 399 | 96,6 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Filho: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Criado(a) ou jornaleiro(a) | 3 | ,7 | 9,7 | 9,7 |
| | Operário(a) fabril ou de construção civil | 1 | ,2 | 3,2 | 12,9 |
| | Trabalhador(a) qualificado(a) assalariado(a) | 1 | ,2 | 3,2 | 16,1 |
| | Desempregado(a) | 1 | ,2 | 3,2 | 19,4 |
| | Estudante | 24 | 5,8 | 77,4 | 96,8 |
| | 20 | 1 | ,2 | 3,2 | 100,0 |
| | Total | 31 | 7,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 382 | 92,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 412 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |
| | N.a. | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Filho: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 11 | 2,7 | 91,7 | 91,7 |
| | Masculino | 1 | ,2 | 8,3 | 100,0 |
| | Total | 12 | 2,9 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 401 | 97,1 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 3 | ,7 | 25,0 | 25,0 |
| | 4 | 1 | ,2 | 8,3 | 33,3 |
| | 8 | 2 | ,5 | 16,7 | 50,0 |
| | 11 | 2 | ,5 | 16,7 | 66,7 |
| | 15 | 3 | ,7 | 25,0 | 91,7 |
| | 17 | 1 | ,2 | 8,3 | 100,0 |
| | Total | 12 | 2,9 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 401 | 97,1 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Solteiro | 12 | 2,9 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 401 | 97,1 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
|--|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|

| | | | | | |
|--------|--|-----|-------|-------|-------|
| Válido | Não sabe ler nem escrever | 1 | ,2 | 20,0 | 20,0 |
| | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 3 | ,7 | 60,0 | 80,0 |
| | 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou 5º ano antigo) | 1 | ,2 | 20,0 | 100,0 |
| | Total | 5 | 1,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 408 | 98,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Filho: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Desempregado(a) | 1 | ,2 | 9,1 | 9,1 |
| | Estudante | 8 | 1,9 | 72,7 | 81,8 |
| | Outra profissão | 2 | ,5 | 18,2 | 100,0 |
| | Total | 11 | 2,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 402 | 97,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Filho: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Estudante | 8 | 1,9 | 80,0 | 80,0 |
| | Outra profissão | 1 | ,2 | 10,0 | 90,0 |
| | 20 | 1 | ,2 | 10,0 | 100,0 |
| | Total | 10 | 2,4 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 403 | 97,6 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | | 412 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |

| | | | | | |
|--|---------------|-----|-------|-------|-------|
| | Não aplicável | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Filho: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 1 | ,2 | 50,0 | 50,0 |
| | Masculino | 1 | ,2 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 2 | ,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Filho: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 7 | 1 | ,2 | 50,0 | 50,0 |
| | 15 | 1 | ,2 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 2 | ,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Filho: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Solteiro | 2 | ,5 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Sabe ler e escrever sem ter concluído a 4ª classe | 1 | ,2 | 50,0 | 50,0 |
| | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 1 | ,2 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 2 | ,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Filho: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Estudante | 2 | ,5 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Filho: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Estudante | 2 | ,5 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Filho: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Feminino | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 13 | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Solteiro | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Estudante | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem |
|--------|---------|------------|-------------|
| Omisso | Sistema | 413 | 100,0 |

Filho: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Estudante | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem |
|--------|---------|------------|-------------|
| Omisso | Sistema | 413 | 100,0 |

Filho: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Feminino | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 12 | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Solteiro | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | Estudante | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Filho: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Estudante | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Filho: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Masculino | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 2 | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Solteiro | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Outro | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Filho: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 20 | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 412 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |
| | N.a. | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Filho: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 20 | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 412 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |
| | N.a. | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| Total | | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Genro: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 2 | ,5 | 66,7 | 66,7 |
| | Masculino | 1 | ,2 | 33,3 | 100,0 |
| Total | | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Genro: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 22 | 1 | ,2 | 33,3 | 33,3 |
| | 55 | 1 | ,2 | 33,3 | 66,7 |
| | 59 | 1 | ,2 | 33,3 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Genro: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 2 | 2 | ,5 | 66,7 | 66,7 |
| | 3 | 1 | ,2 | 33,3 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano ou 4ª classe antiga) | 3 | ,7 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Genro: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 6 | 1 | ,2 | 33,3 | 33,3 |
| | 17 | 2 | ,5 | 66,7 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 9 | 1 | ,2 | 50,0 | 50,0 |
| | 10 | 1 | ,2 | 50,0 | 100,0 |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|-------|--|
| | Total | 2 | ,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 412 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |
| | 6 | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Neto: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 2 | ,5 | 66,7 | 66,7 |
| | Masculino | 1 | ,2 | 33,3 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Neto: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 2 | 1 | ,2 | 33,3 | 33,3 |
| | 5 | 1 | ,2 | 33,3 | 66,7 |
| | 12 | 1 | ,2 | 33,3 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Neto: estado civil

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Solteiro | 3 | ,7 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| Frequência | Percentagem |
|------------|-------------|
|------------|-------------|

| | | | |
|--------|---------|-----|-------|
| Omisso | Sistema | 413 | 100,0 |
|--------|---------|-----|-------|

Neto: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Estudante | 1 | ,2 | 50,0 | 50,0 |
| | 20 | 1 | ,2 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 2 | ,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 412 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |
| | N.a. | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Neto: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Estudante | 1 | ,2 | 50,0 | 50,0 |
| | 20 | 1 | ,2 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 2 | ,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 412 | 99,8 | 99,8 | 99,8 |
| | N.a. | 1 | ,2 | ,2 | 100,0 |
| | Total | 413 | 100,0 | 100,0 | |

Neto: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 5 | 1,2 | 50,0 | 50,0 |
| | Masculino | 5 | 1,2 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 10 | 2,4 | 100,0 | |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|--|--|
| Omisso | Sistema | 403 | 97,6 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Irmão/ã: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 10 | 1 | ,2 | 10,0 | 10,0 |
| | 17 | 1 | ,2 | 10,0 | 20,0 |
| | 20 | 1 | ,2 | 10,0 | 30,0 |
| | 21 | 2 | ,5 | 20,0 | 50,0 |
| | 22 | 1 | ,2 | 10,0 | 60,0 |
| | 26 | 1 | ,2 | 10,0 | 70,0 |
| | 29 | 1 | ,2 | 10,0 | 80,0 |
| | 40 | 1 | ,2 | 10,0 | 90,0 |
| | 57 | 1 | ,2 | 10,0 | 100,0 |
| | Total | 10 | 2,4 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 403 | 97,6 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Irmão/ã: estado

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Solteiro | 8 | 1,9 | 80,0 | 80,0 |
| | Casado(a) | 2 | ,5 | 20,0 | 100,0 |
| | Total | 10 | 2,4 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 403 | 97,6 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano ou antigo 2º ano) | 1 | ,2 | 25,0 | 25,0 |
| | Ensino Secundário (12º ano ou antigo 7º ano) | 1 | ,2 | 25,0 | 50,0 |
| | Curso Superior | 2 | ,5 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 4 | 1,0 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 409 | 99,0 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Irmão/ã: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Criado(a) ou jornaleiro(a) | 1 | ,2 | 11,1 | 11,1 |
| | Operário(a) fabril ou de construção civil | 1 | ,2 | 11,1 | 22,2 |
| | Emprego precário | 1 | ,2 | 11,1 | 33,3 |
| | Desempregado(a) | 1 | ,2 | 11,1 | 44,4 |
| | Reformado(a) | 1 | ,2 | 11,1 | 55,6 |
| | Estudante | 4 | 1,0 | 44,4 | 100,0 |
| | Total | 9 | 2,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 404 | 97,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Irmão/ã: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Criado(a) ou jornaleiro(a) | 1 | ,2 | 11,1 | 11,1 |
| | Operário(a) fabril ou de construção civil | 1 | ,2 | 11,1 | 22,2 |
| | Desempregado(a) | 1 | ,2 | 11,1 | 33,3 |
| | Reformado(a) | 2 | ,5 | 22,2 | 55,6 |
| | Estudante | 4 | 1,0 | 44,4 | 100,0 |
| | Total | 9 | 2,2 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 404 | 97,8 | | |
| Total | | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

irmão/a: Sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 1 | ,2 | 50,0 | 50,0 |

| | | | | | |
|--------|-----------|-----|-------|-------|-------|
| | Masculino | 1 | ,2 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 2 | ,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Irmão/ã: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 19 | 1 | ,2 | 50,0 | 50,0 |
| | 37 | 1 | ,2 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 2 | ,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Irmão/ã: estado

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Solteiro | 1 | ,2 | 50,0 | 50,0 |
| | Casado(a) | 1 | ,2 | 50,0 | 100,0 |
| | Total | 2 | ,5 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou 5º ano antigo) | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Irmão/ã: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Reformado(a) | 2 | ,5 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 411 | 99,5 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Irmão/ã: prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Reformado(a) | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Cunhado/a: sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 3 | ,7 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Cunhado/a: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 37 | 1 | ,2 | 33,3 | 33,3 |
| | 40 | 1 | ,2 | 33,3 | 66,7 |
| | 57 | 1 | ,2 | 33,3 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Cunhado/a: estado

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Casado(a) | 3 | ,7 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem |
|--------|---------|------------|-------------|
| Omisso | Sistema | 413 | 100,0 |

Cunhado/a: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Operário(a) fabril ou de construção civil | 1 | ,2 | 33,3 | 33,3 |
| | Emprego precário | 1 | ,2 | 33,3 | 66,7 |
| | Desempregado(a) | 1 | ,2 | 33,3 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Cunhado/a prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Operário(a) fabril ou de construção civil | 1 | ,2 | 33,3 | 33,3 |
| | Emprego precário | 1 | ,2 | 33,3 | 66,7 |
| | Desempregado(a) | 1 | ,2 | 33,3 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Sobrinho/a: sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|-----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Feminino | 1 | ,2 | 33,3 | 33,3 |
| | Masculino | 2 | ,5 | 66,7 | 100,0 |

| | | | | | |
|--------|---------|-----|-------|-------|--|
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Sobrinho/a: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 16 | 2 | ,5 | 66,7 | 66,7 |
| | 22 | 1 | ,2 | 33,3 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Sobrinho/a: estado

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|----------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Solteiro | 3 | ,7 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem |
|--------|---------|------------|-------------|
| Omisso | Sistema | 413 | 100,0 |

Sobrinho/a: prof atual

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Reformado(a) | 1 | ,2 | 33,3 | 33,3 |
| | Estudante | 2 | ,5 | 66,7 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Sobrinho/a prof anterior

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--------------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | Reformado(a) | 1 | ,2 | 33,3 | 33,3 |
| | Estudante | 2 | ,5 | 66,7 | 100,0 |
| | Total | 3 | ,7 | 100,0 | |
| Omisso | Sistema | 410 | 99,3 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Outra profissão

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|--|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Sobrinho/a: sexo

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Sobrinho/a: Idade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 14 | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Sobrinho/a: estado

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 1 | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Escolaridade

| | | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|---------|------------|-------------|--------------------|-------------------------|
| Válido | 18 | 1 | ,2 | 100,0 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | | |
| | Total | 413 | 100,0 | | |

Sobrinho/a: prof atual

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Outra profissão

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 18 | 1 | ,2 | 100,0 |
| Omisso | Sistema | 412 | 99,8 | |
| Total | | 413 | 100,0 | |

Sobrinho/a prof anterior

| | Frequência | Percentagem | Percentagem válida | Percentagem acumulativa |
|--------|------------|-------------|-----------------------|----------------------------|
| Válido | 413 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Agregados familiares

| | Frequência | Percentagem |
|--------|------------|-------------|
| Omisso | Sistema | 413 |
| | | 100,0 |

Anexo V – Mapa categorias – recolha biográfica/ent. semi-diretivas beneficiários/clientes

Mapa Categorias

| Dime nsões | Categorias | | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|--|--|--|---|--|---|--|
| Educação do inquirido e filhos/pais Formação | Qual a sua escolaridade? E a dos seus pais? E a dos seus filhos? | Com que idade deixou de estudar? Por que razões não continuou a estudar? | Como era o seu relacionamento com os colegas? E os professores? Dava-se bem com os colegas e professores? | O que acha da escola? | Gostava de voltar a estudar? Porquê? | Até que anos frequentaram os seus filhos a escola? | Qual a sua relação como pai/mãe com a escola e os professores? E o papel ou influência da escola nos seus filhos foi boa ou má? | Como é tratado? Sente discriminação a si e aos seus filhos? Sentia-se integrado/a? | Por que razões os filhos não avançam mais nos estudos? | Os seus filhos ou você, frequentaram alguma atividade extraordinária à escola? | A sua habitação é própria ou arrendada? Se arrendada, quanto paga? E como avalia as suas condições de habitação? Como a descreve? |
| | <p>“Não sei ler nem escrever, os meus filhos fizeram a 4ª classe e dois o 6º ano que era a escolaridade obrigatória. Ent.1 “A 3ª classe, saí da escola” Os meus pais não sabiam ler nem escrever. Ent. 2 “6º ano de escolaridade” “Tinham a 4ª Classe (pais)” Ent. 3 “Não andei na escola” “O meu pai sabia ler, a mãe não.” “Os meus filhos sabem todos ler.” Ent. 4 “4ª classe” Ent. 5 “4ª classe” Ent. 6 “Aprendi a ler praticamente sozinha, nunca frequentei a escola, gostava dos livros, de ler e escrever. A minha mãe sabia assinar o nome. A minha avó teve 65 afilhados.” Ent. 7 Andei na escola pouco tempo, sei</p> | <p>“Saí com 9 anos, porque não éramos obrigados a estudar e meus pais não tinham dinheiro para estudar mais” Ent. 2 “Saí da escola com 12 anos” Ent. 3 “13 anos, tinha dificuldades de aprendizagem” Ent. 5 Entrei com 10 anos e frequentei durante dois invernos, saí da escola no final do 2º invernos. Ent. 8 “Deixei com 16 anos de idade” Porque engravidei” Ent. 13 “Deixei de estudar quando fiz a 4ª classe, não continuei para trabalhar na lavoura, ajudar os meus pais.” Ent. 14</p> | <p>“Sim, dava” Ent. 3 “Os professores eram maus, batiam muito”. Ent. 5 “Era bom, dava-me bem com todos” Ent. 12 “Sim, dava, se fosse hoje, teria continuado a estudar, sempre era uma mais-valia” Ent. 13 “Sim, tinha, gostava muito de estudar.” Ent. 14 “Era bom, da escola, gostava mais ou menos.” Ent. 16 “Tinha boa</p> | <p>“Era uma coisa boa” Ent. 2 “Gostava muito da escola, chorava por não poder ir. Estudava em casa com uma vizinha que me ajudou a desenvolver as competências de leitura e escrita.” Ent. 8 “Foi</p> | <p>“Não, não gostava” Ent. 3 “Gostava” Ent. 10 “Gostava de ter continuado a estudar mas não pude. Fiz o 9º ano pelo curso de jardinagem com equivalência ao 9º ano.” Ent. 12 “Não, agora não.” “Os cursos que andei andei correram muito bem, gostei muito.” Ent. 14</p> | <p>“Eles (os filhos) frequentaram a escola até ao ensino obrigatório”. Ent. 2 “Saíam da escola quando faziam o exame da 4ª classe”. Ent. 4 “Todos estudaram”. Ent. 8 Fizeram ambas (as enteadas) 4ª classe, não havia possibilidades para estudar mais.” Ent. 10 “Os meus filhos estudaram, a minha filha tem o 3º ano, o meu filho mais velho tem o 9º ano, e o</p> | <p>“Nunca fui a reuniões à escola sobre os filhos e os filhos nunca chegaram a casa a queixar-se”; Ent.1 “Costumava ir a reuniões, gostava dos professores, não tenho razão de queixa, às vezes precisavam de ser duros.” Ent. 2 Nunca fui falar com os professores dos filhos, eles andavam lá, às vezes não gostavam muito</p> | <p>“Eu, sinto-me bem na escola nas reuniões, mas quando me divorciei senti que havia alguma discriminação com a filha, e foi acompanhada em psicologia, a mudança do 9º para o 10º ano também não foi fácil.” Ent. 12 “Sim, sempre senti” Ent. 13 “A minha filha gostou sempre da escola” Ent.</p> | <p>“Não, nunca estudei mais porqu e não havia possibilidade” Ent.1 “Anda à procura de emprego, (a filha) se não conseguia, vai tentar termos”</p> | <p>“Não, nunca frequentei atividades extracurriculares, nem no colégio, nem onde fiz o 5 e 6 anos” Ent. 3 (Os filhos) “Não, nunca frequentei” Ent. 11 “Não frequenta atividades extracurriculares, mas frequenta A CATEQUESE” Ent. 12 “Nunca</p> | <p>“Arrendada; pagava a renda em dinheiro. A casa dos meus pais não tinha casa-de-banho.” Ent.1 “Própria, precisava de fazer obras, no telhado, mas não tinha dinheiro” Ent.2 “Morei sempre com os meus pais, a casa praticamente nova.” Ent.3 “Era arrendada” Ent.4 “Era própria, tinha condições razoáveis.” E.5 “Era própria, tinha boas condições” Ent.6 A casa que morava antes de vir para o lar era dos meus pais. Uma construção antiga, de lavradores, já deve ter prai uns 200 anos. Era um sítio muito isolado.” Ent.7 Era minha, uma casa antiga de soalho.” Ent.8 Quando casei fiquei a morar numa casinha de colmo, velhinha, estive nessa casa 11 anos, tinha 5 filhos. Depois construímos uma maior no mesmo lugar” Ent.9</p> |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|--|---|--|---|---|--|---|
| <p>assinar e ler, mas agora tenho dificuldades de visão e não treino a leitura.” Ent. 8 “Não sei ler nem escrever.” (Os filhos) “todos estudaram e têm exame da 4ª” Ent. 9</p> <p>“Só sei assinar o nome, andei na escola mas não estudei.” Ent. 10</p> <p>“Não andei na escola, não sei ler nem escrever, gostava muito de ter aprendido a ler e a escrever, mas dantes não era obrigatório, eu e as minhas irmãs não fomos à escola” Ent. 11</p> <p>“9º Ano, o pai e a mãe não sabem ler nem escrever” Ent. 12</p> <p>“9º ano” “A minha mãe tem a 4ª ano, o meu pai, não sei” O meu filho está no primeiro ano de pré-escolar.” Ent. 13</p> <p>“4ª classe e fiz 9º ano, pelo curso de serviço de mesa” “A minha mãe não sabia ler nem escrever, nem o pai.” Ent. 14</p> <p>“A 4ª classe” (os pais) “não sabem ler nem escrever”. Ent. 15</p> <p>“6º ano” Os pais “não sabem ler nem escrever” Ent. 16</p> <p>“O 6º ano” “O meu pai tem a 4ª classe, a minha mãe já falecida, não tinha escolaridade.” Ent. 17</p> <p>“3ª classe, (os pais) “não sabiam ler nem escrever.” Ent. 18</p> <p>“12º ano de escolaridade, os pais tinham o 4º ano.” Ent. 19</p> <p>“12º ano de escolaridade, em Fafe” (Os pais) “tinham o 4º ano, o meu pai só a 3ª classe” Ent. 20</p> <p>“O 4º ano, mas não sei ler nem escrever muito bem.” “Os meus pais não sabiam ler nem escrever.” Ent. 21</p> <p>“A 4ª classe” “Aminha mãe também, o meu pai não sabia ler nem escrever.” Ent. 22</p> <p>“12º ano” (os pais) “têm a 4ª</p> | <p>“Deixei de estudar com 10 o 4º e o 6º ano foi à noite” Ent. 16</p> <p>“Deixei de estudar com 13 anos de idade, os meus pais não tinham posses e por isso colocaram-me logo a trabalhar.” Ent. 17</p> <p>“Deixei 12 anos, para trabalhar e ajudar a criar os mais novos.” Ent. 18</p> <p>“Saí da escola com 16 anos, não havia possibilidades para mais.” Ent. 19</p> <p>“Deixei de estudar aos 25 anos de idade, não continuei por falta de meios financeiros.” Ent. 20</p> <p>“Desisti com 12 a 13 anos, trabalhava muito nos campos no final das aulas.” E. 21</p> <p>“Com 12 anos, os meus pais precisavam de ajuda.” Ent. 22</p> <p>“Aos 12 anos (...) porque os meus pais não tinham possibilidades” E. 23</p> <p>“Por volta dos 15 anos.” “Para ajudar em casa.” Ent. 24</p> <p>“Até aos 11/12 anos, e depois tirei o 9º ano num curso EFA e o 6º foi à noite.” “Tinha de ajudar no campo” Ent. 25</p> <p>“Com 15 anos, fui tirar um curso de cozinheiro e o diploma de formação.” Ent. 26</p> <p>“Foi muito cedo, mas não sei com que idade, tinha muitas dificuldades.” E.</p> | <p>relação com os professores, mas era tímido... Cheguei a ter problemas de relacionamento com um colega por causa disso.” Ent. 17</p> <p>“O relacionamento com os colegas não era muito, chegava à escola praticamente na hora de intervalo. A minha mãe obrigava-nos a trabalhar, tudo de casa tinha de ficar feito antes de começarem as aulas.” Ent. 18</p> <p>“O relacionamento era bom.” Ent. 19</p> <p>“Tinha bom relacionamento com colegas e professores” E. 20</p> <p>“Dava-me bem com todos.” E. 21</p> <p>“Dava-me bem com os professores e os colegas.” Ent. 22</p> <p>“Era bom” E. 23</p> <p>“Tinha um bom</p> | <p>important e para os filhos terem estudado, a mim fez-me muita falta não saber ler nem escrever.” Ent. 11</p> <p>“Gostava da escola” E. nt. 12</p> <p>“Mas gostava da escola” E. nt. 18</p> <p>“Gostava da escola.” E. nt. 19</p> <p>“Gostei muito da escola, acho que foi a melhor altura da minha vida” Ent. 20</p> <p>“Não gostava” Ent. 22</p> <p>“Gostava de saber mais, mas já não tinha cabeça para tanto.” Ent. 25</p> <p>“Gostava de ter estudado</p> | <p>“Ora bem, frequentei o curso de operador agrícola e gostei” Ent. 16</p> <p>“Se pudesse sim, gostava de ter estudado mais.” Ent. 18</p> <p>“Não” Ent. 22</p> <p>gostava de voltar a estudar, fez o 6º ano e saiu, depois fez o 12º ano por formações. Pensa que se tivesse estudos podia ter tido um emprego melhor, “um emprego para a vida”.</p> <p>“Como não acho que consiga ter outro trabalho, não acho que necessário voltar a estudar.” E. 24</p> <p>“Gostava de saber mais, mas já não tinha cabeça para tanto.” Ent. 25</p> <p>“Gostava de ter estudado</p> | <p>outro só tem o 3º ano.” Ent. 11</p> <p>““a minha filha frequenta o 10º ano, quer estudar para a universidade, não sei se vamos poder” Ent. 12</p> <p>“A minha filha tem o 9º ano.” Ent. 14</p> <p>A (filha) mais velha só fez o 6º ano de escolaridade, abandonou o curso de design de moda porque o pai deixou de participar essa despesa por ter sido ela a denunciá-lo que me traía” Ent. 15</p> <p>“Uma filha ainda estuda e a outra tem o 12º ano.” Ent. 16</p> <p>“(O filho) tem o 12º ano, não falo com ele, fez um curso de computadores.” E. nt. 17</p> <p>Fizeram todos o 7º ano, não quiseram estudar mais” Ent. 18</p> <p>“O mais velho anda na universidade, na área de informática, o do meio no 7º ano e o mais novo no infântário.” Ent.</p> | <p>que a professora batia muito.” Ent. 4</p> <p>“Não ia à escola falar com os professores, não era preciso” Ent. 8</p> <p>“Ia à escola, às vezes, mas os professores diziam que estava tudo bem” (os filhos) “gostavam dos professores” Ent. 9</p> <p>“Sim, vou às reuniões todas da escola” Ent. 12</p> <p>“A minha mãe costumava ir às reuniões.” Ent. 13</p> <p>Fui sempre às reuniões, a minha filha aprendia bem, portava-se bem” Ent. 14</p> <p>“Os meus pais iam à escola quando fosse necessário.” Ent. 15</p> <p>“Eusemprefui às reuniões da minha filha” Ent. 15</p> <p>“Ia sempre às reuniões” Ent. 18</p> <p>“Costumo ir à escola falar com os professores”</p> | <p>14</p> <p>“Sempre fui bem tratada.” Ent. 15</p> <p>“Sim, às vezes sentia” (descri.) Ent. 18</p> <p>“Não, nunca me senti discriminada, nem os meus filhos.” Ent. 19</p> <p>“Nunca me senti discriminada” Ent. 20</p> <p>“O filho quando veio para Cabeceiras era maltratado pelos colegas, diziam que não tomava banho, que cheirava mal, era discriminado.” Ent. 21</p> <p>“Sinto-me bem recebida.” E. 22</p> <p>“Sempre fui bem tratada” E. 23</p> <p>“Não, nunca senti” Ent. 26</p> <p>“Por vezes sentia-me colocado de parte, ficava</p> | <p>nar o curso.” Ent. 15</p> <p>“Porque queria trabalhar”. E. 22</p> <p>“Não estuda mais porque a minha ex-mulher não deixa va. Chegam da escola e tinha de coser sapatos em vez de estudar, acaba ram por desistir” Ent. 26</p> <p>“Não estudaram</p> | <p>frequentei” Ent. 13</p> <p>“Não, nunca frequentei” (a filha) Ent. 14</p> <p>“A mais velha jogava ténis. A mais nova irá para a natação, as minhas irmãs pagam.” Ent. 15</p> <p>“Não” Ent. 16</p> <p>“Não, nunca frequentaram nada” Ent. 17</p> <p>“Não” Ent. 18</p> <p>“Não, nunca” Ent. 19</p> <p>“Não, nunca” Ent. 20</p> <p>“Nunca frequentaram” Ent. 21</p> <p>“Ent. 22</p> <p>“O meu filho andava a jogar futebol, a minha filha não andava em nada” Ent. 23</p> | <p>“É própria, tem condições razoáveis” E. 10</p> <p>“Moro com a minha filha, não tenho habitação própria, as condições são razoáveis, mas ainda não está acaba.” Ent. 11</p> <p>“A Casa é da minha mãe, com condições razoáveis, mas tem alguma humidade e 4 divisões.” Ent. 12</p> <p>“É cedida, tenho de tratar dos terrenos que pertencem à casa. Tem condições razoáveis, tem 4 divisões e casa-de-banho completa.” Ent. 13</p> <p>“Arrendada, pago 100€ de renda.” Ent. 14</p> <p>“A habitação era a do casamento, mas está no nome do meu sogro, a situação está em tribunal. A casa é muito boa, é uma vivenda.” Ent. 15</p> <p>“É arrendada, pago 180€/mês.” Ent. 16</p> <p>“Moro com o meu pai, não muito boas condições, ouve-se tudo, se ronca se não ronca, se ressona ou não” Ent. 17</p> <p>“É arrendada, pago 180€, a casa tem dois quartos, sala, cozinha, casa-de-banho, não tem humidade.” Ent. 18</p> <p>“É arrendada, paga 200€ de renda, tem boas condições de habitabilidade.” Ent. 19</p> <p>“É cedida por familiares, não pago renda.” Ent. 20</p> <p>Vive em casa arrendada, paga 150€/mês, mas as condições são razoáveis. Ent. 21</p> <p>“É arrendada, pago 175€ de renda/mês, tem boas condições é grande.” E. 22</p> <p>“É própria, tem condições razoáveis, 3 quartos, uma casa-de-banho, sala e cozinha.” Ent. 23</p> <p>“É própria, com condições razoáveis de habitabilidade. Fomos fazendo obras à medida das nossas possibilidades.” Ent. 24</p> <p>“É própria, construíram a casa com o apoio da ação social e conforme podíamos. As condições acho que são boas, tem 3 quartos, sala, casa-de-banho,</p> |
|---|---|---|---|--|---|--|---|---|--|---|

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|--|---|--|---|---|--|--|
| <p>classe” Ent. 23 “6º ANO”(os pais)“Pensa que foi o 4º ano”Ent. 24 “9º ANO, a minha mãe não estudou, o meu pai fez a 2ª classe.”Ent. 25 “Tenho o 12º ano”Ent. 26 “Andei na escola, mas apenas sei assinar o meu nome”Ent. 27 “2ª classe.”(O pai)“fez a 4ª classe”(A mãe)“não sabia ler nem escrever.”Ent. 28 O pai não ia à escola, a mãe ia às vezes, mas não lhe “fazia mal”. O filho frequenta a 2ª classe.E. 28 “9º ano. O Pai tinha a 4ª classe, a mãe não frequentou a escola.”Ent. 29 “9º ano de escolaridade” (O pai) “tinha a 4ª classe” (a mãe)“não sabia ler nem escrever.”Ent. 30 “8º Ano, os meus pais não sabem ler nem escrever, apenas assinar o nome.”Ent. 31 “9º ANO” (Os pais)“Tinham ambos a 4ª classe”Ent. 32 “9º ANO” “O pai, tinha a 2ª classe, a minha mãe só sabia assinar.” Ent. 33 “4ª CLASSE” (Os pais)“Tinham a 4ª classe”Ent. 34 “A 4ª classe.” “Não sei a escolaridade dos pais.”Ent. 35 “Não sei ler nem escrever” (Os pais) “não sei”. Ent. 36 “Não sei até que ano estudei” (Dos pais) “não sei” Ent. 37 “Não sei” (escolaridade dos pais) Ent. 38 “4ª classe” “Não sei” Ent. 39 “9º ano”; “O 4º ano”Ent. 40 “A 4ª classe” (Dos pais) “Não sei”Ent. 41 “4ª classe”; “Não sei” Ent. 42 “9º ano” (A mãe) o 6º Ent. 43</p> | <p>27 “Deixeide estudar aos 15 anos de idade”Ent. 28 “Com 12 anos, aprendia mal” “porque os pais não tinham posses.”E. 29 “Aos 11 anos de idade, porque tinha de ajudar os meus pais no campo.”Ent. 30 “Deixei de estudar aos 17 anos, por opção mas arrependi-me por não ter continuado.”Ent. 31 “Com 14 anos de idade. Era uma época complicada, deixei de estudar e fui trabalhar”.Ent. 32 “Com 14 anos”Ent. 33 “Deixei de estudar aos 14 anos, não quis estudar mais.” Ent. 34 “Aos 14 anos, porque a minha mãe faleceu.”Ent. 35 “Por causa dos problemas de saúde. Ent. 36 “Não sei (idade), não quis continuar”Ent. 37 “Até aos 12 anos”“Porque vim de França para Portugal.”Ent. 38 “Com 12 anos” “não tinha condições” Ent. 39 “Com 17 anos”; “Não havia dinheiro” Ent. 40 “Com 15 anos”; “Eu não aprendia, a minha mãe tirou-me da escola”. Ent. 41 “Aos 14 anos”; “Por doença” “Não” Ent. 42 “Aos 14 anos, porque não conseguia estudar.”Ent. 43</p> | <p>relacionamento com os colegas.”Ent. 24 “Não tinha grande relação com os colegas.”Ent. 25 “Eram boas”Ent. 26 “Dava-me bem com os professores e os colegas, mas só ia fazer recados, não aprendia...”E. 27 “Tinha boas relações com os colegas, com os professores nem tanto.”Ent. 28 “Tinha bom relacionamento com os colegas e os professores.”E. 29 “Tinha boas relações com os colegas e os professores, mas havia uma professora que batia muito.” E30 “Tinha boas relações com toda a gente” Ent. 32 “Dava-me bem com os colegas e com os professores”E. 33</p> | <p>ntal.”Ent. 24 “Não gostava” Ent. 28 “A escola é uma coisa boa, importante e para a vida toda”Foi muito positiva para os filhos” Ent. 30 “Acho boa a escola, estudo todos os dias”Ent. 32 “A escola é a coisa melhor que pode haver”.E. 33 “Gostava de estudar.” E. 34 “Gostava da escola, é um lugar bom, onde se arranja muitos amigos.” E. 44</p> | <p>mais, de saber ler e escrever, mas não aprendi mais...”Ent. 27 “Fiz o 9º ano por curso” “sim, curso EFA.”Ent. 28 “Fiz um curso de formação que era para pessoas pobres, estava preparada para fazer o 6º ano, fiz o curso de restauração e bar.” Ent. 30 “Sim, gostava” “Fiz o 9º ano pelo curso de hotelaria.”E. 33 “Sim, porque gostava de aprender a fazer contas.”Ent. 35 “Gostava de voltar à escola.” E. 36 “Se pudesse, voltava a estudar.”E 37 “Não” Ent. 39 “Gostava” E. 40 “Sim, gostava de aprender”</p> | <p>19 “Terão mais ou menos o secundário” Ent. 21 “Um tem o 12º ano, outro o 9º ano e dois estão a estudar.”E22 “O mais velho estuda no 9º ano e a mais nova no 6º ano.”E.23 “A minha filha tem o 9º ano e o meu filho o 9º por um curso.”Ent. 24 “O meu filho está no 7º ano, e a minha filha no 9º ano, a ela gosta de estudar, ele não.” E 25 “Frequenta a 2ª classe e a catequese.” Ent. 29 “Dois fizeram a 4ª classe e outro o 6º ano.” Ent. 30 “Os mais velhos têm ambos o 9º ano, o mais novo frequenta o 5º ano.”Ent. 31 “O 12º ano”Ent. 32 “Estuda no curso técnico-profissional com equivalência ao 12º ano, de agricultura”Ent. 33 (Filha)“tem o 12º ano”E35</p> | <p>Ent. 19 “Sim, ia” (a mãe)Ent. 20 “La às reuniões” Ent. 21 “Vou sempre às reuniões na escola”Ent. 22 “Sim, vou a todas, acho importante.” E.23 “Sim, fui sempre a todas as reuniões dos filhos, gostava que a minha filha tivesse continuado a estudar, mas ela não quis, queria trabalhar. Agora está em Inglaterra.”E. 24 “Vou às reuniões dos filhos, principalmente do meu rapaz porque não se importa com a escola, vou lá todos os 8 dias. A minha filha não tem dores de cabeça.”Ent. 25 “La se fizesse falta” E. 26 “Não costume ir, é ela que vai (a companheira)” E.28 “La sempre às</p> | <p>de castigo.” Ent. 28“Não, nunca”Ent. 29 “Nunca me senti discriminada, nem os meus filhos, mas o que tem deficiência foi obrigado a ir para a escola e ficou lá apenas um dia, fez a escola na Cercifafe.”E 30 “Nunca senti que fui excluída, nem os meus filhos.” E31 “Nunca senti discriminação.”Ent. 32 “Nunca senti, nem relativamente ao filho”Ent. 33 “Não”Ent. 35 “Não” Ent. 38 “Não” Ent. 39 “Não” Ent. 40 “Não” Ent. 42 “Não” Ent. 44 “Não, nunca” Ent. 46 “Não, nunca,</p> | <p>mais porqu e não tinha possib ilidad es.”E nt. 30 “Não contin uaram porqu e não quis er am” E. 31 “Não quis estuda r mais, agora arrepe nde-se.”E nt. 32 “Ele não quer ir para a faculd ade”E nt. 33 “Não estud ou mais porqu e não queria algum tempo.” 35 “Porqu e não quis”</p> | <p>Nunca andaram em nada”Ent. 24 “O meu filho andou num ginásio, mas desistiu.” Ent. 25 “Nunca frequentara nada”Ent. 26 “Frequenta a catequese.” E 29 “Não, nunca frequentara m”Ent. 30 “O Cristiano frequentou os escuteiros, e pertencera m ao grupo do jogo do pau.”Ent. 31 “Frequento u ginástica e Karaté.” Ent. 32 “Jogou futsal algum tempo.” Ent. 33 “Sim”Ent. 41</p> | <p>cozinha e sótão.”Ent.25 “É própria, vive com um filho e a namorada dele, tem condições razoáveis.” Ent.26 “É de todos os irmãos, ainda não foram feitas partilhas. A casa tem mais de 50 anos, não tem grandes condições” Ent.27 “Própria, é cedida por familiares da minha companheira, uma vez que ainda não foram feitas as partilhas. As condições não são muito boas, às vezes chove na cozinha. Ent.28 “Éminha e dos meus irmãos, são 9 herdeiros, ainda não foram feitas as partilhas. As condições não são muito boas, às vezes chove na cozinha.”Ent.29 “É cedida pelo meu filho com deficiência,tem condições razoáveis. Ent.30 “É arrendada, pago 150€/mês, tem boas condições.”Ent.31 “É uma casa arrendada, pago 100€/mês, tem boas condições.”Ent.32 “Arrendada, pago 125€ de renda/mês. Tem poucas condições a casa-de-banho está com muitos problemas, tem torneiras estragadas e a senhoria não manda arranjar, uma da cozinha pinga muito”. Ent.33 “É própria, tem boas condições.” Ent.34 “Própria, tem boas condições. E35 “Própria, tem boas condições.de habitabilidade.”Ent.37 “Própria, tem boas condições E38 “Própria, boas condições” Ent.39 “É própria, são boas.”Ent.40 “É própria, com boas”. Ent.41 “É própria.” Ent.42 “É própria, são boas” Ent.43 “Onde eu morava era arrendada, não me lembra (das condições), estive em muitos sítios.” Ent.44 “É arrendada, pago 75€/mês de renda, tem boas condições.”E.45</p> |
|---|---|---|---|--|---|--|---|---|--|--|

| | | | | | | | | | | |
|---|---|--|---|--|---|--|---|--|--|---|
| <p>“3º ano curso geral (9º ANO). Ambos estudaram.Ent. 44 “Não sei ler nem escrever, andei na escola mas não aprendi” Ent. 45 “A 3ª classe, mas fiz exame” “O meu pai sabia assinar o nome, a minha mãe não sabia.”Ent. 46 “Não sei ler nem escrever” (Os pais) “Também não”Ent. 47 “Não andei na escola, mas sei ler e escrever, aprendeu em casa com um irmão, ainda sei qual foi a primeira palavra que li sozinha, foi “esta” (Os pais) “sabiam ler e escrever.” Ent. 48 “#ª classe”; “A mãe não sabia ler nem escrever, o pai sabia.” Ent. 49 “A 3ª classe”; “o meu pai frequentou a escola, era instruído, a minha mãe não sabia ler nem escrever.” Ent. 50 “4ª classe”; “Não sei” (pais) Ent. 51 “A 4ª classe”; (Os pais) “não sabiam ler nem escrever, não estudaram.”Ent. 52 “2ª classe, sei ler e escrever”; (Os pais) “não sabiam ler nem escrever” Ent. 53</p> | <p>43 “Aos 21 anos, já estava cheio de estudar, trabalhava ao mesmo tempo.”Ent. 44 “Porque a minha mãe não deixava, ainda cheguei andar com uma irmã na escola” E. 45 “Deixei de estudar com 9 anos de idade, aprendia bem, mas tinha de sair para ajudar em casa no trabalho de casa.”Ent. 46 “Não fui porque não era obrigatório e fiquei ajudar a mãe nos trabalhos de casa.”Ent. 47 “Sofria muito de bronquite”Ent. 48 “Aos 14 anos de idade, para guardar cabras” Ent. 49 “Com 9 anos, porque éramos muitos irmãos, tínhamos uma quinta grande, o meu pai quis que ficasse a trabalhar em casa.”Ent. 50 “Com 10 anos, não havia dinheiro” Ent. 51 “Com 14 anos, porque não quis”Ent. 52 “Com 12 anos, não havia possibilidades.”Ent. 53</p> | <p>“Era bom.”Ent. 34 “Era à base da pancada.”Ent. 35 “Tinha bom relacionamento com os colegas e professores.” Ent. 37 “Era bom, dava” Ent. 38 “Era bom” Ent. 39 “Bom” Ent. 40 “Era bom”Ent. 41 “Era bem” Ent. 42 “O relacionamento era bom, falava pouco com eles mas era bom.” Ent. 44 “Era bom” Ent. 45 “Eras boas” Ent. 46 “Sim, dava” Ent. 50 “Tinha um bom relacionamento” E 51 “Eram boas” Ent. 52 “Sim, tinha” Ent. 53</p> | <p>“A escola é uma coisa boa”Ent. 52 “Gostava, é uma coisa boa para quem puder.”Ent. 53</p> | <p>Ent. 41 “Sim, porque acho que era uma coisa que eu deveria continuar a estudar para mais tarde tirar um curso...” E.42 “Sim, gostava de fazer um curso”Ent. 43 “Não gostava, a minha cabeça agora não dá”.Ent. 44 “Não: “burro velho não toma andadura”.Ent. 45 “Se tivesse a oportunidade, agora, não voltava a estudar.”Ent. 51 “Agora não” E. 52 “Não, agora já não” Ent. 53</p> | <p>“Até ao 12º ano”Ent. 41 “O mais velho tem o 9º ano, as mais novas o 12º ano.”Ent. 44 Os meus filhos fizeram o 11º ano e o 12º ano.Ent. 46 “Fizeram a 2ª classe, mas duas não aprenderam bem, foram à escola mas não aprenderam” Ent. 47 “Todos fizeram a 4ª classe, os dois mais novos são engenheiros.”Ent. 48 “Todos têm o 12º” E. 50 “Não sei”Ent. 51 “Um fez o 7º ano, outro 8º ano, outro o 9º ano, a mais nova fez o 12º ano, todos fizeram a escolaridade mínima.”Ent. 52 “Estudaram até ao 6º ano.” Ent. 53</p> | <p>reuniões, se não pudesse ir às reuniões, ia noutros horários. Nunca houve problemas e os meus filhos estiveram ao nível dos demais.”E 30 Costumo ir a todas as reuniões, acho importante esta comunicação”E nt. 31 “Ia às reuniões”Ent. 32 “Sempre que necessário vou à escola às reuniões.”Ent. 33 “Quando a minha filha estudava gostava que se portasse bem.” Ent. 35 “Era boa”. Ent. 41 “Ia lá, se fosse chamada”Ent. 46 “Nunca lá ia, fazer o quê”Ent. 47 “Sim, ia”Ent. 48 “Sim”Ent. 50 “Sim, ia, era uma coisa boa para eles”Ent. 52</p> | <p>nem com os meus filhos”Ent. 48 “Fui sempre bem recebida” Ent. 50 “Não”; “Não” (em relação aos filhos) Ent. 51 “Não, nunca senti”; “Nem eles” Ent. 52</p> | <p>Ent. 41 “Porque não quiserm”E 44 “Porque não quiserm” E.46 “Porque não quiserm” Ent. 46 “fizeram toda a catequese”; “não”Ent. 51 “Não havia dinheiro para continuarem a estudar, tinha de trabalhar.” Ent. 53</p> | <p>“Não”Ent. 44 “O meu mais velho estudou no seminário de Guimarães, e jogava futebol e convidaram -no para jogar no Guimarães, não deixei”. Ent. 46 “fizeram toda a catequese”; “não”Ent. 47 “Não, dantes nem havia.” Ent. 48 “Não, nas férias iam trabalhar para eles.” E. 50</p> | <p>“É própria, tem boas condições.” Ent.46 É própria, tem más condições de habitabilidade, apenas o R/C está habitável.” Ent.47 “Moro com a minha filha e o meu genro, mas tenho casa própria, mas uma parte da casa está degradada, A casa da minha filha tem boas condições.”Ent.48 “É arrendada, não pago renda, porque quando a senhoria precisa, pede-me ajuda. É muito antiga, tem condições mínimas.” Ent.49 A habitação onde vivia era própria e tinha boas condições, mas não podia continuar a viver sozinha.”Ent.50 “A habitação é própria, tem condições razoáveis” Ent.51 “Em habitação própria, tem condições mínimas, precisava de obras.”Ent.52 “É própria, velhinha, não chove, mas precisa de obras de remodelação, tem 50 anos.”E.53</p> |
|---|---|--|---|--|---|--|---|--|--|---|

| | Qual o seu principal meio de vida? | Encontra-se empregado ou desempregado? Há quanto tempo? | Porque acha que está desempregado? Por sua causa ou porque a economia não cresce, as pessoas à sua volta, a sociedade, o governo não se interessa? | Está inscrito/a no IEFP? Sabe o que é? Se não está, porquê? Recebe subsídio de desemprego? Se não recebe, porquê? | Tem procurado emprego? Ou simplesmente não existem empregos no concelho? | Na ausência de salário ou subsídio de desemprego, recorreu a algum apoio para assegurar a sua subsistência? | Se beneficiário do RSI, há quanto tempo? Como souberam da existência do RSI/apoios sociais/serviço de que usufrui? | Com que idade começou a trabalhar? A fazer o quê? Que tipo de atividades/ profissões sabe fazer ou já desempenhou? Conte as suas experiências profissionais? | Teve empregos seguros com rendimento fixo e com contrato ou empregos precários? Gostaria de ter outra profissão? Qual? | Se doméstica e trabalha em casa, sente-se realizada? Já trabalhou fora de casa? Se não, porquê? Se já trabalhou, gostava de trabalhar de novo fora de casa? |
|-----------------|--|---|--|--|---|---|---|--|--|---|
| Estilos de vida | <p>“Reforma”. Ent. 1 “Reforma”. Ent. 2 “Reforma”. Ent. 3 “Reforma”. Ent. 4 “Reforma”. Ent. 5 “Reforma”. Ent. 6 “Atualmente vivo do RSI e de trabalho aos dias.” Está inscrita no IEFP, nunca trabalhou com descontos para a segurança social.” Ent. 13 “Do RSI”. Ent. 16 “Não tenho direito ao RSI, como as refeições do meu pai que recebe SAD, à noite, será mais complicado, uma lata de atum, salsichas... o que houver.” Ent. 17 “Do RSI, até aí vivia dos rendimentos do meu marido.” “Nunca recebi subsídio de desemprego.” Ent. 18 “O meu principal meio de vida é o abono, algum trabalho, a pensão de alimentos, já não recebo do filho mais velho, por receber do Fundo de Garantia a Menores.” Ent. 19</p> | <p>“Estou desempregada há uns 4 anos.” Ent. 14 “Estou desempregado, sem rendimento” “Estou desempregada há 30 anos.” Ent. 18 “Estou a fazer um CEI+ numa escola. Gosto muito desse trabalho” Ent. 19 “Trabalho numa empresa de</p> | <p>“Deixei de trabalhar porque sofri um acidente de mota.” Ent. 3 “Estou desempregada há 10 anos, desde o divórcio, já procurei emprego. Ainda trabalhei numa fábrica mas não consegui continuar, era muito fechado.” Ent. 12 “Acho que a culpa é sobretudo da sociedade em que estou inserida.” Ent. 13 “Acho que é porquê não há ofertas para o meu perfil” Agora só dão oportunidade aos mais novos.” E. 14 “Acho que agora os patrões não querem meter ninguém, também pela idade”. Ent. 15 “À sociedade em geral” Ent. 18 “É assim, as pessoas antigamente sentiam-se seguras e deixavam de fazer, de fazer um</p> | <p>“Estou”. E. 12 Nunca recebi subsídio de desemprego” Ent. 14 “Estou” E. 16 “Estou” E. 17 “Estou” E. 18 “Estou” E. 19 “Sim”. E. 21 “Estou”. E. 22 “Agora não”. Ent. 26 “Estou inscrita” Ent. 27 “Estou.” Ent. 31 “Estou.” Ent. 32 “Não sei. Sabe o que é o centro</p> | <p>“Costumo ir aos sítios que me interessam para procurar emprego.” Ent. 14 “Não, não me sinto capaz.” Ent. 17 “Quando vejo anúncios a dizer que precisam de empregada vou lá, mas chego e dizem que o lugar já está preenchido” Ent. 16 “Não tenho</p> | <p>“RSI. Também tive apoio de pessoas amigas, que me ajudavam em alimentos que me pagavam as viagens ao hospital às consultas.” Ent. 18 “Na ausência de salário, recorri ao RSI e a apoios da segurança social.” Ent. 19 “Não, só a pensão.” E. 38</p> | <p>“Mais ou menos há 10 anos, no Porto, quando era casada, nunca recebi. Uma pessoa disse à sua mãe dessa medida de apoio.” Ent. 12 “Há 3 meses, desta vez, soube da existência desta prestação quando engravidei, pela Dra. Ana.” E. 13 “Fiquei desempregada e meti os papeis para o RSI. Sabia porque já tinha tido apoios antes, quando me divorciei.” E. 14 “Soube por uma senhora.” Ent. 16 “Soube do RSI pela Dra. Ana Isabel.” Ent. 17 “Quando me divorciei. Soube no hospital de Guimarães, quando nasceu a minha filha mais nova.” Ent. 18 “Soube da existência através de uma funcionária que trabalhava no</p> | <p>“Trabalhei na agricultura, mais tarde fui para padeira distribuir o pão.” Ent. 1 “Foi sempre na agricultura, fiz 16 anos de descontos” Ent. 2 “Trabalhei numa fábrica de cobs e numa sociedade de vinhos”. Ent. 3 “Trabalhava a terra, trabalhei sempre na agricultura assim como o marido. Vivíamos da terra, do que podíamos. Ent. 4 “Fiz o serviço militar e depois de casar emigrei para França, a salto, foi muito difícil, demorou 12 dias a chegar ao destino, passei fome, tive de atravessar rios, passei noites ao relento e em cortes de animais. Trabalhei 4 anos em França, na construção do aeroporto de Orly. Na reta final, por problemas de saúde, vim para Portugal. Fiz tratamento médico e não tornei” Em Portugal trabalhei sempre nos campos com a minha esposa. Os meus pais eram feirantes, de Ribeira de Pena. Ent. 6 “Foi sempre na lavoura; cheguei a bordar à mão, aprendi a bordar ao ver outros a bordar.” Ent. 7 “Trabalhava no campo.” Ent. 8 “Sempre trabalhei no campo, fazia de tudo no campo e em casa.” Ent. 9 “Trabalhei como doméstica, comecei a trabalhar cedo, a servir fora, depois saí, o filho dos patrões tinha 18 anos, um dia agarrou-me no quarto dele e usou-se de mim, e era assim quando queria. Eu calava-me, antigamente não nos podíamos queixar. Quando pude fugi para casa, mas a irmã pôs-me a servir outros homens p’ra trazer dinheiro para casa.” Ent. 10 “Comecei a trabalhar com 11 anos como empregada doméstica, com contrato, mas emprego precário, e trabalhei numa fábrica de componentes de calçado.” E. 12 “Comecei a trabalhar com 17 anos de idade, numa fábrica e depois trabalhei num café” Ent. 13 “Comecei a trabalhar com 10 anos na lavoura e depois na floresta, e em restauração.” Ent. 14 “Quando era solteira, cheguei a trabalhar em casas particulares, gostava do que fazia.” Ent. 15 “Até aos 20 anos trabalhei em casas particulares, depois casei, e não trabalhei mais.” Ent. 16 “Comecei a trabalhar aos 13 anos, trabalhei em diversas áreas, serração, agricultura... aos 16 anos fui para a construção civil”. Ent. 17 “Comecei a trabalhar aos 12 anos. Trabalhei como empregada doméstica em</p> | <p>“Gostava de trabalhar com crianças, idosos.” Ent. 12 “Gostaria de ter tido outra profissão.” Ent. 14 “Gostava de trabalhar numa escola, a limpar uma escola, ajudar numa cozinha.” Ent. 15 “Gostava de trabalhar agora, ter um ordenado ao fim do mês para pagar as contas.” Ent. 16 “Gostava de trabalhar com crianças dos 3 aos 6 anos.” Ent. 20 “Gostava de cuidar de idosos” Ent. 25</p> | <p>“Sou doméstica, em casa, há dias em que me sinto desanimada.” Ent. 12 “Sinto-me realizada com o que faço, trabalho aos dias, e como doméstica.” Ent. 13 “Sim, sinto.” Ent. 14 “Sou doméstica. Gosto.” Ent. 15 “Não tenho outro remédio senão sentir-me realizada, não se consegue arranjar nada”. Ent. 18</p> |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|--|---|--|--|--|---|--|
| <p>“Da prestação de RSI” Ent. 20 “RSI” Ent. 21 “Atualmente cuido da minha mãe, tenho quintal e cuido da casa.” Ent. 22 “Estou desempregada a receber subsídio de desemprego.” Desempregada desde janeiro de 2017. O meu marido recebe pensão.” Ent. 23 “Atualmente faço limpezas fora, e sou doméstica” Ent. 24 “Estou reformado, nos tempos livres visito os filhos.” Ent. 26 “De RSI”. Ent. 27 “Com o RSI e o abono do filho.” Ent. 28 “Com o RSI e o abono do filho.” Ent. 29 “Com a pensão de sobrevivência.” Ent. 30 “Olhe, das horas de trabalho, do abono e do apoio de pessoas amigas.” Ent. 31 “Recebo RSI”. Ent. 32 “Recebo pensão de invalidez, há muitos anos.” Ent. 34 “Recebo pensão.” Ent. 35 “Recebo uma pensão, não posso trabalhar.” Ent. 36 “Da pensão” Ent. 37 “Vivo de pensão”. Ent. 38 “Da pensão, reforma por invalidez.” E. 39 “Da pensão de invalidez.” Ent. 41</p> | <p>trabalho sazonal desde Setembro Ent. 31 “Desempregada há mais de 17 anos.” Ent. 35 “Estou desempregado há muito.” Ent. 36 “Não trabalho há mais de 10 anos.” E. 39 “Desempregado há mais ou menos há 7/8 anos. Deixei de trabalhar por motivos de saúde.” E. 40 “Não trabalho há 3 anos. Fiquei sem emprego porque me queimou.” Ent. 41 “Nunca</p> | <p>bocadinho pelo seu trabalho, agora os jovens sofrem com isso, porque ninguém quer ter ninguém.” Ent. 19 “Agora não consigo emprego. Talvez devido à idade e às minhas limitações.” Ent. 20 “Estou inscrita no IEFP. Neste momento não tenho procurado” Ent. 24 “Fiquei desempregado por problemas de saúde.” Ent. 26 “Desempregado há muitos anos. No concelho não há muitos empregos.” Ent. 28 “Desempregada há mais de 15 anos.” Ent. 29 “Fiquei desempregada porque a fábrica fechou.” Ent. 30 “Não tenho tido emprego mais fixo porque sinto que devo dar atenção ao meu filho, e porque não está fácil. E talvez devido à idade.” E. 31 “Estou desempregada desde 2002. Faço voluntariado na Loja Social do BLV.” E. 32 “Por causa do meio pequeno em que nós estamos, que não dá para tudo.” Ent. 33 “Acho que por minha causa.” Ent. 34 “A minha doença.” Ent. 35 “Não procuro emprego, nas há emprego no</p> | <p>de emprego? Não” Ent. 36 “Não sei. Sabe o que é o centro de emprego? Não” Ent. 34 “Não”. Ent. 37 “Não. Sabe o que é o centro de emprego? Não” Ent. 38 Não estou” Ent. 43</p> | <p>procurado o trabalho porque não posso trabalhar.” Ent. 27 “Não tenho procurado o trabalho, porque tenho um problema na vista.” E. 28 “Não tenho procurado o trabalho.” Ent. 29 “Não tenho procurado o trabalho, não posso devido aos problemas de saúde” Ent. 30 “Todos os dias” Ent. 31 “Procuro sempre”. Ent. 33 Não procuro emprego</p> | <p>“Nunca pedi nenhum apoio a outras Instituições além de SAD.” Ent. 45</p> | <p>infantário do meu filho.” Ent. 19 “Por pessoas que me disseram, comecei a receber com o falecimento da minha mãe.” Ent. 20 “Já não sei quem foi” Ent. 21 “Quem me para requerer RSI foram as doutoras que acompanhavam a minha mãe.” Ent. 22 Soube da medida de RSI nos serviços da segurança social, ouvi dizer que tinha vizinhos que recebiam algum apoio, fui-me informar sobre que apoio seria e requeri RSI.” Ent. 23 “Foi por iniciativa própria.” Ent. 24 “Soube dos apoios de ação social pela Dra. Ana Isabel” Ent. 26 “Há mais de 15 anos.” Ent. 28 “Desde que vivo com o meu companheiro. Foi o da junta, foi uma sobrinha que falou com ele.” Ent. 29 “Recebi RSI mais ou menos 4 anos, recebia mais ou menos 230€.” Ent. 31 “Sou beneficiária de RSI mais ou menos 10 anos, soube do RSI através das técnicas da equipa de acompanhamento</p> | <p>casas particulares, ficava lá um mês ou mais sem vir a casa. Em Lisboa também trabalhei nas limpezas. Agora trabalho como doméstica, em casa”. Ent. 18 “Comecei a trabalhar com 17 anos num café como empregada de balcão, era sobretudo isso que fazia. Também fiz algum trabalho de fotografia.” Ent. 19 “Aos 30 numa empresa no escritório, mas não fiz descontos aí.” Ent. 20 “Já trabalhei muito nos campos, agora não posso por problemas de saúde. Sofri muito com o pai, batia-nos. Depois comecei a trabalhar com 13 anos numa fábrica de confeção, 5 anos, depois em São João da Madeira mais 6 anos, depois uma fábrica de painéis, 1 ano e pouco. Depois foi descoberta a doença (diabetes), nunca mais trabalhei fora desde aí.” Ent. 21 “Comecei a trabalhar aos 14 anos, a cuidar de uma senhora idosa, trabalhei dois anos em Espanha, tinha uma vacaria.” Ent. 22 “Comecei a trabalhar aos 12 anos, num restaurante; já trabalhei como empregada de limpeza e num infantário do Centro Social de Cabeceiras.” Ent. 23 “Comecei a trabalhar com uns 10 anos, nas limpezas.” Ent. 24 Está inscrita no IEFP, tem frequentado algumas formações, como de agricultura e curso EFA. Toma conta da mãe e três irmãos com deficiência. “Comecei a trabalhar aos 17 anos, para fora, fiquei sem o meu pai muito nova, fui trabalhar para ajudar nas despesas com os irmãos mais novos. Dois anos e meios numa fábrica. Já trabalhei numa loja de roupa, dois/três meses, gostei mas entretanto a loja fechou.” Ent. 25 “Quando terminei os cursos trabalhei como formador de cozinha e auxiliares de cozinha. Depois trabalhei como cozinheiro num cruzeiro. Em Portugal nunca quis trabalhar nessa área porque é totalmente diferente. Cá, trabalhei como pedreiro e nas obras. Cheguei a fazer entregas de camião.” Ent. 26 “Comecei a trabalhar no setor agrícola, desde muito nova a carregar peso, como a areia do rio, daí os problemas de saúde nas costas, e a cuidar de idosos”. Ent. 27 “Fui para as obras com 16 anos.” Ent. 28 “Comecei a trabalhar com 15 anos, no campo.” Ent. 29 “Comecei a trabalhar desde criança, no campo, até casar. Quando fiquei viúva comecei a trabalhar numa fábrica e ainda bordava em casa.” Ent. 30 “Já trabalhei em restauração e em fábricas. Tinha contrato”. Ent. 31 “Comecei a trabalhar aos 16 anos, numa fábrica de automóveis, numa perfumaria, 8/9 anos, e tive um lar de idosos 9 anos. Fechou por problemas com a minha irmã mais velha, fazia queixas constantes sobre as condições do lar. Desde aí nunca mais trabalhei fora.” Ent. 32 Recebe 250€ de RSI, já esteve na medida mais do que uma vez, fez dois CEI’s+. “Comecei a trabalhar com 8 anos, em casa e na agricultura. Também cheguei a trabalhar em limpezas, em casas particulares.” Ent. 33 “Comecei a trabalhar aos 32 anos de idade, através da Cerci. Fiz trabalho de limpeza.” Ent. 34 “Aos 13 anos, a fazer a comida, ir ao monte e lavar roupa. Gostava de ter outro tipo de experiências”. Ent. 35 “Trabalhei sempre na agricultura, a cuidar das vacas.” Ent. 36 “Trabalhei no campo. Trabalhava a ganhar o dia”. Ent. 37</p> | <p>“Gostava de trabalhar num restaurante.” Ent. 28 “Gostava de trabalhar num café.” Ent. 29 “Gostava de ter tido outro emprego, como a atender telefones.” Ent. 30 “Gostava de tomar conta de crianças e de idosos” Ent. 31 “Gostava de ter um trabalho limpo, como com pessoas idosas e crianças, a lavoura é muito sujo”. Ent. 33 “Gostava de ter outra profissão, ajudar aqueles que não podem, que têm limitações.” Ent. 34 “As pessoas carenciadas teriam mais ajuda.” Ent. 35 “Gostava”. Ent. 37 “Se pudesse, dava mais apoios aos necessitados.”</p> | <p>“Nem pensar”. Ent. 19 “Sou doméstica, mas não me sinto realizada, faz-se sempre a mesma coisa.” Ent. 20 “Como doméstica, sinto-me mais ou menos” Ent. 21 “Senti-me realizada com a vida que tenho” E. 22 “Não” Ent. 23 “Sim, sinto-me realizada, gosta do meu trabalho, não gostava de estar desempregada.” Ent. 24 “Não sinto” Ent. 25 “Sinto-me bem por casa, distraio-me, há sempre que fazer que faz.” Ent.</p> |
|---|---|---|--|---|--|--|--|---|--|

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|--|---|--|--|
| <p>“Vivo da pensão por invalidez.” Ent. 42 “Pensão social”. Ent. 43 “Com a sua pensão de invalidez. Pensão Social.” Ent. 44 “Pensão de invalidez, há mais de 30 anos, comecei a receber 3 contos” Ent. 45 “Reforma. É muito importante ter reforma, pois só assim tenho um pouco de dinheiro para as despesas que tenho, como com a medicação. Gasto uma média de 100€/mês. Ent. 47 “Estou reformada antes da idade, pouco tempo.” Ent. 48 “Estou reformada desde os 26 anos, devido a problemas de saúde.” Ent. 49 “Da reforma” Ent. 53</p> | <p>trabalhei por doença.” E. 42 “Desempregada, há 6/7 anos, devido à sua situação de saúde, não tem emprego. Ent. 43 “Desempregado há 5 anos.” Ent. 44</p> | <p>concelho.” Ent. 37 “Nunca me interessei por trabalhar.” E. 38 “Não conseguia emprego. Por minha causa, por causa das condições em que me encontrava. Por causa da doença” E. 39 Porque não quis, deu-me na cabeça”. Por tomar medicação e assim”. E. 40 “Penso que por minha causa, pelo meu problema de saúde.” Ent. 41 “Porque o Estado não se interessa.” Ent. 43 “Fui despedido juntamente com muitos colegas, não procurei mais trabalho” Ent. 44 “Nunca procurei emprego, não podia trabalhar porque tinha muitos problemas.” Ent. 49</p> | <p>porque não posso trabalhar” Ent. 36</p> | <p>“Fizeram o acompanhamento. Durante 10 anos só comia pão e cevada, devido a um problema que possuía. Fui internada em Braga e acabei por requerer.” Ent. 32 Soube da pensão pela segurança social.” Ent. 34 “Através do meu falecido pai.” Ent. 35 “Soube da pensão pela minha irmã.” Ent. 36 “Não sei” Ent. 37 Não sei, alguém a requereu. Ent. 38 “Quando precisei pedi apoios, soube por uma senhora.” E 40 “Soube com o apoio da ação social e por uma pessoa amiga.” Ent. 41 “Por dificuldades, recorri à reforma.” Ent. 42 “Soube da pensão social através de Cercifaf.” Ent. 43 “Foi a Instituição que tratou desse processo de pensão. O RSI era a esposa.” Ent. 44</p> | <p>“Nunca trabalhei fora.” Ent. 38 “Comecei a trabalhar aos 14 anos, na lavoura. Também aprendi a trabalhar em serralharia. Não gostava de trabalhar neste momento.” Ent. 39 “Comecei a trabalhar aos 17 anos, em rádio.” Ent. 40 “Comecei a trabalhar aos 13 anos, ajudava na cozinha. Já trabalhei em limpeza e em restaurantes.” Ent. 41 “Comecei a trabalhar com 15 anos, num restaurante, como auxiliar de cozinha. Fiv contrato de trabalho aqui” Ent. 42 “Comecei a trabalhar aos 21 anos numa biblioteca. Já trabalhou num ATL, numa creche como auxiliar, e numa fábrica. Tive um contrato de trabalho.” Ent. 43 “Comecei a trabalhar aos 19 anos como madeireiro. Trabalhei na Petrogal, fazia de tudo um pouco, amarrava, separava madeiras, verificava. Enquanto trabalhou, sempre recebeu certo, tinha boas condições contratuais.” Ent. 44 “Trabalhei sempre no setor agrícola, paguei junto os 5 anos de descontos para ter direito à baixa e à credencial para os tratamentos. Fiquei logo com baixa, mais ou menos 3 anos e tal, e pedi a pensão de invalidez.” Ent. 45 “Comecei a trabalhar desde pequena, na agricultura, aprendi a costurar e costurava para fora. Andei 9 meses aprender a arte da costura, ia e vinha a pé, com as poucas possibilidades da minha mãe, comprou-me uma máquina para praticar e começar a trabalhar. Fiz de tudo, menos de calças, fiz vestidos de noiva...” Ent. 46 “Sempre trabalhei na agricultura. Comecei a trabalhar com 7 anos de idade, a olhar pelos irmãos e pelos animais. Fazia o trabalho que tinha de fazer, aceitava.” Ent. 47 “Comecei a trabalhar desde criança, a bordar, e trabalhei em ponto de cruz, também trabalhei na agricultura.” Ent. 48 “Fiz alguns dias na agricultura” Ent. 49 “Trabalhei desde cedo, chegava da escola e já tinha trabalho marcado para continuar a trabalhar: olhava pelos meus irmãos, quando comecei a crescer comecei a olhar pela casa. Quando casei, tinha uma loja de comércio, um café. Gostava muito do balcão.” Ent. 50 “Comecei a trabalhar aos 10 anos, na construção civil com o pai. Trabalhei sempre na construção civil.” Ent. 51 “Comecei a trabalhar com 10 anos, na lavoura. Trabalhei sempre na lavoura e em casa, como doméstica. Ent. 52 “Comecei com 12 anos, na agricultura, a guardar um bando de ovelhas. Trabalhei sempre no mesmo. Não podia ter tido outra profissão, não tinha estudos. Desde nova, e mesmo depois de casar.” Ent. 53</p> | <p>Ent. 39 “Gostava de trabalhar em costura. Ent. 41 “Gostaria de trabalhar como costureira.” Ent. 42 “Gostava de ser educadora de infância, de trabalhar fora de casa.” Ent. 43 “Gostava de ser empregado de balcão.” Ent. 44 “Nunca aspirou ter outra profissão.” Ent. 48 “Nunca pensei ter outra profissão.” Ent. 51</p> | <p>29 “Sinto-me conformada , não realizada.” Ent. 30 “Sinto, mas também satura, mas gosto” Ent. 31 “Gostava ainda de trabalhar fora de casa.” Ent. 34 “Estou aqui no Lar Residencial , sinto-me realizado no lar, gosto muito de estar aqui.” Ent. 44</p> |
|---|---|---|---|--|---|--|--|

| | | | | | | | | |
|----------------|--|---|--|---|---|---|--|---|
| | Em que trabalham ou trabalharam os seus pais? Como era a vida dos seus pais? Acha que a sua vida é melhor ou pior do que a dos seus pais? Porquê? | Em que trabalham ou trabalharam os seus filhos? Acha que os seus filhos vão ter uma vida melhor ou pior do que a sua? Porquê? | Quando trabalhava, o salário era suficiente para as despesas da família? | Formação profissional? Se não, considera que esta poderia ajudá-lo/a na sua atividade? Que formação gostaria de fazer? Os seus filhos frequentaram formação profissionalizante? | Tem algum problema de saúde? Se sim, qual tem sido a evolução ao longo dos anos? Esse problema de saúde teve consequências no trabalho e na obtenção de rendimento? registo desses ou outros problemas de saúde na sua família? | Já pediu pensão de invalidez? | O que gostaria de ter tido, tanto para si como para a sua família, e nunca pôde ter? | |
| Ciclo Familiar | <p>“O meu pai foi mineiro; a minha mãe trabalhou em linho, fazer linho, nunca fez descontos.” “Sim, já tive uma vida melhor que a deles, éramos 3 irmãos.” Ent. 1</p> <p>“O meu pai era comerciante, tinham uma vida razoável. A minha também era razoável.” Ent. 3</p> <p>“Os meus pais trabalharam na lavoura, não foi uma vida melhor” Ent. 4</p> <p>“Sim, a minha vida já foi melhor que a deles, menos dura.”</p> <p>“Eu sempre trabalhei, nunca precisei de pedir ajuda. Os meus sogros ajudavam-nos no campo.” Ent. 6</p> <p>“Os meus pais também sempre trabalharam no campo. Sim, já foi melhor que a dos meus pais.” Ent. 7</p> <p>“Trabalhava no campo. Eles também. E fazia roupa, costura. Acha que a sua vida foi mais ou menos a mesma coisa, uma vida de muito trabalho.” Ent. 8</p> <p>“Os meus pais também foram agricultores. A minha vida já foi melhorzinha” um bocadinho. Ent. 9</p> <p>“O meu marido era carpinteiro. A minha vida já foi melhor que a deles, era mais difícil a deles (pais). O meu pai trabalhou como mineiro, era uma vida de pobres.” E 10</p> <p>“Sempre trabalhei na agricultura, descontei na agricultura. O meu pai era carpinteiro, a minha mãe sempre trabalhou na agricultura. É melhor do que a foi dos meus pais porque agora há o direito à reforma, nem antigamente não havia nenhum apoio do Estado, nem abono nem pensões.” Ent. 11</p> <p>“A mãe fazia feiras, vendia bens da agricultura. O pai faleceu por volta dos 50 anos de idade.” “Em algumas coisas a minha vida tem sido melhor que a dos meus pais, mas com o divórcio em sido mais difícil.” Ent. 12</p> <p>“A minha mãe trabalhou em restauração, o meu pai não sei.” Acho que a minha já é melhor, porque a minha mãe vive sozinha e eu já tenho a minha família.” Ent. 13</p> | <p>“Olhe, um é emigrante; outro trabalha na Câmara Municipal; outro era empreiteiro; outra na limpeza (em Fátima) faz descontos desde os 14 anos de idade. Um morreu.” E 1</p> <p>“Os meus filhos têm uma vida mais limpa, não é que se seja melhor. Uma é doméstica, outra trabalha em UCC, outra em café.” E 2</p> <p>“3 estão em França, uma filha em Nespereira. Trabalham por conta própria.” Ent. 4</p> <p>“Os meus filhos têm uma vida melhor, mas muito dura, no estrangeiro.” Ent. 8</p> <p>“Já têm uma vida melhor do que a que foi a minha” Ent. 9</p> <p>“As minhas enteadas já têm uma vida melhor.” Ent. 10</p> <p>“Depende, dois estão a morar e a trabalhar em França, ganham para as despesas e já têm casa deles. O mais novo, já</p> | <p>“Quando trabalhava não ganhava dinheiro, vivia-se de trocas pelo trabalho.” Ent. 1</p> <p>“Não chegava, cheguei a pedir ajuda à SS mas não recebi nada”. Ent. 2</p> <p>“Chegava porque as despesas eram poucas.” Ent. 3</p> <p>“O meu trabalho chegava para a minha vida, mas o meu marido esteve emigrado em França.” Ent. 8</p> <p>“Quando trabalhava o dinheiro era suficiente.” Ent. 13</p> <p>“Chegava, mas à rasca.” E. 14 “Em solteira, chegava” Ent. 15</p> <p>“Sim, chegava”. Ent. 16</p> <p>“O dinheiro</p> | <p>“Há uns anos atrás tinha sido importante.” Ent. 2</p> <p>“Nunca frequentei formação, gostaria de frequentar.” Ent. 13</p> <p>“Às vezes faço, mesmo ações aqui com as doutoras” Ent. 14</p> <p>“Não. Nem gostaria de frequentar.” E. 15</p> <p>“Não, não gostava”. Ent. 17</p> <p>“Nunca frequentei formação, mas gostava de frequentar em alguma coisa.” E18</p> <p>“De turismo rural e ambiental, gostei mas não há nenhuma área que gostasse de frequentar mais formação.” E. 19</p> <p>“Tirei na área de agricultura, de técnica de vendas.” Ent. 20</p> <p>“Frequentei formação mas não gosta, tenho muitas dificuldades, não consigo, só vou se for obrigada, não tenho aproveitamento nenhum, ando por obrigação.” Ent. 21</p> <p>“Já, de jardinagem e outras, mas não me recorda de quê. Gostei e tenho um filho que</p> | <p>“A minha filha não recebe e o suficiente para todas as despesas.” Ent. 11</p> <p>“Sou dependente do álcool, foi isso que originou os problemas que levar</p> | <p>“Não tinha” Ent. 1</p> <p>“Tenho alguns problemas de saúde, faço controle do sangue, problemas nos rins, estômago, tiróide.” Ent. 2</p> <p>“Tenho muitos problemas.” Ent. 4</p> <p>“Tenho, de cabeça, por isso estou no lar” Ent. 5</p> <p>“Tenho vários, já fiz 17 operações. Já fui acompanhada no IPO do Porto, também fui lá operada. Não consigo movimentar bem um dos braços, não sei bem porquê. Visto-me sozinha, com cuidado.” Ent. 7</p> <p>“Tenho dificuldades em ver e outros problemas de saúde, não sei dizer quais e tenho dificuldades em andar” E. 8</p> <p>“Tenho alguns problemas de saúde, faço fisioterapia, já sofri mais que um AVC, nem sei bem mais o quê” Ent. 9</p> <p>“Já tive problemas de saúde de cabeça, mas agora não tenho.” Ent. 10</p> <p>“Sim, da cabeça aos pés, tenho medo de precisar de amputar uma perna como aconteceu a um irmão meu. Fui acompanhada no Hospital de S. João no Porto, numa ferida que tive numa perna, por causa de um acidente em casa, amassar massa (cimento).” Ent. 11</p> <p>“Sofro de varizes, não tenho problemas graves, já não tomo</p> | <p>“Nunca pedi nada mais do que tive.” Ent. 4</p> <p>“Nunca pensei em ter nada diferente mas gostava que os pais fossem vivos, sinto muito a falta deles.” Ent. 5</p> <p>“Gostava de ter filhos, de ter tido uma família diferente. Não teve filhos porque a esposa por volta dos 5/6 meses abortava.” Ent. 6</p> <p>“A vida sempre foi de tristeza, a morte dos meus pais, do marido, agora a ficar sozinha...” Ent. 8</p> <p>“Já, mas tinha de fazer um TAC e por falta de dinheiro não fui fazer.” Ent. 17</p> <p>“Já tentei</p> | <p>“Nunca pedi nada mais do que tive.” Ent. 4</p> <p>“Nunca pensei em ter nada diferente mas gostava que os pais fossem vivos, sinto muito a falta deles.” Ent. 5</p> <p>“Gostava de ter filhos, de ter tido uma família diferente. Não teve filhos porque a esposa por volta dos 5/6 meses abortava.” Ent. 6</p> <p>“A vida sempre foi de tristeza, a morte dos meus pais, do marido, agora a ficar sozinha...” Ent. 8</p> <p>“Não tenho ressentimentos nenhuns sobre a vida que tive, acho que não há nada de diferente que pudesse ter tido.” Ent. 9</p> <p>“Agora tenho uma vida regular, o que recebo chega para as minhas despesas, vou poupando, não tenho muito dinheiro, mas chega.” Ent. 10</p> <p>“Ao longo da vida os desejos foram mudando, quando casei gostava de ter gado meu. Gostava de ter tido casa própria.” Ent. 11</p> <p>“Gostava de ter carta de condução, sou obrigada a pedir sempre boleia de amigos ou da</p> |

| | | | | | | | |
|---|---|---|--|---|--|--|--|
| <p>A minha mãe trabalhou a servir e de resto sempre trabalharam na lavoura. Eu fiquei sozinha com a minha filha, foi uma vida dura, não sei se terá sido melhor que a dos meus pais.” Ent. 14</p> <p>Os meus pais eram agricultores. A minha vida já foi melhor do que a dos seus pais. Era a mais nova e era a “MENINA”. E. 15</p> <p>“Os meus pais trabalharam na agricultura. Acho que a vida deles ainda foi melhor que a nossa, que eram mais felizes antigamente.” Ent. 16</p> <p>“O meu pai sempre trabalhou fora, em Braga dois anos, aviários e a última profissão foi como canalizador na câmara municipal. A minha mãe sempre foi doméstica. A minha vida acho que já foi melhor que a dos meus pais, pelo menos enquanto trabalhava e estava casado.” E. 17</p> <p>“A minha mãe nunca trabalhou fora, mas tinha animais para casa, para a família e para vender. O meu pai trabalhava fora. Acho que foi igual à dos pais.” Ent. 18</p> <p>“Trabalharam na agricultura, o meu pai também trabalhou nas obras. Não acho que seja uma vida melhor, eu estou sozinha com 3 crianças, a nível de trabalho talvez é que seja menos duro.” E. 19</p> <p>“Na agricultura, era uma vida difícil. Por um lado terei uma vida melhor porque estes trabalhavam muito no duro.” Ent. 20</p> <p>“A minha mãe trabalhou na agricultura e como doméstica, o meu pai já não sei.” Eles davam-se muito mal, o meu pai era muito violento, se a minha mãe tinha dinheiro ele queria-o e batia-lhe muito. A minha vida foi um bocadinho melhor que a dos pais, mas não muito.” Ent. 21</p> <p>“O meu pai andava com cabras e a minha mãe tomava conta da casa e dos filhos. Foi uma vida dura, de trabalho. Acho que já tive uma vida melhor que a dos meus pais.” Ent. 22</p> <p>“O meu pai trabalhou na construção muitos anos, depois meteu-se no álcool. A minha mãe trabalha na Câmara Municipal como empregada de limpeza.” Não me recordo muito da vida dos pais enquanto estavam juntos, separaram-se quando era muito nova. Mas penso que a minha vida e a da minha mãe foi praticamente igual. Só por dizer que o meu marido não consome álcool como o meu pai, mas é uma vida fe trabalho.” Ent. 23</p> <p>“A minha mãe sempre esteve em casa com os filhos, o meu pai reformou-se cedo. Acho que a minha já será melhor que a dos meus pais.” Ent. 24</p> <p>“Os meus pais trabalhavam na agricultura, era uma vida miserável, acho que a minha vida já é melhor que a dos meus pais, pelo menos consegui dar um teto aos meus filhos, que já têm outras oportunidades, liberdade, não quero que passem fome, eu passei fome.” Ent. 25</p> | <p>passa por mais dificuldades, também está a morar e a trabalhar em França, mas passa por mais dificuldades.” Ent. 11</p> <p>“A minha filha, trabalha no que aparece, aos dias.” Ent. 14</p> <p>“Tenho outro filho emigrado, já se autonomizou. Tem uma vida melhor que a minha e ajuda-me no que pode, pagou-nos o bilhete de avião para lá passarmos férias e para lá irmos no Natal.” Ent. 16</p> <p>“O meu filho mais velho está na Escola Superior em Fafe, ainda não sabe se tem direito a bolsa, espero que sim caso contrário não pode estudar, o final do ano está aproximar-se, não tem unidades curriculares em atraso.” Ent. 19</p> <p>“Os meus filhos trabalham muito, estão bem, melhor que eu”. Ent. 21</p> <p>“Já têm uma vida bem melhor que a minha” Ent. 22</p> <p>“Tenho boas relações com os meus filhos. Os rapazes trabalham juntos numa loja de pneus, a minha filha trabalha como empregada de mesa num restaurante na Alemanha.” Ent. 26</p> <p>“O mais novo não sei, não falamos, mas sei que já esteve emigrado na construção civil; a filha trabalha numa fábrica, tem</p> | <p>chegava para as despesas, mas não pagava renda, só as despesas com a habitação.” Ent. 18</p> <p>“O salário tem de ser suficiente”. E. 19</p> <p>“Sim, chegava” Ent. 20</p> <p>“Quando trabalhava sim, chegava” E. 21</p> <p>“O que recebo nem sempre chega. Quando não chega aperto e em último caso peço a uma senhora com quem tenho mais confiança.” Ent. 24</p> <p>“Por vezes o dinheiro não chegava para tudo”. Ent. 25</p> <p>“Era suficiente” Ent. 26</p> <p>“O dinheiro às vezes chegava outras vezes não. Chegava a precisar de pedir dinheiro emprestado à família ou pessoas amigas.” Ent. 27</p> <p>“Quando trabalhava o dinheiro chegava” Ent. 28</p> <p>“Chegava” E. 29</p> <p>“Quando trabalhava, chegava” E. 30</p> | <p>está desempregado e gostava de tirar um curso de jardinagem.” Ent. 22</p> <p>“Frequentei 2 cursos com equivalência ao 9º ano, fui incentivada pela entidade patronal, e ao 12º ano, de jardinagem.” Ent. 23</p> <p>“Frequentei um curso, em Abadim, mas já nem sei bem o nome dele, foi aí que comecei a trabalhar, mais ou menos há 20 anos.” Ent. 24</p> <p>“Tirei carta de condutor de pesados.” Ent. 26</p> <p>“Nem formação, nem cursos.” Ent. 27</p> <p>“Fiz formação de cozinha.” Ent. 28</p> <p>“Estou a fazer o curso de costura. Já fiz o de cozinha” Ent. 29</p> <p>“Já, fiz de cozinha e de bordados, são importantes. Devia haver mais para crianças, idosos, pessoas desfavorecidas e desmotivadas. Gostava de fazer o curso de geriatria.” Ent. 31</p> <p>“Já, várias. De apoio aos idosos, culinária e bordados.” Ent. 32</p> <p>Já fiz muitas, como técnico comercial, arte floral, cozinha e outras.” Ent. 33</p> <p>“Fiz formação pela Cerci, indicada às minhas limitações.” E. 34</p> <p>“Nunca fiz formação, nem os filhos. A minha filha não está desempregada.” Ent. 35</p> <p>“Nunca fiz”. Ent. 37</p> <p>“Quando frequentei, não sei.” Ent. 38</p> <p>“Tirei o curso de pintor.</p> | <p>am ao divórcio. O meu irmão também é” Ent. 17</p> | <p>medicação para a depressão. Mas há dias em que me sinto mais desanimada e isso também me impede de procurar trabalho. Tanto a minha mãe como as minhas irmãs sofrem de varizes.” Ent. 12</p> <p>“Tenho uma deficiência numa mão, fora isso não tenho problemas de saúde, causa-me limitações em alguns trabalhos, como na fábrica. Esta deficiência foi provocada ao longo do parto. Na família mais ninguém tem estes problemas.” Ent. 13</p> <p>“Sofro de tensão arterial alta, diabetes, esses problemas já me impediram de trabalhar. A minha mãe também sofre desses problemas e tem Alzheimer.” E. 14</p> <p>“ Não tem problemas de saúde, sofri de depressão quando me divorciei.” Ent. 15</p> <p>“Estou cansada da cabeça (nível psíquico). Tenho o sangue gordo.” Ent. 16</p> <p>“Tenho alguns problemas de saúde. A diabetes, problemas de tiroide. Tinha a minha avó e o meu pai.” Ent. 18</p> <p>“Não” Ent. 19</p> <p>“Não tenho problemas de saúde, só esta deficiência no braço.” Ent. 20</p> <p>“De diabetes, sinto dificuldades em caminhar, tenho tendinites. Precisava de tratamentos e também nos rins. Na minha família há” Ent. 21</p> <p>“Não.” Ent. 22</p> <p>“Tenho problemas de saúde de depressão e problemas de visão. As minhas as irmãs também padecem dos mesmos problemas.” Ent. 24</p> <p>“Já tive problemas com os ovários, agora não tenho nenhum”. Ent. 25</p> <p>“Tenho uma hérnia, e onde fui operado nasceu outra hérnia. Não posso ser operado novamente por algumas razões, levei um tiro e fiquei com a bala armazenada”. Ent. 26</p> | <p>pedir , mas não me foi atribuída.” Ent. 18</p> <p>“Já, mas não foi deferida.” Ent. 21</p> <p>“Nunca pedi” Ent. 27</p> <p>“Não, nunca” Ent. 28</p> | <p>família.” Ent. 12</p> <p>“Gostava de ter um emprego fixo, não importava o que fosse. Gostava de ter mais condições e mais rendimentos.” Ent. 13</p> <p>“Há coisas que nunca pude dar à minha filha, isso gostava que tivesse sido diferente.” Ent. 14</p> <p>“O meu sonho era ter um curso de Karaté, mas nunca consegui.” Ent. 15</p> <p>“Gostava de ter casa própria para não pagar renda.” Ent. 16</p> <p>“Gostava de ter carta de condução.” Ent. 17</p> <p>“Nunca ambicionei nada de diferente na vida.” Ent. 18</p> <p>“Gostava de ter um trabalho certo.” Ent. 19</p> <p>“Gostava de andar num curso de cozinha, era o meu desejo.” E. 21</p> <p>“Gostava de ter uma casa própria, ter saúde para mim e para os meus filhos.” Ent. 22</p> <p>“Gostava de ter tido mais conforto na minha casa, sempre tive esse sonho. Gostava de ter aquecimento e espero ter sempre comer na mesa para os meus filhos.” Ent. 23</p> <p>“Sinto-me bem com a vida que tenho”. Ent. 24</p> <p>“Tenho realizado os meus sonhos, sinto-me bem com isso, não há nada que deseje ainda, desejo que continue assim.” E. 25</p> <p>“Não há nada de diferente que gostaria de ter tido.” Ent. 26</p> <p>“Gostava de ter tido mais saúde” Ent. 27</p> <p>“Não há nada que gostasse de ter de diferente.” “Carta de condução, ainda me inscrevi mas não terminei, o meu pai não</p> |
|---|---|---|--|---|--|--|--|

| | | | | | |
|---|---|---|--|---|--|
| <p>D meu pai era carpinteiro de móveis, a minha mãe era doméstica. A vida deles era boa. A minha, acho que foi melhor, porque a vida em si mudou, os tempos são outros.” Ent. 26</p> <p>“Os meus pais sempre trabalharam na agricultura e nas festas a vender doces. Eu não gostava de ajudar nas festas. Passavam por dificuldades, também já passei e passo por dificuldades como os meus pais.” Ent. 27</p> <p>“O meu pai era serralheiro e a minha mãe era doméstica. Acho que a minha vida já foi melhor que a dos meus pais, a deles era mais dura.” Ent. 28</p> <p>“O meu pai era carpinteiro, a minha mãe era doméstica. Acho que a minha vida já foi melhor que a deles, a deles era mais dura.” Ent. 29</p> <p>“Os meus pais trabalharam sempre no campo. Acho que a minha vida já foi melhor, talvez menos dura. Mas passei por muitas dificuldades ao longo da vida, para criar os meus filhos.” Ent. 30</p> <p>“A minha mãe trabalhou na agricultura, o meu pai foi emigrante. Tinham uma vida difícil inicialmente, mas depois nem tanto. A minha já terá sido mais fácil, era uma escravidão lantes”. Mas passei por muitas dificuldades ao longo da vida, para criar os meus filhos.” Ent. 31</p> <p>D meu pai tinha uma empresa de autocarros, a minha mãe era doméstica. Tinham uma vida normal, sobretudo mais tarde. A minha vida não é nem foi má, desde que não se perca quem se ama, se a gente não tiver desgostos grandes na vida, tem de ser feliz.” Ent. 32</p> <p>“Os meus pais trabalharam na lavoura, o meu pai sempre foi muito mau (relatou vários episódios de sofrimento provocados por ele). Sai de casa quando ele me bateu. Não sei, mas a minha mãe também sofreu muito, a minha vida e da minha mãe foi difícil.” Ent. 33</p> <p>“A minha mãe trabalhou em fábrica e o pai numa padaria. Acho que a minha vida já foi melhor que a dos seus pais.” Ent. 34</p> <p>“Os meus pais trabalhavam na lavoura, tinham uma vida boa e melhor que a minha.” Ent. 35</p> <p>“Trabalhavam na fruta. Já é melhor que a dos meus pais.” Ent. 36</p> <p>“Também trabalhavam no campo. A minha vida já é melhor que a dos meus pais, tinham uma vida simples”. Ent. 37</p> <p>“O meu pai trabalhou em França apanhar fruta, mas acho que enho melhor vida que eles.” Ent. 38</p> <p>“Os pais trabalhavam em casa, na lavoura. Acho que já é melhor do que foi a deles (falecidos).” Ent. 39</p> | <p>4 filhos; o outro, com deficiência, trabalhou numa fábrica com os incentivos de apoio à empregabilidade das pessoas com deficiência. Também passam por dificuldades.” Ent. 30</p> <p>“O meu mais velho é motorista da Uber, o do meio é vendedor de fruta.” Ent. 31</p> <p>“O meu filho trabalha numa fábrica de peças de automóveis. Já trabalhou em armazém.” Ent. 32</p> <p>“A vida da minha filha é melhor que a minha porque ela tem mais saúde que eu”. Ent. 35</p> <p>“A minha filha trabalha num hotel. Já terá uma vida melhor que a minha.” Ent. 41</p> <p>“Não sei o que fazem, uma filha era vendedora, agora não sei.” Ent. 44</p> <p>“Um é carteiro, outro é técnico de máquinas e outro carpinteiro, todos gostam do que fazem. Já, já é melhor que a minha, não tem nada a ver.” Ent. 46</p> <p>“Os meus filhos são trolhas e as minhas filhas trabalham e trabalharam como empregadas domésticas, uma trabalha aos dias. Têm uma vida melhor que a minha.” Ent. 47</p> <p>“A minha mais velha tinha um negócio, casa de venda de roupas; os dois rapazes seguintes trabalham na</p> | <p>“Chegava.” E 31</p> <p>“Quando trabalhava o dinheiro chegava”. E. 32</p> <p>“Quando trabalhava, e estava na casa do meu pai, tinha de lhe entregar o dinheiro. Depois de sair, quando trabalhava, o dinheiro chegava para mim e para o meu filho.” Ent. 33</p> <p>“Quando trabalhava o que ganhava era suficiente para as suas despesas, deixou de trabalhar por iniciativa própria” Ent. 34</p> <p>“Chegava” E. 35</p> <p>“Quando trabalhava não recebia nenhum salário.” Ent. 36</p> <p>“Chegava, era só para mim.” E. 37</p> <p>“Chegava” E. 39</p> <p>“Quando trabalhava, dava para algumas coisas, para outras não dava.” Ent. 40</p> <p>“Não chegava para as despesas.” E 41</p> <p>“Quando trabalhava sim, chegava”. Ent. 42</p> | <p>Não” Ent. 39</p> <p>“Fiz de locutor de rádio, gostava de repetir essa formação.” Ent. 40</p> <p>“Nunca frequentei, mas a minha filha já.” Ent. 41</p> <p>“Nunca frequentei formação profissional, se calhar podia ter ajudado ter formação para ter emprego.” Ent. 42</p> <p>“Frequentei formação, e o que gostava de ainda frequentar era Educação de Infância.” Ent. 43</p> <p>Não, nunca frequentei formação, nem gostaria. Eles (os filhos) também nunca fizeram nenhuma formação.” Ent. 44</p> <p>“Nunca frequentei, nem quis.” Ent. 45</p> <p>“Gostava de ter frequentado formação, de aprender mais. Aprendi a trabalhar num computador aos 85 anos de idade, no lar.” Ent. 48</p> <p>Nunca frequentei, mas também não gostava frequentar.” Ent. 49</p> <p>“Gostava de ter frequentado formação.” Ent. 50</p> <p>“Não, nunca frequentei. Um dos meus filhos fez o curso de computadores há alguns anos.” Ent. 51</p> <p>“Não, aprendia com os mais velhos.” Ent. 52</p> <p>“Nunca frequentei, nem os meus filhos” Ent. 53</p> | <p>“Sofro de problemas de costas, colesterol, e outros. Alguns irmãos também têm problemas de saúde.” Ent. 27</p> <p>“Tive um problema num olho, está em tratamento, não há registos na minha família.” Ent. 28</p> <p>“Tenho problemas da coluna, ombros, intestinos, de cabeça. Tenho uma irmã que também tem problemas de ossos, coluna...” E 30</p> <p>“Não”. Ent. 31</p> <p>“Tive uma depressão profunda, não tenho mais problemas de saúde.” Ent. 32</p> <p>“Nas mãos, fui operada a uma mão, não fiquei bem. Também tenho problemas de epilepsia por causa de uma pancada que o meu pai me fez na cabeça. Tenho problemas de colesterol, tensão arterial alta. Fiz tratamento no Esposende Solidário para o consumo excessivo de álcool, sou um caso de sucesso. Às vezes até me pedem para ir lá dar o meu testemunho.” Ent. 33</p> <p>“Apanhei a meningite aos 3 meses, agora está estabilizado, influenciou toda a vida. Não há registo.” Ent. 34</p> <p>“A minha irmã” Ent. 36</p> <p>“O problema na perna não me permitiu trabalhar, há dias que ando bem, outros que ando mal. Não há mais registos na família.” Ent. 37</p> <p>“Tenho. Mais ninguém da família tem.” Ent. 39</p> <p>“Tenho problemas de saúde, de momento está igual. Mais ninguém tem esse problema.” Ent. 40</p> <p>“Tenho problemas. Mais ninguém na família tem esse problema de saúde.” Ent. 41</p> <p>“O problema de saúde mantém-se igual. Sim, influenciou o meu futuro.” Ent. 42</p> <p>“Sim, sobretudo os da coluna vão piorando ao longo dos anos. Mais ninguém na família tem.” Ent. 43</p> | <p>quis”. Ent. 28</p> <p>“Não há nada que gostasse de ter de diferente, talvez saúde.” Ent. 29</p> <p>“Não há nada que gostasse de ter tido de diferente, sempre me conformei com aquilo que a vida me deu”. Ent. 30</p> <p>“Acho que não há nada que deseje de diferente, a não ser o tempo que passo com os meus familiares.” Ent. 31</p> <p>“Gostava de ter mais filhos.” E. 32</p> <p>“Gostava de ter uma casa própria, para não pagar renda e ter tudo à minha ideia.” Ent. 33</p> <p>“Gostaria de ter ajudado os meus pais.” Ent. 34</p> <p>“Gostaria de ter tido mais saúde, enho piorado. Impediu-me de trabalhar, sentia tudo à roda.” Ent. 35</p> <p>“Gostava de ter tido uma casa.” Ent. 36</p> <p>“Nunca pensei em outras coisas além do que tenho”. Ent. 37</p> <p>“Não ambiciono por nada de diferente.” Ent. 38</p> <p>“Não há nada que gostasse de ter de diferente.” Ent. 41</p> <p>“Gostava de ter saúde, assim como para a minha família.” Ent. 42</p> <p>“Gostava que a minha família fosse mais unida.” Ent. 43</p> <p>“Gostaria que conseguissem viver todos melhor, que nunca faltasse nada aos filhos.” Ent. 44</p> <p>“Gostava de ter tido outro trabalho, fora de casa.” Ent. 45</p> <p>“Não há nada que gostasse de ter tido de diferente do que aquilo que tive ou tenho.” Ent. 46</p> <p>“Não há nada que gostasse de ter tido que não pude ter.” Ent. 48</p> <p>“Não há nada que gostaria de ter tido de diferente, estou bem,</p> |
|---|---|---|--|---|--|

| | | | | | |
|---|---|--|--|--|--|
| <p>“O meu pai trabalha em metalúrgica, a mãe em confeção. A vida deles foi difícil. A minha será melhor.” Ent. 40</p> <p>“Os meus pais trabalharam no campo. A minha vida é igual à dos meus pais.” Ent. 41</p> <p>“O meu pai trabalhou na construção civil, a minha mãe a impedir os caminhos. A vida deles era má, a minha já é muito melhor.” Ent. 42</p> <p>“A minha mãe trabalha num lar. A vida dela é boa. A minha não é melhor que a da sua mãe.” Ent. 43</p> <p>“O meu pai trabalhou como madeireiro, a minha mãe era doméstica e empregada doméstica. A minha vida já foi melhor que a dos seus pais, pois os empregos que tive eram estáveis.” Ent. 44</p> <p>“Os meus pais trabalharam na agricultura. Não sabiam ler nem escrever. A minha vida já foi melhor que a dos meus pais, faltantes faltava muita coisa, por exemplo, uma sardinha dava para 3; as batatas eram cozidas com a casca. Chegamos a ser 13 irmãos vivos.” Ent. 45</p> <p>“Os meus pais trabalharam sempre na agricultura até todos os filhos casarem, sozinhos não cultivavam as terras. Quando a última casou, entregaram as terras. Quando casei fiquei a viver na casa dos meus pais. Acho que a minha vida já foi melhor um bocadinho que a dos meus pais, apesar dos muitos sacrifícios que tive na vida.” Ent. 46</p> <p>“Os meus pais sempre trabalharam no setor agrícola. Acho que a minha vida foi igual ou pior que a dos meus pais. Tive uma vida dura de trabalho.” E. 47</p> <p>“O meu pai era carpinteiro, a minha mãe faleceu quando tinha 8 anos de idade. O viver deles, sei que era um viver santo. A minha vida inicialmente, quando comecei a ter os filhos, era difícil, vivia com dificuldades.” Ent. 48</p> <p>“O meu pai trabalhou como mineiro, a minha mãe andava com a avó, na lavoura. A vida da minha mãe era difícil, às vezes também ia para o minério. A vida da minha madrinha, da tia que me criou, era de trabalho, vendia leite, mas nunca nos faltou nada.” Ent. 49</p> <p>“Os meus pais trabalhavam na lavoura, tinham uma vida boa, numa quinta própria. Considera que a sua vida já foi melhor, porque era menos dura.” Ent. 50</p> <p>“Eram agricultores. Acho que a minha já foi melhor.” Ent. 51</p> <p>“Sempre trabalharam na lavoura, na agricultura. Já foi melhor que a dos meus pais, mais pouco melhor, a deles talvez tivesse sido mais dura.” E. 52</p> <p>“O meu pai era carpinteiro e a minha mãe era doméstica. A vida deles era de trabalho, acho que a minha já foi melhor, ganhava o dia, como fazia descontos, ainda cheguei a andar de</p> | <p>construção civil; a outra trabalhava a tricotar, a fazer camisolas; os mais novos, estudaram, são engenheiros. Os filhos mais velhos ajudaram a que estudassem. Acho que a vida deles já é melhor que a sua.” Ent. 48</p> <p>“Uma trabalha num tribunal, outro tem uma pastelaria e um restaurante em Braga, outro é carteiro em Amarante, e tem outra emigrada em França, é a que está pior. A vida deles já é melhor do que foi a sua.” Ent. 50</p> <p>“Olhe, um é carteiro, outro está desempregado, a minha filha trabalha em limpezas. Acho que em princípio não terão uma vida melhor que a minha.” Ent. 51</p> <p>“Um trabalha na construção civil, dois estão emigrados, as outras trabalham na terra e por casa.</p> <p>Já vai ser melhor que a minha, não será de trabalho tão duro na lavoura.” Ent. 52</p> <p>“O mais velho está em Espanha, trabalha nas obras, outro é bombeiro trabalha aos dias, mas gasta o dinheiro na bebida, sofreu um acidente e nunca mais ficou bem; outra filha está em Espanha, e a outra anda por aí, o mais novo trabalha na Resinort. Já têm uma vida melhor que a minha, vão ganhando aqui e acolá.” Ent. 53</p> | <p>“Chegava.” E. 43</p> <p>“Chegava” E. 44</p> <p>“O dinheiro que ganhava dava à minha mãe, para casa. Vivi com ela até à sua morte.” Ent. 45</p> <p>“O meu dinheiro chegava para as despesas da casa e da família. O meu marido emigrou 7 anos para construir a casa onde moro, nunca gastei desse dinheiro.” Ent. 46</p> <p>“Não chegava, tinha de pedir fiado ao vendedor, apenas fiava uma vez por ano, tinha de contar os tostões para comprar o leite para os meus filhos diariamente. Mas havia sempre alguma coisa para comer.” Ent. 47</p> <p>“Tinha de chegar”. Ent. 48</p> <p>“Quando trabalhava o dinheiro chegava para as suas, trabalhava-se muito, mas chegava.” Ent. 50</p> <p>“Quando trabalhava, chegava para as suas despesas.” Ent. 51</p> <p>“O que ganhava</p> | | <p>“De diabetes e problemas de cabeça. Com a diabetes, tanto estou bem como não estou. Nunca influenciou a situação profissional. Nunca ninguém na família teve os mesmos problemas, fui o primeiro.” Ent. 44</p> <p>“Problemas como diabetes, colesterol, problemas de coração. Diabetes, alguns irmãos têm. O meu pai faleceu muito cedo, tinha 6 anos quando morreu.” Ent. 45</p> <p>“Tenho problemas de saúde, como de coração, ossos. Não sei se alguém da família terá os mesmos problemas.” Ent. 46</p> <p>“Alguns irmãos também têm problemas de saúde, um sofre de Alzheimer.” Ent. 47</p> <p>“Problemas de colesterol, tensão arterial alta, nervosismo. Não tenho irmãos vivos.” Ent. 48</p> <p>Ent. 48 “Padece de alguns problemas de saúde, como úlcera nervosa, osteoporose, hérnia discal.” Ent. 49</p> <p>“Sofro de bronquite asmática, faz o controlo do sangue. Fui reformada aos 50 anos de idade, por causa de problemas na coluna.” Ent. 50</p> <p>Tem problemas de saúde, a nível cerebral. Considera que isso terá influenciado a sua situação de emprego. Há registos de alguns elementos da família com esses problemas de saúde.” Ent. 51</p> <p>“De problemas de bronquite, tremores, do cérebro. Não, nunca foram (impedimento para a atividade profissional) A minha mais velha (filha) tem asma.” E. 52</p> <p>“Tenho muitos problemas de saúde, mas só comecei a ter problemas por volta dos 60 anos, das costas, foi o que me valeu da forma que eu trabalhava. Tenho problemas na medula. Não sei se mais alguém tem”. Ent. 53</p> | <p>graças a Deus”. Ent. 49</p> <p>“Gostava de ter tido a oportunidade de ter estudado mais.” Ent. 50</p> <p>“Nunca ambicionou ter mais do que aquilo que tenho e tive.” Ent. 51</p> <p>“Não há nada que gostasse de ter além daquilo que tenho, como máquina de lavar roupa já é muito bom.” Ent. 52</p> <p>“Gostava de ter tido outro marido, que trabalhasse e me tivesse ajudado a criar os filhos.” Ent. 53</p> |
|---|---|--|--|--|--|

| | | | | | | | | | | | | |
|--|---|--|---|---|---|--|--|---|---|---|---|--|
| | paixa. No tempo dos meus pais não havida nada disso.” Ent. 53 | | | | chegava”. Ent. 52 “Sim, chegava”. Ent. 53 | | | | | | | |
| Relações com instituições da Segurança Social e outras | Descontou para a Segurança Social (ou Caixa de Previdência)? Durante quantos anos? Qual o seu valor de reforma? Qual o valor, em média, que descontava? | O valor que recebe é suficiente para as despesas que tem? E se não é suficiente, que estratégias já desenvolveram para fazer face aos problemas económicos? A quem recorreu? | Na sua família outras pessoas recebem estes apoios? A que outras instituições recorre quando tem problemas? | Como é atendida na Segurança Social? E/ou nas IPSS a que recorre? Qual a sua relação com os técnicos e como tem sido feito o acompanhamento pelos técnicos? Com que frequência os técnicos os contatam? | Você ou algum membro do agregado familiar participou em ações levadas a cabo pelas instituições de apoio social? Concorda com as medidas que foram tomadas? Pensa que estas contribuíram para uma melhor qualidade de vida? | Em caso de pedir apoio a certas instituições ou pessoas, acha que lhe fazem um favor ou acha que é um direito seu a ser ajudada? Recebe algum apoio social (exemplos)? | Quando pediu/pede apoio/ajuda como se sentiu/sente? Como sentiu/sente que foi atendida a situação apresentada? Já viu algum dos seus direitos a serem-lhe negados? Como é a sua relação com os técnicos que acompanham o seu caso na Segurança Social ou noutras instituições? | Já se sentiu excluído em algum momento, ou a sua família? | Se pudesse o que mudaria na sua vida? O que mudaria no apoio que é dado pelo Estado e por outras instituições às pessoas carenciadas? | Acha que a sua situação se deve à sua pessoa ou acha que é esta sociedade de ou o Estado que lhe nega direitos? | Sente-se dependente de quem a ajuda? Porque razões acha que as instituições ou certas pessoas com posses a ajudam? Fazem-no de modo desinteressado ou querem algo em troca? E, neste caso, o que querem em troca? | Prefere que sejam IPSS ou o Estado a prestar-lhe os apoios (subsídios, comida e outras doações em género)? |
| | “Fiz 18 anos, o meu marido descontou para a casa do povo.” Ent. 1 “Fiz alguns descontos para a segurança social mas não sei quantos anos” Ent. 5 “Fiz descontos quando passei a | “Estou no lar mas os meus filhos apoiam na mensalidade”. Ent. 1 “Gostava de ter tido, como agora, o dinheiro não me vai chegar, estou sujeita a ir-me embora, o dinheiro vai-se embora, e eles não têm | “Estou no lar há 2 anos. Antes de vir para aqui nunca tinha recebido nenhum apoio.” Ent. 2 “Nunca pedi ajuda a nenhuma instituição” Ent. 3 “Enquanto vivi sozinha, não pedi apoio a ninguém, recebia a comida | “Gosto bem de todos os colaboradores, dou-me bem com todos.” Ent. 3 “Gosto de estar no lar, são todos meus amigos.” Ent. 5 “Não tenho que dizer das funcionárias, | “Sinto estar muito melhor.” E. 3 “A minha filha dantes vinha cá todos os dias, não quis ir para casa dela. Então eles arranjaram a meter-me aqui” Ent. 4 “Gosto do lar... Mas acho que foi uma ofensa por parte dos meus filhos” Ent. 8 “Antes de vir para aqui | “Nunca pedia ajuda monetária. As pessoas ajudava m-se umas as outras.” Ent. 1 “Acho que | “No lar ajudam-nos em tudo o que é precisamos, mas gostava de estar era em minha casa, mas gosto de todos no lar, em casa não podia estar. Ainda estive na casa da filha, ela queria que ficasse num lar onde vive mas não quis. A minha irmã | “Não, nunca”. Ent. 11 “Não.” Ent. 12 “Já, já senti, colocada de parte, não sei se por ser beneficiária de RSI.” Ent. 12 “Não.” Ent. 13 | “Neste momento sinto-me bem integrado. Não mudava nada na minha vida” Ent. 3 “Eu estou bem no lar, mas preferia estar em minha casa.” Ent. 4 “De vez em quando ainda recebo visita dos irmãos e dos sobrinhos, mas estão longe portanto não | “Acho que as outras pessoas poderiam ajudar mais quem se encontra sempre a criticar | “Acho que quem ajuda é desinteressadamente.” Ent. 10 “Quem ajuda, penso que o fazem de boa vontade.” Ent. 11 “Sinto-me um bocadinho dependente de quem ajuda, estão sempre a criticar | “Acho que é preferível receber os apoios em dinheiro para gerir de acordo com as minhas necessidades.” Ent. 12 “Prefiro que seja em dinheiro para gerir da forma |

| | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|--|--|---|--|---|---|--|
| <p>ser obrigada, fiz descontos como agricultora.” Ent. 7</p> <p>“Fiz 14 anos de descontos, tenho uma reforma paixinha mais a do meu marido, é a volta de 450€.” Ent. 8</p> <p>“Fiz 18 anos, a reforma era pequenina, mas agora não sei ao certo, vem toda para aqui.” Ent. 9</p> <p>“Fiz alguns descontos. O meu marido descontava por mim, como se ela fosse empregada dele..” Ent. 10</p> <p>“Descontei como agricultora, 27 anos.” Ent. 11</p> <p>“Descontei alguns anos, mas não sei quantos.” Ent. 12</p> <p>“Já fiz alguns descontos, uns 10 anos, no restaurante enganaram-me, não descontaram quase nada.” Ent. 14</p> <p>“Não tenho certeza se fiz descontos para a segurança social, mas quando casei fiz mais 20 e tal anos de descontos.” Ent.</p> | <p>possibilidades de me ajudar, a SS devia ajudar mais.” Ent. 2</p> <p>“Não sei ao certo quanto recebo, vem para o lar e é com esse dinheiro que pago a mensalidade.” Ent. 4</p> <p>“Pago o lar com a minha reforma e com dinheiro que tinha junto meu e dos meus pais.” Ent. 5</p> <p>“Pago o lar com a minha reforma e com dinheiro que tinha amealhado.” Ent. 6</p> <p>“Tenho um rendimento mensal médio de 500€, de velhice, complemento por dependência e aluguer dos terrenos para as antenas eólicas.” Ent. 7</p> <p>“É uma reforma pequenina, mas recebo ainda a pensão do meu marido.” (sensivelmente 450€) Ent. 8</p> <p>“A reforma era pequenina, mas agora não sei ao certo. Mas é com o que recebo que pago o meu lugar aqui no lar”. Ent. 9</p> | <p>em casa” (SAD do Centro Social do Rego) Ent. 7</p> <p>“Recebi SAD (Centro Social do Rego) e andei no Centro do Dia da ASSB, pouco tempo” Ent. 8</p> <p>“Ando no Centro de Dia. Gosto do Centro de Dia, fazem um bom trabalho. A comida é boa”. Ent. 10</p> <p>“Quando o dinheiro não chega peço à minha filha e ao meu genro e no final do mês quando recebo, pago.” Ent. 11</p> <p>“Como neste momento, a prestação está em atraso, quando acontece peço a familiares.” Ent. 12</p> <p>“Para fazer face, faço dias de trabalho à jorna.” Ent. 13</p> <p>“Sou ajudada por pessoas da freguesia, que me dão mercearia e roupas. Já pedi ajuda em outros serviços como a CM.” Ent. 14</p> <p>“Quando não chega, tenho de esperar</p> | <p>dou-me bem com toda a gente. Na instituição ainda bordo.” Ent. 7</p> <p>“Gosto de estar no lar, gosta das funcionárias.” Ent. 9</p> <p>“Acho que sou bem atendida, sempre tive a paciência necessária para aguardar pela minha vez.” Ent. 10</p> <p>“Onde vou acho que sou bem recebida. No Centro de Dia, estou muito bem. Tem bom relacionamento com os técnicos do Centro Comunitário.” Ent. 11</p> <p>“Acho que tenho sido bem atendida tanto na equipa de RSI, como em outros serviços.” Ent. 12</p> <p>“Sinto-me muito bem atendida nos serviços de segurança social, sobretudo pela Dra. Ana Isabel. Quando é preciso, ligam-</p> | <p>via com uma filha, mas foram elas que me trouxeram, não sabia de nada...”</p> <p>“Não queria vir, mas inscreverem-me sem ter conhecimento. Também tenho uma irmã em lar.” Ent. 9</p> <p>“Gosto das atividades.” Ent. 11</p> <p>“Por ser beneficiária de RSI há ações promovidas pelas técnicas. Acho que são importantes para estar mais esclarecida.” Ent. 12</p> <p>“Nunca frequentei.” Ent. 13</p> <p>“Contactam-me quando é necessário, não fazem muitas VD porque vivo na beira da estrada e às vezes quando passam param para saber se está tudo bem. Sim, às vezes há ações promovidas pela equipa, quando contactada e considera que são muito importantes.” Ent. 14</p> <p>“Às vezes fazem VD. Quando há sessões de grupo costumam frequentar. Não (não acha que sejam importantes), preferia que não me chamassem, acho que não aprendo nada, o que dizem eu já sei.” Ent. 15</p> <p>“Costumam-me chamar ao serviço, nunca fizeram VD a minha casa” Ent. 16</p> | <p>aquilo em que sou apoiada, mesmo no Centro de Dia é um Direito e um Dever, que fazem aquilo que podem.” Ent. 10</p> <p>“Acho que tenho o Direito como os outros a frequentar o Centro de Dia, até porque pago.” Ent. 11</p> <p>“Não, nunca senti”. Ent. 13</p> <p>“Não.” Ent. 16</p> <p>“Nunca senti que fossen”. Ent. 17</p> <p>“Nunca senti.” Ent. 18</p> | <p>está sempre a reclamar mas não adianta nada reclamar. Dou-me bem com todos.” Ent. 1</p> <p>“Dou-me bem com as pessoas com quem lida no lar; faz muito esforço em andar no lar.” Ent. 2</p> <p>“Gosto de toda a gente do lar, são boas raparigas”. Ent. 4</p> <p>“Estou bem no lar, são todos muito meus amigos e competentes, recebemos os cuidados de que precisamos.” Ent. 5</p> <p>“Quando peço ajuda a alguém, sinto-me revoltada.” “Nunca senti” Ent. 11</p> <p>“Sinto-me muito mal, gosto mais de dar do que receber”. Ent. 12</p> <p>“Quando peço ajuda sinto-me triste porque é sinal que não tenho conseguido trabalho.” Ent. 13</p> <p>“Não me sinto muito bem. Não, nunca senti” Ent. 14</p> <p>“Sinto-me muito mal. Sobre tudo porque se o meu ex-marido me</p> | <p>“Não.” Ent. 14</p> <p>“Nuna senti”. Ent. 15</p> <p>“Acolhi o neto como sendo meu filho, o pai da criança não a assumiu” Ent. 16</p> <p>“Neste momento sinto-me excluído pela sociedade.” Ent. 17</p> <p>“Sinto-me excluída quando peço alimentos à Dra. Ana Sofia e esta me diz que não pode porque não sou só eu que preciso e dá a outros que têm mais possibilidades”. Ent. 18</p> <p>“Excluída nunca me senti, mas assim olhada de lado, normalmente nos serviços públicos...” Ent. 19</p> <p>“Nunca me senti excluída, mas não dou confiança a ninguém, não</p> | <p>podem vir muitas vezes.” Ent. 5</p> <p>“O meu cunhado e a minha irmã visitam-nos com muita frequência, dia sim e dia não. São eles que tomam conta da nossa casa.” Ent. 6</p> <p>“Estou na instituição há 4 anos, estou bem, mas preferia estar em casa. Aceitei integrar o lar porque os médicos me disseram que não podia estar sozinha.” Ent. 7</p> <p>“Gosto do lar em si, gosta de todos/as, mas preferia estar em sua casa.” Ent. 8</p> <p>“Acho que tenho uma vida regular, o que recebe chega para as suas despesas, vai poupando, não tenho muito dinheiro, mas chega para mim e para as minhas despesas.” Agora aqui sou muito chegada a um senhor mais novo 25 anos, mas não somos namorados, as pessoas dizem que sim, mas não”. Ent. 10</p> <p>“Se pudesse, gostava de ter uma casa própria para viver.” Ent. 11</p> <p>“Hoje, se soubesse, não teria casado, se soubesse o que iria acontecer, nunca teria tido a minha filha, pois foi ela quem mais</p> | <p>regado, contratando.” Ent. 13</p> <p>“O meio onde estou inserid a podia ajudar mais um bocadinho.” Ent. 14</p> <p>“Devese a mim e à sociedade.” Ent. 17</p> <p>“Acho que o Estado não tem nada a ver, as coisas simples mente não funcionam.” Ent. 19</p> <p>“Penso que esta situaçã o difícil se deve à</p> | <p>as pessoas que pedem estas ajudas...”</p> <p>“Quem ajuda acho que não espera nada em troca, que a ajudam desinteressadamente.” Ent. 12</p> <p>“Sim, sinto-me dependente de quem a ajuda, dos serviços. Acho que é porque querem ajudar, não esperam nada em troca.” Ent. 13</p> <p>“Acho que fazem-no desinteressadamente, porque me conhecem e porque preciso”. Ent. 14</p> <p>“A minha família ajuda-me desinteressadamente, querem o melhor, os serviços, não sei.” Ent. 15</p> <p>“Eu penso que quem me ajuda, os serviços, não esperarão nada em troca, já a família, não sei.” Ent. 17</p> <p>“Sinto. Acho que ajudam sem outros interesses.” Ent. 18</p> <p>“Penso que quem me ajuda o faz de forma desinteressada.” Ent. 20</p> | <p>que for conveniente, pois temos contas para pagar.” Ent. 13</p> <p>“Penso que é bom que estes apoios sejam em dinheiro, sou poupada e sei gerir o meu orçamento e pago as minhas contas.” Ent. 14</p> <p>“O apoio prefiro que seja em dinheiro.” Ent. 15</p> <p>“Prefiro que o apoio seja em dinheiro, para estar mais à vontade, para não estar dependente dos outros.” Ent. 17</p> <p>“Se me pagassem todas as contas não me importava.” Ent. 18</p> <p>“Prefiro que os apoios recebidos sejam em monetário, assim giro à minha maneira, e ficaria muito</p> |
|--|--|--|--|---|--|--|---|--|---|---|--|

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|--|---|----------------------------|---|---|--|---|--|---|---|
| <p>15 ‘Não tenho nenhuns descontos’ Ent. 16 ‘Fazia descontos, tenho 22 anos de descontos.’ Ent. 17 ‘Fiz 2 anos de descontos, mas pensava ter mais porque trabalhei mais anos.’ Ent. 18 ‘Fiz descontos, mas não sei quantos anos tenho, talvez 12, 15 anos. Tinha contrato.’ Ent. 19 ‘6 ou 7 anos de descontos.’ Ent. 20 ‘Descontei só um ano, como ornaleira.’ Ent. 22 ‘Fiz, Terei uns 4 anos de descontos.’ Ent. 23 ‘Fiz alguns descontos, mas será de pouco tempo.’ Ent. 24 ‘Apenas enquanto trabalhei na fábrica, fiz dois anos e meio de descontos’ Ent. 25 ‘Em Portugal tive 15 anos de descontos e da Alemanha também, recebo pensão de</p> | <p>‘Quando o dinheiro não chega, o da pensão, uso o da poupança, não tenho ninguém a quem recorrer em caso de necessidade’. Ent. 10 ‘A reforma não chega para todas as despesas, tenho muitas despesas porque ajudo a minha filha nas despesas porque moro lá.’ Ent. 11 ‘Tenho de fazer uma gestão muito apertada dos rendimentos para conseguir fazer face a todas as despesas. O dinheiro que recebo tem de ser suficiente, é pouco.’ Ent. 12 ‘Chega sempre, tivemos de alterar alguns hábitos. Mas é insuficiente para todas as despesas que temos.’ Ent. 13 ‘O dinheiro que recebo de RSI não é suficiente para tudo, passo mal.’ Ent. 14 ‘Não chega. Peço a familiares quando é preciso’. Ent. 15 ‘Vivemos sozinhas, mas vivemos bem, porque dantes quando chegava a noite havia muitos</p> | <p>para o mês seguinte para comprar o que preciso e não pude comprar. Recebo apoio em alimentos.’ Ent. 16 ‘Quando não chega, não compro as coisas que preciso, quando não tenho dinheiro.’ Ent. 18 ‘Quando o dinheiro não chega, se tenho dificuldades, mando os miúdos de férias, para a avó, em Cavez. Tento que isso não aconteça, mas se precisar.’ Ent. 19 ‘Nunca recorro a outro tipo de apoios.’ Ent. 20 ‘Quando o dinheiro não chega passo um bocado mal, tenho algumas pessoas amigas que me dão algumas coisas.’ Ent. 21 ‘Quando o dinheiro não chega recorro à minha mãe.’ Ent. 22 ‘Peço emprestado à minha mãe e a uma irmã mais nova que ainda é solteira, é que ajuda muito os meus filhos.’ Ent. 23 ‘Por vezes é difícil, é justo, recorro aos meus irmãos.’ Ent. 25 ‘Quando não chega</p> | <p>me, não costumam fazer VD.’ Ent. 13 ‘Sim, acho que sou bem atendida nos serviços, tanto SS como CM.’ Ent. 14 ‘Acho que sou bem atendida.’ Ent. 15 ‘Sim, sou em todos os serviços.’ Ent. 16 ‘Sinto-me bem atendido pelos serviços, e pela segurança social.’ Ent. 17 ‘Acho que tenho sido bem atendida pelos serviços públicos, ao serviço que vou é a equipa da Dra. Ana Isabel. Vou aos serviços sempre que preciso de alguma coisa.’ Ent. 18 ‘A minha relação com os técnicos tem sido normal, contactavam-me. Quando era preciso, faziam VD.’ Ent. 19 ‘Na segurança social, sou bem atendida, mas no Banco Local</p> | <p>‘Telefonam-me de vez em quando. Nunca frequentei.’ Ent. 17 ‘Há algumas ações, frequento e acho bem que sejamos esclarecidos sobre alguns dos temas/assuntos.’ Ent. 18 ‘Nunca frequentei nenhuma ações.’ Ent. 19 ‘A relação com os técnicos é boa, não me contactam com muita frequência. Terão feito uma VD, nunca fui chamada para nenhuma ações.’ Ent. 20 ‘Sou chamada para as ações, acho que são sempre importantes.’ Ent. 21 ‘A minha relação com os técnicos é normal, vou lá quando preciso ajudame a mim ou à minha família. Já fui convocada para ações. Acho que são importantes.’ Ent. 23 ‘Relativamente ao atendimento nos serviços) não tenho razão de queixa. A relação com os técnicos da SS é boa, já fizeram VD. Quem frequenta as ações promovidas pela equipa é o meu marido. E sim, penso que as ações são importantes, até como forma de controlo dos beneficiários.’ Ent. 24 ‘Quando vamos algum</p> | <p>lado acho que somos</p> | <p>‘Tenho sempre conseguido orientar a minha vida, pelo que os Direitos não me têm sido negados, mas também já senti terem sido, porque já cheguei a requerer RSI e a não vir deferido por esta ou aquela razão, como agora com a bolsa do filho. Ainda não veio a resposta’ (mês de Maio). Ent. 19 ‘Ao me terem negado</p> | <p>desse o que é meu, não precisava de ajuda.’ Ent. 15 ‘Sinto vergonha, sinto-me constringida.’ Ent. 16 ‘Sinto-me repugnado quando peço apoio.’ Ent. 17 ‘Quando peço ajuda, sinto-me mal, mas mais vale pedir ajuda do que andar como muitas que andam com estes e com aqueles.’ Ent. 18 ‘Quando peço, sobretudo à segurança social, penso que estão a fazer o seu trabalho, não me sinto dependente.’ ‘Quando preciso de pedir ajuda sinto que falhei, que não consegui cumprir a minha parte.’ Ent. 19 ‘Quando peço ajuda sinto-me mal.’ Ent. 20 ‘Quando peço ajuda faço-o com receio de não ser atendida’. Ent. 21 ‘Sinto-me mal.’ Ent. 22 ‘Não me sinto muito bem quando tenho de pedir, mas se o faço é porque não tenho</p> | <p>se pode confiar em ninguém’. Ent. 21 ‘Nunca senti’. Ent. 22 ‘Indiretamente e já me senti excluída na sociedade.’ Ent. 24 ‘Nunca me senti colocado de parte em nenhuma situação.’ Ent. 26 ‘Não’ Ent. 28 ‘Não’. Ent. 29 ‘Já tive um episódio em que me senti excluída, na fábrica, pelas minhas colegas por ter exposto uma situação à patroa em que senti haver injustice porque queriam culpar outra colega. Como falei, depois punham-me de lado.’ Ent. 30 ‘Aí senti-me excluída’ (CPCJ). Ent.</p> | <p>sofreu. Mas agora, é ela quem muito me apoia.’ Ent. 12 ‘Se pudesse, mudava a minha vida para melhor, com melhores condições’ Ent. 13 ‘Se pudesse, gostava de ter casa própria e de não pagar renda.’ Ent. 14 ‘Se pudesse mudava muita coisa, olhe em primeiro lugar teria aberto os olhos, confiei cegamente no meu ex-marido. Tínhamos uma vida perfeita, nunca desconfiei de nada. Teria retirado a minha parte do dinheiro do banco.’ Ent. 15 ‘Não sei. Fui nova demais para longe da família, não conhecia ninguém iludi-me imediatamente pelo meu ex-marido.’ Ent. 16 ‘Se pudesse, tinha ouvido mais a minha ex-mulher.’ Ent. 17 ‘Se pudesse, comprava uma casinha só para mim.’ Ent. 18 ‘Se pudesse, gostava de ter um emprego bem pago, que cobrisse as despesas certas e uma casinha.’ Ent. 19 ‘Se pudesse mudava muita coisa na minha vida.’ Ent. 21 ‘Se pudesse, metia</p> | <p>sociedade, porque acho que deveria ter direito a um trabalho adequado às minhas limitações de forma a poder desempenhar as minhas funções.’ Ent. 20 ‘A situação em que me encontro deve-se a muita gente. Os meus filhos agora não me falam porque são estúpidos, a minha filha</p> | <p>‘As pessoas que me ajudam fazem-no porque sabem que as pessoas precisam, não esperam nada em troca.’ Ent. 21 ‘Quem me ajuda pensa que é com gosto, sem interesse.’ Ent. 22 ‘Quem me ajuda é de forma desinteressada, quem me ajuda sabe que é mesmo porque preciso.’ Ent. 23 ‘Acho que o faz de forma desinteressada. Não sinto’ Ent. 24 ‘Acho que o fazem desinteressadamente, é o seu trabalho.’ Ent. 25 ‘Quando me ajudaram penso que foi desinteressadamente, estavam interessados em o ajudar.’ Ent. 26 ‘Sinto que é um favor a ajuda, não sinto que seja por interesse.’ Ent. 27 ‘Acho que quem ajuda é por considerar que preciso e o fazem de forma desinteressada. Quando o meu</p> | <p>mais dependente.’ Ent. 19 ‘O apoio que recebo prefiro que seja em dinheiro, conforme é’ Ent. 20 ‘Preferia que me pagassem as contas todas diretamente.’ Ent. 21 ‘Prefiro que seja assim, em dinheiro.’ Ent. 22 ‘Os apoios, não me importava que fosse em bens, que me pagassem todas as contas e necessidades.’ Ent. 23 ‘Que me pagassem diretamente as contas em vez de enviarem dinheiro.’ Ent. 24 ‘Prefiro receber os apoios que recebo em dinheiro, conforme recebo.’ Ent. 25 ‘Não me importo que fosse em</p> |
|---|--|---|--|---|----------------------------|---|---|--|---|--|---|---|

| | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|---|---|---|---|---|---|--|
| <p>Portugal.” Ent. 26 ‘18 anos de descontos”. Ent. 27 ‘Fiz 16 anos de descontos”. E. 28 Devo ter feito uns 5 anos de descontos, quando for para a reforma, não vou ter direito a reforma”. Ent. 29 ‘Fiz descontos na fábrica.” Ent. 30 ‘Sim, mais ou menos 10 anos” Ent. 31 ‘Descontei 15/16 anos.” Ent. 32 ‘Só tenho 4 meses de descontos, foi o meu irmão que me fez quando estive grávida.” Ent. 33 ‘Sim. Não sei quanto tempo” Ent. 34 ‘Não fiz descontos” Ent. 35 ‘Nunca fiz descontos” Ent. 36 ‘Descontei. Não sei (o tempo)”. Ent. 37 ‘Não descontei” Ent. 38 ‘Nunca tive emprego com contrato. Mas fiz descontos, mais ou menos 5 anos, não sei.” (quanto descontava por</p> | <p>conflitos, estamos mais sossegadas assim Viveram uns anos difíceis. Agora tem mais dificuldades, o que recebe não chega a 300€, agora é mais complicado.” Ent. 16 ‘O dinheiro que recebo de RSI é escasso, mas tem de chegar. Recebo 50€/mês de pensão de alimentos da filha.” Ent. 18 ‘O dinheiro que recebo tenho tem de chegar.” Ent. 20 ‘O dinheiro que recebemos vai chegando, mas era melhor quando trabalhávamos. Às vezes não conseguimos pagar todas as despesas dos meus filhos como roupa, usam o que lhes dão.” Ent. 23 ‘Entre o que recebemos de RSI e a pensão da mãe, tentamos que chegue para as despesas. Não recebemos pensão de alimentos.” Ent. 25 ‘O dinheiro que</p> | <p>vou comer a casa da minha irmã a tigela da sopa. mais ninguém da família recebe este tipo de apoio. Nunca pedi outro tipo de apoio assim, social.” Ent. 27 ‘Já cheguei a pedir emprestado para comprar medicação, e recorro aqui aos apoios eventuais da acção social para fazer face a essa despesa. Para poupar, tomo banho com água da chuva, lavo a loiça também com essa água.” Ent. 30 ‘Recebo apoio da EMAT para pagar o acompanhamento psicológico do meu filho.” ‘Quando não chega peço ajuda a pessoas de família, seja dinheiro seja em géneros, roupas... Já cheguei a pedir ajuda à segurança social, e alimentos do BLV.” Ent. 31 ‘Quando o dinheiro não chega, peço a uma senhora amiga, ou peço ajuda à Dra. Costumo usufruir de apoios da acção social para a compra de medicação. A Dra.</p> | <p>de Voluntariado não tenho a mesma opinião, se não tenho direito a receber alimentos e bens doados não sei quem terá.” Ent. 21 ‘Sou bem atendida, tenho um bom relacionamento. Costumam ligar-me ou mandar cartas a convocar, agora não têm ido muito lá a casa. Costumo ser convocada para acções organizadas. Acho importantes porque esclarecem acerca de alguns problemas que temos”. Ent. 22 ‘Sinto-me bem recebida, não me sinto discriminada.” Ent. 23 ‘Acho que sou bem atendida nos serviços públicos. (A equipa que a acompanha) telefonam e fazem visitas domiciliárias. Às vezes frequente acções,</p> | <p>bem atendidos. Por vezes somos convocados, são um bocadinho de seca, mas tem de ser”. Ent. 28 Sim, somos convocados, são um bocadinho de seca”. Ent. 29 ‘Sinto-me bem atendida. Tenho boas relações com os técnicos, não podem fazer milagres. Só vou aos serviços quando preciso.” Ent. 30 ‘Quando recebia RSI os técnicos realizavam VD, por vezes chateavam. Nunca fui a acções de sensibilização ou formação promovidas pelos técnicos.” Ent. 31 ‘Quando me dirijo a instituições sinto-me bem atendida. Considero que a relação com os técnicos não poderia ser melhor. Estou em permanente contacto com os técnicos. Quando há acções promovidas pela equipa, participo. Acho quês estas acções são uma mais-valia.” Ent. 32 ‘Sinto-me sempre bem atendida. A relação com os técnicos é normal, não tenho que dizer. Não costumam contactar-me com muita frequência, gostava que fossem lá a casa mais vezes para verem as minhas necessidades. Por vezes há acções organizadas pela equipa</p> | <p>a pensão de invalidez, foi-me negado os meus direitos.” Ent. 20 ‘Não.” Ent. 22 ‘Nunca senti” Ent. 23 ‘Não” Ent. 24 ‘Nunca senti os meus direitos me serem negados.” Ent. 25 ‘Nunca senti que me fosse negados.” Ent. 26 ‘Nunca senti que me foram negados.” Ent. 27 ‘Não, nunca senti”. Ent. 28 ‘Nunca senti”.</p> | <p>alternativa.” Ent. 23 ‘Sinto-me mal” Ent. 24 ‘Quando peço ajuda sinto-me frustrada.” Ent. 25 ‘De momento não recebo nenhum tipo de ajuda, quando pedi ajuda não senti problemas, se pedi é porque era necessário.” Ent. 26 ‘Sinto-me mal quando peço ajuda.” Ent. 27 ‘Se as pessoas pedem ajuda é porque precisam, sinto-me bem.” Ent. 28 ‘Sinto-me bem, tem de ser”. Ent. 29 ‘Sinto-me melhor.” Ent. 30 ‘Quando peço ajuda sinto-me mal, mas sinto que os meus pedidos são atendidos.” Ent. 31 ‘Quando as pessoas me ajudam, acho que é um Direito, associado a deveres obviamente.” Ent. 32 ‘Quando peço ajuda não sei... Tem de ser... Acho que é um Direito meu, não</p> | <p>31 ‘Não.” Ent. 32 ‘Nunca”. Ent. 33 ‘Não.” Ent. 34 ‘Nunca me senti excluído na família.” Ent. 36 ‘Não.” Ent. 37 ‘Nunca”. Ent. 38 ‘Não.” Ent. 38 ‘Não sinto.” Ent. 39 ‘Não.” Ent. 41 ‘Não.” Ent. 43 ‘Não.” Ent. 44 ‘Não.” Ent. 45 ‘Não.” Ent. 46 ‘Nunca, mas já tive problemas com pessoas menos sérias, que roubavam assim pequenas coisas.” Ent. 47 ‘Não.” Ent. 48 ‘Não.” Ent. 49 ‘Nunca me senti excluída ao longo da</p> | <p>dos dentes” Ent. 22 ‘Mudava para o estrangeiro, emigrava.” Ent. 23 ‘Se pudesse neste momento o que fazia era mudar-me para Inglaterra para junto dos filhos.” Ent. 24 ‘Eu acho que para já, a minha vida está bem. Tenho receio de um dia não conseguir tomar conta dos meus irmãos, que fiquem dependentes e não consiga tomar conta deles.” Ent. 25 ‘Gostava de ter saúde, de resto está tudo bem.” Ent. 26 ‘Se pudesse, mudava tudo na minha vida, gostava de ter uma vida diferente.” Ent. 27 ‘Não mudaria nada.” Ent. 28 ‘Gostava de ter emprego. Ent. 29 ‘Não mudaria nada na minha vida. Enquanto estive casada, vivi um mar de rosas, a partir daí, conformei-me com o que a vida me deu.” Ent. 30 ‘Se pudesse, saía daqui, se fosse mais nova ia viver para mais longe.” Ent. 31 ‘Não mudaria nada na minha vida.” Ent. 32 ‘Gostava de viver longe, no meio do monte, sem ver</p> | <p>roubav a-me.” Ent. 21 ‘Acho que se deve mais a mim, mas o nosso país também não é o melhor”. Ent. 31 ‘A situação em que me encontr o acho que é natural, as oportunidades devem ser dadas aos mais novos.” Ent. 32 ‘Também serei responsável pela situação em que me encontr</p> | <p>marido faleceu, nem a minha mãe, tive uma tia que me ajudou em tudo o que precisei, dava-me cobertores, lençóis, carne. Foi mais que uma mãe.” Ent. 30 ‘Quando sou ajudada, considera que é um Direito meu.” Ent. 30 ‘Acho que quem ajuda, é porque espera alguma coisa em troca.” Ent. 31 ‘Quando peço ajuda, acho que é um Direito meu e não um favor.” Ent. 31 ‘As pessoas que me ajudam, acho que o fazem de forma desinteressada.” Ent. 32 ‘Quem me ajuda, será de forma desinteressada, é porque acham que mereço.” Ent. 33 ‘Sinto-me dependente. Quem me ajuda, fazem-no para o meu bem.” Ent. 34 ‘Senti-me bem.” Ent. 37 ‘Sinto-me bem. Dependente. É porque gosta de mim.” Ent. 38</p> | <p>géneros ou que seja em dinheiro, desde que cubram as minhas necessidades.” Ent. 26 ‘Prefiro que seja em dinheiro, e giro à minha maneira.” Ent. 27 ‘Recebo apoio de RSI, preferem receber o apoio em dinheiro para poderem gerir conforme for necessário.” Ent. 28 ‘Recebemos apoio de RSI, prefiro receber o apoio em dinheiro para poderemos gerir conforme for preciso.” Ent. 29 ‘Se me pagassem directamente as despesas, não me importava que fosse dessa forma. Ent. 30 ‘Eu prefiro que sejam em dinheiro, sei gerir.” Ent. 31 ‘Recebo o apoio em</p> |
|--|--|--|--|---|---|---|---|---|---|---|--|

| | | | | | | | | | | | |
|--|---|--|---|--|---|--|---|---|---|---|---|
| <p>mês). Ent. 39 “Nunca descontei”. Ent. 40 “Fiz descontos para a segurança social, mas não sei quantos anos.” Ent. 41 “Fiz descontos para a segurança social. Não sei quantos anos, mas descontei enquanto trabalhei.” E 42 “Tive meses de descontos” Ent. 43 “Sempre descontei para a segurança social, desde que trabalhei.” Ent. 44 “Fiz 5 anos, comprou todos untos, devido a um problema oncológico que teve num peito.” Ent. 45 “Fiz descontos como empregada doméstica.” Ent. 46 “Fiz 18 anos e meio de descontos, o marido 35 anos.” Ent. 47 “Mais tarde fazia descontos pela agricultura.” Ent. 48 “Fiz 15 anos de descontos.” Ent. 50 “Descontei 25</p> | <p>“O dinheiro tem de chegar”. Ent. 27 “O dinheiro que recebemos chega para as nossas despesas, tem de chegar. Não falta nada ao meu filho.” Ent. 28 “Tem de chegar”. E. 29 “O valor que recebo da reforma, tem de chegar para as despesas.” Ent. 30 “O dinheiro que recebo vai chegando para as minhas despesas.” Ent. 31 “Vai chegando...” Ent. 33 “Não sei, mas chega.” Ent. 34 “Não sei, chega para as despesas.” Ent. 35 “Não sei”. Ent. 36 “Não sei o valor da pensão, mas chega para as despesas.” Ent. 37 “Não sei” E. 38 “É suficiente”. Ent. 39 “Não é suficiente.” Ent. 40 “O dinheiro da pensão chega.” Ent. 41 “Chega. A minha mãe também tem pensão.” Ent. 42 “Recebo mais ou menos 230€/mês,</p> | <p>já sabe quando preciso, nem preciso de lhe pedir.” Ent. 32 “Quando não chega, por vezes, tenho o apoio das irmãs, ou peço ajuda à Dra.” Ent. 33 “Quando preciso de alguma coisa peço à Fundação.” Ent. 34 “Peço à Fundação.” Ent. 35 “Peço aqui na Fundação.” Ent. 36 “Dirijo-me à Fundação.” Ent. 37 “Peço à Fundação.” Ent. 38 “Quando tenho problemas recorro à Fundação.” Ent. 39 “À família, ou à Fundação quando tenho algum problema.” Ent. 40 “À Fundação para ajudarem.” Ent. 41 “Nunca (recorrer à ação social).” Ent. 42 “Quando preciso peço ajuda à Fundação.” Ent. 43 “Quando é preciso alguma coisa, peço ajuda no lar.” Ent. 44 “Quando é apertado peço ajuda a uma das minhas irmãs.” Ent. 45 “Recebemos alimentação (Cantina Social) da</p> | <p>acho que se aprende sempre.” Ent. 25 “Sempre me senti bem recebido e bem atendido nos serviços públicos, os técnicos a assistente social, é muito boa pessoa, uma joia de pessoa”. Ent. 26 “Acho que sou bem atendida em todas as instituições onde me dirijo, acho que sou bem atendida (pelas técnicas). Sou contactada algumas vezes, concordo que sejam realizadas VD, assim vêm o que se passa.” Ent. 27 “Acho que a minha situação foi devidamente atendida.” (Pedido da pensão) Ent. 36 “Da pensão senti-me bem, porque a a situação foi bem atendida.” Ent. 37 “Bem atendida.” Ent.</p> | <p>e outros serviços, gosto, acho que são importantes.” Ent. 33 “Gosto de estar na fundação, sinto-me bem com os técnicos. Até tenho o número de uma doutora. Tenho sido sempre bem atendida.” Ent. 34 “Sinto-me bem em todo os serviços. Boas relações” Ent. 35 “Concordo com o que fazem. A relação é boa.” Ent. 37 “Tenho boas relações.” Ent. 38 “Tenho boas relações com os técnicos. Concordo com as medidas tomadas.” Ent. 39 “Tenho boas relações com os técnicos. Concordo com as medidas tomadas, são para o meu bem.” Ent. 40 “Sinto-me bem atendida (nos serviços).” Ent. 42 “Sinto-me bem acompanhada pelos técnicos. Concorda” Ent. 41 “Sinto-me bem atendida, assim como bem acompanhada pelos técnicos na fundação, há dias que me falam bem, outros nem tanto. Concordo, têm contribuído para a minha qualidade de vida.” Ent. 42 “A minha relação com os</p> | <p>Ent. 29 “Não, nunca senti”. Ent. 30 “Já senti me terem sido negados. Quando estava com processo de acompanhamento na CPCJ.” Ent. 31 “Não”. Ent. 32 “Senti que me foi negado apoio na alimentação, mas se tem de ser...” Ent. 43 “Sinto-me bem. O meu problema foi respondido rapidamente.” Ent. 43 “Não.” Ent. 34 “Não”. Ent. 35 “Não sei”. Ent. 37 “Não.” Ent. 38 “Não”. Ent. 39</p> | <p>gosto de andar sempre a pedir.” Ent. 33 “Sinto que é um Direito meu.” Ent. 34 “Acho que tenho Direito a ser ajudada.” Ent. 35 “Penso que é um Direito meu em ser ajudado.” Ent. 39 “Acho que é um Direito meu. Sinto-me inferior aos outros, mas fui bem atendida.” Ent. 40 “É um Direito.” Ent. 41 “Quando pedi a reforma senti-me um pouco envergonhada, mas senti que fui bem atendida.” Ent. 42 “Acho que é um Direito, não é um favor. Sinto-me um pouco mal, mas se tem de ser...” Ent. 43 “Sinto-me bem. O meu problema foi respondido rapidamente.” Ent. 43 “Não.” Ent. 34 “Não”. Ent. 35 “Não sei”. Ent. 37 “Não.” Ent. 38 “Não”. Ent. 39</p> | <p>minha vida.” Ent. 50 “Não.” Ent. 51 “Nunca senti, nem da minha família” Ent. 52 “Nunca me senti excluída, nem colocada de parte.” Ent. 53</p> | <p>ninguém nem ninguém me ver a mim.” Ent. 33 “Gostava de viajar, ter outro tipo de vida.” Ent. 34 “Não mudava nada na minha vida.” Ent. 36 “Gostava de não ter este problema de saúde.” Ent. 37 “Não mudava nada.” Ent. 39 “Gostava de ter um trabalho, mas não consigo trabalhar por causa da minha doença.” Ent. 40 “Se pudesse, gostava de trabalhar, se pudesse ajudaria quem mais precisa, com alimentos (comida), mais dinheiro.” Ent. 42 “Não mudaria nada na minha vida.” Ent. 43 “Mudava de mulher (esposa) e aumentaria o valor da pensão.” Ent. 44 “Gostava que muita coisa fosse diferente, gostava de ter uma casinha minha nem que fosse pequena, e de ter mais saúde. Mal saio de casa, só com o meu irmão ou a CVP.” Ent. 45 “Se pudesse, agora, era ir buscar quem me faltou, o pais dos meus filhos, o homem da minha vida, e ao meu menino, que ainda</p> | <p>o.” Ent. 33 “Penso que o Estado devia ajudar mais quem precisa.” Ent. 34 “Muita s pessoas que estão desempregadas é porque querem.” Ent. 42 “O Estado é o maior responsável.” Ent. 43</p> | <p>“Sinto-me bem e bem atendido.” Ent. 39 “Não me sinto dependente de quem ajuda. Acho que quem o faz é para o meu bem.” Ent. 39 “Sinto-me dependente.” Ent. 40 “É pelo meu bem.” Ent. 41 “Fazem-no desinteressadamente.” Ent. 42 “Fazem-no de forma desinteressada.” Ent. 43 “As Instituições que me ajudam ou ajudaram é porque trabalham para isso, para ajudar terceiros.” Ent. 44 “Por amor.” Ent. 46 “Quem me ajuda, como os filhos, é por amor, não é por interesse.” Ent. 47 “É porque quer, não por esperar nada em troca.” Ent. 48 “As pessoas ajudam por terem pena de mim.” Ent. 49 “Acho que é porque gostam de mim, não esperam nada em troca.”</p> | <p>dinheiro, prefiro que seja dessa forma, para gerir da forma que precisar. Gerir faz-me bem.” Ent. 32 “Prefiro que seja assim, em dinheiro, para gerir à minha maneira, mas não me importava que mee pagassem as contas e a medicação diretamente.” Ent. 33 “O Estado”. Ent. 39 “O Estado”. Ent. 40 “Que seja em dinheiro.” Ent. 43 “É igual.” Ent. 44 “Recebo a reforma, em dinheiro, prefiro que seja assim, para gerir da forma que precisar.” Ent. 46 “Recebo reforma. Prefiro receber dessa forma, em dinheiro.” Ent. 48 “A reforma, prefiro que</p> |
|--|---|--|---|--|---|--|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | | | |
|--|---|--|---|--|--|--|---|--|---|--|
| <p>anos para a segurança social, não sei quanto era.” Ent. 51 “Descontei 9 anos para a segurança social.” Ent. 52 “Descontei 12 anos para a segurança social, primeiramente 1000 escudos, depois 1200, quando me reformei já descontava 16 contos e 500 escudos Ent. 53</p> | <p>não chega para o mês. Mais ninguém usufrui de pensão na família.” Ent. 43 “Recebo 275,56€ de pensão de invalidez. É suficiente” Ent. 44 “Chega.” Ent. 45 “Chega para as suas despesas, tem de chegar.” Ent. 46 “A pensão chega para as suas despesas, quando não chega não se gasta, come-se mais mal. Temos terrenos, mas quem os trabalha é um filho.” Ent. 47 “Recebo aproximadamente 400€ por mês de reforma e de viuvez. O dinheiro chega para as minhas despesas.” Ent. 48 “Recebo 234€ de reforma por mês, vai dando para as despesas.” Ent. 49 “Recebo 261€ mais 100 e poucos do meu marido. O dinheiro que recebe não chega para as suas despesas no lar.” Ent. 50 “Recebo 340€, chega para as suas despesas.” Ent. 51 “Recebo 275€ de</p> | <p>CVP, nunca pedimos outro tipo de apoio.” Ent. 47 “Recebo SAD, mas almoço na Instituição, passo aqui o dia. Nunca recorri a outras instituições, apenas cheguei a ir à segurança social para tratar de um complemento que houve para os idosos, para si e para o marido.” Ent. 48 “Se não chegar, fico a dever e quando receber pago.” Ent. 49 “Os meus filhos cobrem as restantes despesas.” Ent. 50 “Quando tenho dificuldades não recorro a ninguém, recebo o SAD. Não recebo apoios de ação social.” Ent. 51 “Já cheguei a pedir apoios da segurança social ação social, para comprar medicação.” Ent. 52</p> | <p>40 “As situações são bem atendidas.” Ent. 41 41 “Atualmente não me dirijo a outras Instituições, mas quando ia era bem atendido”. Ent. 44 “Não vou a mais nenhuma Instituição, só a consultas, à CVP, hospital, acho que tenho sido sempre bem atendida.” Ent. 45 “Acho que sou bem atendida” Ent. 46 “Sou apoiada ao nível de Centro de Dia, mas fora isso nunca vou a outras Instituições. Às vezes vou ao médico, o centro de saúde já foi centro de saúde”. Ent. 49 Quando me desloco a outras Instituições, como a segurança social ou saúde, sinto-me muito bem atendida.” Ent. 50 “Acho que</p> | <p>técnicos é boa, sou contactada sempre que é necessário. Participo nas ações propostas. Concordo com as medidas tomadas.” Ent. 43 “Quando há atividades na CVP gosto de participar e acho que são importantes. A relação com os funcionários e técnicos é boa.” Ent. 46 “Tem dias.” Ent. 47 “Gosto de falar com os técnicos, empregadas e e outros utentes. Gosto de participar em todas as atividades, acho que é positivo essas atividades para os idosos, não íamos vir para ali para estarem parados.” Ent. 48 “Sou apoiada ao nível de Centro de Dia, mas fora isso nunca vou a outras Instituições. Às vezes vou ao médico, o centro de saúde já foi centro de saúde”. Ent. 49 Quando me desloco a outras Instituições, como a segurança social ou saúde, sinto-me muito bem atendida.” Ent. 50 “Acho que</p> | <p>“Já.” Ent. 40 “Já vi.” Ent. 41 “Não.” Ent. 42 “Nunca.” Ent. 44 “Não, nunca.” Ent. 45 “Não.” Ent. 46 “Não.” Ent. 48 “Não.” Ent. 49 “Não.” Ent. 50 “Não.” Ent. 51 “Não.” Ent. 53</p> | <p>Nunca fui pedir nada a lado nenhum, pelo que nunca ninguém lhe negou nada.” Ent. 47 “Só peço ajuda na Instituição, sinto-me bem.” Ent. 49 “Nunca pedi ajuda.” Ent. 50 “Acho que é um Direito meu ser ajudada pelas Instituições. Quando pedi apoio o pedido foi bem tratado.” Ent. 52 “Considero que é um Direito meu ser ajudada. Sempre senti serem bem atendidos os meus pedidos.” Ent. 53</p> | <p>hoje é o meu menino, sem isso não tenho felicidade”. Ent. 46 “Não mudaria nada, agora não há nada a mudar. Agora, os velhinhos o que querem é alguma coisa quentinha, e quem olhe por nós.” Ent. 47 “Gostava de ter saúde.” Ent. 48 “Se pudesse, agora gostava de estar em casa dos seus filhos em vez de estar no lar.” Ent. 50 “Não mudava nada”. Ent. 51 “Devia haver sempre ajudas para as pessoas que necessitam.” Ent. 52</p> | | <p>Ent. 50 “É porque têm boa vontade de o fazer, sem esperar nada em troca livre de interesses”. Ent. 51 “Acho que o fazem desinteressadamente.” Ent. 52 “Porque os serviços existem para isso.” Ent. 53</p> | <p>seja assim em dinheiro.” Ent. 49 “O apoio que recebo, a reforma, acho melhor ser assim, em dinheiro e gerir conforme podia e precisava.” Ent. 50 “Acho preferível receber os apoios em dinheiro, o Estado devia ajudar mais.” Ent. 52 “Receber os apoios da forma que recebo, como a reforma.” Ent. 53</p> |
|--|---|--|---|--|--|--|---|--|---|--|

| | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|--|---|---|---|---|--|--|--|--|--|--|
| | | <p>pensão, chega para as suas despesas mesmo à "reta".</p> <p>Ent. 52</p> <p>"Recebo aproximadamente a 700€, juntamente com a de viuvez. Recebe pensão de viuvez de França, do meu marido, que apesar de gostar de trabalhar pouco..."</p> <p>Ent. 53</p> | | <p>sempre fui bem atendido." Ent. 51</p> <p>"Bem atendida. Na Instituição também". Ent. 52</p> <p>"Sinto-me bem atendida". Ent. 53</p> | <p>muitos disponíveis para falar com os idosos. Falo com os outros idosos".</p> <p>Ent. 50</p> <p>"Tenho boas relações com toda a gente." Ent. 52</p> <p>"Dou-me bem com todos". E. 53</p> | | | | | | |
| Participação social e cidadania | <p>Pertence a alguma associação local ou centro social ou centro paroquial?</p> | <p>E por que é que associou ou incentivado por alguém? Quem?</p> | <p>Está recenseado/a? Costuma votar? Acha que é um dever seu ou uma ajuda para eleger a pessoa que a ajuda e protege?</p> | <p>Qual o partido político que pensa melhor defender pessoas desempregadas, pobres e com dificuldades económicas?</p> | <p>Como vê a desigual distribuição da riqueza (por exemplo, a pobreza e miséria de milhões de pessoas e a concentração de capital/fortunas, grandes lucros, salários elevadíssimos)?</p> | | | | | | |
| | <p>"Nunca fui sócio, não nunca pertenci". E. 3</p> <p>"Não, nunca pedi apoio a mais nenhuma" Ent. 4</p> <p>"Nunca andei em nada." Ent. 10</p> <p>"Não, nunca pertenci" Ent. 11</p> <p>"Nunca pertenci" Ent. 12</p> <p>"Não" Ent. 13</p> <p>"Não, não" Ent. 14</p> <p>"Não, nem antes nem agora" Ent. 15</p> <p>"Não". Ent. 16</p> <p>"Não." Ent. 17</p> <p>" Não, nem os meus filhos" Ent. 19</p> <p>"Não, nunca" Ent. 20</p> <p>"Não, não" Ent. 21</p> <p>"Não, nunca" Ent. 22</p> <p>"Não, nunca" Ent. 23</p> | <p>"Porque gostava." Ent. 28</p> <p>"Na altura vim com a minha tia" Ent. 49</p> | <p>"Ai isso ia sempre" Ent. 1</p> <p>"Sim, é uma obrigação que temos". Ent. 2</p> <p>"Sim" Ent. 3</p> <p>"Costumo ir Votar. Mas acho importante votar" Ent. 4</p> <p>"Não costumava votar nem voto." Ent. 5</p> <p>"Sempre Votei" Ent. 6</p> <p>"Votei sempre quando havia eleições" Ent. 7</p> <p>"Sempre que havia eleições, votava" Ent. 8</p> <p>"Votei sempre" Ent. 9</p> <p>"Costumo Votar, sou recenseada, é um Dever de Todos." Ent. 10</p> <p>"Estou recenseada, voto sempre. Considera que é um Dever que temos.</p> <p>"Sim, acho que é um dever" Ent. 12</p> <p>"Sim, desde os 18 anos de idade. acho que é um dever." Ent. 13</p> <p>"Estou recenseada, costume votar sempre, acho que é um dever." E. 14</p> <p>"Sim, acho que é um dever." Ent. 15</p> <p>"Estou recenseada" Ent. 16</p> <p>"Sim, costume votar, acho que isso é essencial." Ent. 17</p> | <p>"Ao fim ao cabo, já não sei" Ent. 2</p> <p>"Voto em quem considerar que será melhor para os portugueses, para mim, o PS é melhor que o PSD." Ent. 3</p> <p>"Mas sei lá", não sei que partido será melhor, acabam por ser todos iguais" Ent. 4</p> <p>"Não acredito em nenhum partido, são todos iguais, não vale a pena ir votar" Ent. 5</p> <p>"O PS é o melhor, defendo melhor os interesses dos portugueses, de quem precisa. O PSD apenas gosta de contradizer as propostas do PS. E. 6</p> <p>"Acredito mais nos partidos da Direita." Ent. 7</p> <p>"Confio mais nos partidos da Direita" Ent. 8</p> <p>"Mais nos partidos da Direita, no PSD." Ent. 9</p> <p>"O PS é o partido que defende os interesses dos mais necessitados." Ent. 10</p> <p>"O que está agora, o PS, não tem feito nada por quem precisa." Ent. 11</p> <p>"Não sei, muitas vezes voto em branco, que tanto uns como outros tentam ajudar as pessoas. Não tenho preferências partidárias." Ent. 12</p> <p>"Nem sei" Ent. 13</p> <p>"Os de direita são os que defendem mais os</p> | <p>"Não está nada bem distribuído, os políticos beneficiaram quanto puderam, a assistência social ajuda quem não precisa, acho que não é justo." Ent. 1</p> <p>"Não, quer dizer, aumentaram ao rendimento mínimo e deviam ajudar uma pessoa" Ent. 2</p> <p>O dinheiro está mal distribuído, a pobreza e cada vez mais e isso é mau" Ent. 3</p> <p>"Não acho nada" Ent. 4</p> <p>"Acho que está bem-feita, há quem trabalhe mais e quem trabalhe menos." Ent. 5</p> <p>"Acho que é justo que tenha quem trabalhou para isso." Ent. 7</p> <p>"Os ricos se o ganharam, são ricos pelo que merecem" Ent. 8</p> <p>"Os pobres deviam ter mais dinheiro, mas os ricos trabalharam para ter mais dinheiro." Ent. 9</p> <p>"Agora é melhor que dantes, agora as pessoas vão tendo para viver. Não havia ajuda aos pobres." Ent. 10</p> <p>"Acho que não é justa porque há quem trabalhe pouco e tenha muito." Ent. 11</p> <p>"Muito mal, os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres". Ent. 12</p> <p>"Na minha opinião, os ricos poderiam ajudar mais os pobres, dando-lhes trabalho, por exemplo, em Pedraça há casas de turismo e contratam as pessoas sem contrato, por salários mais baixos. Poderiam ajudar mais quem precisa." Ent. 13</p> <p>"Eu vejo que algumas pessoas que precisam de ajuda, não aproveitam a ajuda que lhes é dada, como deitar roupa fora." Ent. 14</p> <p>"A distribuição da pobreza e da riqueza acho que está muito mal, devia ser mais igual, por exemplo, a reforminha de um pobrezinho devia ser pelo menos 500€". Ent. 15</p> <p>"Vejo mal, uns têm tudo outros não têm nada, mas para se ter alguma coisa tem de se trabalhar". Ent. 17</p> <p>"Vejo os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Acha que os ricos são</p> | | | | | | |

| | | | |
|---|---|--|--|
| <p>“Não” Ent. 24 “Nunca” Ent. 25 “Não” Ent. 27 “Fui bombeiro voluntário em Salto. Nos meses de julho, agosto e Setembro era remunerado.” Ent. 28 “Fui sócia do sindicato. Nunca pertencei a mais nada.” Ent. 30 “Não, nunca pertenci a nada” Ent. 31 “Nunca pertenci. Agora faço voluntariado na loja social, BLV.” Ent. 32 “Pertencio ao CAO.” Ent. 33 “Não.” Ent. 34 “Não.” Ent. 35 “Não.” Ent. 36 “Não.” Ent. 37 “Pertencio ao CAO e faço as atividades do CAO.” Ent. 38 “Não.” Ent. 39 “Não.” Ent. 40 “Não.” Ent. 41 “A um Centro Paroquial.” Ent. 42 “Andei na catequese” Ent. 43 “Não.” Ent. 44 “Já não vou à missa, andei no grupo coral, no rancho e no grupo os ceifeiros.” Ent. 45 Fui catequista, enquanto estava solteira” Ent. 46 “Pertenci a grupos da paróquia, cheguei a dar catequese.” Ent. 48 “Já pertenci ao grupo coral da Igreja.” Ent. 49</p> | <p>“Estou recenseada, costumo votar.” Ent. 18 “Sim, estou... acho importante o voto.” Ent. 19 “Estou recenseada, muitas vezes... acho que é um Direito que se tem.” Ent. 20 “Sim, estou, sim costume” Ent. 21 “Estou, costume votar.” Ent. 22 “Sim, sim (costuma votar), acho que é um Direito importante.” Ent. 23 “Não costumo votar, sou testemunha de Jeová.” Ent. 24 “Sim, estou... costume votar sempre, acho importante porque é o Direito à escolha.” Ent. 25 “Não está recenseado em Portugal, porque não sou português.” Ent. 26 “Sim, sim costume, acho que é um Dever de todos.” Ent. 27 “Sim, acho que é um Dever” Ent. 29 “Sim estou e voto sempre. O voto tem coisas boas, mas noutras coisas...” Ent. 30 “Sim, estou e costume votar... acho que é um Dever. Ent. 31 “Sim, estou recenseada... costume votar. Acho que é um dever, uma obrigação de todos” Ent. 32 “Sim, estou. Costume. O voto é um Dever de todos.” Ent. 33 “Estou recenseada, é um Direito.” Ent. 33 “Não”. Ent. 34 “Costumo Votar, acho que é um Deve meu” Ent. 35 “Estou. Cotumo. Acho que é um Dever” Ent. 36 “Não.” Ent. 37 “Sim, costume, é um Dever” Ent. 38 “Não.” Ent. 39 “Sim, é um Dever” Ent. 40 “Estou recenseada e costume votar nas eleições. Acho que tenho o Dever.” Ent. 41 “Sim, acho que é um dever” Ent. 42 “Estou, costume. É um dever de todos.” Ent. 43 “Estou. É um dever de toda a gente” Ent. 44 “Estou, mas já não voto há muitos anos. Acho que só devo ir lá se tiver alguma coisa a dizer.” Ent. 45</p> | <p>interesses dos mais pobres.” Ent. 14 “Acho que é tudo igual, gosta muito do Marcelo.” Ent. 15 “A esquerda é quem defende mais os pobres.” Ent. 16 “Na minha opinião, o atual governo, a esquerda, PS, defenderá mais os interesses das pessoas mais pobres e desfavorecidas.” Ent. 17 “Não acho que os governos ajudem muito os pobres.” E. 18 “Normalmente voto pela pessoa, mas acho que o PS dá um bocadinho mais, mas não sei se isso é bom ou mau.” Ent. 19 “Acho que Esquerda defende mais.” Ent. 20 “Para mim, o partido que defende mais os interesses dos pobres e desempregados é o PS.” “Para mim, o PS é quem ajudará mais quem precisa.” Ent. 23 “O PS é quem defende melhor os interesses dos pobres e mais necessitados.” Ent. 25 “A nível político, acho que se deve Votar pela pessoa.” E 27 “Eu não sei, mas acho que é o PS” Ent. 29 “Acho que o PSD é o partido mais justo, mais realista.” “Acho que os partidos políticos são todos iguais.” Ent. 31 “Acho que o PSD, a direita é quem mais defende os interesses dos mais pobres e dos mais desfavorecidos, com estes vive-se melhor. Os da esquerda, só vivem bem os grandes.” Ent. 32 “O PS.” Ent. 33 “Não escolho nenhum partido.” Ent. 33 “Acho que não há diferenças” Ent. 34 “Não sei” “Não.” Ent. 36 “Não sei” Ent. 38 “Os independentes” Ent. 40 “Não” Ent. 41 “Fazem todos o mesmo.” Ent. 43 “O Partido Socialista (PS)” Ent. 44 “Todos os partidos.” Ent. 45 “Olhe, nenhuma”. Ent. 46 “São todos iguais, venha o diabo escolha. Mas ainda assim, votei sempre nos partidos de esquerda, no partido socialista. Os governos de Direita apenas tiram direitos a quem precisa, como a reforma.” Ent. 47</p> | <p>egoístas, que poderiam ajudar mais os pobres.” Ent. 18 “Quem ganha muito é porque fez por isso, a desigualdade existe, há pessoas é que não têm oportunidades.” Ent. 19 “A distribuição da riqueza, uns têm muito e outros pouco, talvez uns tenham tido mais sorte que outros.” Ent. 20 “A distribuição da riqueza está mal dividida, ajudam quem não precisa.” Ent. 21 “Há pessoas que recebem apoios sociais e não precisam, que têm casas e terrenos estão a comer ao estado igual”. Ent. 22 “Para mim, não devia haver pobres e ricos, os ricos acham-se melhores que os pobres.” Ent. 23 “Acho que a diferença entre ricos e pobres acaba por ser justa porque algumas pessoas são saudáveis e não vão trabalhar porque não querem.” Ent. 24 “Para mim, os ricos são ricos e os pobres são pobres. Os ricos têm sempre poder e o tratamento não é igual.” Ent. 25 “Acho mal, porque houve ricos que fugiram do país só para não pagar impostos... Mas os pobres também podiam ser ricos, muitas vezes depende da cabeça de cada um.” Ent. 26 “Acho normal, que não há nada a fazer.” Ent. 27 “Acho que não há nada a fazer” Ent. 28 “Acho que devia ser dado mais dinheiro aos pobres.” Ent. 29 “O dinheiro devia ser melhor distribuído, não de forma totalmente igualitária, mas devia ser mais bem distribuído.” Ent. 30 “Acho que devia haver uma redistribuição da riqueza, não todos por igual porque uns têm mais competência que outros, mais trabalhadoras, mas não devia haver tanta miséria”. E 31 “A distribuição da riqueza, acho que também é uma questão de estudos, de sorte, que a vida vai seguindo, acho que têm de ter mais dinheiro, do que por exemplo, eu que não faço nada.” Ent. 32 “Eu acho que quem tem muito deveria ajudar mais os pobres desgraçados.” Ent. 33 “A riqueza devia ser distribuída de forma igual.” Ent. 33 “Acho não há igualdade para todos.” Ent. 39 “Não sei”. Ent. 40 “Acho normal” Ent. 41 “Acho errado” Ent. 42 “Devia ser por igual.” Ent. 43 “Acho que está mal, gostava que a riqueza fosse melhor dividida.” Ent. 44 “Não acho nada. Quem tem dinheiro luta, quem não tem, escuta” Ent. 45 “Mudar, era dar menos aos ricos e mais aos pobres.” Ent. 46 “É como uma coisa natural, quem é rico é rico, quem é pobre é pobre, se é assim que o Senhor quis.” Ent. 47 “É uma coisa natural, toda a vida foi assim. Quem tem os bens, tem...” Ent. 48 “Acho que não devia ser assim, devia ser igual para toda a gente.” Ent. 49 “Quem tem riqueza, se não a herda é porque trabalhou para isso.” Ent. 50 “Não sei”. Ent. 51 “Eu vejo assim, aqueles que podem têm uma casa melhor, ou outros também têm um casulo.” Ent. 52 “Acho que está bem” Ent. 53</p> |
|---|---|--|--|

| | | | | | |
|--|---|------------------------|---|--|--|
| | <p>“Ao grupo coral, sempre gostei muito de música.”Ent. 50 “Não, nunca”. Ent.51 “Não.”Ent. 52 “Não, nunca”. Ent. 53</p> | | <p>“Estou e costumo votar. Para mim neste momento não tem importância.”Ent. 46 “Sim. É bom”.Ent. 47 “Estou, acho bem (o voto), toda a gente devia votar.”Ent. 48 “Sim. Costumo, sempre. É um dever” Ent. 50 “Sim. Costumo. É um dever”. Ent. 52 “Sim. Costumo. É um dever”. Ent. 53</p> | <p>“Eu acho que são mais os da Direita”Ent. 48 “Os comunistas” Ent. 49 “Não sei” Ent. 50 “Acho que o PS”.Ent. 51 “Não sei, eu sempre votei PSD” Ent. 53</p> | |
| <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Relações de Sociabilidade</p> | <p>Tem boas relações com os vizinhos? E ajudam-no/a quando necessita?</p> | | <p>O que representa o casamento para si? Como ele é celebrado?</p> | <p>Qual a sua religião? E é praticante? (por exemplo, frequenta a missa?)</p> | <p>Como vê a morte? Crê que o seu sofrimento será recompensado no céu ou noutra vida?</p> |
| | <p>“Dava-me bem com os vizinhos e ajudávamos uns aos outros no que podíamos” Ent. 6 “Sempre me dei bem com os vizinhos.”Ent. 7 “Tinha boas relações com os vizinhos, mas quando precisei, antes de vir para aqui, a vizinha que esperava ser sua amiga, não esteve disponível como eu esperava.”Ent. 8 “São boas, sim, quando é preciso.”Ent. 10 “Mal os vejo”.Ent. 11 “Tenho boas relações... Sim, ajudamos.” Ent. 12 “Sim tenho, sim ajudamos”Ent. 13 “Sim, tenho”Ent. 14 “Sim, muito boas relações, sim se for preciso sim”. Ent. 15 “Sim, sim.”Ent. 16 “Não tenho boas relações com os vizinhos, dantes era um senhor hoje não sou nada, sinto-me discriminado por toda a gente.”Ent. 17 “Sim, quando é preciso.”Ent. 18 “Sim tenho, não é costume”Ent. 19 “Sim, tenho. Sim, quando é preciso</p> | <p>Opiniões</p> | <p>“O casamento era um sacramento, uma união entre o homem e a mulher, não era como agora”.Ent. 1 “Para mim, o casamento era o respeito, agora é meia dúzia de dias, graças a Deus as minhas têm-se portado mais ou menos bem.”Ent. 2 “Acho que o casamento é uma coisa importante, agora aqueles que se juntam, não acho bem”Ent. 4 “O casamento é bonito se as mulheres forem honestas.”Ent. 6 “Nunca casei porque tinha pena dos meus pais e decidi ficar a olhar por eles, não queria que ficassem abandonados. Mas não me arrependo de não ter casado, porque se se derem bem, é uma coisa bonita, mas quando não se dão bem é muito difícil” E. 7 “O casamento foi deixado por Deus, é bem, agora divorciar-se, não acho bem” Ent. 8 “Olhe, os de hoje em dia não são nada de jeito, as pessoas juntam-se e não casam. O casamento do meu tempo era melhor.” E. 9 “O casamento representa muito, significa respeito.” Ent. 10 “Para mim, o casamento foi importante, acho que é muito mais importante do que juntar”.Ent. 11 “O casamento, se der para bem é muito bonito, se der para mal, é muito triste.” E. 12 “O casamento para é uma união”Ent. 13 Sobre o casamento: “nem sei”, se se derem bem, muito</p> | <p>“Enquanto estava em casa ia à missa todos os domingos.”Ent. 1 “Católica, ia sempre à missa. Agora vejo pela televisão e quando há no lar.”Ent. 2 “Ia à missa quando podia, agora vou quando há aqui” Ent. 3 “É católica, ia sempre à missa e quando há aqui no lar também” Ent. 4 “Quando estava em casa costumava ir à missa”Ent. 5 “Era católico praticante assim como a minha esposa, todos os domingos íamos à missa, agora vejo na TV e vou quando há aqui no lar”Ent. 6 “Ia sempre à missa, asseava a capela do lugar onde morava.”Ent. 7 “Costumava ir sempre à missa, era católica praticante.” “Eu creio no que diz a religião Católica” Ent. 8 “Ia sempre à missa enquanto morava em Fervença”Ent. 9 “É católica, praticante, gosto de participar nas atividades da Igreja.” E 10 “Sou católica, agora não vou à missa porque não posso. Dantes ia sempre.”Ent. 11 “Católica, vou de vez em quando (à</p> | <p>“A morte devia ser um momento em que não sofresse, compreendo a morte. É assim uma vida”. Ent. 1 “A morte é uma surpresa” “Para mim enquanto cá andarmos é ser honestos, e o que levamos para o outro mundo é as boas obras”.Ent. 2 “A morte é uma coisa que todos têm de passar por isso, que aqui as pessoas andam praticamente enganadas.”Ent. 3 “Sei lá, não sei o que me espera, mas acho que não serei muito condenada.”E4 “Não sei, gostava de não sofrer muito, porque os meus pais sofreram muito e não gostava que me acontecesse o mesmo.” Ent. 5 “A morte será aquilo que o destino reserva a cada pessoa, chega a todos.” Ent. 6 “A morte é o fim de nós todos, acredito na doutrina cristã, recebo o jornal de FÁTIMA.”Ent. 7 “Olhe, é uma tristeza, eu creio no que diz a religião Católica, não sei, mas acredito”Ent. 8 “A morte, olhe, é morrer, a gente se estiver muito doente, só espera pela morte”, para além da morte: “não sei, não espero mais nada”.Ent. 9 “Encaro a morte como uma coisa fácil, difícil é viver. Penso que o sofrimento de que padeci será recompensado após a morte.”Ent. 10 “A morte, não sei dizer... Acredito que um dia cada um há-se pagar o que deve.” Ent. 11 “Vejo a morte como uma coisa assustadora, não sei o que haverá do outro lado, se haverá alguma coisa.”Ent. 12 “A morte, não faço ideia, já me tentei suicidar, hoje tenho um filho não conseguiria acabar com a minha vida. Acho que não há mais nada além da vida.”Ent. 13 “A morte, penso muito sobre isso, penso que não vale tanta coisa porque todos morreremos. Acho que há sempre alguma coisa além da vida.” Ent. 14</p> |

| | | | |
|---|---|---|--|
| <p>sim”Ent. 20 “Sim, mas só querem mal uns aos outros, mas algumas pessoas também ajudam.”Ent. 21 “Sim, quando é preciso”Ent. 22 “Sim, tenho, sim ajudamo-nos”Ent. 23 “Sim, quando é preciso sim”Ent. 24 “Sim, sim.”Ent. 25 “Sim, se for preciso sim” Ent. 26 “Sim, quando é preciso sim” Ent. 27 “Sim” Ent. 29 “Sim, tenho”Ent. 30 “Sim, não tenho que dizer, sim ajudam, gosto da freguesia onde vivo agora, o Rego.” Ent. 31 “Tenho, mas não me meto na vida de ninguém. Só vou à casa de uma vizinha, uma senhora amiga.São boas relações com alguns dos irmãos e sobrinhos.”Ent. 32 “Sim, tenho boas relações, menos com um, mas não se chateiam um ao outro. Sim, ajudamos” Ent. 33 Sim.”Ent. 34 “Sim.”Ent. 36 Sim.”Ent. 38 “Sim. Ajudam” Ent. 39 “São boas” Ent. 41 “Sim. Ajudamos” Ent. 42 “Sim. Ajudam” Ent. 43 “Sim. Se for preciso sim”Ent. 44 “Sim, temos boas relações. Ajudo sim, com cuidado, mas lá vou confiando.” Ent. 45 “Muito boas, sim sempre.” Ent. 46 “Sim. Falo com todos, até este cortou-me os pinheiros e falo com ele.”Ent. 47 “Sim, com toda a gente” Ent. 48 “Sim, com uma, com os outros nem tanto” Ent. 49 “Sim. Sim” Ent. 50 “Sim. Sim.”Ent. 51 “Sim.” Ent. 52 “Sim. Sim”. Ent. 53</p> | <p>bom mas se não se derem bem é melhor ir um para cada lado.”Ent. 14 “O casamento para mim, era para toda a vida, agora...”Ent. 15 “O casamento para mim, é bonito quando duas pessoas se entendem.”Ent. 16 “O casamento foi uma alegria, agora acho que ela não foi justa, mas também terei tido culpa.” Ent. 17 “O casamento para mim, não representa nada.”Ent. 18 “O casamento para mim, não tem qualquer significado.”Ent. 19 ”É uma estupidez.”Ent. 21 “É uma coisa bonita.”Ent. 22 “Para mim o casamento para a família é uma coisa boa.”Ent. 23 “Representa o matrimónio sagrado.”Ent. 24 “É o respeito.” Ent. 25 “É complicado, tive problemas graves (a ex-mulher mandou matá-lo), e mesmo assim continuei a viver com ela pelo bem-estar dos meus filhos. Hoje não falam sequer com a mãe.” Ent. 26 “Nunca casei, mas quem se casou, acho muito bem, que tenham muita saúde.” E. 27 “É uma coisa boa, assim fazemos companhia um ao outro e assim não estamos sozinhos.” Ent. 29 “O casamento é uma coisa boa, dando-se bem.”Ent. 30 “O casamento é bonito, se as pessoas forem felizes.” Ent. 31 “O casamento para mim, é um ato bonito quando existe amor e acho importante o casamento.”Ent. 32 “É uma coisa boa se se derem bem.”Ent. 33 “O casamento é uma vida a dois.”Ent. 34 “O casamento é ter a comida a horas.”Ent. 36 “Não sei” Ent. 37 “O casamento é darem-se bem.” Ent. 41 “O casamento para mim significa alegria, é um homem e mulher se juntarem.” Ent. 42 “É a união entre duas pessoas, uma grande festa.” Ent. 43 “O casamento é criar uma família e ser feliz. Cuidar pelos dois.” Ent. 44 “Acha que é uma cerimónia bonita, quem casa faz bem casar.”Ent. 45 “O casamento é uma coisa maravilhosa, estive casada 52 anos e fui muito feliz.”Ent. 46 “Foi muito bom, estamos casados há 60 anos. É preciso</p> | <p>missa)”Ent. 12 “Católica, praticante.”Ent. 13 “Católica, não praticante.”Ent. 14 “Católica, só vou de vez em quando” Ent. 15 “Católica, praticante de vez em quando.”Ent. 16 “É católico, não praticante, mas acredito” Ent. 17 “Católica, não vou à missa todas as semanas.”Ent. 18 “Católica, mas pouco praticante.”Ent. 19 “Sou católica, nem sempre (praticante).”Ent. 20 “Católica, não costume ir à igreja.”.Ent. 21 “Sou católica, quando posso”Ent. 22 “Católica, não costume ir à missa” Ent. 23 “Sou Testemunha de Jeová, sou praticante.”Ent. 24 “Nunca católica não praticante.”Ent. 25 “Sou evangélico não praticante.”Ent. 26 É”Católica, vou sempre à missa.” Ent. 27 “Não vou à missa com muita frequência.” Ent. 28 “Católica, vou à missa com o filho.” Ent. 29 “Sou católica, mas não vou muito à missa porque não posso andar” Ent. 30 “Sou católica praticante, o meu filho participa muito nas atividades da Eucaristia e da Igreja.”Ent. 31 “Sou católica praticante.” E. 32 “Católica, praticante.”Ent. 33 É católica, não praticante. A morte: “vendo” uma coisa má, mas natural.Ent. 34 “Não tenho”Ent. 36 “Católico não praticante. Ent. 37 “Católica, agora não vou à missa mas ia.” Ent. 38 “Nenhuma.”Ent. 39 “Católica, vou à missa.Ent. 42 “Católico, vou à missa às vezes.”Ent. 40 “Católica, não praticante.”Ent. 41</p> | <p>“Não sei, nunca pensei nisso.”Ent. 15 “A morte, penso nisso, que faz falta à filha até pelo menos a mais nova fazer 18 anos de idade.” “Sim, penso que haverá alguma coisa além da morte.” Ent. 16 “Já pensei muitas vezes sobre a morte, penso que não haverá nada além da morte.” Ent. 17 “A morte? Sei que nascemos, como e quando vamos morrer só Deus é que sabe, não acho que haja outro lugar onde se paguem as asneiras que se fazem”. E. 18 A morte é uma coisa natural, é a única certeza que temos, paga-se tudo cá” Ent. 19 Vê a morte como uma coisa triste, uma partida. Pensa que talvez o sofrimento seja um dia recompensado, após a morte. Ent. 20 “Tenho medo da morte... não sei” (se haverá vida além da morte). Ent. 21 “A morte é como uma coisa triste, custa ver partir as pessoas de que se gosta. Já acreditei que sim, que o sofrimento vivido na terra seria recompensado de alguma forma, mas agora não sei.” Ent. 22 Para si a morte, pode ser um Até Já. Não acredita que haja alguma continuidade depois da morte e que não há mais nada. Ent. 23 “Vejo como uma coisa natural, acredito que há alguma coisa além da morte.”Ent. 24 “Relativamente à morte, vejo a morte como uma tristeza, nem é bom pensar. Um dia sim, penso que o sofrimento será recompensado.”Ent. 25 “A morte, eu já vi a morte, o meu coração já esteve parado por 4 minutos, não tive nem tenho medo. Sim, deve haver alguma coisa além da morte, o universo é muito grande.”Ent. 26 “Nunca penso na morte, mas acho que é coisa má. “Nunca pensou sobre isso” Ent. 27 “Não penso sobre a morte.” Ent. 28 “Nunca pensei sobre a morte” Ent. 29 “A morte, acho que é uma passagem. Haverá alguma coisa depois da morte, espero encontrar o marido.”Ent. 30 “Tenho medo de sofrer com a morte. Não acredito que haja mais alguma coisa” Ent. 31 “Como uma coisa natural. Não acho que haja alguma coisa além da vida. O inferno é aqui, e acho que vamos para o paraíso.”Ent. 32 “A morte, custa-me muito, acho que não devia haver morte, a morte deveria ser sem sofrimento. Não acho que haja alguma coisa além da vida.” Ent. 33 “A morte é má. Sim, Acho que sim.”Ent. 36 “Não sei”.Ent. 37 “A morte pensa que é sofrimento” “Sim, deverá ser.”Ent. 38 “É uma coisa má, não sei” Ent. 39 “A morte, é uma coisa natural. Sim sim, acho que sim”Ent. 40 “É uma coisa boa. Sim, acho que sim.” Ent. 41 “A morte é uma coisa má, penso que sim, o seu sofrimento será recompensado noutro mundo.” Ent. 42 “É uma coisa natural. Ent. 43 “Acho uma coisa triste, Sim, deve ser.” Ent. 44</p> |
|---|---|---|--|

| | | | | |
|--|--|--|---|---|
| | | <p>ter paciência, saber que se se casa, se toma conta de uma cruz para a vida. Tive uma vida dura, mas acho que o casamento é isso mesmo. Agora aqueles que estão casados 2, 3 ou 4 anos e dão um pontapé no marido, acha issoalguma coisa?” Ent. 47</p> <p>“O casamento para é uma coisa, bonita, se se souber levar as coisas como deve ser, é uma coisa bonita.”Ent. 48</p> <p>“Acho bem, dando-se bem, agora dando-se mal”.Ent. 49</p> <p>“Se for um casamento a sério, é uma coisa boa”. Ent. 50</p> <p>“Não sei” Ent. 51</p> <p>“Dando-se bem, é uma coisa boa.”Ent. 52</p> <p>“O casamento é uma coisa, mas que não seja como foi o meu a, ele só trabalhava para ele e bebia.”Ent. 53</p> | <p>“Católica, sim, vou”Ent. 42</p> <p>“Católico, pratico quando posso.”Ent. 44</p> <p>“Católica.” Ent. 45</p> <p>“Católica, praticante.”Ent. 46</p> <p>“la sempre à missa, até há pouco tempo, mas agora vejo na televisão.” Ent. 47</p> <p>“Sou católica, vou à missa todos os domingos e às quartas aqui no lar” Ent. 49</p> <p>“Não tenho ido à missa na Igreja, mas vou aqui no lar.”Ent. 50</p> <p>“Católico, praticante.” Ent. 51</p> <p>“Católica, praticante, vou à missa, se não puder oiço na rádio.” Ent. 52</p> <p>“Católica, praticante, agora não consigo ir à igreja, mas vou à missa aqui no Lar.”Ent. 53</p> | <p>“Como é que vejo a morte? Eu nunca a vi, você já a viu? A morte é o que Deus quiser, depois de se morrer tudo acaba, não há mais nada.”Ent. 45</p> <p>“Quando morrer, vou embora, vou ter com eles. “Há alguma coisa além da morte caso contrário não tinha significado andarmos aqui a viver”. Ent. 46</p> <p>“Nunca vi a morte, não sei se haverá alguma coisa depois da morte, acredito naquilo que o Senhor ditar.”Ent. 47</p> <p>“A morte, virá aquele dia em que será a minha vez. “A vida não acaba, apenas se transforma.”Ent. 48</p> <p>“Penso muito sobre a morte, não acho bem... não acho que haja alguma coisa além da morte.”Ent. 49</p> <p>“A morte, não sei o que é, mas penso que sim, que haverá alguma coisa além da morte, não tenho medo à morte, mas ao sofrimento que posso ter.” Ent. 50</p> <p>“Acho que não” Ent. 51</p> <p>“Não quero ver a morte. Sim, deve haver alguma coisa” Ent. 52</p> <p>”É uma coisa triste mas tem de ser, se não fosse assim que havia de ser? Não acredito “muito” que haja alguma coisa depois da morte.”Ent. 53</p> |
|--|--|--|---|---|

Anexo VI – Mapa categorias – entrevistas semi-diretivas técnicos

Mapa Categorias

| Dimensões | | Categorias | | | |
|------------------------------------|----------------|--------------------|--|--|--|
| | Que idade tem? | Sexo | Categoria profissional e funções desempenhadas | Qual a sua formação? Tem alguma formação especializada? Tem frequentado formação contínua? | Em que ano iniciou a sua atividade profissional? |
| Questões de identificação/formação | 35 (Ent. 1) | Feminino (Ent. 1) | “Técnica superior, represento o município na CPCJ.” (Ent. 1) | “Sou licenciada em educação social, frequentei o mestrado de criminologia. Procuro sempre fazer formação contínua, em especial na área de crianças jovens e famílias, faço quer por iniciativa própria, como promovida pela comissão nacional.” Basto (Ent. 1) | 2006. (Ent. 1) |
| | 43 (Ent. 2) | Feminino (Ent. 2) | “Técnica Serviço Social – Atendimento e Acompanhamento Social.” | “Sou Licenciada em Comunicação e Relações Públicas e tenho Mestrado em Serviço Social. Este ano já frequentei duas ações de formação relacionadas com algumas problemáticas sociais que enfrento no meu dia-a-dia. Tento sempre que possível frequentar ações de formação e participar em seminários ou conferências que possibilitem o enriquecimento do meu currículo e o empoderamento para o desempenho da minha atividade profissional.” (Ent. 2) | “Iniciei a minha vida ativa em 1999, no entanto no serviço social iniciei em 2008.” (Ent. 2) |
| | 32 (Ent. 3) | Feminino (Ent. 3) | Trabalho junto de grupos mais vulneráveis através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos adequados a cada situação, tendo em vista sempre a promoção da melhoria das condições de vida e bem-estar das populações. Este trabalho visa criar condições facilitadoras para a inclusão social.” (Ent. 2) | “Sou Licenciada em Serviço Social, tenho uma pós Graduação em Cuidados Continuados e Paliativos, e terminei, recentemente, uma formação na área da violência Doméstica. Tenho frequentado algumas ações de formação e workshops relacionados com a minha área de trabalho.” (Ent. 3) | “Julho de 2010.” (Ent. 3) |
| | 39 (Ent. 4) | Feminino (Ent. 4) | “Sou Técnica Superior de Serviço Social e estou a desempenhar funções de Assistente Social.” (Ent. 3) | “Sou licenciada em Serviço Social, tenho uma pós Graduação em Cuidados Continuados e Paliativos, e terminei, recentemente, uma formação na área da violência Doméstica. Tenho frequentado algumas ações de formação e workshops relacionados com a minha área de trabalho.” (Ent. 3) | “2009” (Ent. 4) |
| | 37 (Ent. 5) | Feminino (Ent. 5) | “Assistente Social com funções de diretora técnica, 50% para equipa descentralizada da segurança social e outros 50% para a direção técnica do centro comunitário, valências de ATIL, CRECHE, SAD e Cantina Social.” (Ent. 4) | “Serviço Social, tenho a pós-graduação em gerontologia social aplicada, a pós-graduação em gestão das organizações sociais e pós-graduação em direção e sustentabilidade das organizações sociais. Frequenta ações de formação contínua.” (Ent. 4) | “2004/Setembro a 2005/Julho – Estagiária de serviço social numa IPSS – casa da rua, para sem-abrigo e toxicodependentes - santa casa da misericórdia do Porto; |
| | 38 (Ent. 6) | Feminino (Ent. 6) | “Assistente Social com funções de diretora técnica, 50% para equipa descentralizada da segurança social e outros 50% para a direção técnica do centro comunitário, valências de ATIL, CRECHE, SAD e Cantina Social.” (Ent. 4) | “Setembro/2005 - Licenciada em Serviço Social pela Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Ao longo do meu percurso profissional fui-me especializando em diversas áreas, das quais enumero as principais: Julho/2018 – Avaliação e gestão do risco na violência doméstica (30H) | Outubro/2006 – estagiária num centro de novas oportunidades; |
| | 30 (Ent. 7) | Feminino (Ent. 7) | “Assistente Social com funções de diretora técnica, 50% para equipa descentralizada da segurança social e outros 50% para a direção técnica do centro comunitário, valências de ATIL, CRECHE, SAD e Cantina Social.” (Ent. 4) | Junho/2018 – Especialização em Igualdade de Género (72H) | Setembro/2007 – Técnica superior de serviço social no PIEF; e CPCJ de Cabeceiras de Basto; |
| | 40 (Ent. 8) | Feminino (Ent. 8) | “Assistente Social com funções de diretora técnica, 50% para equipa descentralizada da segurança social e outros 50% para a direção técnica do centro comunitário, valências de ATIL, CRECHE, SAD e Cantina Social.” (Ent. 4) | Março/2012 – Mediadora Familiar (Instituto Português de Mediação Familiar) | Outubro/2008 - Técnica superior de serviço social num lar residencial para crianças e jovens (Plano DOM); |
| | 42 (Ent. 9) | Feminino (Ent. 9) | “Assistente Social com funções de diretora técnica, 50% para equipa descentralizada da segurança social e outros 50% para a direção técnica do centro comunitário, valências de ATIL, CRECHE, SAD e Cantina Social.” (Ent. 4) | Outubro/2011 – Curso formação em intervenção sistémica e familiar ANO 1 | Fevereiro/ 2013 até presente data - Técnica superior de serviço social no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – SAAS, da Fundação em |
| | 42 (Ent. 10) | Feminino (Ent. 10) | “Assistente Social com funções de diretora técnica, 50% para equipa descentralizada da segurança social e outros 50% para a direção técnica do centro comunitário, valências de ATIL, CRECHE, SAD e Cantina Social.” (Ent. 4) | Junho/2010 – Curso sensibilização à intervenção sistémica e família ANO 0 | |

| | | | | | | | |
|---|--|---|---|--|---|--|--|
| | | <p>emergência social.” (Ent. 5)</p> <p>“Técnica Superior de Serviço Social (Assistente Social) com funções inerentes à categorias profissionais, nomeadamente atendimento e acompanhamento social.” (Ent. 6)</p> <p>“Assistente Social com funções de Direção Técnica.” (Ent. 7)</p> <p>“Diretora Técnica do Serviço de Apoio Domiciliário/Apoio alimentar.</p> <p>-Técnica Gestora de acompanhamento processual na CPCJ de Cabeceiras de Basto;</p> <p>-Técnica Gestora de acompanhamento processual na Comissão Municipal de Pessoas Idosas.” (Ent. 8)</p> <p>“Diretora de Serviços” (Ent. 9)</p> <p>“Diretora Técnica” (Ent. 10)</p> | <p>“Licenciatura em Serviço Social; Formação em Toxicodependência e toxicologia; Responsabilidades parentais; Mestrado em Intervenção</p> <p>E seminários e colóquios da área.” (Ent. 6)</p> <p>“Sou licenciada em Serviço Social e tirei uma Pós-Graduação em Psicogeriatrics. Sim tenho vindo a fazer várias ações de formação.” (Ent. 7)</p> <p>“Mestrado em Sociologia. Área de especialização: Políticas Sociais. Frequento ao longo de cada ano várias formações relacionadas com a minha área profissional que me permitem aprofundar e renovar conhecimentos e especializar-me em outros assuntos.” (Ent. 8)</p> <p>“Licenciatura em Educação- Especialização em Adultos e Intervenção Comunitária</p> <p>Licenciatura em Ciências Sociais – Minor em Serviço Social”</p> <p>“Pós-graduação em Gestão das Organizações Sociais</p> <p>Pós-graduação em Intervenção Psicossocial com crianças, jovens e Famílias</p> <p>Mestrado em Estudos da Criança</p> <p>Técnico Superior de Higiene e Saúde no Trabalho” (Ent. 9)</p> <p>“Licenciatura em sociologia” “Não” “Não”. (Ent. 10)</p> | <p>Cabeceiras de Basto.” (Ent. 5)</p> <p>“Em 2004. No projeto da Adilo, fiquei logo no estágio curricular, fiz o meu estágio curricular e trabalhei lá ainda uns meses após terminar a licenciatura.” (Ent. 6)</p> <p>“2010”. (Ent. 7)</p> <p>“2009” (Ent. 8)</p> <p>“2002” (Ent. 9)</p> <p>“2001” (Ent. 10)</p> | | | |
| Quando começou a trabalhar, o que pensava que iria encontrar? A expectativa que tinha relativamente ao trabalho que poderia realizar com as famílias manteve-se? E, se se alterou, em que aspetos? | Com que tipo de constrangimentos/obstáculos se tem deparado? | Trabalha em Serviços da Segurança Social ou numa Instituição Privada de Solidariedade Social? | Do seu ponto de vista, quais são as expectativas dos utentes/beneficiários relativamente aos apoios sociais/intervenção social? | Considera que há problemas no cumprimento do princípio (ou norma) do sigilo no tratamento das situações? | O que considera que leva os beneficiários/utentes, a recorrer a apoios sociais, ou ao apoio de IPSS ou outras Instituições de cariz social? | As situações de desemprego com que lidam, o que considera que as tem provocado? De alguma forma, a maternidade influencia a situação face ao emprego das mulheres? | Os beneficiários do apoio/resposta social que surgem no atendimento/serviço, apresentam características muito diferentes? |
| “Pensava que iria ter mais casos de intervenção com sucesso do que aqueles que efetivamente tenho tido. Houve alterações ao longo do tempo na forma como encaro o trabalho, hoje sou mais realista, não deixo de acreditar no potencial de cada pessoa, de cada família, mas percebi que a mudança tem de partir delas e eu apenas as ajudo a encontrar caminhos, alternativas...” (Ent. 1) <p>“Tinha uma realidade completamente diferente daquilo que fui encontrar. Não fazia ideia dos problemas deste concelho. Sabia que existia pobreza mas não sabia as problemáticas que estão associadas a essa pobreza como o desemprego, os problemas</p> | “Sobreposição de intervenções, desgaste de recursos e energias desnecessárias e intromissão de outros intervenientes que dificultam o trabalho, muitas vezes técnicos ou até chefes enferm...” (Ent. 1) <p>O maior constrangimento resulta da falta de recursos para promoção da inserção social destes indivíduos. A falta de oportunidades de emprego, a má rede de transportes, a escassez de meios de saúde são de facto os mais marcantes.”</p> | “Não.” (Ent. 1) <p>“Trabalho numa IPSS – Associação de Solidariedade Social de Basto.” (Ent. 2)</p> <p>“Trabalho numa IPSS com</p> | “Ainda são expectativas muito assistencialistas a meu ver, sobretudo expectativas de apoios económicos e ainda pouca recipidade a intervenção social para a melhoria, mudança, acompanhamento...” (Ent. 1) <p>Na sua maioria pretendem melhorar</p> | Infelizmente há, travo essa luta muitas vezes quando me apercebo dessas situações, para além da tendência no social de um técnico reproduzir o que o outro diz e costuma-se dizer “quem conta um conto | “Pobreza, necessidade em situações pontuais e por outras necessidades essenciais, como a assistência a crianças e idosos.” (Ent. 1) <p>Os beneficiários recorrem na sua maioria aos apoios sociais por se encontrarem numa situação de insuficiência de rendimentos. Os</p> | “Os anos de crise no país agudizaram o desemprego, a baixa escolaridade ainda, mas sobretudo as escassas competências pessoais e sociais. Ainda haverá empregadores a preferir homens em detrimento de mulheres pois sabem que as medidas de apoio à parentalidade ainda são, sobretudo, para as mulheres.” (Ent. 1) <p>A maternidade não pode influenciar na situação de emprego uma vez que as respostas sociais de apoio à infância existentes no concelho, como creches, jardins-de-infância e</p> | “Sim, sem dúvida. Desde características pessoais, habilitações académicas, motivo pelo qual recorrem ao serviço e aí se verifica que uns vão por iniciativa própria, outros porque são encaminhados de outros serviços ou ainda por sugestão de outras pessoas. No caso concreto do atendimento da CPCJ muitos vão mediante convocatória e, por vezes, com algumas reservas ou até revolta.” |

| | | | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|---|--|
| <p>As expectativas vs realidade dos técnicos relativamente a beneficiários e à própria comunidade de evolvente</p> | <p>de saúde ligados ao consumo excessivo de álcool, a violência doméstica e falta de ambição e expectativas desta população alvo. Foi um processo que tive que fazer para adaptar as expectativas das famílias aos recursos existentes e com isso conseguir atingir alguns objetivos propostos. Ao longo dos anos vamo-nos apercebendo que não vamos conseguir mudar tudo mas tenho a satisfação de ter realizado muitos objetivos e desta forma termos melhorado a condição de vida de muitas famílias.” (Ent. 2)</p> <p>“Quando comecei a tirar o curso e mesmo quando terminei tinha muita expectativa relativamente à integração profissional, ao trabalho com as famílias, anteriormente haviam muitos projectos e a integração profissional era mais fácil e além disso o trabalho realizado nesses projectos tinha bons resultados. No entanto, com o corte das verbas para esses projectos e com o término de muitos projectos houve uma redução das ofertas de emprego e conseqüentemente uma diminuição da intervenção com as famílias. No período em que estava desempregada e comecei e ter mais contacto com as colegas que se encontravam inseridas profissionalmente percebi que muitas das vezes a intervenção com as famílias é limitada devido à escassez ou insuficiência de recursos e muitas vezes limitada pelas Direcções onde os profissionais trabalham. Além disso as próprias famílias condicionam a intervenção e os resultados obtidos, mostram resistência à mudança de comportamentos inviabilizando a obtenção de resultados.</p> <p>Neste momento, e após o decorrer do meu percurso profissional as expectativas construídas são mais realistas cada família é “única” e as expectativas são criadas um bocado de uma forma individualizada para cada família, à medida que vou intervindo vou idealizando o que poderá ser melhor não criando grandes expectativas.” (Ent. 3)</p> <p>“Uma realidade diferente daquela que</p> | <p>(Ent. 2)</p> <p>“Os principais obstáculos com que me deparo é com a falta de recursos, apesar de ao longo do meu percurso profissional ter sentido que houve uma grande melhoria das respostas, estas ainda são insuficientes face às necessidades. Além disso, como trabalho com famílias muitas vezes é difícil conseguir resultados porque existe um percurso e ideias muito enraizadas que não permite ter qualquer intervenção nem conseguir resultados.” (Ent. 3)</p> <p>“Sim, eu falo da própria alteração da lei da ação social e do RSI que está constantemente a mudar. Desde que eu comecei a mudar que já trabalhei sobre duas ou três leis e eu acho que isto é andar para frente e para trás, que não faz grande sentido porque não é muito linear.” (Ent. 4)</p> <p>“Constrangimentos normais de um serviço com pouco reconhecimento e recursos como são o do trabalho social; burocracias; inexistência de respostas sociais em tempo útil; falta de articulação entre entidades/serviços e consequente desperdício de meios e recursos em famílias comuns; políticas sociais desajustadas e fomentadoras de maiores desigualdades e pobreza social entre populações; impotência em solucionar algumas situações complexas; entre outros.” (Ent. 5)</p> <p>“O grande constrangimento, há dois essencialmente, um por</p> | <p>acordo com a Segurança Social, mas iniciei a minha atividade profissional na Segurança Social de Braga.” (Ent. 3)</p> <p>“IPSS e esta tem um acordo atípico com a segurança social de todas as valências.” (Ent. 4)</p> <p>“Desde Fevereiro /2013 que trabalho numa IPSS, no SAAS – serviço descentralizado da segurança social.” (Ent. 5)</p> <p>“Trabalho num acordo atípico, numa IPSS.”</p> | <p>a sua condição de vida, ter dinheiro para subsistir e conseguir assumir as suas responsabilidades mensais. A Saúde também é uma preocupação constante - ter acesso a medicamentos, apoios para deslocações às consultas e assistência médica regular...” (Ent. 2)</p> <p>“Depende dos beneficiários, alguns apenas acham que os serviços de ação social apenas servem para a atribuição de apoios, outros procuram os serviços para pedir apoio mas também ajuda na mudança de vida principalmente quando ficam desempregados.” (Ent. 3)</p> <p>“Eles esperam sempre receber, nem que não tenham direito eles acham que têm sempre direitos. É um bocadinho a realidade não sei se é por estarmos assim num meio rural que têm eventualmente essa ideia. Ainda hoje</p> | <p>acrescenta um ponto”. (Ent. 1)</p> <p>Por vezes quando temos que envolver vários parceiros na concretização das ações de inserção temos que obrigatoriamen e partilhar alguns factos para prosseguir com o que foi estipulado. Não se trata de um problema, mas sim de uma necessidade.</p> <p>No entanto, tenho sempre a preocupação de preservar ao máximo os pormenores da vida particular do indivíduo e que não tem interesse para a prossecução dos objetivos traçados.” (Ent. 2)</p> <p>“Nunca me deparei com esse problema, entre instituições partilhamos informações mas que são essenciais para a intervenção com as</p> | <p>apoios sociais são portanto uma forma de suprimir necessidades básicas de subsistência.</p> <p>A meu ver as principais razões para o desemprego deve-se a uma conjugação de baixas qualificações e falta de ofertas de trabalho adequadas a este perfil. Na sua maioria são desempregados de longa duração e experiência em atividades não qualificadas, na agricultura, construção civil e floresta.</p> <p>Também verifico em alguns beneficiários a falta de ambição e expectativas para uma mudança de vida, associado ao comodismo e à dependência destes apoios.” (Ent. 2)</p> <p>“Essencialmente é a carência económica, o desemprego e problemas de saúde que faz com que as pessoas recorram aos serviços. Embora existam situações de utentes que são dependentes dos apoios e serviços.” (Ent. 3)</p> <p>“Olhe, muitos deles se eu olhar assim mesmo para o meu armário da</p> | <p>ATL salvaguardam a assistência e cuidados a prestar as crianças libertando as mães/pais para o trabalho. No entanto, culturalmente ainda persiste a ideia neste concelho, das mães fazerem da maternidade um constrangimento para poderem se empregar.” (Ent. 2)</p> <p>“Problemas de saúde, alcoolismo, diminuição do trabalho agrícola e a crise que se iniciou há alguns anos atrás, em especial no sector da construção civil que causou o desemprego a algumas pessoas com mais de 50 anos que agora tem muita dificuldade em se voltar a integrar no mercado de trabalho.”</p> <p>De alguma forma, a maternidade influencia a situação face ao emprego das mulheres? “Acho que sim, principalmente aqui no concelho em que a escassez de transportes dificulta a mobilidade para os locais de trabalho e a dificuldade em conseguir retaguarda para os filhos muitas vezes leva a que as mulheres tenham que deixar de trabalhar.” (Ent. 3)</p> <p>“Acho que é por causa dos contratos empregos inserção que eles estão habituados a isso só. Os meus utentes aqui só querem ir trabalhar se for para a junta. Se for para a câmara, se for para o sr. Padre., de resto se uma pessoa disser que há uma fábrica de sapatos que está a procura de funcionários eles torcem o nariz.</p> <p>Não, acho que não, aqui no nosso meio acho que não. Também conheço pouco essa realidade, mas situações de âmbito profissional que acompanho eu acho que não (influencia da maternidade).” (Ent. 4)</p> | <p>(Ent. 1)</p> <p>Sim. Temos pessoas que se encontram numa situação de pobreza há muitos anos, associada ao desemprego e a problemas de saúde. Em alguns casos estes problemas de saúde tornam-se incapacitantes para se inserirem profissionalmente. Vivem assim numa situação precária, dependentes do RSI. Temos outros beneficiários que requerem apoios sociais por terem ficado desempregados ou por questões relacionadas com divórcios e separações. Vivem uma pobreza envergonhada.” (Ent. 2)</p> <p>Sim, temos os beneficiários que já estão na medida há muitos anos e esses partilham muitas características em comum, baixa escolaridade, pouca experiência profissional, baixa qualificação, alcoolismo. No entanto, surgem cada vez mais situações de agregados que nunca receberam nenhum apoio ou prestação e que caem numa situação de carência económica devido ao desemprego ou doença e quando recorrem aos serviços já se encontram numa situação muito complicada em que por vezes já é muito difícil reverter a situação.” (Ent. 3)</p> <p>“Têm todas características semelhantes, do SAAS. Mas semelhantes com os da creche por exemplo? Não não, isso não. Embora temos</p> |
|--|--|---|--|--|--|--|---|--|

| | | | | | | | |
|--|--|--|---|---|--|---|---|
| <p>encontrei de facto, uma pessoa na universidade idealiza outras coisas, depois a realidade foi um bocadinho diferente daquilo que eu esperava e imaginava.</p> <p>A expectativa sim, isso sim manteve-se (expectativa relativamente ao trabalho com as famílias). O que eu acho que na altura idealizava é que fosse mais fácil trabalhar com elas, elas estarem mais recetivas à mudança, acho que há coisas que não conseguimos fazer porque elas não estão recetivas à mudança. Acho que há ali um ciclo vicioso de reproduções sociais que elas próprias não deixam avançar também. Apesar de os mecanismos às vezes não serem os melhores e de termos de fazer um esforço muito grande enquanto técnicos para isto ou para aquilo, eles próprios é que muitas vezes não querem. Não todos, não todos, mas eles próprios estão habituados àquilo e não percebem que com um pequeno esforço da parte deles conseguem ter uma melhor qualidade de vida.” (Ent. 4)</p> <p>“Um mundo melhor e pessoas melhores (empregadores/beneficiários), assim como, serviços e políticas sociais para populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Alterou-se porque as famílias são todas diferentes e, seres humanos com vontade própria e especificidades complexas. Percebi que sozinha sobretudo não podia mudar o mundo. ©” (Ent. 5)</p> <p>“Quando comecei a trabalhar, achava que ia encontrar muitas dificuldades porque o que me levou a mudar para o curso de Serviço Social, e o que me levou a mudar nesse sentido era por achar que estava tudo mal. Eu ingressei no curso de Direito porque sempre quis Direito, mas apercebi-me no final do primeiro ano que o que eu queria era trabalhar na vida das pessoas. E depois durante o curso, em 95/96, fui-me apercebendo que existiam outros cursos, nomeadamente Serviço Social. Concorri e entrei e fui com a sensação de faz falta ajudar quem já trabalha no sentido de</p> | <p>parte dos nossos beneficiários e por parte do Estado. O que acho é que há por parte dos beneficiários a vontade de melhorar a sua vida, e melhorar a sua vida passa muitas vezes apenas por receber o apoio económico que recebem. Ainda não conseguimos, e aí puxo aos técnicos de primeira, segunda e terceira linha, ainda não conseguimos que as pessoas valorizem a formação, mesmo que não recebam dinheiro, valorizem o conhecimento como forma de provocar mudança na sua vida. Eu sei, e não sou ingénua, que é importante a parte económica porque é o dinheiro que paga o dinheiro ao fim do mês... as expectativas que eles relatam e que nós vamos verificando ao longo do tempo são muito díspares, muito diferentes. Dizem muitas vezes “eu quero arranjar um emprego”, mas passa um ano, passa dois, passa três ou quatro e eles vão recusando, sempre, arranjando justificações. O que nós verificamos é que não conseguimos ainda que as pessoas valorizem o trabalho, a formação e a educação como fatores fundamentais para alteração das suas vidas. O segundo grande constrangimento, que é o maior que nós encontramos, é que os técnicos superiores são cada vez mais técnicos especializados no sistema informático e cada vez menos técnicos de terreno. Eu estou seriamente a ponderar deixar de</p> | <p>(Ent. 6) “Em IPSS”. (Ent. 7) “Sim, IPSS.” (Ent. 8) “Instituição Privada de Solidariedade Social” (Ent. 9) “Sim, trabalho numa IPSS” (Ent. 10)</p> | <p>tive uma senhora que veio aqui que disse “olhe eu vinha buscar alimentos porque me disseram que vocês estão a entregar alimentos. Mas você tem processo da ação social aberto? Não sei o que é isso, você está a receber ajudas da segurança social? Não. Eu não trabalho, tenho duas filhas, mas tenho o meu companheiro que está emigrado. E tem algum problema de saúde grave, crónico na família? Não.” Mas vinha cá porque ouviu dizer que havia distribuição de alimentos. Ao nível do centro comunitário, nós tentamos dar resposta às dificuldades individuais um bocadinho, no fundo, às famílias que nos procuram, porque é melhor termos aqui um idosa do que esta estar em casa sozinha e a família não conseguir apoiar nas necessidades básicas. A família vai trabalhar descansada. Estamos a trabalhar</p> | <p>famílias.” (Ent. 3) “Considero, de alguma forma sim considero. Acho que é um defeito técnico, essencialmente técnico, porque fala-se, está-se em reuniões e fala-se, é normal porque as coisas têm de ser debatidas só que ainda oiço muito a pessoa que está a liderar a reunião a dizer: “atenção que isto é sigilo profissional” e mesmo assim, ouvir-se as coisas que se falam nestas reuniões falar-se noutras reuniões e não acho que isso seja deontológico ético.” (Ent. 4) “Não, apesar de alguns constrangimento os inerentes ao meio.” (Ent. 5) “Considero, considero que há. Às vezes não tem tanto a ver com o meio mas sim com as pessoas. Nos</p> | <p>ação social é a reprodução social, muitos deles é os pais, os avós, os filhos, acho que é um ciclo vicioso e estão habituados nisso; temos alguns novos sim, que a conjuntura alguns anos atrás do âmbito do desemprego, das alterações do RSI que realmente precisam mesmo. Mas até acho que os que precisam mesmo são os que menos procuram. Eu acho que muitas das pessoas, principalmente os nossos utentes na valência creche e ATL que recorrem ao serviço porque é um serviço normal, faz parte daquela etapa da vida daquela família que tem um bebe recorrer ao serviço deixar o bebe enquanto vão trabalhar. Não é muito encarado por eles, pais, como uma resposta social. Eles pagam a mensalidade é um facto, eles não têm a noção de que se fosse uma creche privada pagariam 3 ou 4 vezes mais, mas também não têm essa noção porque também não estão habituados. A maior parte deles não vê isso como uma resposta social.” (Ent.</p> | <p>“O desemprego é causa directa da falta de oportunidades de emprego numa região do interior em que a actividade passa pela agricultura rudimentar e de subsistência, mais sentido o desemprego na área da construção civil com o regresso de muitos emigrantes, quer seja por doença ou por falência empresa, deparando-se com um meio sem alternativas a não ser a emigração ou saída para cidades mais longínquas do concelho, dado que as empresas nesta zona são escassas, para absorver a população em idade ativa e direccionadas para operárias fabris.</p> <p>A maternidade não me parece ser um factor decisivo da estabilidade laboral ou desemprego das mulheres, neste contexto rural. Pelo contrário, considero um desemprego opcional para algumas mulheres que se dedicam à educação dos filhos e trato de animais e lidas domésticas, agricultura de subsistência ou rudimentar, ainda muito por influência geracional e cultural. Também, se evidencia em número cada vez mais reduzido, mulheres submissas ao marido sendo este única fonte de rendimento da família, por decisão unilateral. Podendo considerar antes que nas gerações mais novas poderá verificar-se, um adiar da maternidade em função da carreira profissional ou modo de vida escolhido pelas mesmas, no caso ter filhos e dedicarem-se a um trabalho não qualificado que possam conjugar a vida familiar com a vida conjugal e profissional.” (Ent. 5) “É verdade que por vezes por parte dos beneficiários, às vezes, não há hábitos de trabalho, é verdade. Mas</p> | <p>muitas crianças que por indicações médicas ou outros motivos as entidades sugerem aos pais que coloquem as crianças na creche.</p> <p>Agora as pessoas que vêm aqui enquanto centro comunitário são praticamente as mesmas que vêm enquanto serviço de atendimento e acompanhamento social.</p> <p>Agora as valências da infância e juventude são realidades completamente diferentes.” (Ent. 4) “Sim. Por um lado temos os agregados familiares da medida de RSI, que é notável um decréscimo de famílias nucleares com filhos, para agregados familiares isolados ou agregados familiares nucleares sem filhos, que por doenças crónicas (como por exemplo, ligados a trabalhos de esforço e desgaste físico estão incapacitados para o trabalho por doença sobretudo do foro muscular e dos ossos; e em alguns dos casos, com a agravante de todo um historial de alcoolismo e violência doméstica, ou desestruturação familiar – morte, divórcio, rupturas) numa faixa etária, entre os 45-60 anos, dependem dos serviços para a sua subsistência; em contrapartida, as famílias que procuram os serviços ao nível de Ação Social, prendem-se, maioritariamente, com a insuficiência de recursos</p> |
|--|--|--|---|---|--|---|---|

| | | | | | | | |
|---|--|--|--|---|--|---|--|
| <p>melhorar a vida das pessoas. Isto de mudar a vida das pessoas não basta ser “Madres Teresas de Calcutá”, é preciso ter conhecimentos técnicos senão não fazemos essa mudança, o que fazemos é tapar o sol com a peneira.</p> <p>E fui com essa perspectiva, esperava encontrar em primeiro, pessoas mais receptivas a mudar as suas vidas, segundo esperava encontrar políticas sociais mais estruturadas e mais estruturantes no apoio à mudança, a esta alteração de comportamentos.</p> <p>A expectativa foi-se alterando, não foi baixando, o que foi baixando foi a minha ilusão da realidade, fui levando umas chapadas da realidade e fui percebendo que a realidade não era exatamente aquilo que eu pensava. Então, comecei a trabalhar a trabalhar com aquilo que havia, mas sempre com a expectativa de criar aquilo que não havia, juntamente com as pessoas com quem trabalhava e os técnicos para responder às necessidades que tinham.</p> <p>Mas, a expectativa daquilo que me levou ao curso de Serviço Social, de ajudar as pessoas, isso mantém-se. O ânimo é que às vezes já não é o mesmo.” (Ent. 6)</p> <p>“Sobretudo tinha a ideia de que tudo seria mais fácil... Ao nível do trabalho com as famílias, acreditava que seria capaz de provocar maiores mudanças... aprendi a valorizar as pequenas conquistas, porque percebi que é muito difícil provocar a mudança nas pessoas, lutar contra determinadas crenças, mudar maneiras de pensar e de fazer, conquistar a confiança dos outros de modo a aceitarem a nossa intervenção... Eu continuo a acreditar no processo de mudança nas famílias com que trabalhamos, no entanto, agora sou mais consciente do tempo que isso leva, dos altos e baixos deste processo, e dos retrocessos que acontecem em alguns casos...que nos exigem voltar à fase inicial novamente, é muito moroso...” (Ent. 7)</p> | <p>ser assistente social porque eu já não sou assistente social. Eu sinto-me uma técnica administrativa especializada. Para cumprir com os objetivos que nos colocam não consigo fazer mais de 5 atendimentos numa manhã, porque me dão muito trabalho. Se eu sou a favor do registo? Completamente. Se eu acho que podia acontecer de outra forma, completamente também. Acho que o próprio técnico administrativo podia abrir a plataforma e dizer que o titular do processo esteve em atendimento e nós já só registávamos o que se passou no atendimento. Podia haver perfis diferentes. O que não acontece, perde-se muito, muito, muito tempo... E o que eu tenho visto é que o tempo para fazer serviço social é cada vez menos e é cada vez mais difícil para encontrar respostas para cada pessoa, são todas diferentes.</p> <p>Quem pensa as medidas sociais não tem conhecimento dos problemas reais, dos territórios. Porque se me exigem que faça três visitas domiciliárias por dia não sabem que eu faço visitas domiciliárias a 30 km de distância. Não dá...” (Ent. 6)</p> <p>“Ao nível dos Recursos Humanos sinto que não há um investimento efetivo na sua formação, acabamos por ter nas equipas de trabalho pessoas pouco especializadas, com pouca formação e pouco qualificadas. As respostas sociais existentes nem sempre</p> | | <p>um bocadinho nessa perspectiva de ir apoiando e fazer do nosso melhor às pessoas que aqui recorrem., é tentar ajudar. E quem aqui recorre só não ajudamos mesmo se não conseguirmos.” (Ent. 4)</p> <p>“Desde 2013 até à presente data verifico uma alteração da mentalidade das famílias que recorrem aos serviços, procuram mais informação, orientação, acompanhamento social especializado, do que propriamente só o apoio económico pontual.” (Ent. 5)</p> <p>“Os beneficiários depositam na intervenção social a responsabilidade de responder à sua situação de carência... acho que esperam sempre que sejamos capazes de dar resposta à sua situação específica.” (Ent. 7)</p> <p>“Penso que do ponto de vista da maioria dos beneficiários, vêem os apoios sociais como uma mais-valia, que contribui para uma</p> | <p>temos o cuidado de ter os processos fechados quando alguém entra, os processos estão fechados em arquivo à chave, mas as informações confidenciais não ficam só no processo. Ficam no atendimento, quando se marca o atendimento. Nem há grande respeito por parte dos técnicos, isso chamo a nós, técnicos. Aliás, o sigilo é quebrado quando o técnico permite ser abordado no meio da roupa, só isso para mim, já não é positivo.” (Ent. 6)</p> <p>“Sim”. (Ent. 7)</p> <p>“Penso que não.” (Ent. 8)</p> <p>“O que realmente verifico é que por mais esforços que as Instituições e os técnicos façam à informação que por vezes</p> | <p>4) “O principal motivo é sem dúvida a ausência/insuficiência financeira para colmatar despesas fixas mensais; em consequência de situações de desemprego de longa duração ou por incapacidade devido a doenças crónicas dos elementos do agregado familiar, em idade ativa para o trabalho mas demasiado novo para atribuição de prestações sociais, como pensão invalidez ou de velhice.” (Ent. 5)</p> <p>“A indisponibilidade das famílias em dar resposta às diversas situações, por inúmeros motivos desde profissionais, de ausência de formação específica para prestar determinados cuidados, ausência de condições habitacionais... e uma maior responsabilização do Estado. O desemprego de longa duração, faz com que as pessoas adquiram alguns hábitos que à posterior acabam por dificultar a reinserção no mercado de trabalho, a perda das rotinas, de ter de cumprir horários, de</p> | <p>também é verdade que por vezes essa competência não é desenvolvida, mas também há competências que possuem que não são valorizadas, como por exemplo tomar conta de pessoas idosas o que se calhar sempre fizeram. Se calhar com consciência das suas limitações, rejeitam. Por outro lado, há um desajuste completo da realidade dos territórios. Eu digolhe por exemplo, há uma freguesia em particular que não tem rede de transportes. Só tem autocarro em tempo de aulas de manhã e à noite e quem trabalha na construção não entra às 9h00 e nem sai às 17h00, e precisa de se deslocar. E há aldeias, localidades, muito, muito isoladas. Eu chamo a essa freguesia a freguesia dos filhos mais novos, que são filhos que foram ficando em casa a cuidar dos pais, depois morrem ambos, e eles com 40/45 anos, sem nunca terem feito nada a não ser cuidar dos pais, e muitos deles muito bem, dos seus pais e dos terrenos, só que depois os terrenos não pagam água nem pagam luz. E depois o que se faz sobretudo a estas senhoras, de 50 anos? Digo senhoras porque os senhores há sempre o trabalho da força, não gosto muito de fazer esta distinção mas a verdade é que existe. Há muita dificuldade em levar as ofertas às competências das pessoas, sob pena de às vezes se isso não tiver sido tido em conta em vez de resolvermos um problema criarmos um problema.” (Ent. 6)</p> <p>“Acho que já influenciou mais, do que neste momento... o mercado de trabalho já está mais receptivo à maternidade, há também mais respostas na área da infância, como</p> | <p>financeiros para fazer face a gastos pontuais elevados ao nível da saúde, que o sistema nacional de saúde não compartilha, como consultas/tratamentos de estomatologia, consultas de oftalmologia e aquisição de óculos e outras ajudas técnicas – camas articuladas, cadeiras rodas, outros; e ao nível da habitação, na aquisição de equipamentos domésticos e pagamento de dívidas diversas. São famílias nucleares com filhos, que possuem hábitos de trabalho, um emprego estável ou emprego irregular, valorização da vida escolar, mas que por uma doença, um contratempo, não reúnem condições económicas para sozinhos ultrapassar a situação, estando na linha limite de vulnerabilidade social e económica que os “empurra” algumas das vezes para a dependência dos serviços – RSI, contra a sua vontade, quer seja por receio do julgamento alheio, e sobretudo pela falta de conhecimento e sensibilidade da comunidade para esta problemática. Estas famílias preferem passar privações do que recorrer aos serviços devido ao preconceito e mentalidade do meio.” (Ent. 5)</p> <p>“São, são muito diferentes.” (Ent. 6)</p> <p>“Não. A resposta social que temos na nossa instituição com maior diversidade é a</p> |
|---|--|--|--|---|--|---|--|

| | | | | | | | |
|---|---|--|--|---|--|--|---|
| <p>“Quando iniciei a minha atividade profissional, sinceramente não sabia muito bem o que poderia encontrar, uma vez que a área social é muito diversificada, porém as minhas expectativas não foram ao encontro do que eu “imaginava” digamos. Trabalhar com as famílias não se revelou muito fácil, uma vez que algumas oferecem resistência e não aceitam o trabalho que poderemos desenvolver junto delas.” (Ent. 8) “Uma realidade social diferente, apesar de ter a noção que trabalhar com pessoas não seria fácil não esperava que fosse tão difícil mudar comportamentos/attitudes, de certa forma não esperava que as pessoas se demitissem completamente do seu papel enquanto pai/mãe, filho, familiar (...). Tinha ainda uma visão “angelical” da realidade não conhecia a “subsidiodependência” em que determinadas pessoas insistem em permanecer. As minhas expectativas relativamente ao trabalho que poderia fazer com as famílias foram-se alterando a forma como hoje abordo os problemas é diferente.” (Ent. 9) “Quando comecei a trabalhar, estava muito receosa pois na faculdade só nos foram facultados conhecimentos teóricos, nunca tivemos uma abordagem prática.” (Ent. 10)</p> | <p>respondem às necessidades efetivas das famílias, havendo quase sempre escassez de respostas. A criação de novas respostas sociais, ampliações de respostas existentes, são sempre processos bastante burocráticos, que se arrastam ao longo dos meses e até anos...” (Ent. 7) “O constrangimento maior pretende-se com o facto de algumas famílias, por vezes não aceitarem os serviços mais adequados à sua condição.” (Ent. 8) “Ausência de respostas quer a nível pecuniário quer ajudas técnicas e acima de tudo a resistência à mudança por parte dos utentes/clientes.” (Ent. 9) “Os maiores constrangimentos que me tenho deparado são ao nível da gestão dos recursos humanos.” (Ent. 10)</p> | | <p>melhoria da sua qualidade de vida.” (Ent. 8) “Os utentes/famílias esperam dos serviços a resolução dos seus problemas sem terem implicação direta, ou seja, esperam que sejam os serviços ou as instituições a pagar as suas contas, a tomar conta os seus familiares seja qual for a linha de descendência (...). No fundo querem respostas imediatas sem terem que se esforçar nem de despende dinheiro ou tempo.” (Ent. 9) “Eles procuram sempre uma resposta imediata para satisfazer as próprias necessidades.” (Ent. 10)</p> | <p>circula. A explicação que encontro é o facto de estarmos a atuar em meios pequenos em que toda a gente se conhece, os utentes/beneficiários destes serviços ou apoios acabam sempre por se cruzar e trocar impressões.” (Ent. 9) “Relativamente ao meu trabalho, é um dos meus princípios fundamentais, no entanto, a nível institucional com os colaboradores, muitas vezes deparo-me com alguns problemas.” (Ent. 10)</p> | <p>controlo... e claro a economia paralela, muitos dos beneficiários vão trabalhando aos dias...sem compromisso...” (Ent. 7) “Essencialmente deve-se aos baixos rendimentos, ao desemprego e à falta de retaguarda familiar.” (Ent. 8) “Relativamente ao apoio das IPSS eu penso que a principal causa na minha opinião é a ausência de retaguarda familiar que em alguns casos existe, mas não está disponível. A falta de recursos financeiros.” (Ent. 9) “Como, já disse, eles recorrem aos apoios sociais para satisfazer as suas necessidades ou dos seus familiares.” (Ent. 10)</p> | <p>as creches que acabam por libertar as mães para retomarem aos seus trabalhos.” (Ent. 7) “Muitas situações devem-se aos empregos precários que possuem. Não quero acreditar que atualmente a maternidade possa ser factor de desemprego/despido para uma mulher... mas infelizmente ainda existem casos desses, em que a maternidade é factor de impedimento para exercer uma profissão.” (Ent. 8) “Na grande maioria dos casos são problemas ligados com o consumo de álcool.” De alguma forma, a maternidade influencia a situação face ao emprego das mulheres? “Sim.” (Ent. 9) “Vivemos num concelho muito frágil em relação ao emprego, no entanto considero que existe algum trabalho para as mulheres, mas ainda permanece a ideia que, a mulher deve ficar em casa para cuidar do marido e dos filhos, existe pouco trabalho qualificado para as mulheres, o que leva muitas vezes a elas saírem do concelho onde residem.” (Ent. 10)</p> | <p>Creche. Ao nível da 3ª idade (ERPI e SAD) e da Ação Social (POAPMC), salvo algumas exceções, apresentam características muito semelhantes.” (Ent. 7) “Não, normalmente apresentam características idênticas, maioritariamente, apresentam-se com os mesmos problemas e necessidades e por isso procuram os serviços.” (Ent. 8) “Na sua grande maioria não. São cerca de 95% idosos com grandes limitações ao nível da locomoção que os impede de realizar as atividades de vida diária. Os restantes são adultos com alguma deficiência associada ou casos pontuais de beneficiários de RSI, encaminhados pelo SAAS.” (Ent. 9) “Sim apresentam características muito diferentes.” (Ent. 10)</p> |
| <p>Como considera que estes se vêem no usufruto dos apoios/respostas disponíveis?</p> | <p>Como lhe parece que a //sociedade// ou os não beneficiários vêem os apoios/respostas apresentadas? Que tipo de perceções e representações ouve na comunidade envolvente? Que tipo de comentários?</p> | | <p>Na sua opinião, as medidas utilizadas, permitidas pelas políticas vigentes, vão de encontro às reais necessidades dos utentes/beneficiários?</p> | <p>O que considera que deveria mudar?</p> | <p>Concorda com as normas impostas pelo governo/segurança social? Que alterações introduziria?</p> | | <p>As medidas de apoio social são suficientes para o bem-estar daqueles que acompanha?</p> |

| | | | | | | |
|--|---|--|---|---|--|---|
| <p>Como veem as políticas sociais; Concordam com as medidas aplicadas? Introduziram algumas alterações?</p> | <p>“Uns seres plenos de direitos, outros com direitos e deveres e outros sentem-se ainda mais excluídos ao recorrer a determinados apoios/respostas, pois não conseguem dar a volta à situação de outra forma.” (Ent. 1)</p> <p>“Tal como referi há pessoas que se sentem envergonhadas por receber estes apoios. Querem é inserir-se profissionalmente o mais rapidamente possível para poderem sair por exemplo da medida RSI. Outros tantos vêm os apoios sociais como um direito. Em alguns casos esses direitos sobrepõem as obrigações. Alguns sentem dificuldades em assumir os deveres que são negociados nos Contratos de Inserção.” (Ent. 2)</p> <p>“Acho que muitos sentem que as respostas e os apoios são insuficientes para as suas necessidades, normalmente são agregados com empréstimos bancários ou com elevadas despesas com saúde e não se consegue, através dos apoios ou respostas existentes resolver a situação, vai-se “ajudando”, sem realmente conseguir resolver a situação.” (Ent. 3)</p> <p>“Eles conhecem um bocadinho mais os direitos do que os deveres, falando na parte do SAAS. É um bocadinho complicado para eles estas constantes alterações; alguns também não querem muito perceber, lá estão habituados a receber, só estão habituados a ir buscar. Eu acho que depois eles também tentam esconder outras coisas para estarem sempre dentro do sistema e receber de todos os lados.” (Ent. 4)</p> <p>“Penso que é importante fazer a distinção entre três tipos de agregados familiares: por um lado, as famílias em que os beneficiários conhecem e vivem na dependência dos serviços como um ciclo e modo de vida geracional, em que só exigem os seus direitos em termos de apoios económicos mas desresponsabilizam-se pela sua situação económica e de exclusão social, “<i>deposítam</i>” nos serviços a obrigação de satisfazer as suas necessidades meramente económicas; quando procurados a participar em acções que visem trabalhar a aquisição, alteração e melhoria de competências pessoais, sociais, profissionais, parentais, “<i>desconversam</i>”, “<i>ignoram</i>”, e quando confrontados com as exigências dos serviços, adoptam uma postura de vitimização da sociedade. Por norma possuem processo familiar ligado ao RSI em alternância com AS, mas sempre na dependência dos serviços.</p> | <p>“Generalizam a subsídio dependência e criticam.” (Ent. 1)</p> <p>“Existe um preconceito instalado na sociedade que classifica os beneficiários de RSI e de outros apoios sociais, como “malandros que não querem trabalhar”, que “estão a chular o estado e os nossos impostos”. Ouve-se muito isto. É um preconceito errado. A maioria dos beneficiários de RSI /AS que acompanho são pessoas que vivem numa situação de precariedade económica grave. Sofrem de algum problema de saúde (as vezes associados ao consumo excessivo de álcool) e encontram-se desempregados ou a fazer trabalhos precários mal remunerados. O RSI é uma forma de sobreviver. A prestação não resolve por si só todos os problemas por se tratar de valores baixos. Mas ajuda na salvaguarda de algumas necessidades básicas. As acções de inserção negociadas e contratualizadas tentam concretizar outros objectivos. Sei que também acompanhamos alguns beneficiários que por estarem dependentes de álcool ou por adoptarem comportamentos reprováveis pela sociedade, motiva para o preconceito.” (Ent. 2)</p> <p>“Quem nunca recorreu aos serviços tem sempre a ideia que os beneficiários são muito ajudados e que não trabalham porque não querem, principalmente em relação aos beneficiários de RSI existe a ideia que recebem uma prestação muito grande, e que compensa mais estar a receber a prestação de RSI do que a trabalhar. Referem mesmo que não trabalham porque não querem, que passam os dias no café a beber e a fumar e não tem preocupação com as contas porque a segurança social paga tudo.” (Ent. 3)</p> <p>“Eu acho que aí há opiniões muito diferentes. Há aqueles que compreendem, há outros que dizem “eu se não trabalhasse e metesse os papéis para o RSI é que era fina em vez de andar aqui a trabalhar. As pessoas compreendem o tipo de apoios que existem, o mal ou aquilo que eu acho é que as pessoas que recebem os apoios sociais, depois na própria sociedade entre vizinhos e no café, onde está, convive com toda a gente, convertem esses apoios noutras vertentes, ou dão a entender</p> | <p>“Em parte. Nem sempre têm por base o princípio da equidade, na minha opinião mais importante que a apreçoada igualdade.” (Ent. 1)</p> <p>“Como já referi os valores pagos pelo RSI são baixos. Temos indivíduos que vivem sós e recebem a prestação máxima ou seja 186,68€ por mês. Com este dinheiro não conseguem pagar a renda, água, luz, gás, medicamentos e alimentação. Vivem sempre com dividas pois não conseguem pagar tudo num mês. Trata-se de pessoas com 50 e muitos, 60 e tais anos e estes dificilmente conseguem inserir-se profissionalmente. Tendencialmente irão viver nesta situação até à idade da reforma.” (Ent. 2)</p> <p>“Não, acho que é necessário uma mudança nas políticas, estas são cada vez mais assistencialistas e não respondem às necessidades dos beneficiários nem se adaptaram às mudanças da sociedade.” (Ent. 3)</p> <p>“Não, ora o que deveria mudar, eu acho que a própria lei do RSI deveria mudar; o próprio sistema do terreno para trabalhar o RSI e a ação social deveria mudar porque, e posso dar um exemplo que me faz ter esta opinião, eu tinha uma situação de RSI que acompanhava e que na altura com várias visitas domiciliárias e que achava a situação muito duvidosa, com indicação da nossa coordenadora de NLI solicitamos a fiscalização diretamente dos serviços de Braga, isto já prai há 5/6 anos, nunca aconteceu. Mas para as coisas funcionar tem de</p> | <p>“Deveriam sem construídas políticas que promovam a autonomia dos beneficiários, que lhes permitam autonomizar-se e não políticas que vão remediar a situação. Por exemplo, os beneficiários, em especial homens, que ficaram desempregados com a crise da construção civil não encontram nas políticas atuais solução para a sua situação, grande parte deles nunca conseguiu uma integração profissional após o desemprego e ficam numa situação económica muito precária até a idade da reforma. Cada vez menos temos aquelas situações de pobreza extrema, e as medidas sociais são mais direcionadas para essas situações, apesar de já ter havido uma melhoria é necessário a construção de políticas que promovam o emprego junto dos desempregados de longa duração e mais velhos, sendo que isto é um dos principais problemas dos beneficiários que acompanhamos.” (Ent. 3)</p> <p>“Deveria de haver de uma distribuição de utentes com mais cabeça, primeiro até acho que os técnicos não deveriam trabalhar com as freguesias onde os técnicos residem, ou com as pessoas que conhecem, já por aí. Deveria ser um serviço muito mais personalizado, eu acho que é inviável estar uma equipa multidisciplinar como é a nossa aqui, estar a trabalhar com 200 ou 300 processos, falha, não há hipótese, não dá para trabalhar, para fazer um trabalho conciso, coeso com uma família. Como da mesma forma que há outras</p> | <p>“Em parte. Mais apoio a situações de desemprego prolongado, deveria ser obrigatório as empresas públicas e privadas contratarem desempregados de longa duração, não há política de aproveitar o know – how dos mais velhos, mas claro também para 1.º emprego não é fácil, mas sempre é mais fácil saírem da zona de conforto do que depois de constituírem família...” (Ent. 1)</p> <p>“Concordo com alguns aspectos da lei. Mas também compreendo pelas razões que já apontei que deve haver uma certa flexibilidade adaptada a cada situação de vida. Não podemos cortar tudo a direito, nem classificar as pessoas da mesma maneira. Considero que seria importante esta adaptação da medida RSI por exemplo, as características do concelho. Acredito assim na descentralização dos poderes centrais e na atribuição desses poderes ao poder local que conhece a sua realidade e o seu público.” (Ent. 2)</p> <p>“Em alguns casos sim, concordo que haja algum controlo sobre os patrimónios e rendimentos dos beneficiários que</p> | <p>“Para grande parte sim, para outros são escassas, principalmente em situações de desemprego prolongado de um casal/pais.” (Ent. 1)</p> <p>“Não são suficientes uma vez que em muitos casos não conseguem resolver as situações de pobreza. Os apoios económicos e a prestação de RSI conseguem salvar algumas necessidades básicas mas não chegam para tratar todos os problemas. Nesta actividade os técnicos têm que ser muito criativos e potenciar todos os recursos disponíveis como forma de colmatar outras necessidades. Mas de facto, muitas famílias vivem com muito pouco.” (Ent. 2)</p> <p>“Em alguns casos não, são apenas remediativas para a situação, deviam ser apoios mais altos e mais permanentes durante algum período, permitindo, assim, a autonomia dos beneficiários. Em muitos casos os apoios apenas vão colmatando algumas</p> |
|--|---|--|---|---|--|---|

| | | | | | |
|--|---|--|--|--|---|
| <p>Por outro lado, desde que se começou a falar de “<i>crise</i>”, um número considerável de agregados familiares em idade activa, até então organizados na comunidade (ou seja, com um vínculo contratual de trabalho, habitação, orçamento familiar normalizado, os filhos na escola), atravessaram uma fase complicada em termos de insuficiência/ausência de recursos financeiros de um ou dos dois elementos da família, por desemprego forçado com a insolvência de empresas, sobretudo, e regresso dos maridos emigrados, casos em que levou à perda de habitação da família por falta de pagamento do empréstimo bancário, e consequentes endividamentos, vendo-se obrigados a recorrer aos serviços para respostas de cariz económico pontuais, a maior parte das vezes, soluções insuficientes para os seus problemas, tendo que sair da área de residência, do concelho e até emigrar para países como a Suíça e França com maior procura de mão-de-obra, na tentativa de recuperar/reequilibrar a sua vida. A sua passagem pelos serviços foi transitória.</p> <p>Por último, temos os agregados familiares isolados, caracterizados por beneficiários, na casa dos 45-55 anos de idade, sem estrutura familiar por opção ou que lhe fora imposta, fruto do seu estilo desajustado, pautado por consumos alcoólicos, ausência de hábitos de trabalho, ausência/desligamento relacional e familiar, que dependem dos serviços, em todos as esferas da sua vida, não vendo outra solução para o seu futuro, ainda que por vezes, os serviços articulem com entidades/serviços, com objectivo de quebrar este ciclo e fazer a diferença na vida destas pessoas marcadas por em sofrimento e que desistem de si, simplesmente, por que sim.” (Ent. 5)</p> <p>“Enquanto utilizadores dos serviços, há três tipos: <i>Eu tenho direito, ponto. Estou desempregado, não arranjo emprego, não posso viver se água e vento, vocês têm que me dar qualquer coisa.</i> O discurso é este.</p> <p>Há os que precisam, sabem que existe e utilizam isso como um trampolim para mudar a vida, como CEI+ e dizem <i>Eu não quero receber e digo, Mas tem de receber, pelo menos um mês ou dois, ah mas eu não quero, então depois eu devolvo, não mas em não quero. Eu só quero um papel que diga que recebo para poder ter um contrato de trabalho.</i></p> <p>E depois há aqueles que têm vergonha, que mesmo que seja para isto não querem. Fazem-se visitas, contactos</p> | <p>outras coisas que de facto não é por carência económica.” (Ent. 4)</p> <p>“Infelizmente, num meio rural onde as pessoas se conhecem, ainda existe um nicho famílias e Entidades/Serviços, que discriminam as pessoas/família que dependem de serviços, que por circunstâncias da vida, não tiveram as mesmas oportunidades na vida, ou simplesmente, porque desconhecem os seus direitos e possuem um baixo nível de informação, que os coloca em desvantagem na comunidade; ou porque uma pobreza cultural enraizada entre gerações limitou estes beneficiários na procura de caminhos diferentes para a sua vida, cingindo-se a reparar os papéis dos avós, dos pais e assim por conseguinte, sendo eles próprios os maiores críticos da sua condição. É ainda comum ouvirem-se em espaços públicos comentários “que não querem fazer nada” “só vivem à custa do estado”, “são preguiçosos”, “estão mal afeitos”, “deviam ir para as obras em vez de estar nos cafés”, entre outros; Mas também, é comum ouvir-se, pessoas formadas e com bom nível de instrução julgarem as famílias por mera falta de empatia, arrogância/ignorância, falta respeito e dignidade pelo próximo, focando-se apenas num egoísmo individualista em prol do seu umbigo, esquecendo-se de que um dia “tudo pode mudar”. Mas que desconhecem na verdade em que consistem estes apoios e medidas, fazendo comentários completamente infundados, sobretudo, quanto ao valor por exemplo da prestação de RSI de uma família nos dias de hoje, em que o nível de vida é elevado comparativamente com a capacidade económica destas famílias, que apresentam as mesmas despesas que as famílias não beneficiárias de serviços.” (Ent. 5)</p> <p>“Mal, muito mal. E há gente muito capacitada, muito capaz, que em determinada fase da vida foi empurrada para os apoios sociais. E atenção, não é só a sociedade, nós técnicos também temos muito a mania de dizer <i>ah a cambada do RSI, ou lá vou eu para os meus malucos....mas atenção, quando digo nós digo eu, às vezes também digo oh fogo hoje é dia de atendimento no RSI, que</i></p> | <p>funcionar a 100%.” (Ent. 4)</p> <p>“Não. Ainda que numa fase inicial estas famílias precisem da prestação mensal pecuniária para fazer face a um conjunto de despesas fixas mensais inadiáveis, o valor mensal atribuído a um indivíduo isolado, ou a famílias numerosas são valores mensais insuficientes para a sua subsistência, em que a dignidade humana é reduzida a um número e percentagem irreal e até insultuosa, pois não é suficiente para devolver a sua autonomia e resolver os problemas basilares destas famílias. Pelo contrário, foram criadas medidas que a meu ver coloca as famílias em situação de maior exploração e pobreza, sem direitos a protecção no desemprego, na doença, entre outros, um exemplo, destas políticas desajustadas as necessidades e realidade da população, são os chamados Contratos Emprego Inserção + (CEI+), que apenas salvaguardam os direitos da entidades empregadoras, os beneficiários não têm direito a protecção na doença, prestação no desemprego, nem serve para criação de posto de trabalho, sendo requisitados para áreas de trabalho não qualificado como brigadas de lixo, brigadas de limpeza, para as obras. Muitas vezes, trabalho no qual os beneficiários não reúnem condições de saúde para o exercício destas actividades mas que por grande necessidade vêm-se obrigados a aceitar o que <i>aparecer, salvo seja.</i>” (Ent. 5)</p> <p>“Não”. (Ent. 6)</p> <p>“Não. São claramente</p> | <p>respostas sociais que dizem que para cada 8 utentes de SAD tem de haver uma auxiliar de serviços gerais e uma auxiliar de ação direta, também tem de haver um bocadinho este peso e esta distribuição para com os técnicos porque senão não se consegue fazer um trabalho em condições.” (Ent. 4)</p> <p>“As políticas do governo na esfera social, deveriam ser mais criteriosas e adaptadas á realidade da população e situação económica das famílias e do país em que vivemos; revendo medidas como RSI, entre outras, ao nível de incentivos emprego e critérios de maior protecção no foro habitacional, deveriam mudar-se mentalidades que estão anos-luz de acompanhar países desenvolvidos em que salvaguardam do Direitos Humanos. Procurar investir em equipas de terreno que capacitem estas famílias para eles próprios criarem as suas soluções e resolverem os seus conflitos e dinâmicas familiares – ensinar a pescar, e não apenas dar o peixe, porque quando o peixe acaba - a família volta à fase inicial – ciclo vicioso, destas famílias com os serviços.” (Ent. 5)</p> <p>“Deveria mudar o seguinte, apesar de considerar que pode ser de difícil aplicação seria de pensar que as políticas pensadas tivessem contributos dos técnicos que andam no terreno e fossem pensadas de acordo com cada território.</p> <p>Por exemplo, um valor que seja necessário para habitação não é o mesmo que é necessário em</p> | <p>recorrem os serviços, mas por outro lado acho que muitas vezes algumas das normas beneficiam quem sempre foi dependente dos serviços e nunca tentou uma autonomização, “premiando” quem nunca trabalhou nem amealhou para construir uma habitação, entre outras coisas. Que alterações introduziria? Acho importante uma maior valorização da situação atual de cada agregado e essencialmente “investir” e potencializar cada agregado para a sua autonomização e não medidas remediativas e perpetuam a estadia dos agregados nos serviços.” (Ent. 3)</p> <p>“É um processo muito complexo. Concordo e discordo com algumas das alterações recentemente realizadas pelo Governo. Todavia, não fazem grande diferença nem resolvem as necessidades destas famílias, sobretudo, enquanto as políticas sociais continuarem a ser elaboradas e decididas em gabinete, pelo governo central, que desconhece a realidade dos territórios e as especificidades das populações dos meios do interior e rurais. A burocracia e prazos</p> | <p>necessidades não resolvendo a situação.” (Ent. 3)</p> <p>“Parcialmente suficientes, quando as parcerias entre serviços/instituições locais funcionam em prol de um mesmo objectivo, ou seja, canalizam recursos e meios, para operacionalizar a curto e/ou médio prazo a mudança da família, abrangendo todos os níveis, desde pessoais, sociais, educacionais, económicos e profissionais – capacitando-os para a sua autonomização.” (Ent. 5)</p> <p>“Não”. (Ent. 6)</p> <p>“Não.” (Ent. 7)</p> <p>“Depende dos casos, em alguns são suficientes, outros não.” (Ent. 8)</p> <p>“Não.” (Ent. 9)</p> <p>“Penso que são insuficientes principalmente no SAD, penso que com mais apoio poderíamos fazer um trabalho mais eficaz no domicílio, para evitar a institucionalização.” (Ent. 10)</p> |
|--|---|--|--|--|---|

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| <p>com a comunidade, familiares e vizinhos e não querem. Estes são tendencialmente mais velhos e curiosamente pessoas sociáveis, e por gozarem de um bom relacionamento na sociedade têm vergonha.” (Ent. 6)</p> <p>“Acho que valorizam os apoios existentes... mesmo quando não concordam na totalidade com eles. Ao nível dos utentes da ERPI é frequente alguma recusa em aceitar a resposta social, muitas vezes culpabilizam a família pela institucionalização... não reconhecem a dependência em que muitas vezes se encontram... acham que estavam bem a viver sozinhos ou então que os filhos podiam assumir a prestação dos cuidados. A tudo isto, muitas vezes está associado o factor de desconhecimento do funcionamento da resposta social, os mitos associados aos lares... que acabam por desmistificar após a institucionalização. O oposto também acontece, há situações em que são os próprios utentes a procurarem a resposta como 1ª opção. Ao nível do POAPMC, em alguns beneficiários é perceptível algum sentimento de vergonha pela situação de carência económica em que se encontram, sobretudo nas famílias que estão a beneficiar da resposta pela 1ª vez ou há pouco tempo, verifica-se até alguma emotividade...” (Ent. 7)</p> <p>“Penso que consideram os apoios e as respostas disponíveis como uma forma de ajuda e orientação para a sua vida quotidiana.” (Ent. 8)</p> <p>“A grande maioria ainda não se vê na lógica do utilizador pagador, ou seja, para eles este tipo de resposta social deveria ser grátis, para eles apenas direitos e não obrigações.” (Ent. 9)</p> <p>“Eles sabem que os apoios são muito importantes na medida que muitas famílias não conseguem dar resposta às necessidades que os utentes têm.” (Ent. 10)</p> | <p><i>frete.</i> Cada vez menos penso isso, e faço esforço por não pensar. Às vezes falo isto com colegas, nos em 100 temos 80 que são muito bons e 20 que são mais ou muito maus e nós tendemos a colocar a atenção nesses. Se pararmos com raciocínio as famílias que acompanhamos são racionais e capazes.” (Ent. 6)</p> <p>“Ao nível das respostas ERPI, SAD e Creche como sendo extremamente necessárias, aliás assumem a necessidade de mais vagas a este nível para melhor responder às necessidades atuais das famílias. Ao nível do POAPMC, como uma resposta menos necessária e até prejudicial á mudança á procura ativa por parte dos beneficiários em se autonomizarem...uma opinião muito semelhante ao RSI.” (Ent. 7)</p> <p>“Os que beneficiários vêm estes apoios como uma mais-valia para a suas vidas, no sentido de os orientar e ajudar para resolução dos problemas que os levaram a procurar os apoios/respostas. Entendem que com os apoios existentes podem orientar-se para outras formas de vida e melhorar, em parte, as condições de vida em que se encontram. Claro que há sempre os que são a favor e contra os apoios...e por conseguinte surgem muitos tipos de comentários...positivos e negativos!” (Ent. 8)</p> <p>“Penso que existe por parte da comunidade e beneficiários uma boa aceitação da Instituição e dos serviços que presta.” (Ent. 9)</p> <p>“A sociedade vê com muito bons olhos os apoios, pois sabem que os mesmos conseguem dar uma resposta eficaz a todos os beneficiários, no entanto ainda vêm o Lar como um asilo, e só quando os utentes estão totalmente dependentes é que vão para o Lar. Obviamente que há comentários bons e maus, muitos enaltecem o papel da instituição e outros criticam o trabalho.” (Ent. 10)</p> | <p>insuficientes.” (Ent. 7)</p> <p>“Maioritariamente vão de encontro...o que acontece é que muitas vezes o beneficiário não aceita o serviço/resposta que mais se adequa á sua situação...mas ainda existem muitas lacunas a colmatar e muito trabalho a fazer na área social...” (Ent. 8)</p> <p>“Penso que na maioria dos casos sim. Relativamente às crianças e à população mais idosa na minha opinião deveriam existir outras medidas complementares.” (Ent. 9)</p> <p>“Tenho que admitir que houve uma evolução das políticas vigentes, no entanto, ainda existem muitas necessidades, principalmente na área da 3ª idade, em relação às demências e doenças do foro psicológico, que a meu ver deveriam estar em instituições vocacionadas para essas áreas, penso que, também deveriam apostar num apoio mais eficaz no diagnóstico das necessidades no terreno, haver mais técnicos da segurança social no terreno, e ainda existirem mais parcerias com as juntas de freguesia, que conhecem bem a realidade da comunidade.” (Ent. 10)</p> | <p>Guimarães, Fafe ou Lisboa... Por exemplo, em Lisboa há muitos projetos para arrendamento. Nós em Cabeceiras não há nada, a segurança social não paga rendas...” (Ent. 6)</p> <p>“Deveria haver uma maior concertação entre os diversos serviços, de modo a maximizar a eficiência da intervenção. Às vezes fica a sensação de intervenções isoladas, de resposta imediata, o que é muito pouco...” (Ent. 7)</p> <p>“Penso que deveria ser tratado caso a caso...e não generalizarmos...mas existem as orientações e as leis que devem ser aplicadas a todos...e que muitas vezes nos causam alguns entraves á intervenção.” (Ent. 8)</p> <p>“Penso que relativamente aos apoios às crianças/idosos deveria existir uma medida que permitisse aos familiares ficar em casa mais tempo para prestar apoio.” (Ent. 9)</p> <p>“Reforço de equipas multidisciplinares no terreno, através do levantamento das necessidades e posterior encaminhamento para respostas sociais.” (Ent. 10)</p> | <p>morosos continuam a ser dos maiores constrangimentos para as famílias que dificultam o acesso a apoios e prestações sociais.” (Ent. 5)</p> <p>“Aprendi a viver o meu trabalho com elas... considero que são extremamente burocráticas, perdendo-se muito tempo com o preenchimento de documentos infundáveis, por muito que se tente agilizar alguns procedimentos, a verdade é ainda se tem de seguir um protocolo muito elaborado para as coisas mais elementares. Ainda há muito para simplificar...” (Ent. 7)</p> <p>“Com algumas não concordo, pois como já referi, existem regras que se tornam difíceis de aplicar, essencialmente á população residente em zonas rurais.” (Ent. 8)</p> <p>“Concordo com maior rigor e fiscalização, para que possa haver equidade. No entanto o Estado precisa colocar no terreno mais técnicos.” (Ent. 10)</p> | |
|---|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | | |
|--|---|---|--|---|---|--|--|--|
| | <p>Considera que têm havido alterações significativas/importantes no seu quotidiano? Pelo exercício das suas funções, como avalia as alterações ocorridas nas políticas sociais em Portugal nos últimos 5 anos?"</p> | <p>Pensa que a intervenção/apoios sociais do Estado são integrados numa estratégia de diminuição das desigualdades e emancipação dos cidadãos beneficiários ou trata-se sobretudo e apenas de dar resposta imediata a situações de pobreza?</p> | <p>Qual pensa ser a razão por que é que os sucessivos governos mantêm esta combinação de dois sistemas de proteção social (privado e público)?</p> | <p>Qual destes dois tipos de prestação de serviços será mais económico ao Estado?</p> | <p>E qual deles lhe parece gerador de menor dependência social e política dos utentes face aos dirigentes de ambos os sistemas?</p> | <p>Qual a sua opinião: o Estado deve delegar e reforçar os apoios financeiros em IPSS? Ou deve progressivamente dispensar as IPSS, integrar os técnicos das IPSS no Estado e providenciar Serviços Públicos de Segurança Social a nível central ou municipal?</p> | <p>Sabemos que os apoios sociais nem sempre são suficientes para assegurar uma vida digna a quem deles beneficia; quais as estratégias de sobrevivência que tem encontrado na população carenciada e excluída?</p> | <p>Como avalia a potencialidade de as políticas sociais em Portugal contribuírem efectivamente para a diminuição dos níveis de pobreza?</p> |
| <p>A intervenção social, isto é, qual tem sido o papel dos</p> | <p>"Sim. Sou mais apologista de dar a cama do que o peixe, a forma como a pobreza, sobretudo a visível, material é tratada preocupa-me, as cantinas sociais parecem-me boa medida para situações de indivíduo, não para famílias..." (Ent. 1) "Com a ajuda das verbas da acção social tem sido possível apoiar as famílias na melhoria das condições da habitação, seja com a aquisição de mobiliário e/ou equipamento doméstico. Ainda nas questões da habitação, como em Celorico de Basto não temos habitação social, o município desenvolveu um programa chamado Câmara Amiga que apoia as famílias, que são referenciadas, com pequenas obras (p.e. a construção de casas de banho, reparações nos telhados, no abastecimento de água, etc). Assim a nível local esta parceria com a Camara Amiga tem sido uma mais valia para as nossas famílias. A nível nacional, com a introdução da prova de condição de recursos, obrigatória tanto para o RSI como para outras prestações sociais como abono de família e CSI, possibilitou resolver situações de abuso por parte de alguns beneficiários que ocultavam bens e encontravam-se a receber essas prestações indevidamente. O acompanhamento por uma equipa multidisciplinar possibilita uma análise</p> | <p>"A tendência será de empowerment, aliás desde a medida de R.S.I." (Ent. 1) Os direitos sociais e económicos constituem um modelo de cidadania social e económica e estes direitos devem ser equacionados a partir da ideia de justiça social e enquadram-se, sobretudo, na necessidade de distribuição de rendimentos e na consequente protecção aos mais vulneráveis, aos pobres e aos trabalhadores, sob a lógica de princípios como os da solidariedade e da igualdade. Colocar isto em pratica é um desafio constante ora por falta de recursos e estratégias que visem a diminuição dessas desigualdades ora por leis que se encontram desfasadas das reais necessidades dos indivíduos. A atribuição de prestações sociais é uma via mais fácil de dar resposta imediata, no entanto em alguns casos leva uma repetida reprodução de pobreza e não à emancipação dos indivíduos. (Ent. 2)</p> | <p>"Económica. Não interessa ao setor público abranger toda a população, seria incompensável." (Ent. 1) "No caso da segurança social, sucessivas leis de bases foram adaptando o mandato constitucional à realidade evolutiva da sociedade, tendo por base o princípio da complementaridade. Esta consiste na articulação das várias formas de protecção públicas, sociais, cooperativas, mutualistas e privadas com o objectivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha das</p> | <p>"Desconheço." (Ent. 1) "Acredito que a conjugação entre o público e o privado será a melhor estratégia para reduzir custos ao Estado e otimizar os serviços para beneficiários. O Estado social é um tipo de organização política e económica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. O Estado é o agente regulamentador de toda a vida e saúde social, política e económica do país, em parceria com o sector privado. O sector privado parece apresentar dados que o identificam como o mais económico. Veja-se o caso da</p> | <p>"Privado." (Ent. 1) Julgo que dos dois sistemas, o publico parece o que gera menor dependência social e política dos utentes face aos dirigentes. Muitas das Instituições privadas que operam localmente junto dos cidadãos estão mais suscetíveis de serem manipuladas pelo poder político." (Ent. 2) "Eu penso que a gestão privada será menos gerador de dependência,</p> | <p>"A meu ver o estado deve chamar a si o que lhe diz respeito. A responsabilidade social é sobretudo matéria pública, não obstante a importância das IPSS em complementar os apoios estatais." (Ent. 1) As duas estratégias parecem-me viáveis. Se o Estado conseguir providenciar serviços de qualidade a nível local, sou da opinião que a descentralização de alguns poderes, como por exemplo a atribuição de prestações e apoios sociais, podem ser perfeitamente assumidos pelos órgãos autárquicos, com controle Estatal. No entanto, o Estado necessita das Instituições Sociais para a prestação de serviços que são imprescindíveis à comunidade." (Ent. 2) "Acho que o importante é que seja feito um trabalho de proximidade com os agregados</p> | <p>"Trabalharei sem situação regularizada, esgotarem poupanças, ou até recorrerem a práticas ilícitas para terem dinheiro fácil. Vejo também pessoas que vivem/sobrevivem com muitas dificuldades. E penso que nos meios rurais as redes de apoio informais ainda são uma grande mais-valia." (Ent. 1) A prática mais recorrente é de facto o trabalho precário ou biscates. Trata-se de mão de obra pouco qualificada que se encontra disponível para algumas áreas que não requerem grande conhecimento técnico, como o trabalho à jorna na agricultura e na floresta e o trabalho doméstico. Este trabalho regra geral é mal remunerado e sem protecção social. Muitos outros recorrem a agricultura de subsistência e à produção de alguns produtos para venda em feiras e mercados. Acompanho muitos indivíduos que vivem sós e desta forma os 186€ que recebem do RSI é insuficiente para salvaguardar todas as despesas mensais.</p> | <p>"Eu penso que ainda há um longo caminho a percorrer. Claro que as mutações dos últimos anos, eu diria do último século, deram grandes avanços a melhores condições e logo diminuição de pobreza, mas considero que a pobreza extrema, muitas vezes que passa de geração em geração, em alguns casos se intensificou." (Ent. 1) "Estudos comprovam uma redução efetiva dos níveis de pobreza nos últimos anos, maior nas zonas rurais. De facto, na zona rural onde trabalho pude verificar ao longos dos últimos 10 anos uma melhoria das condições de vida dos beneficiários, em boa parte atribuídas pelos apoios sociais da Acção Social e pela atribuição da prestação de RSI. São medidas que devem ser consideradas na redução da pobreza, porém não podemos falar na sua erradicação.</p> |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|--|---|---|--|--|
| <p>técnicos ao longo dos anos em que têm exercido atividade profissional e como é que estes se têm sentido enquanto executores das medidas de política social.</p> | <p>mais adequada das situações pessoais e sociais das famílias e adaptação de medidas ajustadas a essas realidades. Nos últimos 5 anos verificou-se um esforço continuado em melhorar as condições de vida dos indivíduos em situação de pobreza, mas para alguns ainda não o suficiente para saírem dessa situação.” (Ent. 2)</p> <p>“Sim acho que nos últimos tempos se tem assistido a uma alteração das políticas sociais embora ache que também está relacionado com a troca de governo e acho que as alterações ainda são muito insuficientes. Acho que é necessário haver alterações mais profundas, talvez uma reformulação /adaptação de grande parte destas políticas sociais.” (Ent. 3)</p> <p>“Não. E mesmo quando os integram nos contratos de emprego inserção + é uma bolsa muito mais elevada do que recebem de RSI que poderiam num ano criar alguma estabilidade financeira para a família e não conseguem isso, porque eles quanto mais ganham mais gastam. Eu acho que é um bocadinho esta instabilidade, como te disse eu comecei a trabalhar em 2009 e acho que já passei por duas ou três leis do RSI e acho que isso não faz grande sentido.</p> <p>Ao nível de outras respostas sociais isso tem estado estagnado. Ajusta-se às necessidades das famílias, por exemplo ao nível da creche temos 3 vagas sociais e aconteceu um ano de termos as três todas preenchidas, por norma nunca temos, isso quer dizer alguma coisa.” (Ent. 4)</p> <p>“Nos últimos anos, penso que houve um processo de avanço/retrocesso, mas sem dúvida que a melhoria se deveu a <i>estagnação da crise europeia</i> em que estávamos mergulhados, e à devolução de pequenos benefícios às famílias no último ano e meio. Ainda que em termos</p> | <p>“Apesar de se tentar passar a imagem do contrário, quando as políticas são aplicadas elas apenas são uma tentativa imediata de resolver a situação de carência dos beneficiários. Na minha opinião a grande alteração que se terá que introduzir nas políticas sociais é exatamente essa, que elas passem a ter um carácter preventivo e principalmente de autonomização e não apenas de resposta a situações imediatas, porque apesar de ser necessário haver políticas para dar resposta a essas situações neste momento as necessidades dos beneficiários são outras e é necessário a autonomização destes e respostas que ajudem nessa autonomização.” (Ent. 3)</p> <p>“Eu acho que quem promove isso até se esforça, só que temos que ver a realidade aqui de Celorico é uma realidade completamente diferente da de Guimarães por exemplo. Portanto, e quando uma lei sai, sai para todo o território nacional e acredito que até há zonas que sim, que se encaixe, mas há outras zonas que não se encaixa. Mas isso é como em tudo, mesmo agora com a própria dinâmica do PO AMPC que a dinâmica é completamente diferente, por exemplo de Braga do que nós aqui, é toda uma ginástica que nós fazemos aqui que é completamente diferente da do Banco Alimentar. As realidades são completamente diferentes, não são ajustáveis para todos os sítios onde elas têm de ser</p> | <p>responsabilidades nos diferentes patamares da protecção social. O sistema público por si só não poderia dar resposta a todas as situações, por razões económicas e de proximidade aos cidadãos. Neste último aspecto as instituições sociais, cooperativas, mutualistas e privadas têm um papel muito importante, pelo conhecimento do território e das suas características e sobretudo do seu público e necessidades.” (Ent. 2)</p> <p>“Penso que está relacionada com questões económicas mas também com interesses privados. Além disso, também é uma forma do estado de responsabilizar e ter um papel cada vez menos ativo nas questões sociais.” (Ent. 3)</p> <p>“Eu acho que isso é para... nós estamos a trabalhar com acordos com a segurança social porque nós estamos num gabinete</p> | <p>saúde com o crescente aumento de respostas no sector privado há estudos apontam para uma diminuição dos custos na saúde por parte do Estado. Nas Instituições de cariz social esta tendência também se verifica. O estado comparticipa os serviços e as instituições com serviços de proximidade conseguem prestá-los de forma mais rentável.” (Ent. 2)</p> <p>“Eu penso que a privatização ou a “entrega” dos serviços aos privados torna a sua atuação mais eficiente e de maior proximidade com os beneficiários, mas por outro lado também acho que se torna mais dispendiosa para o Estado, principalmente na área da saúde.” (Ent. 3)</p> <p>“Acho que é o que têm neste momento, é ter as IPSS’s, é ter os acordos atípicos e é por isso também que as instituições recebem aquele bolo, ter 500</p> | <p>uma vez que há maior acompanhamento e um trabalho de maior proximidade o que também permite alcançar melhores resultados. No entanto, existem situações em que a gestão privada, por interesses pessoais, também cria maior dependência dos beneficiários de forma que estes não se autonomizem dos serviços havendo sempre a necessidade de o serviço ser prestado. Realço que depende de situação para situação, embora ache que na sua maioria os privados serão menos causadores de dependência dos beneficiários.</p> | <p>familiares, seja através das IPSS ou do Estado. Na minha opinião o trabalho feito pelas equipas tem sido uma mais-valia tanto para o acompanhamento dos agregados tanto para a rentabilização de recursos, sendo que a continuidade destas no terreno será uma mais-valia. Além disso estas equipas estão apetrechadas de recursos que os Técnicos que trabalham nos Serviços Centrais não dispõem.” (Ent. 3)</p> <p>“Para mim, pessoalmente, o ideal até era isso, sermos todos iguais, mas também entre técnicos há diferenças. Porque sou técnica e trabalho numa IPSS e tenho o mesmo trabalho que outra técnica que tem um contrato com o ministério da segurança social, tem outros benefícios a nível de escalões de vencimento que não tem o setor privado. Portanto, vendo nessa perspectiva, eu acho que se devia reforçar ou o apoio às IPSS’s ou passar todos para público.” (Ent. 4)</p> <p>“Penso que o Estado deveria delegar e reforçar os apoios financeiros às IPSS já existentes, e criar novos</p> | <p>Alguns beneficiários revelam que um mês pagam a renda e nos outros pagam a água, luz e medicação, ficando todos os meses alguma coisa em dívida.” (Ent. 2)</p> <p>“Sim sem dúvida, os apoios são muito insuficientes para responder às necessidades de alguns agregados. Tento sempre encaminhar os agregados para os serviços e apoios disponíveis na comunidade de forma a colmatar as necessidades. Mesmo assim é insuficiente para alguns agregados. Penso que se alguns agregados tivessem acesso a mais apoios conseguiriam uma autonomização dos serviços de uma forma mais rápida e eficaz evitando que voltem a ficar numa situação de carência.” (Ent. 3)</p> <p>Na população, é um bocadinho entreajuda, acho eu, entre eles. Mas também parte um bocadinho da sensibilização de quem está à frente das IPSS’s, posso-te dizer que nós aqui reduziram-nos as refeições da cantina social para 51 e nós estamos com 63 refeições, não conseguimos reduzir. Quer dizer, nós não conseguimos mesmo reduzir porque percebemos a situação económica e familiar daquelas pessoas que estão a mais no nosso acordo, mas também dizem assim, deixam de receber de comer, como é que vamos fazer? (Ent. 4)</p> <p>“Sobretudo capacitar estas pessoas de recursos internos</p> | <p>O impacto de algumas medidas sociais regulamentadas é muito positivo pois possibilitou o acesso a um rendimento que possibilita a salvaguarda das necessidades de subsistência e as melhorias das condições de vida e de habitação, propostas e contratualizadas pelos contratos de inserção. Considero que a melhor forma de combater a pobreza é qualificar as pessoas, rentabilizar os seus saberes e inseri-los profissionalmente. O emprego é a resposta à pobreza e confere dignidade a pessoa.” (Ent. 2)</p> <p>“Acho que as políticas sociais existentes estão vocacionadas para as situações de pobreza extrema, sendo visível resultados da sua implementação tendo havido uma grande redução dos números de agregados nessa situação. Os agregados têm acesso ao mínimo de sobrevivência, no entanto, estamos numa mudança de situações em que temos situações de pobreza em agregados inseridos no mercado de trabalho, por exemplo, e são estas as situações que não estão a ser contempladas nas políticas sociais e que é necessário começar a olhar</p> |
|---|---|---|---|--|---|---|--|--|

| | | | | | | | |
|--|---|--|--|---|--|---|---|
| <p>de políticas sociais fiquem do desejado, e com atraso na sua concretização, no caso, por exemplo, só durante o ano de 2018 foi possível formar técnicos em temáticas cruciais e recorrentes dos serviços de atendimento de 1ª linha, como violência doméstica e igualdade de género.” (Ent. 5)</p> <p>“Não, tem vindo a piorar. Quem fez por exemplo esta última alteração à medida de RSI não soube o que andava a fazer. Eu sou a favor do RSI, acho que é uma medida muito bem pensada, mas uma medida muito mal executada. Eu oiço muitas vezes: <i>há pessoas a receber que não deviam receber</i>, eu só digo isto, se há pessoas a receber que não deviam receber, há técnicos a receber um salário que não deveriam receber, porque devem garantir que a medida é bem aplicada. Não tem que garantir a 100%, mas também não pode garantir só a 50%. Se é difícil garantir é verdade, mas é possível que pelo menos 80% seja aplicado corretamente. Se as alterações de 2012 foram más, a de 2017 foram péssimas. Por exemplo, não há um artigo que seja claro quanto à cessação do processo de RSI, um processo não fica cessado, fica suspenso durante 90 dias e durante esses 90 dias temos de trabalhar os processos como se se tratasse de um processo de RSI.” (Ent. 6)</p> <p>“Não identifico grandes alterações. Apenas pequenas alterações e superficiais, tenho a sensação que as políticas sociais são praticamente as mesmas, em algumas situações mudam apenas a designação...” (Ent. 7)</p> <p>“Tem havido uma grande e positiva evolução, no que se refere às políticas sociais, contudo ainda há muito trabalho a fazer em prol das pessoas. É uma área muito “sensível” e que deve estar em permanente actualização e mudança, no</p> | <p>introduzidas e têm que ser cumpridas.” (Ent. 4)</p> <p>“Depende de cada situação e características das famílias mas também das equipas técnicas que se esforçam por criar ferramentas e fornecer instrumentos a estas famílias que as possa capacitar para a sua autonomia. E os recursos do próprio meio são sem dúvida o “ingrediente” para atenuar as desigualdades e fomentar a emancipação das famílias. Por conseguinte, ainda que se procure uma intervenção e acompanhamento social estruturado, ao nível dos apoios sociais acabam por ser de carácter pontual e de assistencialismo imediato para satisfação de necessidades, facto que desacelera o processo de mudança de mentalidades destes beneficiários.” (Ent. 5)</p> <p>“Sou da opinião que na maioria das vezes servem apenas para dar resposta imediata a situações de pobreza. Há casos de sucesso, em que o apoio social mesmo que apenas imediato é fundamental para ajudar na reintegração, mas que têm a ver com a conjugação de muitos outros intervenientes e fatores.” (Ent. 7)</p> <p>“Penso que a intervenção do Estado vai de encontro à diminuição das desigualdades e emancipação dos cidadãos.” (Ent. 8)</p> <p>“Na sua essência os apoios sociais estão integrados numa estratégia de diminuição das desigualdades e emancipação dos cidadãos beneficiários o</p> | <p>descentralizado da segurança social, nós técnicos estamos nesse gabinete não somos funcionários da segurança social, mas trabalhamos igualmente aos técnicos que estão nos quadros da segurança social. Penso que para ele sé muitos mais fácil ter um acordo atípico do que ter as pessoas afetas aos seus serviços.” (Ent. 4)</p> <p>“Meramente um jogo de poder e interesses entre governo e entidades envolvidas politicamente falando.” (Ent. 5)</p> <p>“Não sei qual é a razão, o que sei é que ambas as iniciativas são fundamentais. O que eu acho é que não está definido onde termina a responsabilidade do Estado e inicia a do Privado. É fundamental a iniciativa privada, e fundamental que o Estado pague para que os privados façam aquilo que o Estado não faz e deveria fazer.” (Ent. 6)</p> <p>“Por conveniência</p> | <p>processos ou 50 é igual, recebem sempre aquele, mas se as pessoas nos procuram nos temos que dar resposta. Não, ao nível das respostas sociais nós temos por exemplo ao nível do apoio domiciliário acordo para 30 utentes, recebemos para esses 30. A mais não podemos ter, se tivermos a menos um X tempo eles diminuem-nos aos acordos de cooperação.” (Ent. 4)</p> <p>“O semi-privado.” (Ent. 5)</p> <p>“Se o sistema funcionasse bem, seria mais económico para o Estado, no entanto, o Estado não leva a sério e a área social continua a ser, é como a psiquiatria na saúde, é o parente pobre do Estado. Eu acho que já se conseguiu tirar muitas pessoas da pobreza e há filhos de beneficiários de RSI muito bem-sucedidos, atenção, mas o que eu acho é entram nos apoios da protecção social não são menores do que aqueles que</p> | <p>” (Ent. 3)</p> <p>“A lei é a mesma, ela tem de ser seguida e respeitada tanto pelo privado como pelo público. Agora eu acho que o privado que na minha perspectiva se esforça mais um bocadinho, porque temos o acordo com a segurança social, mas a qualquer momento podem-nos cortar o acordo.” (Ent. 4)</p> <p>“O semi-privado.” (Ent. 5)</p> <p>“Privado”. (Ent. 7)</p> <p>“O privado”. (Ent. 8)</p> <p>“O privado”. (Ent. 9)</p> <p>Também o privado, isto é dependendo das direcções e dos interesses das mesmas, pois muitas delas também estão associadas ao</p> | <p>protocolos de repostas diferenciadas adaptadas à realidade de cada população, equiparando as condições em termos de carreira profissional e remunerações aos serviços públicos da segurança social.” (Ent. 5)</p> <p>“Concerteza que o Estado devia uma meia culpa, e dizer ok, <i>nós não conseguimos fazer face a isto vamos dar a quem consegue fazer</i>. Também é verdade que algumas IPSS’s como a Raríssimas não ajudam a valorizar o papel das IPSS’s dando a ideia de que andamos todos a viver à custa do Estado o que não é verdade... E nem reconhecem... E as Instituições também vivem disso, de reconhecimento. E depois há uma coisa que a mim me parece fundamental e que acaba por ser injusto: se uma instituição tem acordo para 12 e dá de comer a comer as couves não se pagam com o bem-estar. Porque depois as instituições não dão couves nem batatas todos os dias...e as coisas não se pagam com <i>muito obrigado</i>.” (Ent. 6)</p> <p>“Deve delegar e reforçar os apoios financeiros em IPSS.” (Ent. 7)</p> | <p>que lhe permitam apaziguar algumas dificuldades e bloqueios, através de programas de aquisição e aperfeiçoamento de competências pessoais, sociais e profissionais, elevar a auto-estima, fomentar a relação de entreajuda familiar e rede de vizinhança,</p> <p>motivação/capacitação para a mudança, estreita relação de colaboração entre entidades parceiras que possam contribuir para melhorar as condições de vida destas famílias; Dotar as famílias de conhecimento e informação sobre uma possibilidade de escolhas e oportunidades na comunidade, com os recursos disponíveis.” (Ent. 5)</p> <p>“O que digo é que as coisas não são ajustadas, suficientes são, há dinheiro. As estratégias dos beneficiários passam por estratégias marginais. E marginais não digo à margem da lei, mas à margem da linha. Alguns devem estar na margem da lei, na marginalidade... Mas o que digo é mais estratégias de estarem à margem daquilo que se espera deles: mentem, ocultam, desenvolvem estratégias brutais para receberem mais 20, 30 ou 40€, mas no fundo o Estado também faz isso com eles.” (Ent. 6)</p> <p>“Integração na economia paralela, prostituição, alcoolismo...” (Ent. 7)</p> <p>“Recorrem a outras ajudas, como ajudas de familiares.” (Ent. 8)</p> <p>“Alguns beneficiários vão</p> | <p>para elas para se criarem respostas eficazes e não remediativas.” (Ent. 3)</p> <p>Eu acho que estão estagnados e mais um bocadinho da freguesia onde o centro está inserido e das freguesias que eu acompanho, mas não há alterações, as famílias são sempre as mesmas. Eu tenho por exemplo uma senhora que ficou reformada e que tem uma conta bancária que lhe permite comprar os óculos, mas marca atendimento todos os meses para ser apoiada para os óculos porque estava habituada a ser apoiada para comprar os óculos. Ela está reformada, recebe cento e tal euros a mais do que recebia da prestação de RSI, tem uma conta que lhe permite comprar os óculos e mesmo assim... É o tal ciclo vicioso que está tão habituada a pedir... E eu digo-lhe, mas você tem, e tem dinheiro na sua conta que lhe permite comprar os óculos, e ela diz: pois mas eu se me der uma dor de barriga... (Ent. 4)</p> <p>“Nos dias de hoje, e com as políticas sociais existentes, não reconheço potencialidade em Portugal para reduzir os níveis de pobreza; existem as famílias pobres e as famílias muito ricas, as famílias consideradas de classe média, são famílias</p> |
|--|---|--|--|---|--|---|---|

| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|---|---|--|--|---|
| | <p>que se refere a novas medidas, leis e respostas às necessidades da população, especialmente à população idosa.” (Ent. 8)</p> <p>“Tirando uma ou outra medida penso que sim existe uma evolução relativamente significativa nomeadamente no que diz respeito ao apoio aos mais idosos e primeira infância.” (Ent. 9)</p> <p>“Sim tem havido, sobretudo na diminuição do apoio concedido e com exigências mais rígidas com a contratação de recursos humanos. O que acontece é que estão a reduzir o apoio financeiro, não acompanham a inflação e o aumento das despesas, essa redução de apoio limita o trabalho da instituição, poderíamos inovar e melhorar substancialmente o trabalho desenvolvido, mas a escassez de recursos não o permite.” (Ent. 10)</p> | <p>que acontece muitas vezes é que esse princípio é desvirtuado pelos beneficiários que não pretendem sair da condição em que se encontram.” (Ent. 9)</p> <p>“Lamento dizer, mas as políticas sociais não diminuem as desigualdades, muito pelo contrário existe um fenómeno cíclico principalmente ao nível dos beneficiários do RSI, que encaram essa prestação como uma “reforma”, existe muita falta de acompanhamento e fiscalização a essas famílias, que deveriam muito rapidamente entrar no mercado de trabalho e serem autónomas. O Estado quer responder a uma situação imediata de pobreza, não dá ferramentas às famílias para obterem know-how para saírem das situações de fragilidade, tornando “dependentes” do sistema.” (Ent. 10)</p> | <p>política.” (Ent. 7)</p> <p>“Penso haver muitos interesses políticos em ter essas duas áreas...Se houvesse um bom investimento no setor público e acabassem com o privado, não haveria tanta desigualdade social...nem limitações a muitos recursos. Que só chegam a alguns....” (Ent. 8)</p> <p>“Para mim tem a ver com uma lógica de poupança.” (Ent. 9)</p> <p>“Existem muitos interesses políticos e económicos, o Estado já percebeu que consegue apoiar muitas mais famílias delegando essa responsabilidade no privado, pois a gestão privada é muito mais eficaz que a gestão pública, no entanto, quer assegurar o poder político participando o privado, e assim ter estratégias políticas para manter o poder.” (Ent. 10)</p> | <p>saem. Ou seja, saem 10 entram 20, é porque não tem havido investimento para que as pessoas não caiam nas medidas.” (Ent. 6)</p> <p>“Privado”. (Ent. 7)</p> <p>“Deveriam apostar num único serviço...mas que fosse mais eficaz e vantajoso para a população.” (Ent. 8)</p> <p>“O privado”. (Ent. 9)</p> <p>“Sem sombra de dúvida de dúvida o privado.” (Ent. 10)</p> | <p>poder político, servindo-se das instituições como alavanca para o poder.” (Ent. 10)</p> | <p>“Penso que deve reforçar os apoios financeiros aos Ipss’s, para que se possa trabalhar mais e melhor com os beneficiários.” (Ent. 8)</p> <p>“Sem dúvida que deve reforçar os apoios às IPSS. Quanto a providenciar Serviços Públicos de Segurança Social a nível central ou municipal tenho muitas reservas, se já agora existe muita “politização” penso que seria complicado sempre que existisse eleições autárquicas e legislativas.” (Ent. 9)</p> <p>“A meu ver, deve reforçar, mas com muita supervisão do Estado, ou seja estar atento ao funcionamento das IPSS e à sua gestão.” (Ent. 10)</p> | <p>conciliando os apoios com hortas de subsistência, fazem voluntariado (acabam sempre por usufruir de uma refeição grátis), recorrem à loja social.” (Ent. 9)</p> <p>“Pela experiência que tenho, e a pobreza no meio rural, traduz-se na falta de oportunidades, na falta de conhecimentos, na tal “pobreza de espírito”, que leva à pobreza em termos de formas de viver, não acredito que exista fome no meu meio, mas sim falta de condições de habitabilidade, falta de higiene, níveis muito baixos de escolaridade e analfabetismo, que desencadeia uma dependência total dos apoios do Estado e origina como já disse uma pobreza que passa de geração em geração, temos que apostar na educação, na formação, ensinar técnicas de gestão no domicílio, combater o alcoolismo e apoiar na inserção profissional.” (Ent. 10)</p> | <p>e empobrecidas e desmotivadas face ao mercado de trabalho precário e, consequente, redução da capacidade de compra afectando o seu nível de condição de vida, encontrando-se na linha do limiar da pobreza envergonhada dos tempos modernos.” (Ent. 5)</p> <p>“Tem de se apostar num papel mais ativo do beneficiário e pensar em concertar as diversas políticas sociais de modo a fazermos uma intervenção continuada e não isolada.” (Ent. 7)</p> <p>“Como já referi, em alguns casos consegue diminuir, em outros não.” (Ent. 8)</p> <p>“Sim.” (Ent. 9)</p> <p>“Temos que mudar as mentalidades, através da educação, do trabalho no terreno, na fiscalização, inserção de equipas de apoio à gestão doméstica, não podemos atribuir o apoio e “já está”, o Estado tem que “ensinar a caminhar” e não só reduzir os números em termos estatísticos, pois se assim continuar cada vez mais existirão famílias dependentes do sistema.” (Ent. 10)</p> |
|--|--|--|--|---|---|--|--|---|

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| | Da sua experiência como técnico/a, que percepção tem acerca das situações de abuso por parte de beneficiários que recorrem a apoios sem reais necessidades (frequência)? | Crê que os beneficiários sentem que o apoio é um direito ou um favor dos técnicos ou dos políticos? | Considera que consegue resolver o problema, ou será que se cria mais dependência dos serviços? | Considera que tem algum tipo de poder sobre estas pessoas? | Enquanto técnico/a, considera que a sua ação é relevante no trabalho de combate à Pobreza e Exclusão Social, ou considera que são peças da máquina estatal para manter as pessoas acomodadas? |
| O que se espera dos beneficiários/clientes aquando o momento de intervenção. | <p>“São casos residuais, apreço-me, mas que acontecem. “Ouça se fulano tem direito eu também tenho”. (Ent. 1)</p> <p>“As situações de abuso eram maiores há uns anos atrás, talvez pela escassez de recursos por parte dos técnicos e da Segurança Social que possibilitassem um maior controle. Com a entrada em vigor da prova de condição de recursos em que os beneficiários estão sujeitos a um maior controle dos seus bens e da sua situação pessoal, estes abusos são mais reduzidos. Há uns anos atrás cheguei a acompanhar beneficiários que viviam em péssimas condições de habitabilidade e não declaravam as suas contas bancárias. Eram apoiados para melhoria dos seus alojamentos e os técnicos não tinham forma de confirmar esta situação. A comunidade em geral tem uma fraca percepção acerca dos critérios de atribuição dos apoios da Ação Social. Referem muitas vezes que estamos a criar malandros que não querem trabalhar, que andam a gastar o dinheiro dos nossos impostos e que têm bom corpo para trabalhar; passam o dia nos cafés e nas pastelarias. Regra geral os nossos utentes não têm este comportamento nem estas características. Mas como há exceções uns pagam pelos outros.” (Ent. 2)</p> <p>“Sim de facto temos agregados que são dependentes dos serviços e dos apoios sociais, mas acho que isso está a acontecer cada vez menos e o acompanhamento de proximidade também reduz essas situações, pois permite ter uma maior percepção da situação do agregado familiar. Como trabalho num meio rural e há uma maior interatividade entre a rede de vizinhança também mais comentários sobre os apoios e as prestações sociais, sendo vistas como incentivos à preguiça e um contributo para os consumos do álcool, frequência de cafés. Muitas vezes os beneficiários de RSI ou de apoios sociais também mais conotados negativamente em relação aos cuidados dos filhos, havendo uma grande associação destas prestações e negligência e maus-tratos a menores. Na minha opinião, estas percepções foram construídas há muitos anos com o</p> | <p>“Eu acredito em ambas as situações. Nos meios pequenos muitas vezes como favor político.” (Ent. 1)</p> <p>Julgo que há de tudo. Normalmente informa-se os beneficiários dos seus direitos (são raros os que consultam a lei para saberem dos seus direitos) e verificamos que uns usam essa informação e fazem valer a sua aplicação, mas também cientes das suas obrigações. Outros tendem a tomar partido e a reivindicar este mundo e outro em seu benefício. Como técnica de intervenção social confesso que já joguei algum benefício como contrapartida para atingir um objetivo. Por vezes temos que negociar desta forma. O poder político tem forte posição na atribuição de ofertas de emprego e outras medidas de emprego. Os utentes “vendem” o seu voto em função desse favor.” (Ent. 2)</p> <p>“Sim, há muito</p> | <p>“Eu acho que ambas as situações acontecem.” (Ent. 1)</p> <p>“Em muitos casos consegue-se resolver o problema porque as pessoas querem muito ser autonomizadas dos apoios sociais ora porque se sentem estigmatizadas pelo controle social ora porque de facto os apoios são insuficientes para salvaguardar todas as despesas. Outros há que estão dependentes desses apoios pela idade, pela condição de vida e também por falta de oportunidades.” (Ent. 2)</p> <p>“Depende sempre de cada situação, acho que alguns agregados são dependentes dos serviços e nenhum apoio nem acompanhamento resolve o seu problema, outros são de facto insuficientes, necessita de um apoio maior. Existem os casos em que apenas o nosso acompanhamento e orientação na reestruturação do projeto de vida são suficientes para a autonomização dos agregados.” (Ent. 3)</p> <p>“Depende de que tipo de problema. Há problemas como com os adolescentes ou os menores de idade que se tem que resolver, esta situação de problemas de cariz social como este mês o agregado tem de pagar o seguro do carro e não tem dinheiro para comprar sei lá o gás, ou para pagar a luz...isso sim, temos de tentar ajudar. Acontece-nos muito com as rendas, quando mudam de casa por exemplo.” (Ent. 4)</p> <p>“Parte de alguns problemas são</p> | <p>“Eu considero que não. Embora tenho consciência que do ponto de vista do beneficiário, por vezes, considerem isso.” (Ent. 1)</p> <p>“Não lhe chamaria poder. Cultivo um respeito mútuo com as pessoas que acompanho, na base da confiança e da confidencialidade. Tento sempre rever-me na situação que me apresentam e assim torna-se mais fácil compreender as suas necessidades e as suas faltas.” (Ent. 2)</p> <p>“Não considero que poder seja a palavra indicada, existem beneficiários que tem respeito por mim enquanto Técnico que pedem ajuda na tomada de decisões e valorizam o nosso trabalho.” (Ent. 3)</p> <p>“Quero acreditar que os colegas não têm essa atitude porque é o nosso trabalho, estamos cá para os tentar ajudar, para os ajudar a refletir. Agora, eu quando faço um apoio digo mesmo: eu faço o apoio na aplicação, mas não depende de mim, depende de mais ou três pessoas acima de mim. A</p> | <p>“É muito relevante, é uma ação diária, contínua, que persiste, que faz acreditar e não acomodar!” (Ent. 1)</p> <p>“Se não acreditasse que o meu trabalho possa fazer a diferença na vida das pessoas que acompanho seria muito desmotivador. No entanto, vejo-me, tal como os meus colegas de trabalho, condicionados pela falta de recursos e por uma lei desajustada as necessidades reais de cada publico o que possibilita a continuidade das situações de pobreza. Em muitos casos não sinto as pessoas acomodadas aos apoios sociais. Sinto muitas vezes a angústia e o desconforto das pessoas que se sujeitam a esses apoios sociais.” (Ent. 2)</p> <p>“Não considero que o meu trabalho é importante para a minimização da carência económica em que alguns beneficiários se encontram e considero que o meu trabalho contribuiu para a autonomização de alguns beneficiários. Existem alguns beneficiários, como já referi, que são dependentes dos serviços e que nenhuma intervenção irá surtir efeito, porque a mudança depende sempre de cada um.” (Ent. 3)</p> <p>“Eu estou contente com o trabalho que aqui faço e acho que quando me apreço um desafio nunca o deixo por resolver seja do utente ou de quem for. Agora eu acho que esta cooperação entre a própria equipa, com os recursos existentes na comunidade, as parcerias formais ou não formais, nunca pensei que houvesse algumas coisas com as quais me fui deparando, sempre pensei que fosse assim um trabalho mais aberto. Uma vez que temos de trabalhar juntos, sempre pensei que fosse um trabalho mais aberto, agora o porquê...” (Ent. 4)</p> <p>“Enquanto técnica considero a minha ação relevante no combate à pobreza e exclusão social das famílias que recorrem aos serviços, sobretudo, como um agente proporcionador de mudança, capacitando-as, para por si só conseguirem solucionar pequenos problemas do quotidiano até resolver situações de maior complexidade com os poucos recursos internos e externos que estão ao seu alcance e, que por vezes, apenas <i>uma palavra na hora certa faz a diferença e um empurrãozinho muda vidas</i>, e sozinhas estas famílias reaprendem a caminhar pelos seus</p> |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| <p>surgimento do RSI e todos os constrangimentos da sua implementação.” (Ent. 3)</p> <p>“Eu acho que estes apoios deveriam ser trabalhados de outra forma, não me perguntes como porque também nunca me debrucei sobre isso para ter outra opinião, só acho que deveriam ser trabalhados de outra forma. Acho que os técnicos não deveriam atuar na sua área de residência, não deveriam trabalhar com famílias que conhecem ou têm conhecimento de outras formas, porque parece que não mas isso interfere na minha opinião.” (Ent. 4)</p> <p>“Atendendo ao elevado desemprego e escassez de recursos económicos das famílias, com o aumento do custo de vida ao longo dos anos, e restrição no acesso a prestações e apoios sociais, em meios pequenos com características rurais, não tenho conhecimento de situações abusivas por parte de beneficiários que recorram os serviços sem necessidades reais. Acredito que esta situação possa ocorrer com maior regularidade em meios citadinos, que pelas suas características os beneficiários possam ter a percepção de obrigação dos serviços para com eles, sem o reverso da moeda, sem direitos e que seja mais fácil manipular serviços, do que propriamente, em meios do interior.” (Ent. 5)</p> <p>“Volto a dizer o mesmo, se houver abusos a responsabilidade não é do beneficiário, é do técnico, no meu entendimento... Não vou dizer que o que faço, faço tudo bem, falho todos os dias redondamente. Mas o que faço é uma análise naquilo que falho e vou melhorando diariamente. E a verdade é que às vezes não dá. Há responsabilidade é partilhada, sendo que acho que aqui quem desenvolveu à partida mais competências são os técnicos, portanto são os técnicos que têm obrigação de reduzir esse fosso e tornar esse fosso menos profundo.” (Ent. 6)</p> <p>“Da minha experiência profissional, não tenho muito essas situações. A maioria das pessoas na comunidade, não consegue identificar o que leva à situação de pobreza, nem entendem o ciclo da pobreza ... atribuem e culpabilizam os beneficiários pela situação que vivem. Claro que há sempre beneficiários e famílias que abusam dos apoios sociais.” (Ent. 7)</p> <p>“Não nos tem chegado muitos casos desses, mas quando chegam deve ser feito um trabalho de consciencialização com essas pessoas que procuram os serviços, sem realmente necessitar.” (Ent. 8) “Existe um abuso claro que todos conhecem, mas ninguém quer saber, existe um mercado de</p> | <p>beneficiários que acham que os apoios são atribuídos pelos Técnicos sentido gratificação, sendo sempre esclarecidos que são apoios da Segurança Social não consegue desassociar o apoio do Técnico. Outros acham sempre que os apoios são direitos que são reivindicativos.” (Ent. 3)</p> <p>“É um direito.” (Ent. 4)</p> <p>“Os beneficiários são informados e esclarecidos dos seus direitos e dos seus deveres, assim como dos objectivos dos serviços e do papel dos técnicos que compõem as equipas intervenientes, logo, partimos do princípio da equidade entre partes, ainda que alguns beneficiários não tenham capacidade de compreender a diferença entre cada serviço, competências e decisores, em todo o processo até ao resultado final do apoio, creio que os beneficiários reconhecem que para ter acesso a um apoio tem que reunir os critérios estabelecidos por todos os intervenientes.” (Ent. 5)</p> <p>“Acredito que vêm como um direito.” (Ent. 7)</p> <p>“Creio que vêm-no como um direito, enquanto cidadãos.” (Ent. 8)</p> <p>“Sem dúvida alguma que os utentes consideram os apoios como um direito.” (Ent. 9)</p> | <p>resolvidos com atribuição de um apoio económico, sobretudo em áreas basilares da condição humana, subsistência, saúde e habitação, não tendo oportunidade de criar dependência dos serviços, face às baixas verbas disponibilizadas para cada equipa com cerca de 200 processos em que é exigido um maior rigor na sua atribuição.” (Ent. 5)</p> <p>“Todos os dias se resolve, o que eu acho é que se podia resolver mais se a forma de fazer não fosse tão demorada, tão desgastante.</p> <p>Sim, sem dúvida, habituam-se àquela medida, não há respostas e depois habituam-se àquela medida, é como quem trabalha, quantas pessoas não trabalham apenas para receber o seu salário e se acomodam? Passa-se o mesmo com os beneficiários, acomodam-se, recebem aquele dinheiro e irem trabalhar para um local desconhecido, é difícil, porque até do ponto de vista emocional a mudança causa sempre ansiedade e as pessoas com quem nós trabalhamos são pessoas que têm uma baixa resistência à ansiedade.” (Ent. 6)</p> <p>“Satisfaz-se a necessidade imediata, em alguns casos aumenta a dependência dos serviços, noutros é fundamental este apoio imediato para conseguirem reverter a situação. Mas são mais as situações de dependência dos serviços.” (Ent. 7)</p> <p>“Em alguns casos resolve-se, mas no caso do serviço de apoio domiciliário penso que cria-se uma clara dependência dos serviços.” (Ent. 8)</p> <p>“Existe as duas versões há efetivamente pessoas que recorrem aos serviços/apoios e quando resolvem a sua situação deixam de aparecer e depois temos a outra versão que não pretendem resolver problema algum e tentam</p> | <p>gente faz a proposta, depois temos mais três ou 4 pessoas acima de nós que tem de aprovar, por isso se chama proposta. É o que eu digo, eu faço a proposta agora tente-se organizar porque poderá vir aprovada como não vir aprovada.” (Ent. 4)</p> <p>“Poder não. Mas quando se acompanham famílias durante algum tempo, meses ou anos, em que é permitida a criação de uma relação empática e de confiança entre serviços e beneficiários, pode fazer-se a diferença na vida destas famílias.” (Ent. 5)</p> <p>“Considero, infelizmente. Não quer dizer que utilize essa estratégia, mas reconheço que tenho no sentido de os levar a tomar algumas decisões e há também por parte de outros serviços, que dizem às pessoas: <i>olhe se não cumprir vou ter de ligar à sua assistente social.</i>” (Ent. 6)</p> <p>“Não.” (Ent. 7)</p> <p>“Não lhe chamaria poder, mas a partir do momento em que conseguimos conquistar a confiança dos nossos utentes/clientes conseguimos trabalhar melhor e obter resultados mais positivos em relação ao beneficiário.” (Ent. 8)</p> <p>“Não, de forma alguma. O que realmente às vezes acontece é as pessoas agirem de forma diferente para tentarem agradar ou o contrário dependendo da resposta ou serviço que</p> | <p>próprios meios e sabem fazer as escolhas mais acertadas na hora da mudança de vida, basta surgir uma oportunidade.” (Ent. 5)</p> <p>“Eu considero que o oceano é composto por várias gotas de água e eu sou uma gota no oceano e se não estiver lá ele não deixa de funcionar. Se faço diferença? Eu sei que faço diferença na vida das pessoas com quem trabalho, se calhar não para as tirar da pobreza mas se calhar para que olhem para a sua situação de outra forma. Mas também considero que já tirei pessoas da pobreza, não quero dizer que deixaram de estar pobreza, mas que estão muito melhor do que aquilo que estavam. Considero que sou uma peça que permite que as coisas venham a sair da situação de pobreza. Também se assim não fosse não valia a pena ser assistente social, todos os dias recebemos pessoas que têm problemas e se nós não nos sentirmos parte da solução não vale a pena.” (Ent. 6)</p> <p>“As políticas e apoios existentes são as ferramentas que tenho para trabalhar, no entanto ao nível da intervenção consigo trabalhar com as famílias outras dimensões das suas vidas, procuro sempre potenciar as capacidades existentes e têm havido casos de sucesso. Sou da opinião que os técnicos não se devem acomodar e reproduzir meramente as políticas existentes, porque aí sim ficamos todos acomodados, profissionais e beneficiários...” (Ent. 7)</p> <p>“Penso que com o nosso trabalho conseguimos fazer alguma diferença. A nossa acção é importante no combate à pobreza e exclusão...ainda conseguimos trabalhar as famílias e ter muitos casos de sucesso. Assim, sentimos que realmente conseguimos ajudar/resolver e ter um trabalho relevante nessa área.” (Ent. 8)</p> <p>“Penso que a nossa ação enquanto técnico é sem dúvida importante no combate à pobreza e exclusão social, no entanto nem sempre é fácil, os resultados nem sempre são visíveis, mas cabe-nos a nós localmente trabalhar no sentido de despertar os beneficiários.” (Ent. 9)</p> <p>“Acho que, tenho um papel relevante e a minha missão é diminuir a pobreza e a exclusão social, claramente que é necessário um conjunto de esforços a nível de parcerias para que possamos mudar mentalidades e apoiar os mais vulneráveis.” (Ent. 10)</p> |
|--|---|--|--|--|

| | | | | | |
|--|--|---|---|---|--|
| | <p>trabalho paralelo que viabiliza a atribuição de apoios sociais, o que importa muitas vezes são os documentos, ter declaração do IIEFP, agregados com menores a cargo, famílias monoparentais quando na verdade não o são, famílias habituadas ao sistema que deixa que isto aconteça. Lamento que o próprio Estado e a população não saiba o real significado das políticas sociais, pois se todos conhecêssemos existiriam menos desigualdades e mais justiça, pois muitas vezes não se apoiam famílias que realmente necessitam, pois estamos à mercê do “Chico-espertismo” e dos que o deixam existir.” (Ent. 10)</p> | <p>“Sim sem dúvida, alias só sabem reivindicar os direitos.” (Ent. 10)</p> | <p>perpetuar a dependência dos serviços.” (Ent. 9) “Acho que conseguiríamos resolver o problema, se existissem mais técnicos, mais fiscalização, mais responsabilização e educação. Mas depois quando se tem exemplos como em Portugal torna-se difícil acreditar que algum dia poderemos inverter essa situação.” (Ent. 10)</p> | <p>obtiveram.” (Ent. 9) “Não tenho poder sobre as pessoas, pois o meu papel é avaliar e ajudar as famílias que estão em situações de dependência, assim como todas as outras que procuram os serviços da nossa instituição.” (Ent. 10)</p> | |
|--|--|---|---|---|--|